ARY RAMOS DA SILVA JÚNIOR

NEOLIBERALISMO E CORRUPÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DOS AJUSTES NEOLIBERAIS NO BRASIL DE FERNANDO COLLOR (1990-1992) E NO MÉXICO DE CARLOS SALINAS (1988- 1992).

O INCREMENTO DA CORRUPÇÃO E SEUS CUSTOS SOCIAIS

Edição revista e ampliada

Ary Ramos da Silva Júnior

NEOLIBERALISMO E CORRUPÇÃO:
ANÁLISE COMPARATIVA DOS AJUSTES NEOLIBERAIS NO BRASIL DE FERNANDO COLLOR (1990-1992) E NO MÉXICO DE CARLOS SALINAS (1988- 1992).

O incremento da corrupção e seus custos sociais[1]

Edição revista e ampliada

VirtualBooks Editora

[1] Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Neoliberalismo, corrupção, desenvolvimento, privatização, degradação social.

© Copyright 2026, Ary Ramos da Silva Júnior

1ª edição

(Publicado em julho de 2026)

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito do detentor dos direitos, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos da

NEOLIBERALISMO E CORRUPÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA DOS AJUSTES NEOLIBERAIS NO BRASIL DE FERNANDO COLLOR (1990-1992) E NO MÉXICO DE CARLOS SALINAS (1988- 1992). O incremento da corrupção e seus custos sociais. Ary Ramos da Silva Júnior. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação 2026. E-book, formato PDF.

ISBN 978-85-434-2038-7

CDD- 301 Sociologia. Neoliberalismo, corrupção, desenvolvimento, privatização, degradação social. Brasil. Administração. Economia no Setor Público. Sociologia. Título.

CONSELHO EDITORIAL
Jaime Mendonça \ editor
Assistente editorial \ Geovanna Gravet
Revisora \ Jacqueline Hagop
Preparadora de texto \ Janaína Jaakko Mello
Cao Ypiranga \ designer

Livro publicado pela
VIRTUALBOOKS EDITORA – livros impressos, e-books e audiobooks.
https://www.virtualbooks.com.br
https://virtualbooksonline.com.br/doi
WhatsApp 37991733583 - capasvb@gmail.com

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

Ruy Barbosa

“O escopo de uma sociedade é o intercâmbio. Uma sociedade cujo motor é a competição é uma sociedade que me propõe o suicídio. Se me ponho em competição com o outro, não posso intercambiar com ele, devo eliminá-lo, destruí-lo”.

Albert Jaquard

Agradecimentos

A hora de escrever os agradecimentos é sempre um trabalho difícil e ao mesmo tempo bastante agradável, difícil porque corremos sempre o risco de esquecermos alguém que nos ajudou na “batalha” de escrevermos uma tese de doutorado. Agora, ao mesmo é um momento de grande satisfação, isso porque estamos na fase final do trabalho, o que é bastante estimulante e agradável.

Muitas foram as pessoas que me auxiliaram nesta jornada e espero não esquecer de ninguém, pois sou grato a todos pelo incentivo e auxilio que nunca me faltaram..

À Deise, minha esposa, pelo carinho, pelo respeito, pelo amor e pela presença constante ao meu lado e, ainda mais, por ter me dado a maior alegria da minha vida, de ser pai de duas crianças maravilhosas, meu amor sincero e a gratidão pela presença dos nossos filhos, Ary Neto e Maria Eduarda, formando uma amada e verdadeira familia.

A minha mãe Cezarina, que me ensinou grande parte do que aprendi na vida, mas acima de tudo me ensinou a importância de Deus nas nossas vidas e o papel do Amor na construção de uma vida melhor. Se estou hoje concluindo este trabalho, posso garantir com toda certeza, ele não se materializaria sem a sua ajuda, seu empenho e suas lições de vida e de Amor.

As minhas duas irmãs, Célia e Rosângela, amigas e companheiras, que sempre me deram muito mais do que mereço, posso lhes dizer com certeza, que tenho muito orgulho, admiração e respeito.

Ao Pedro e à Mariana, meus queridos sobrinhos, que estão no meu coração e são motivo de grande orgulho.

Ao Orlando e o Val, cunhados e amigos de todos os tempos, meu agradecimento verdadeiro.

Ao meu pai Ary Ramos da Silva, onde estiver agradeço o amor e a proteção.

Resumo

O Neoliberalismo se espalhou pela sociedade mundial nos anos 80, afetando países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na América Latina, as políticas neoliberais começaram a ser adotadas nos anos 70 no Chile e foram aplicadas pelas duas maiores economias da região (Brasil, governo Fernando Collor e México, governo Carlos Salinas) no final dos anos 80 e início dos anos 90, com inúmeros impactos econômicos, sociais e políticos. A corrupção apareceu de forma mais clara nestes países, com denúncias que geraram, no Brasil, o *impeachment* do presidente eleito, Fernando Collor e, no México, o presidente Carlos Salinas foi retirado da vida público. A corrupção existe no mundo há muitos anos, e nestes países desde seus descobrimentos, o que gera custos altíssimos para sua população, com degradação social, miséria e empobrecimento constante. A corrupção existe em todos os países, e não é apenas com a adoção de políticas de diminuição do Estado, abertura econômica e privatização que vai ser combatida. As políticas devem ser integradas e os aparatos institucionais devem ser fortalecidos, pois seus custos são altos, ultrapassando os 5% do produto interno bruto (PIB), e se estes recursos fossem aplicados de forma eficiente, as condições sociais dos povos seriam melhores, aprimoraria o comportamento econômico, a democracia se fortaleceria e o desenvolvimento se faria presente em muitas regiões, principalmente naquelas que atualmente estão alijadas do desenvolvimento. O combate à corrupção é hoje uma das políticas mais importantes para o desenvolvimento dos países e melhoria das condições sociais das populações.

Palavras-chave: Neoliberalismo, corrupção, desenvolvimento, privatização, degradação social.

Abstract

The Neoliberalism dispersed for the world society in the eighties, affecting developed countries and in development ones. In Latin America the neoliberal politics began to be adopted in Chile in the seventies and they were applied by the two greatest economies of the region (Brazil, Fernando Collor's government and Mexico, Carlos Salinas' government) in the end of the eighties and at the beginning of the nineties, with countless economical, social and political impacts. The corruption appeared in a clearer way in these countries. In Brazil these accusations generated the elected president's impeachment, Fernando Collor, and in Mexico the president Carlos Salinas was retired of the public life. There is corruption in the world since remote times, and in these countries it exists since their discoveries, generating high costs for their population, with social degradation, poverty and constant impoverishment. There is corruption all over the world, and it is not just with the adoption of politics that decrease the State, promote economical opening and privatization that it is going to be combated. The politics must be integrated and the institutional apparatuses must be strengthened because their costs are high, crossing the 5% of the Gross Domestic Product (GDP). If these resources were applied in an efficient way, the social conditions of the people would be better, improving the economical behavior. The democracy would also be

Keywords: Neoliberalism, Corruption, Development, Privatization, Briging powerty.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **11**

TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS COM IMPACTOS LOCAIS **14**

ASCENSÃO CHINESA **14**

CRISE FINANCEIRA OU CRISE DO SUBPRIME **15**

EXTREMA-DIREITA GANHA ESPAÇO NA SOCIEDADE GLOBAL **17**

AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA **17**

INTRODUÇÃO **19**

CAPÍTULO 1 NEOLIBERALISMO **25**

INTRODUÇÃO **25**

1.1. O RESSURGIMENTO DO LIBERALISMO CLÁSSICO **26**

1.2. DA CRISE FISCAL ÀS IDÉIAS NEOLIBERAIS **31**

1.3 A CRISE DOS ANOS 70 ..... **42**

1.4 AUGE E CRISE DA HEGEMONIA AMERICANA **44**

1.5 A RESTAURAÇÃO DA ORDEM VIA POLÍTICAS NEOLIBERAIS **47**

1.5.1. O GOVERNO CONSERVADOR DE MARGARETH THATCHER. **47**

1.6. A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL NORTE-AMERICANA **54**

1.7. O CONSENSO DE WASHINGTON **65**

1.8. AMÉRICA LATINA E O CONSENSO DE WASHINGTON **71**

CAPÍTULO 2 CORRUPÇÃO COMO DESAFIO TRANSNACIONAL **88**

INTRODUÇÃO 88

2.1. A CONSCIENTIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS **89**

2.2. CORRUPÇÃO E GOVERNO **105**

2.3. OS CUSTOS DA CORRUPÇÃO **121**

2.4. CORRUPÇÃO E IRREGULARIDADES NOS ESTADOS UNIDOS NO PERÍODO GEORGE W.

BUSH. 125

2.5. ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO NAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS: O CASO ENRON 132

CAPÍTULO 3 A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL BRASILEIRA 137

INTRODUÇÃO 137

3.1. A ELEIÇÃO DE 1989 E A ASCENSÃO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO 138

3.2. A NATUREZA ECONÔMICA DO GOVERNO COLLOR 144

3.3. REFORMAS LIBERALIZANTES E POLÍTICA ECONÔMICA 147

3.4. O PLANO COLLOR E A ÊNFASE NO COMBATE A INFLAÇÃO 157

3.5. PLANO COLLOR II E A BATALHA PELA ESTABILIZAÇÃO 165

3.6. TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS DO GOVERNO COLLOR 169

3.8. AS CAUSAS DO FRACASSO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO 186

CAPÍTULO 4 A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL MEXICANA 192

INTRODUÇÃO 192

4.1 MÉXICO: DA CRISE DE 1982 À ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO 193

4.2 O GOVERNO MIGUEL DE LA MADRID (1982-88) 198

4.3. O GOVERNO DE CARLOS SALINAS DE GORTARI 216

4.4. O LEVANTE ZAPATISTA 227

4.5. DA EUFORIA DO TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO DO NORTE (NAFTA) À CRISE DE 1994 232

4.6. A CORRUPÇÃO NA SOCIEDADE MEXICANA NO PERÍODO CARLOS SALINAS DE GORTARI 248

CAPÍTULO 5 BRASIL E MÉXICO: NEOLIBERALISMO, CORRUPÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL. A PARTIR DOS GOVERNOS COLLOR E SALINAS 258

INTRODUÇÃO 258

5.1. DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NO MUNDO 259

5.2. CRESCIMENTO E DESIGUALDADE NO BRASIL SOB O NEOLIBERALISMO 265

5.3. CRESCIMENTO E DESIGUALDADE NO MÉXICO SOB O NEOLIBERALISMO 268

5.4. BRASIL E MÉXICO: COMPARAÇÃO DE INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS 271

5.5. BRASIL E MÉXICO: O PAPEL DA CORRUPÇÃO NA DESIGUALDADE SOCIAL 275

5.6. CENÁRIOS PERVERSOS DA CORRUPÇÃO 279

5.7. GANHOS COM O COMBATE A CORRUPÇÃO NO BRASIL E NO MÉXICO 283

5.8. CORRUPÇÃO NO BRASIL: VALORES APROXIMADOS 288

5.9. CORRUPÇÃO NO MÉXICO: VALORES APROXIMADOS 291

CONCLUSÃO 297

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 302

Apresentação

Nestes vinte anos se comemoram a defesa da tese de doutoramento intitulado "***Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor e no México de Carlos Salinas. O incremento da corrupção e seus custos sociais"***, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, nível Doutorado, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Araraquara, sob a orientação do Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos, esta nova publicação tem por objetivo destacar este período com um momento de grande aprendizado intelectual, marcado por intenso estudo referente ao tema, pesquisas, publicações e análises referentes a temática que contribuíram para compreender o tema do Neoliberalismo e as questões referentes a corrupção, assuntos integrados e relacionados que nos auxiliam a compreender a realidade latino-americano, neste período inúmeros governos se alteraram na região, gerando progressos e retrocessos que nos auxiliam a compreensão da sociedade contemporânea global, seus desafios e oportunidades.

A sociedade mundial vem passando por inúmeras transformações nestes últimos trinta anos com impactos generalizados para a comunidade internacional, novos modelos estão ganhando relevância e destruindo organizações tradicionais, novos hábitos e novos comportamentos estão exigindo uma reestruturação gigantesca das estratégias das corporações, novas hegemonias estão surgindo e se consolidando de forma decisiva, exigindo novas reflexões dos governos, das organizações, da sociedade civil e dos trabalhadores.

Essas transformações foram impulsionadas pelo surgimento e a consolidação das ideias e os pensamentos neoliberal, que passou a ganhar relevância na sociedade global, nascendo e se consolidando nas mais variadas regiões do globo, nascendo ou renascendo na América Latina, notadamente no Chile de Augusto Pinochet, passando pelos países desenvolvidos ocidentais, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Espanha, dentre outras nações e, posteriormente, se espalhando para os países em desenvolvimento, como Argentina, México, Bolívia, Equador, Uruguai, Paraguai, Brasil, etc... transformando o ambiente econômico e produtivo, alterando as estruturas de poder e de dominação,

abrindo espaço para a chegada de novos conglomerados econômicos e financeiros.

O trabalho ora republicado pela editora Virtual Books teve como intuito de estudar a relação entre o Neoliberalismo e a Corrupção, dois assuntos relevantes para compreender a trajetória da sociedade latino-americana, enfatizando as duas maiores economias da região, Brasil e México, que apresentaram um modelo de desenvolvimento econômico parecido e baseada na industrialização via Substituições de Importações, que tiveram êxito na construção de uma indústria de baixo valor agregado e, infelizmente, não conseguiu transformar estruturalmente as bases destes países.

O pensamento neoliberal ganhou relevância nos anos 1970 e 1980 e se espalhou para toda a região, pregando políticas de abertura econômica, austeridade fiscal, redução do papel do Estado, privatização de empresas estatais, parcerias pública e privada (PPPs), desregulamentação e financeirização ganharam importância da agenda econômica da região, trazendo alguns benefícios e inúmeros malefícios que os estudiosos ainda estão tentando mensurar.

De economias fechadas, exportadores de produtos primários de baixo valor agregado e marcada por forte burocracia, as economias da região embarcaram rapidamente no canto da sereia, para muitos especialistas, as ideias neoliberais eram vistas como um instrumento sólido e consistente para recuperar o tempo perdido e garantir uma, verdadeira, transformação da economia da América Latina, fortalecendo os setores produtivos e angariando espaço na economia internacional. As ideias neoliberais se espalharam para toda a economia mundial, apenas os países asiáticos se afastaram deste pensamento, essas nações aprofundaram seus instrumentos de desenvolvimento econômico, centrados nos Estados Nacionais, protecionismo governamental, empresas estatais, subsídios internos e absorção de tecnologias estrangeiras, as conhecidas transferências de tecnologias.

A América Latina passou a vender patrimônios públicos, abriram sua estrutura econômica, passando a estimular a chegada de empresas estrangeiras como forma de combater os preços altos e a inflação que eram características que assolavam as suas economias, para estes, o incremento da competição traria grandes benefícios para a população, pressionariam seus setores produtivos e investissem fortemente em tecnologias, equipamentos e máquinas mais sofisticadas, com isso, seus produtos passariam por melhoras substanciais, reduzindo os preços e impactariam fortemente os elevados índices

inflacionários, ou seja, a adoção de políticas neoliberais seria utilizada para combater a inflação e inauguraria uma nova relação entre o Estado Nacional e o Mercado.

Neste período de vinte anos de defesa da tese de doutoramento "***Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor e no México de Carlos Salinas. O incremento da corrupção e seus custos sociais"*** muitas foram as alterações, a região passou a ser governada por governos de esquerda ou de centro-esquerda, uma grande novidade, afinal, desde a colonização, os detentores do poder político eram grupos e partidos de direita, foram estes os governaram a região desde o descobrimento. A ascensão dos grupos, vistos como progressistas, passaram a incrementar políticas públicas que vislumbravam a melhora das condições sociais da região, aumentando os gastos sociais e investimentos em melhores serviços públicos privilegiando os grupos mais carentes da América Latina, mesmo assim, a ascensão dos grupos progressistas continuaram garantindo os ganhos indiretos dos grupos dominantes, aqueles que sempre controlaram a sociedade, o Estado e as maiores corporações, ou seja, mesma com a ascensão de grupos progressistas, estes grupos não conseguiram alterar as estruturas de poder, as alterações estruturais foram postergadas e as transformações da base política não aconteceram, posteriormente, os donos do poder voltaram, novamente, a ganhar eleições, adotaram impedimentos de governos de esquerda ou, em muitos casos, recorreram ao chamado *Lawfare*, alterando as regras de acordo com os seus interesses imediatos.

Ao escrever a tese "***Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor e no México de Carlos Salinas. O incremento da corrupção e seus custos sociais"*** vivíamos um momento de grandes agitações relacionadas as questões de corrupção, na verdade, o tema da corrupção sempre esteve presente no noticiário da região, muitos esquemas foram descobertos, negociatas constantes, prejuízos variados dos cofres públicos, desperdícios gigantescos e um sentimento de que a política e a classe política eram espaços de indignidade, de corrupção, de bandidagens e desvios de recursos públicos.

Neste cenário, percebemos o crescimento de discursos políticos que se definiam como gestores, com fortes críticas com a classe política e estavam distantes, como gestores, dos equívocos da classe política tradicional, trazendo para o debate público a defesa incondicional ao poder de gestores profissionais como forma de solucionar os graves

desequilíbrios econômicos, sociais e políticos que persistem na região e deixando claro nosso atraso político e institucional.

Transformações globais com impactos locais

Nestes vinte anos, a sociedade internacional percebeu grandes movimentos geopolíticos e financeiros, onde podemos destacar três eixos de transformação na América Latina, novos atores, novos comportamentos, novos modelos de negócios, novos valores, novas hegemonias, novas políticas e uma nova base produtiva econômica.

Destacamos três grandes transformações que impactaram sobre a América Latina: a Crise Financeira ou Crise do Subprime (2008), o crescimento e a consolidação da China e a ascensão da Extrema Direita, capitaneada pelo presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, tudo isso, contribuíram, imensamente, para modificar a região e alteraram as estruturam de poder e de hegemonia.

Ascensão Chinesa

De um país intermediário no cenário global, a China se tornou, em um curto prazo, um dos grandes jogadores internacionais. A transformação começou no final dos anos 70 com a adoção de um modelo de abertura econômica, atraindo investimentos estrangeiros em parcerias com grupos locais, onde os estrangeiros se comprometeram a transferir tecnologia em troca de um mercado consumidor de mais de 1 bilhão de pessoas. Destas parcerias, pensadas e construídas pelo governo, a China começou a se transformar no grande competidor internacional. Inicialmente nos mercados industriais de baixo valor agregado e, posteriormente, nos produtos de alta tecnologia, ganhando espaço, escala e produtividade, inundando mercados e tornando-se o maior exportador da economia global, desbancando países com tradição exportadora, como a Alemanha e os Estados Unidos.

A ascensão chinesa deve ser compreendida como a construção de um modelo que comunga forte intervenção estatal, políticas pragmáticas em comércio internacional, câmbio desvalorizado, fortíssimos investimentos em ciência e tecnologia, fortalecimentos das empresas estatais, enfoque no cenário global e a busca crescente de incremento de produtividade. Todas estas políticas foram somadas aos fartos empréstimos concedidos por

instituições governamentais, com condições favoráveis, taxas de juros reduzidas e pagamentos no longo prazo.

Quarenta anos atrás a China não possuía nenhum conglomerado econômico e financeiro internacionais, atualmente os chineses contam com mais de noventa grandes conglomerados produtivos. Empresas inexpressíveis anteriormente se tornaram grandes grupos econômicos, nomes como Alibaba, Tencent, Baidu, BYD, Lenovo, Chery, Huawei, Sinopec, Xiaomi, ICBC, PetroChina, dentre outras. Muitas destas empresas o público brasileiro nunca ouviu falar, são grandes conglomerados econômicos e financeiros dotados de força política e grande capacidade produtiva, que contribuíram para que a China se tornasse o maior setor industrial mundial, com capacidade produtiva de mais de 4 trilhões de dólares. A China não é mais um país exportador de quinquilharias e produtos de baixo valor agregado, neste momento percebemos que os chineses são grandes atores econômicos e que buscam a liderança na economia internacional.

O crescimento econômico da China está transformando a geopolítica internacional, gerando medos e preocupações de países que estão amedrontados com o crescimento chinês. A ascensão chinesa está criando novas oportunidades para países como o Brasil, México e toda a América Latina, donos de grandes estoques de produtos primários e commodities, produtos necessários para garantir a segurança alimentar do parceiro asiático. Neste momento, cabe a América Latina construir uma estratégia para garantir espaços privilegiados de comércio com o gigante chinês, exigindo transferência de tecnologia e fortes investimentos internos no desenvolvimento científico e tecnológico. Cabe a sociedade o fortalecimento de setores estratégicos, estimulando políticas industriais, exigindo contrapartidas viáveis e imediatas e a consolidação de instituições políticas.

Crise Financeira ou Crise do Subprime

Outro ponto que transformou a América Latina foi a Crise Financeira ou Crise do Subprime (2008), esta crise trouxe grandes impactos para a economia internacional, os Estados Unidos da América, até então, era reconhecida como a maior economia mundial, seu poder e influência se espalhavam para todas as regiões do globo, as nações aceitavam o poderio dos norte-americanos e a condução da sociedade internacional.

A Crise Financeira ou Crise do Subprime (2008) trouxe graves

constrangimentos para a hegemonia dos Estados Unidos, que perderam a influência moral, ou seja, as ideias e os pensamentos emitidos pelos norte-americanos passaram a ser contestados, a defesa inconteste do Liberalismo Econômico perde força no campo das ideias e vai surgindo novos grupos de pensamentos, novas interpretações e novos modelos de organização econômica e produtivas.

O surgimento de novos pensamentos partiu das nações asiáticas, que passaram a ascender economicamente, suas economias cresceram de forma acelerada, seus modelos econômicos e produtivos baseados em fortes investimentos estatais passaram a ganhar espaço em outras regiões do globo e passaram a questionar o liberalismo ou o neoliberalismo como o instrumento econômico dominante.

Logo depois da Crise do Subprime a China se tornou o maior exportador mundial superando a Alemanha, desta forma, muitas nações sentiram na pele a crise do mercado de crédito dos Estados Unidos, muitas empresas entraram em insolvência, muitos bancos quebraram, muitas empresas de seguro pediram falência e milhares de funcionários perderam seus empregos, gerando um caos econômico nos países ocidentais e suas repercussões negativas sobre o pensamento liberal foram devastadores, abrindo espaço para novos grupos políticos, novas agendas econômicas e o retorno do Estado como espaço privilegiado.

A Crise do Subprime se espalhou para outras regiões, onde destacamos a Europa, que sentiu os ventos da crise financeira norte-americana, com fragilização do sistema financeiro da região, dificuldades monetárias e com impactos sobre os setores industriais. Além disso, importante destacar que a crise espalhou para vários países da região: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, que exigindo uma atuação mais efetiva União Europeia para diminuir os impactos econômicos, políticos e financeiros na região e seus setores produtivos, sociais e industriais.

Extrema-direita ganha espaço na sociedade global

O terceiro eixo destas transformações mundiais que se espalharam para o mundo e impactaram sobre a América Latina foi a ascensão da extrema-direita, essa região sentiu na pele um novo modelo político, que passou a questionar investimentos sociais e ambientais, passando a questionar políticas públicas de inclusão, reduzindo as políticas afirmativas e a ascensão dos movimentos neofascista, um sistema mais agressivo e a defesa de uma sociedade mais competitiva, menos Estados, menos impostos, menos benefícios sociais e uma reconfiguração das políticas ambientais.

A ascensão de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos, período 2017 a 2021, foi marcada pela início da ascensão do pensamento da extrema-direita, onde essas ideias passaram a se espalhar para todas outras regiões no mundo, criando novos adeptos, o nascimento de partidos notadamente defensores de ideias extremistas ou fascistas, estes pensamentos chegaram na América Latina rapidamente, criando adeptos locais influentes, aproximando grupos políticos tradicionais e passaram a contestar a aproximação com a China, nesta época, a região se caracterizava como o maior parceiro dos chineses, isso incomodava ideologicamente as elites da região.

Percebemos que o pensamento extremista está crescendo rapidamente na sociedade internacional, o primeiro governo Donald Trump pode ser visto como um espaço de uma reconfiguração destas ideias, destacamos ainda, o surgimento de adeptos do pensamento de direita ou extrema-direita, onde destacamos no Brasil, Jair Bolsonaro (2019-2022), Argentina de Javier Milei (2023), Nayib Bukel em El Salvador (2019), Giorgio Meloni na Itália (2022), Recep Tayyip Erdoğan na Turquia (2014-2026), José Antônio Kast no Chile (2026), dentre outros...

América Latina Contemporânea

Nestes vinte anos depois da publicação desta tese de doutoramento "***Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor e no México de Carlos Salinas. O incremento da corrupção e seus custos sociais"*** percebemos muitas transformações políticas e econômicas na região, neste

período foram alternados variados tipos de governos, uns mais à esquerda, outros de centro e governos de direita, com variadas consequências para a região, mesmo assim, as péssimas condições de vida de uma parte, substancial, da população, permanecem na indignidade, a estrutura econômica se aprofundou num modelo exportador de produtos primários, na maior da parte, de produtos de baixo valor agregado, com isso, a América Latina continua sendo uma das regiões mais desiguais do mundo, onde a distância entre os ricos e os pobres crescem de forma acelerada.

A corrupção, assunto central da tese de doutoramento, defendida a vinte anos atrás permanece extremamente atual, os valores crescem de forma acelerada, as relações entre o público e o privado permanecem desequilibradas, as políticas públicas bem sucedidas trouxeram grandes avanços para a comunidade e, ao mesmo tempo, percebemos que muitos governos buscam limitar estas políticas redistributivas e perpetuam as condições de desigualdades que existem nesta região desde o descobrimento, a colonização e a industrialização, gerando uma sociedade dependente, com pouca autonomia e uma soberania frágil que estimulam grupos empresariais e industriais a entregar, constantemente, a nação para grupos estrangeiros poderosos e detentores de grande poder político, econômico e financeiro.

Com a publicação da tese “Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor e no México de Carlos Salinas. O incremento da corrupção e seus custos sociais”, ocorrida em 2019 e, até os dias contemporâneos, percebemos que a corrupção ainda se caracteriza como um câncer para a sociedade destes países, Brasil e México, carecem de um maior institucionalidade, as instituições nacionais demandam de maior autonomia dos grupos políticos dominantes, a corrupção leva a comunidade de perder grandes recursos financeiros que degradam as condições de vida da população, no começo da década, as pesquisas levantados de corrupção em torno de 50% do produto interno bruto destas nações, estes recursos contribuem diretamente para a perpetuação da pobreza e indignidade da população.

Introdução

Nos últimos 30 anos, a sociedade mundial começou a passar por transformações intensas em suas estruturas produtivas que acabaram impactando de forma agressiva em todos os setores, desde os econômicos até os sociais e políticos. A raiz destas transformações é a mudança da base produtiva criada no período pós-Segunda Guerra Mundial, que a partir do início dos anos 70 entra em constante crise, exigindo mudanças para se adaptar ao novo cenário produtivo internacional.

É neste momento de mudanças e incertezas, que renasce em dimensão mundial as idéias liberais, agora com nova roupagem e com ar de modernidade, sendo batizadas de Neoliberalismo. O laboratório para estas políticas foi o Chile de Augusto Pinochet (1973-1990), e se espalhou por todo o mundo, desde os países industrializados (Inglaterra de Margareth Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Reagan), os países latino-americanos, como Argentina, México, Peru, Bolívia, Equador, Brasil, e as outras regiões do planeta até a Rússia e os países do ex-bloco comunista, excetuando a China, a Coréia do Norte, Cuba e Vietnã.

As idéias neoliberais acreditavam que o centro das crises do capitalismo era o excessivo papel dos Estados Nacionais, que ao intervirem no sistema econômico acabavam criando instabilidade e inibindo o investimento, gerando ineficiência e reproduzindo crises constantes. O Estado era, por natureza, ineficiente, e essa ineficiência se apresentava através de um protecionismo exacerbado, que punia os consumidores em detrimento dos empresários, que tinham no Estado um agente para protegê-los da concorrência internacional. O Estado, ao intervir na sociedade, criava uma burocracia ineficiente e com inúmeros trabalhadores, criando uma massa de funcionários públicos improdutivos e ineficientes, cujos custos financeiros eram imensos, o que agravava a crise fiscal e financeira do Estado Nacional.

A solução preconizada pelo neoliberalismo era a retirada do Estado da economia, abrindo espaço para a atuação do mercado, que segundo sua visão, pela racionalidade, era o agente fundamental e imprescindível para conduzir as economias para o crescimento da economia e, para um posterior desenvolvimento econômico que traria melhoria nos indicadores sociais.

A visão neoliberal, chamada de modernizadora por seus ideólogos, tinha como base fundamental, a substituição do Estado pelo Mercado como agente responsável pelo crescimento social, onde o segundo, mais racional, assumiria todos os papéis na estruturação das bases para o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

A adoção dos princípios neoliberais na América Latina trouxe inúmeros resultados parecidos entre as economias da região, uma das mais inquietantes é a relação entre as políticas liberalizantes e a corrupção, pois dos países que implantaram as medidas neoliberais, inúmeros presidentes terminaram seus mandatos acusados de corrupção, sendo que alguns não conseguiram nem terminar seus mandatos, como foi o caso do presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello e o Venezuelano Carlos Andrés Perez; outros conseguiram terminar, mas depois foram investigados por irregularidades e corrupção e, em alguns casos defenestrados da vida pública, como Carlos Salinas de Gortari no México, Alberto Fujimori[1] no Peru e Carlos Menem[2] da Argentina.

Diante destas considerações, esta Tese procura analisar a relação existente entre o Neoliberalismo adotado na América Latina e a Corrupção, pois nos parece bastante inquietante e provocativo, percebermos que as medidas adotadas nestes países trouxeram resultados tão semelhantes, sendo que apresentam estruturas produtivas diferentes.

O texto não tem por intuito analisar as medidas adotadas pelos países para combater a corrupção, podemos até citar algumas, mas não temos interesse em analisá-las profundamente, apenas mensurar os recursos que foram extraídos da sociedade em forma de corrupção, tentando alertá-la dos graves desequilíbrios que a extração destes recursos de forma irregular acarreta a economia e a sociedade como um todo.

A corrupção é hoje um fato preocupante em termos internacionais, segundo o Banco Mundial é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento das economias, obrigando com isso, que os países se estruturem e busquem instrumentos para se protegerem deste grave mal que tanto degrada a sociedade e diminuem as riquezas dos países.

Para conduzirmos a investigação, destacamos dois países da América Latina, o Brasil e o México, as duas economias mais industrializadas da região e que apresentaram

[1] Alberto Fujimori depois de se exilar no Japão durante alguns anos, voltou ao Peru em 2005, onde foi indiciado e, posteriormente preso, por inúmeras suspeitas de irregularidades em seu governo, dentre elas vários casos de corrupção.

[2] Carlos Saul Menem, ao terminar seu governo passou a ser investigado por desvios de recursos e remessas ilegais de dinheiro ocorridos em seu período como Presidente da República.

características interessantes ao implantarem as medidas neoliberais, seus governos foram duramente acusados de irregularidades e corrupção

No caso brasileiro, foi Fernando Collor de Mello (1990-1992), primeiro presidente eleito pelo voto popular, depois da ditadura militar (1964-1985) e que teve seu mandato cassado por graves indícios de irregularidade e corrupção. O país viveu nesse momento um clima de grande instabilidade política e ao mesmo tempo, um momento de muitas alterações econômicas, onde o modelo centrado no Estado passa a ser substituído por um paradigma onde o mercado assume, ou teoricamente assumiria o papel central na economia e no desenvolvimento da sociedade.

No México, Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) não foi o presidente que iniciou estas políticas, adotadas pioneiramente nos anos 80, mas se destaca pela intensificação deste modelo, onde o Estado perdeu espaço para o mercado. No seu governo o México passou por grandes mudanças estruturais, onde podemos destacar duas, a adesão ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o surgimento do movimento zapatista (Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN), que causaram grande convulsão na sociedade, com graves impactos econômicos.

No primeiro capítulo, discorremos sobre o Neoliberalismo, sua origem nos anos 70, gerado pelo esgotamento do modelo de Estado intervencionista criado no período posterior a segunda guerra mundial, que foi o responsável pelo amplo crescimento da economia nos anos 50 e 60, e que inspirou Hobsbawm a caracterizá-lo como os 30 gloriosos, justamente o período de maior crescimento do sistema capitalista mundial, com taxas de quase 10% ao ano.

A corrupção é analisada no capítulo 2, e nos mostra que as suas origens são antigas e afetam todos os países. A diferença é o grau de incidência com que ocorre, e seu controle está diretamente ligado a uma sólida construção de aparatos institucionais, que inibem o indivíduo a cometer estas irregularidades, que tanto mal fazem à sociedade, aumentando a miséria, a pobreza e a violência social, erodindo de forma clara a esperança e a confiança dos cidadãos com as instituições dos países.

A corrupção não é monopólio dos países subdesenvolvidos, acontece em todas as economias, até as que alcançaram alto grau de desenvolvimento econômico e social, como Japão, Itália, França, Alemanha e Estados Unidos. Mas percebemos ainda, que é nas

economias subdesenvolvidas que esta forma irregular de extrair recursos da sociedade se desenvolve de forma mais evidente, isso se dá devido ao frágil desenvolvimento institucional destes Estados, que muitas vezes ficam reféns de grupos estruturados que detêm recursos de forma ilícita e se utilizam disso para manter o domínio sobre a estrutura social.

A corrupção se tornou um fator tão importante em termos mundiais que surgiram até Organizações Não-Governamentais (ONGs) para combatê-la, dentre elas destacamos a Transparência Internacional (TI), que criou um indicador para mensurar a corrupção, o Índice de Percepção de Corrupção (IPC), como o próprio nome diz, analisa a percepção da sociedade com relação a corrupção, isso porque é imensamente difícil precisar algo tão incerto e impreciso, já que os corruptos não saem alardeando seus atos.

O terceiro e o quarto capítulos analisam o modelo neoliberal implantado no Brasil e no México, destacando as políticas adotadas na economia e suas principais conseqüências sociais. Percebemos que ambos os Estados Nacionais analisados, apresentam graves desequilíbrios, de ordem econômica, social e política.

O caso brasileiro, analisado no capítulo 3, concentramos esforços na análise do governo Collor de Mello, sua política econômica liberalizante e seus impactos sociais, com relação à corrupção percebemos ainda, que a situação é bastante grave. Em quase 36 meses de governo, Collor de Mello se viu envolvido em inúmeros casos de irregularidade e corrupção, que mobilizou a sociedade civil em prol da cassação de seu mandato, que aconteceu como presidente eleito.

No quarto capítulo, ao analisarmos o caso mexicano, percebemos que o desequilíbrio se mostrou mais acentuado, isso porque esse país tem um sistema político, onde um único partido, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), detêm, desde os anos 20, todo o controle sobre a sociedade, mantendo o controle sobre o aparato Jurídico, a Polícia, o Ministério Público, além de controlar grande parte da economia e do sistema econômico. A corrupção se apresenta como sistêmica, ou seja, não é mais conjuntural, mas esta estruturada na vida institucional do país e seus impactos sociais são inúmeros.

Ao analisarmos os governos neoliberais do México e do Brasil, pretendemos levantar alguns dados e indicadores que nos mostrem quanto foi extraído destes países nesses momentos, onde é sabido que a corrupção se espalhou de forma quase incontrolada,

afetando até os mandatários desses países, gerando um clima de grandes instabilidades econômicas, políticas e institucionais.

Pesquisas recentes feitas pelo Banco Mundial (Bird) mostram que a corrupção extrai da sociedade mundial algo em torno de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, isso daria atualmente, entre US$ 1,5 trilhão e US$ 2 trilhões anualmente. Estes dados são importantes porque é uma visão inovadora e pioneira, e desenvolvida por uma instituição, o Banco Mundial, de grande influência e representatividade internacional, com credibilidade e legitimidade.

A subtração de forma ilícita destes recursos das economias acaba gerando graves desequilíbrios nos países, desequilíbrios que são maiores nos países em desenvolvimento, já que suas estruturas sócio-econômicas se apresentam de forma mais debilitadas, com graves problemas de pobreza, miséria e exclusão social.

Em um mundo globalizado, onde a estrutura produtiva se torna cada vez mais global, onde a produção é feita não mais em um único país, mais em vários países, e isso só é possível graças ao desenvolvimento da tecnologia, das telecomunicações e da informática, que atuam no sentido de diminuir os custos de produção, a corrupção acaba sendo um grave empecilho para o sistema econômico, pois acaba aumentando os custos de produção e elevando o preço dos produtos, algo que deve ser combatido de forma imediata e intermitente.

O objetivo maior desta Tese é analisar os casos brasileiro e mexicano, onde a corrupção aumenta os desequilíbrios sociais e aprofunda o abismo de renda entre os países, aumenta a violência e a desigualdade; e que no período acima estudado, a corrupção disparou e extrapolou todas as medidas, onde poderíamos, sem correrrmos o risco de nos equivocarmos, dizer que nestes países a corrupção subtraiu algo em torno de 10% do Produto Interno Bruto ao ano[3]. Estes recursos poderiam diminuir inúmeros desequilíbrios sociais e viabilizar sociedades melhores com perspectivas mais sólidas para esses países.

A sociedade mundial passa por períodos de grande instabilidade, que ameaçam a credibilidade das instituições políticas e contribuem para o ceticismo da população, que, ao

[3] Se pesquisas feitas pelo Banco Mundial concluíram que a corrupção extrai da sociedade internacional anualmente 5% do Produto Interno Bruto global, algo em torno de US$ 2 trilhões, podemos imaginar, que, tanto no Brasil quanto no México, foram extraídos via corrupção nos períodos analisados um volume superior a 5% do PIB, por exemplo, de 6% a 10%.

perderem as esperanças no futuro, passam a agir de forma predadora, sucumbindo à corrupção, tráfico de drogas, extorsões e outras atividades irregulares.

A corrupção nestes países causa impactos tão grandes na sociedade, que ao compararmos os investimentos públicos em saúde e educação com os recursos desviados via corrupção, percebemos de forma mais evidente e nítida, o tamanho do problema da corrupção nestes países e o grave estrago que faz na sociedade, condenando-as à miséria e a exclusão.

Brasil e México, países com nível médio de desenvolvimento econômico, apresentam o problema da corrupção de forma bastante evidente, mas a medida que a sociedade destes países tome consciência dos males causados pelo desvio de recursos (que piora a concentração da renda, afetando diretamente os gastos sociais e pune de forma avassaladora os pobres, pois são estes os que mais sofrem com o declínio econômico, mais dependem dos serviços públicos e menos podem pagar os custos de propinas, fraudes e obtenção de privilégios), e passe a combater de forma intensa e veemente este mal, a situação social tenderá a melhorar e as políticas públicas, com certeza, terão indicadores positivos para comemorar, uma população mais saudável, com melhorias em áreas estratégicas, como educação, saúde e segurança, setores fundamentais em um mundo marcado pela competição intensa entre países e empresas, em busca de novos espaços para a atuação no competitivo mercado global.

Capítulo 1 - Neoliberalismo

Introdução

A sociedade mundial está passando por inúmeras transformações nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 70, onde algumas características do sistema internacional iniciada no pós segunda guerra mundial entram em crise e abre espaço para um novo paradigma de comportamento econômico e social. As idéias keynesianas, que se estruturava e se baseavam em uma intervenção do Estado na vida econômica, sem atingir totalmente a vida da empresa privada, perde espaço constantemente para outro comportamento ideológico do sistema capitalista, o neoliberalismo.

O embate entre as idéias keynesiana e neoliberal começa fortemente nos anos 60, quando o capitalismo mundial estruturado no intervencionismo estatal começa a perder espaço para o liberalismo.

Os anos 70 alteram rapidamente o cenário internacional, inúmeras crises afetam o sistema e abrem espaço para um novo modelo produtivo, este estruturado num modelo de Estado mínimo, com aumento do papel do mercado, privatizações, abertura econômica, desregulamentação, etc...

O presente capítulo tem como objetivo analisar o aparecimento, desenvolvimento e hegemonia do pensamento neoliberal, não só na América Latina e nos demais países emergentes, como também nos países desenvolvidos, tais como os Estados Unidos e Inglaterra, países que introduziram o pensamento neoliberal.

O neoliberalismo teve início no Chile em 1973[4], com o governo do General Augusto Pinochet, que introduziu de forma avassaladora o pensamento liberal, com resultados variados. O Intuito deste texto é analisar o neoliberalismo na América Latina,

[4] O neoliberalismo chileno iniciou-se nos anos 70 com Augusto Pinochet, cuja inspiração teórica era mais norte-americana (Milton Friedman) do que austríaca (F. Hayek).

não pretendendo se concentrar na experiência do Chile, mas nas experiências levadas a cabo no Brasil e no México.

Ao analisar o neoliberalismo na América Latina, o texto prioriza uma análise do chamado Consenso de Washington, conjunto de medidas e políticas que deveriam ser adotadas para que os países da região conseguissem atingir um alto grau de desenvolvimento econômico.

1.1. O Ressurgimento do Liberalismo Clássico

O neoliberalismo é filho da Crise Fiscal do Estado porque se esgotou o Estado de Bem Estar Social desenvolvido no período posterior à segunda guerra mundial (1945-1970). Neste momento crucial da história deste século, um pacto social entre os agentes sociais (Estado, empresários e trabalhadores) garantia mais bem estar social, mais segurança, maior aposentadoria, maiores pensões e uma presença maior do Estado. Este modelo começa a se mostrar deficiente no início dos anos 70, com uma diminuição do crescimento econômico e um aumento nos índices de inflação, gerando inúmeras discussões sobre a falência do modelo centrado no Estado e, a necessidade de se construir uma nova estratégia para o desenvolvimento.

As idéias neoliberais nascem como um contraponto ao pensamento da época, e pregavam contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Como destaca Anderson: "Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal a liberdade, não somente econômica, mas também política" (1995, p. 9).

Os teóricos neoliberais, liderados pelo austríaco Friedrick Hayek[5], organizaram uma reunião na cidade de Mont Pelerin, na Suíça, onde fundaram a Sociedade de Mont Pelerin[6], cujo propósito era combater o "Keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases

[5] Além do economista austríaco, Anderson destaca ainda, como integrantes deste grupo, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupker, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (1995, p. 10).

[6] Grupo de teóricos representantes do Pensamento Liberal que se opunham ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo Keynesiano e social-democrata e contra a política norte-americana do New Deal.

de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro" (Anderson, 1995, p.10).

Como destaca Chauí, a chamada Sociedade de Mont Pelerin, estava:

> "... navegando contra a corrente das décadas de 50 e 60, esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado-Providencia com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades de mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição sem os quais não há prosperidade. Essas idéias permaneceram como letra morta ate a crise capitalista do inicio dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto e, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação" (1999, p. 28).

Foi apenas quando o capitalismo começou a aparentar sinais de crise ou reversão do crescimento, que os teóricos passam a serem ouvidos com respeito, pois ofereciam supostas respostas para a crise, que, segundo Hayek[7], era causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. O que diminuiu os níveis de lucro das empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis (Anderson, 1995, p.10-1).

Diante do diagnostico dado pelos neoliberais liderados por F. Hayek e M. Friedman, a solução seria a adoção de algumas medidas:

> "1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exercito industrial de reserva que quebrasse o poder dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comercio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulacao ; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição sobre o controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização" (Chauí[8],1999, p. 28).

[7] O economista austríaco Friedrich August von Hayek, ganhador do Prêmio Nobel de Economia (1974), representante da corrente neoliberal expôs suas idéias no seu livro mais importante: "O Caminho da Servidão".

[8] As palavras da filósofa Marilena Chauí, ditas acima, é quase um raio "X" do comportamento do Partido dos Trabalhadores (PT), ao assumir o governo algumas décadas depois, 2003-2006.

Daqui do continente sul-americano se ergueu para ganhar o mundo a grande Teoria do Estado Neoliberal. O Chile[9], sob a ditadura de Pinochet foi o primeiro regime neoliberal da história, isso quase uma década antes de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. O Chile começou sua onda neoliberal de maneira dura, usando todas as armas do receituário: desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, distribuição de renda a favor dos ricos e privatização em massa.

O regime Neoliberal instalado no Chile implicou numa forte ditadura, uma das piores do pós-guerra, com milhares de pessoas mortas e desaparecidas. "Mas, a democracia em si mesma - como explicava incansavelmente Hayek - jamais havia sido um valor central do Neoliberalismo" (Hayek apud Anderson, 1995, p. 19).

Como destacou Arruda, ao estudar o caso chileno de ajuste neoliberal:

> "O Chile durante muito tempo foi mostrado ao terceiro mundo como exemplo do sucesso do neoliberalismo. Na verdade, o país abdicou da industrialização e optou pelo modelo agro-industrial exportador, altamente dependente dos mercados e dos investimentos internacionais. Nada a ver com modernidade. Especializou-se em atender certas demandas dos mercados do hemisfério norte: frutas frescas industrializadas, vinho, bebidas, pescas, salmão, madeira, insumos. E ampliou, como os outros paises 'emergentes', o seu mercado de capitais; mas com o cuidado de regular tanto a entrada quanto a saída dos capitais de curto prazo. Nisto foi um exemplo para os paises 'emergentes', que por não o terem seguido entraram em profunda crise (Ásia do Leste, Rússia) ou estão gravemente ameaçados (Brasil e os 'emergentes' latino-americanos)" (1999, p. 25).

As raízes da crise, afirmavam os teóricos neoliberais, estavam no poder excessivo e demoníaco dos sindicatos e, em maneira geral, do movimento operário. Considerava-se que este movimento operário havia corroído as bases de acumulação e de lucro do sistema capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com suas pressões parasitárias para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

A solução neoliberal seria manter um Estado forte em sua capacidade de romper o poder sindical e no controle da emissão de dinheiro, e fraco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.

[9] É importante destacar que o neoliberalismo do Chile, ao contrário dos países anglo-saxões, teve como inspiração, as idéias do norte-americano Milton Friedman, enquanto nos outros paises se apoiavam no austríaco F. Hayek (Anderson, 1995, p. 19).

Para que isso pudesse acontecer, era necessária uma disciplina orçamentária com uma contenção dos gastos do bem-estar social e com a "saudável" volta do exército de desempregados da década de 30, ou seja, a criação de um exército de mão-de-obra de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos.

Na Inglaterra, em 1979, foi eleito o governo conservador Margareth Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado que estava publicamente empenhado na prática de um programa Neoliberal. Um ano mais tarde (1980), chegou ao poder nos Estados Unidos, Ronald Reagan. Em 1982, Helmut Khol derrotou o regime Social-Liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha.

De todos os modelos de Neoliberalismo, o inglês foi o mais puro e o pioneiro. A Política Econômica de Thatcher contraiu a emissão monetária, elevou a taxa de juros, baixou drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliu o controle sobre a ciranda financeira e sobre os fluxos de capitais, criou um fluxo de desemprego massivo, destruiu todas as greves impondo uma legislação anti-sindical e cortou todos os gastos sociais possíveis e, para delírio de todos os teóricos do Neoliberalismo, se lançou na maior onda de privatizações, começando pela habilitação pública, passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. O pacote de medidas Neoliberais foi o mais sistemático e ambicioso (Anderson, 1995, p. 12).

Nos Estados Unidos, onde o Estado de Bem-estar social quase não existia, nos moldes dos países europeus, a prioridade neoliberal era a competição militar contra a União Soviética, concebida, como uma estratégia para quebrar a economia soviética e derrubar o regime comunista; não se pode esquecer que a administração Reagan também reduziu imposto para os ricos, elevou a taxa de juros e acabou com o já pouco organizado sistema sindical americano (Anderson, 1995, p. 12).

A França, através do governo socialista de François Miterrand se viu forçada pelos mercados financeiros a buscar uma política Neoliberal nos moldes já mais realistas e terminaram por perder a última eleição presidencialista para o partido da direita (RPR), representada por Jacques Chirac. No final dos anos 80, o nível do desemprego era mais alto

que na Inglaterra e só perdia para a Espanha de Felipe Gonzalez[10], que se mostrava bastante monetarista.

A prioridade inicial do neoliberalismo era deter a inflação dos anos 70, mas outros êxitos foram conseguidos pela política neoliberal. Se analisarmos o êxito da política neoliberal pelo combate da inflação, o resultado foi inegável. Na Europa, a inflação caiu de 8,8% nos anos 70 para 5,2% nos anos 80 e em torno de 2,3% nos anos 90. Outro ponto de êxito da política neoliberal foi com relação ao lucro das empresas capitalistas, que saíram de um prejuízo de 5,3% nos anos 70 para 5,2% nos anos 80, a razão disso foi a queda do movimento sindical. O terceiro êxito foi o aumento nos índices de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário a qualquer economia de mercado. O quarto e grande êxito da política neoliberal foi o grau de desigualdade social – talvez o objetivo mais importante de todos os princípios neoliberais – o Neoliberalismo precisa que os ricos como classe dominante possa servir de válvula propulsora para a reanimação do capitalismo avançado mundial (Anderson, 1995, p.15).

O grande paradoxo, entre os anos 70 e 80, e que não houve nenhuma mudança na taxa de crescimento dos países da Europa. Dos anos Dourados resta apenas uma vaga lembrança. Isso só aconteceu, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a especulação financeira do que para o investimento produtivo.

Como constatou Anderson, ao fazer um balanço do neoliberalismo: "Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais, o peso de operações puramente parasitarias teve um incremento vertiginoso nestes anos" (1995, p.16). O autor destaca ainda, como fracasso do neoliberalismo, o peso do Estado de Bem–Estar Social, que em vez de diminuir, aumentou, saindo dos 46% e passando para 48% do PNB médio dos paises da OCDE durante os anos 80. O centro do aumento dos gastos públicos foi o aumento dos gastos sociais com desemprego e o aumento demográfico dos aposentados que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões (Anderson, 1995, p. 16).

[10] O nível de desemprego na Espanha estava na casa dos 20%, um dos maiores do mundo, e a situação da classe trabalhadora se deteriorava constantemente, com níveis de miséria e indigência dos mais violentos (Anderson, 1995, p. 14).

1.2. Da Crise Fiscal às Idéias Neoliberais

As transformações no Estado capitalista, a partir dos anos 30, tiveram repercussões na produção teórica na área de finanças públicas, que perde seu caráter estritamente contábil e passou a constituir um ramo da macroeconomia. No contexto atual, não se discutem as finanças públicas sem enquadrá-las dentro de uma problemática mais ampla: a crise do Estado.

Quando se fala em crise do Estado, devemos destacar que esta é uma dimensão da crise estrutural do capitalismo, cuja face mais visível, por exemplo, foi apreendida como "crise fiscal", embora esta não se resuma apenas a isso. Esta crise do Estado é única devido à novidade da estrutura econômica e social na qual se manifesta, ou seja, uma estrutura na qual é "intima e simbiótica a relação entre Estado e a economia" (Oliveira[11], 1989, p. 3). Assim, é exatamente a natureza dessa relação que torna singular a crise do Estado, diferente da que houve nos anos 30, pois se tratava de uma crise de constituição da estrutura econômica e social, enquanto a dos nossos dias é da própria estrutura que se conformou a partir dos anos 30.

O Estado que "nasce" da crise dos anos 30 ficou conhecido com o nome de Estado Keynesiano. Esta nomenclatura se tornou necessária pela novidade histórica dos elementos que o designavam. Por outro lado, o período de plena realização dessa estrutura passou a ser conhecida como os "anos dourados"[12], devido ao rápido e relativamente estável desenvolvimento econômico, constituindo uma fase que se destaca na história do capitalismo.

Segundo Belluzzo, podemos resumir desta forma as transformações ocorridas na economia e na sociedade internacional depois da segunda Guerra mundial:

> "Os acontecimentos que vem se manifestando no último quarto de século parecem indicar que a era Keynesiana - os anos dourados do crescimento capitalista - foi sucedida, desde o começo dos 70, por turbulências e instabilidades que a historia poderá revelar tão formidáveis quanto as que irromperam nas décadas de 20 e 30. O fato é que o conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que nasceu do acordo de Bretton Woods e prosperou sob a liderança americana, não resistiu ao próprio

[11] Professor do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas.

[12] Os "anos dourados" corresponderam ao período 1945-73, onde o capitalismo mundial apresentou suas mais altas taxas de crescimento econômico de sua história, o termo foi cunhado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm. No período, em todos os "países industriais, incluindo até a lerda Grã Bretanha, a Era de Ouro bateu todos os recordes anteriores" (Hobsbawm, 1995, p. 254).

> sucesso. Os Estados Unidos e sua economia cumpriram, durante os primeiros vinte anos de pós-guerra a função hegemônica que decorria de sua supremacia industrial, financeira e militar. Sob o manto desta hegemonia foram reconstruídas as economia da Europa e do Japão e criadas as condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo". (Belluzzo, 1995A, p. 12)

Segundo Martins:

> "Os anos dourados foram gestados por uma variedade de intervenções heterodoxas que reformaram o sistema econômico e o Estado capitalista. Tornou-se assim possível uma serie de inovações: o funcionamento de agencias de planejamento, o controle de preços e a elaboração de políticas no campo da indústria, do comércio exterior e da seguridade social; os controles exercidos pelos bancos centrais sobre o sistema bancário e as instituições financeiras; a melhoria do sistema tributário com o aumento da participação das receitas no PIB; o estatuto legal dos sindicatos de trabalhadores que permitiu a introdução dos acordos coletivos. Tais reformas, notem-se bem, não foram ditadas pelo jogo cego das forças de mercado. Elas resultaram da ação humana consciente que interveio para criar uma instituição capaz de conciliar o dinamismo econômico do capitalismo com as orientações valorativas elaboradas no espaço sócio-cultural" (1996, p. 5).

Claus Offe destaca os compromissos assumidos pelas classes sociais no período de ouro da economia mundial:

> "Graças a uma espécie de mutuo entendimento tácito, estabeleceu-se uma situação de compromisso entre as classes fundamentais. Os capitalistas passaram a aceitar como legítimos tanto o movimento sindical quanto os gastos sociais do Estado. Os assalariados, por sua vez, deixando de se opor às regras do lucro, limitavam suas reivindicações de modo a não impedir a reprodução ampliada do sistema capitalista. O equilíbrio geral entre oferta e procura era alcançado via políticas macroeconômicas de inspiração Keynesiana, enquanto que o equilíbrio entre salários e lucros era estabelecidos via acordos coletivos supervisionados pelo Estado. As políticas sociais na área da educação, saúde, seguridade e assistência ficavam a cargo do Estado de bem-estar social em franca expansão" (Offe,1989, p.34).

No capitalismo conduzido pelo welfarestate-keynesiano, os grandes desequilíbrios manifestados nas crises econômicas profundas, como a de 29, foram substituídas por flutuações suaves, facilmente toleráveis. A taxa de desemprego, nos anos gloriosos, reduziu-se na Europa a apenas 1,5% da população economicamente ativa (Martins, 1996, p. 5)[13].

[13] Martins destaca ainda, que os "...níveis crescentes de salários proporcionaram aos trabalhadores acesso a um padrão de vida então desconhecido, ao mesmo tempo em que, graças à proteção social, os inválidos, os enfermos e os mais velhos passaram a poder enfrentar as dificuldades inevitáveis, menos afligidos pelo sentimento de insegurança. Tudo indicava que a vida estava melhorando e que o futuro traria cada vez mais prosperidade e bem-estar" (1996, p.5).

O quadro ideológico do pós-guerra se caracterizava pelo recuo do conservadorismo liberal, e a dominância do que se poderia chamar de reformismo Keynesiano. Diante disso, Myrdal afirmava:

> "Um aspecto interessante do aperfeiçoamento gradual do Estado democrático contemporâneo é que muitas diferenças de opinião, em outros tempos de candente importância, agora tendem a desvanecer-se e perder prestígio" (Myrdal apud Oliveira, 1989, p.3).

Mais adiante, comenta:

> "Em todo caso, temos visto poucos exemplos, se é que houve algum, de que a chegada ao poder de um partido mais conservador tenha significado retração de reformas realizadas por um partido mais de esquerda. Tudo isto indica o recuo gradual das posições conservadoras" (Myrdal apud Oliveira, 1989, p.4).

Milton Friedman, no prefacio de seu "Capitalismo e Liberdade" reconheceu o recuo das posições conservadoras:

> "...quando este livro foi publicado pela primeira vez, suas teorias estavam tão afastadas da corrente predominante que não mereceram nenhuma resenha por parte de qualquer das principais publicações nacionais" (Friedman,1982, p.5).

Assim, o liberalismo[14] parecia ter sido definitivamente abandonado nos anos 50 e 60, o que torna surpreendente seu renascimento atual.

Segundo Oliveira:

> "As políticas econômicas de corte Keynesiano e o 'Welfare State' pareciam ter resolvido as questões mais candentes que se colocavam para o capitalismo. As políticas econômicas tornariam insignificante a instabilidade do capitalismo, e a pobreza e a miséria seriam eliminadas pelas políticas sociais do Estado. Assim, apareceriam como coisas do passado as crises, o desemprego em massa e a miséria, e os avanços do ponto de vista social e econômico logrados no pós-guerra pareciam dar razão a essa visão"(1989, p.4).

[14] Além das correntes liberais, as vertentes do marxismo também perdiam terreno, o que se tornava visível com o progressivo enfraquecimento dos partidos comunistas pró-soviéticos na Europa Ocidental. Assim, ao enfraquecimento do liberalismo conservador e do marxismo correspondia o predomínio do reformismo Keynesiano.

Nos anos 70, o padrão de desenvolvimento baseado no welfare state começava a dar mostras de esgotamento. As políticas econômicas convencionais revelavam-se incapazes de direcionar a economia para os caminhos desejados; ou seja, o planejamento indicativo mostrava-se impotente. As fases de expansão tornavam-se mais curtas, as recessões mais rigorosas, a inflação aumentava com vigor, e o estável crescimento auto-sustentado dos anos 50 e 60 não retornava. A dimensão social do Estado, por seu turno, dava mostras de enfraquecimento e crise financeira, e começava a receber críticas vindas das mais variadas direções (Draibe e Henrique, 1988, p.72).

As correntes de pensamento que se contrapunham nos anos 30, de um lado os liberais conservadores e de outro os keynesianos e marxistas, continuam mantendo basicamente as mesmas divergências. Os pontos centrais nesta disputa ideológica são os princípios reguladores do capitalismo: os liberais afirmam que a economia e seus próprios mecanismos de mercado tem o poder de regular a produção e a distribuição da forma mais eficaz e adequada. Por outro lado, marxistas e keynesianos insistem em que o capitalismo contemporâneo é essencialmente instável e que haveria necessidade de outro principio regulador, no caso o principio de autoridade do Estado, a ser exercido através de certos graus de planejamento econômico, onde para os marxistas o controle total estaria nas mãos do Estado, e os keynesianos aceitariam dividi-los com o mercado, a fim de garantir níveis adequados de atividade.

Essas duas correntes de pensamento antagônicas vão entrar em choque nos anos 70, pois ambas apresentam seus pontos de vista com relação `a natureza da crise do padrão de desenvolvimento baseado na Welfare State. Para os keynesianos e marxistas a crise do Estado decorreria da crise econômica, enquanto os liberais vêem a determinação em sentido inverso, ou seja, a crise econômica é produto do intervencionismo estatal.

> "Os liberais centravam suas críticas, durante a fase de auge da acumulação capitalista, no planejamento estatal pelo caráter autoritário e na persistente tendência inflacionária que se manifesta no pós-guerra. Assim, os liberais insistem no caráter inflacionista das políticas monetária Keynesianas, e mesmo nos "30 gloriosos" diversos governos implementaram políticas econômicas de corte monetarista, visando controlar a inflação" (Oliveira,1989, p.4).

É importante salientar que os liberais não possuem uma teoria da crise econômica, pois segundo eles, o mercado é capaz de regular a economia, as crises resultariam sempre

de fatores exógenos a ela. Para essa corrente de pensamento, mesmo que ocorram, as crises teriam curta duração e profundidade, pois constituiriam meros desajustes de mercado, logo corrigidos pelo próprio mercado. Portanto, a profundidade e a duração da crise de 1929 seriam explicadas por equívocos das políticas monetárias do governo, e não pela instabilidade do capitalismo (Oliveira, 1989, p.5).

A explicação da crise por fatores exógenos vai aparecer nas correntes liberais atuais em suas interpretações dos momentos de dificuldades contemporânea. Evidentemente que a ineficácia do "Estado Keynesiano" em criar de novo as condições para o crescimento sustentado e estável fortalece o argumento dos liberais de que a crise atual decorre da intervenção estatal.

Oliveira resume a critica liberal dessa forma:

> "... a crise resultaria da própria interferência do Estado que, com suas regulamentações generalizadas e sua tributação excessiva, retira estímulos à oferta dos fatores de produção: capital e trabalho. O abandono das regulamentações, a redução dos tributos e a diminuição dos gastos do 'Welfare' poderiam reativar a economia e implicar a superação da crise. Baseados na curva de Lafer, os liberais afirmavam que a própria redução dos impostos poderia resultar em aumento da arrecadação tributaria. Feldstein assegurava: 'um corte nos tributos poderia incrementar, nas condições atuais, a arrecadação de impostos, porque liberaria um enorme esforço de oferta atualmente deprimido'" (1989, p.5).

Se para os liberais a crise atual é produto da ação do Estado, visto como gerador da crise econômica, a solução seria a desmontagem dessa estrutura, reduzindo ou eliminando as regulamentações no campo social e econômico, redução da carga tributária, diminuição dos gastos sociais etc. Em suma: restaurar em sua plenitude os mecanismos de mercado, para que o capitalismo possa livremente voltar a desenvolver-se.

Seriam funções do Governo, segundo os autores liberais:

> "...manter a lei e a ordem; definir direitos de propriedade; servir de meio para a mudança dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgar disputas sobre a interpretação das regras existentes; promover a competição; fornecer a estrutura de um sistema monetário; procurar evitar a ocorrência de monopólios; suplementar a caridade pública e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; etc". (Friedman & Friedman, 1988, p.39)

Na visão dos Friedman[15], "um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar", uma vez que "o liberal consistente não é um anarquista" (1988, p.39).

Segundo os liberais, quando a interferência do governo se torna abusiva, ele passa a oprimir os indivíduos como consumidores de bens e serviços. Colocando-se nesta qualidade

> "...não somos nem mesmo livres para decidir como gastar a parte da renda que nos sobra dos impostos. Não temos liberdade de comprar ciclamatos (...). Nosso médico não nos pode receitar numerosos medicamentos que talvez considere os mais eficazes para nossos padecimentos, mesmo que essas drogas existam em abundância no exterior. Não temos liberdade de comprar um carro sem cintos de segurança" (Friedman, 1980, p.76).

Segundo os Friedman, os sindicatos têm considerável influência na fixação dos salários, supervalorizando-os relativamente aos que seriam estabelecidos através do livre funcionamento do mercado. Todavia uma gama variada de outras conseqüências, de grande repercussão para o conjunto dos cidadãos, decorre da atuação sindical, uma vez que "o sindicato bem-sucedido reduz o número de empregos a disposição do ramo que controla" e a amplificação da base de atuação sindical "poderia significar salários mais altos para os que conseguissem emprego", mas acarretaria "mais desemprego para os demais". Isto, com boa dose de probabilidade, fariam com que os sindicatos se dividissem em fortes e fracos, "com os membros dos primeiros ganhando salários mais altos (...) às expensas dos membros dos segundos" (Friedman, 1980, p.231). No enfoque friedmaniano, não só os trabalhadores desempregados ou mal pagos seriam atingidos pelos defeitos deletérios da ação sindical ao promover a alta dos salários, uma vez que, enquanto consumidores, todos os cidadãos passariam a pagar preços mais elevados por tudo que consumissem (Friedman, 1980, p. 232).

Entre o próprio discurso teórico do liberalismo e suas praticas no poder existe um descompasso, o que gerou, segundo Oliveira, a "...expressão LIREX - liberalismo realmente existente, tal como já havia sido forjada a expressão SOREX - socialismo realmente existente" (1989, p.6).

[15] É importante destacar, quando se refere aos Friedman, que se trata do casal Rose e Milton, marido e mulher.

> "A própria administração Reagan, que se dizia inspirada na "economia da oferta", reduziu os impostos das camadas mais ricas e cortou gastos sociais, mas, por outro lado, operou com déficits públicos crescentes, e sua política foi mesmo denominada Keynesianismo bastardo" (Tavares, 1985).

Segundo argumento usado por Tavares, à recuperação a partir de 1982 deveu-se muito mais aos estímulos à demanda, resultantes dos déficits fiscais crescentes, do que a outros fatores. Diante disso, o principio liberal de reduzir a intervenção do Estado não foi levado a cabo e, quando da quebra das bolsas na segunda-feira negra[16], os liberais no poder não hesitaram um átimo e logo se utilizaram de todos os instrumentos estatais disponíveis para impedir que a quebra se aprofundasse (Tavares, 1985).

Seguindo a lógica de análise de Tavares (1985), para o lingüista norte-americano Noam Chomsky e o ideólogo conservador britânico John Gray, os Estados Unidos não são muito indicados para darem exemplos de economia neoliberal, muito pelo contrário.

Como destaca o lingüista, "... é ridículo falar de um modelo norte-americano caracterizado por um duro individualismo e livre da interferência estatal. O governo Ronald Reagan foi o mais antimercado da história moderna dos Estados Unidos. Duplicou virtualmente as barreiras para tentar salvar a indústria norte-americana" (Chomsky, 1998).

Para Gray, o caminho é mais ou menos o mesmo: "Os Estados Unidos foram protecionistas na maior parte de sua história. (...)É um erro, por exemplo, achar que Ronald Reagan é o profeta do livre mercado. (...) Mas, claro, houve, ao mesmo tempo, um pouco mais de mercado e comércio livres" (1999A, p.84).

Os Friedman acreditam que a inflação é um fenômeno monetário que resulta de uma expansão mais rápida da quantidade de moeda em circulação do que a da oferta real de bens e serviços; defendem a livre flutuação das taxas cambiais, as quais devem ser determinadas no mercado por transações privadas, sem qualquer interferência do Governo. Todavia, as taxas de câmbio flutuantes são, muitas vezes, associadas à instabilidade econômica e financeira, o que eles consideram falacioso.

Para eles:

> "Ser a favor de taxas de cambio flutuantes não significa ser a favor de taxas de cambio instáveis. (...) O que desejamos e um sistema em que os preços sejam livres para flutuar - mas no qual as forcas que os determinam sejam

[16] O termo sexta-feira negra "está relacionado a catástrofes financeiras" (Sandroni, 1996, p. 288).

> suficientemente estáveis de modo que os preços mudem dentro de limites moderados" (Friedman & Friedman, 1988,p.39).

Os neoliberais[17] consideram as políticas de subsídios e incentivos creditícios e fiscais, bem como as políticas sociais típicas do welfare state, como interferências no sistema de mercado. E o financiamento dos gastos públicos necessários à sustentação do welfare state o grande responsável pela quase totalidade dos males que afligem a sociedade: a ampliação do déficit público, a redução da poupança privada, a inflação, o desestimulo ao trabalho e à concorrência, a redução da produtividade, a marginalização social etc (Camargo Neto, 1997, p. 83).

Como afirma Offe, o período pós-guerra foi marcado pelo reformismo Keynesiano, que compreendia uma aliança implícita de classes. Foi esta aliança que deu sustentação para o grande crescimento econômico do período 1945-75. Se os capitalistas aceitavam os sindicatos e os gastos sociais do Estado, os trabalhadores, por seu turno, aceitavam as regras do lucro privado e limitavam suas reivindicações, de forma a não por em questão a ordem capitalista. Ora, a política neoliberal, tal como se delineia atualmente, pelas suas práticas quanto à distribuição de renda e pelas suas atitudes ante os sindicatos, implicaria uma ruptura com a aliança de classe reformista. Na verdade, a política neoliberal levada as suas últimas conseqüências seria incompatível com a democracia de massas características do pós-guerra (1989).

Oliveira destaca a visão de alguns setores marxistas, que compartilham da idéia liberal de que a crise do capitalismo esta ligada à conformação do Estado[18] atual. Segundo esta visão, os empréstimos teriam induzido o Estado a assumir parte de seus custos de produção. Por um lado, à medida que os baixos salários pagos não cobrem os custos de reprodução da força de trabalho, passa a ser de responsabilidade do Estado, através de seus

[17] Cabe neste espaço uma explicação importante. O termo Liberalismo está ligado ao pensamento desenvolvido pelo economista escocês Adam Smith, no século XVIII, para definir uma linha ideológica que repelia a intervenção do Estado na economia e atribuía ao Mercado a responsabilidade pela condução das questões econômicas e sociais, mas Adam Smith dava um papel importante como vigia para que as mercadorias circulem livre e rapidamente, e também na educação e na saúde. O Neoliberalismo está ligado ao renascimento das idéias liberais, onde os princípios do Liberalismo Clássico eram revividos, mas exagerando-os com uma repulsa ao Estado interventor, a favor das empresas privadas e da privatização de empresas públicas, além da desregulamentação da economia e da abertura econômica, não dando espaço que Adam Smith reservava ao Estado.

[18] Onde os neoliberais enxergam um excesso de Estado, uma ineficiência das empresas estatais e para isso pregam menos Estado, os marxistas visualizam um Estado privatizado pelas forças do mercado e para isso pregam uma reconstrução ou até mesmo sua total destruição.

gastos sociais, contribuir com o que seria um salário indireto para os trabalhadores. Por outro lado, custos de pesquisas tecnológicas ou de capital social básico também foram atribuídos ao Estado pelas camadas dominantes. E são exatamente essas atribuições que geram a crise no capitalismo.

Segundo O'Connor :

> "...embora o Estado tenha socializado os custos de capital, o excedente social (inclusive lucros) continua a sofrer apropriação privada. A socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros geram uma crise fiscal, ou uma 'brecha estrutural' entre as despesas do Estado e suas receitas. O resultado é uma tendência para as despesas publicas cresceram mais rapidamente do que os meios de financiá-las" (Apud Oliveira, 1977, p. 22).

E mais adiante: "a acumulação de capital social e de despesas sociais é um processo contraditório que cria tendências para a crise econômica, social e política" (O'Connor apud Oliveira, 1977, p.22). Diante disso, conclui-se: não é a crise econômica que gera a crise do Estado, mas, ao contrário, é a própria ação do Estado que resulta em tensões de toda ordem na sociedade.

Baseando-me em Oliveira (1989), posso dizer que Keynesianos e marxistas entendem que o determinante das turbulências dos anos 80 é a própria crise econômica, e a crise do Estado não é senão uma das dimensões da crise econômica. A crise do Estado teria duplo aspecto. 1) aparece como uma crise do welfare: a desaceleração do crescimento econômico provocaria desequilíbrios financeiros profundos, ou seja, a arrecadação fiscal do Estado tende a se reduzir e suas despesas sociais tendem a crescer com o desemprego. 2) ela é resultante da ineficácia das políticas monetárias e fiscais tradicionais. Ou seja, diante da crise atual, essas políticas se mostram incapazes de reconverter a economia na direção desejada.

Como atesta Oliveira:

> "...Keynesianos e marxistas, reconhecendo a impotência do Estado atual em reconverter a economia através de políticas convencionais, não estariam admitindo a falência de suas teorias. Na verdade, vão afirmar que os 30 gloriosos foram resultado de outros fatores e não meramente produto da política econômica praticada no pós-guerra" (1989, p.8).

Os anos 50 e 60 assistem a grandes transformações monetária e financeira causadas pela saída para o exterior de capitais públicos e privados dos Estados Unidos em direção ao Japão e à Europa, por meio de auxílios do Plano Marshall, da migração de filiais de bancos e empresas americanas e pelo elevado número de trocas ali estacionadas. Esse movimento acabou com a escassez de dólares no exterior e transformou os norte-americanos de maiores credores para maiores devedores internacionais[19].

Segundo Brunhoff, as políticas monetárias e financeiras do pós-guerra seriam simplesmente responsáveis por prolongar fases de expansão e reduzir a duração das recessões, e nunca suficientes para explicar os 30 anos de crescimento auto-sustentado. A dimensão fundamental das transformações desde os anos 30 é dada pelas profundas reformas econômicas, sociais e do próprio Estado, que foram levadas a cabo. E seria por meio dessas transformações que se poderiam explicar os "30 gloriosos" (1991)..

Segundo Aglietta,

> "...as reformas e as transformações implementadas nos anos 30 e depois do pós-guerra compreendem mudanças que alteram as relações entre bancos centrais e sistemas bancários. Por outro lado, o sistema tributário dos países avançados é transformado, fazendo com que a participação das receitas fiscais do PIB seja incrementada em 300% ou 400%. Também os sindicatos nos anos 30 e no pós-guerra terão novo estatuto legal, e suas atividades assumirão novo papel econômico. Na verdade, a generalização nos países avançados da pratica dos acordos coletivos de trabalho, instrumentalizados pelos sindicatos, foi fundamental para a definição e manutenção de certa norma de consumo"(Aglieta, 1979).

Segundo Oliveira:

> "O próprio aparelho de Estado foi reformado para que a política do 'welfare' se tornasse possível, e essa nova dimensão do Estado aparece como garantia da manutenção da norma de consumo e como mecanismo estabilizador da economia. O aparelho estatal foi ampliado com a criação de novas agencias para controlar preços e de órgãos dedicados a estabelecer linhas de políticas industriais, agrícolas etc" (1989, p. 8-9).

Singer define os pactos inéditos do capitalismo depois da crise dos anos 30:

[19] O aumento do endividamento teve como contrapartida uma grande acumulação financeira por parte de empresas e bancos multinacionais, que ampliaria ainda mais os principais fluxos financeiros internacionais.

> "Pela primeira vez na historia do capitalismo a economia foi resgatada da crise não pela reação espontânea dos mercados mas por uma ação deliberada do Estado. Esta mudança marca a entrada do capitalismo em nova etapa, que chamaremos capitalismo dirigido" (1998, p.156).

No período de gestação da nova estrutura (1930/50) uma guerra mundial produziu efeitos sobre a estrutura econômica, ao queimar capitais e consumir capacidade produtiva, ou seja, ao destruir a velha riqueza abrindo campo para o surgimento de novas frentes de expansão. Destacamos também, do ponto de vista internacional, que a guerra aparece como condição para a cristalização da hegemonia americana sobre o mundo capitalista e para que o dólar se torne a moeda das operações internacionais.

> "O pós-guerra assiste a amplos planos internacionais comandados pelos Estados Unidos, como a reforma no Japão ocupado, que recebeu ainda empréstimos americanos, e o Plano Marshall, que deslança as condições para o desenvolvimento do padrão americano de industrialização da Europa" (Oliveira, 1989, p.9).

Segundo Singer:

> "O principal vencedor da 2° guerra mundial foram os Estados Unidos e sua vitória representou a difusão mundial da revolução rooseveltiana. O capitalismo dirigido, após 1945, adquiriu um sentido democrático e progressista, consubstanciado pelo compromisso de todos os governos - *de manter o pleno emprego.* Este compromisso equivaleu a um pacto social, pelo qual se reafirmou a democracia, adicionando-lhe a responsabilidade assumida pelo Estado de assegurar a todos os cidadãos trabalhos e condições aceitáveis de vida" (1998, p.158).

As transformações e reformas ocorridas no período 1930/50 indicam que seria absurdo atribuir o dinamismo dos "30 gloriosos" simplesmente às políticas monetárias e fiscais; mas nos anos 70, esgota-se o dinamismo, e uma crise estrutural se manifesta.

Coutinho e Belluzzo caracterizam a crise dos anos 70 como um processo generalizado de superacumulação, acompanhado do esgotamento de certo padrão tecnológico. Por outro lado, a crise atual se manifesta num capitalismo que levou ao alto grau a internacionalização do capital produtivo e financeiro (1978).

Diante disso, conclui Oliveira:

> "Nessas condições, as políticas monetárias e fiscais levadas a cabo em âmbito nacional mostram-se incapazes de controlar e dirigir a ação das empresas multinacionais e dos grandes bancos. A superacumulação bloqueia os investimentos produtivos, e as políticas de relançamento da economia não resulta em elevação da taxa de investimento, e mesmo que essa taxa se incremente, os investimentos que se realizam são localizados e se mostram insuficientes para desencadear um processo de crescimento auto-sustentado. Finalmente, dadas as características das novas tecnologias, ondas de investimentos podem resultar em redução do volume do emprego, já que a tecnologia destrói intensamente postos de trabalho" (1989, p. 9).

Diante do exposto acima, não se pode insistir em políticas convencionais e repetir velhas formas, pois a crise exige profundas reformas nos instrumentos tradicionais manipulados pelo Estado, e a criação de novas formas de regulação da economia, tanto em nível nacional como no global.

Ingrao sintetiza com grande precisão a trajetória do Estado no pós-guerra:

> "...interesses particulares e privados passaram a controlar parcelas do aparelho de Estado, e seria exatamente esse controle privado que retiraria o caráter publico próprio da ação estatal. É evidente que, em fases de expansão econômica, fica encoberta a aberração da forte presença privada no aparelho do Estado, mas, a feudalização do Estado por interesses particulares bloqueia qualquer ação política de transformação" (1980)..

A crise econômica da época apresentava múltiplas manifestações: crise econômica, crise do Estado em sua dimensão social e Keynesiana, crise social e crise política. Portanto, vive-se um momento de inflexão na historia do capitalismo, e nessas conjunturas não basta repetir velhas formulas e receitas ultrapassadas.

1.3 A Crise dos anos 70

Os anos 70 se caracterizaram por profundas transformações na economia e na sociedade mundiais, que foram descritas assim por Mattos:

> "Os anos 70 estão marcados pela falência da era Keynesiana e pela incapacidade das grandes potências em criar uma nova ordem econômica internacional. Os EUA deixaram de ser o provedor da demanda efetiva do mundo capitalista, explicitando as contradições de um sistema que só pode funcionar enquanto este pais detinha uma hegemonia incontestável em todos os seus aspectos: político, militar, financeiro, industrial e diplomático" (1998,p.19).

A crise dos anos 70 acentuou a crise de liderança mundial dos Estados Unidos. No plano militar destacamos a derrota para o Vietnã e a crescente expansão da forca da União Soviética e da China; no plano econômico destacamos o crescimento econômico da Alemanha e Japão, países completamente destruídos na II Guerra Mundial.

A crise financeira e de comércio internacional e a inflação crônica associada ao baixo crescimento econômico (fenômeno conhecido como estagflação) são as manifestações mais importantes dessa crise global. O caráter produtivo de crise e atribuído as mudanças no paradigma tecnológico, que passam a ser chamadas de "Terceira Revolução Industrial".

Como destaca Soares: "Os impactos e conseqüências da crise, bem como as soluções para o seu combate, além das determinações mais gerais dadas pela própria etapa de desenvolvimento do capitalismo, diferenciam-se entre outros paises pela inserção internacional de suas economias e pelos particulares desenvolvimentos históricos, que determinam respostas sociais e políticas especificas" (2000, p.11).

Furtado, destaca, que o:

> "...quadro internacional que havia possibilitado a industrialização, mudou profundamente no inicio dos anos 70: a crise do dólar, seguida do primeiro choque petroleiro, deu origem a grande massa de liquidez internacional com a baixa nas taxas de juros, conduzindo ao processo de sobreendividamento de grande número de paises do terceiro mundo. O que vem em seguida e a dolorosa historia dos ajustamentos impostos aos paises devedores: de absorvedores passam estes a supridores de capitais internacionais, devendo concomitantemente aumentar o esforço de poupança e reduzir o investimento interno. Esses ajustamentos exigem um consenso e uma disciplina social difíceis de serem alcançados em qualquer país, e mais ainda em sociedades marcadas por profundas desigualdades e atraso político, como e a brasileira. Daí que a crise atual, que já se prolonga por dois decênios, nos parece insuperável, havendo sido notória a incapacidade do Estado para enfrentá-la (1998, p. 40-1).

Segundo F. Braudel, "o mundo não pode viver sem um centro de gravidade" (apud Fiori, 1997, p. 93). Outros autores caminham na mesma direção. Gilpin e Kindleberger, criaram a "Teoria da Estabilidade Hegemônica", segundo a qual as grandes crises do sistema capitalista ocorreram em períodos onde não existia uma liderança mundial, como nos anos 30 (época onde a Inglaterra não mais exercia o papel de potência hegemônica e os Estados Unidos estava envolvido com conflitos internos entre os expansionistas e os isolacionistas) e nos anos 70 (crise da hegemonia norte americana). (Fiori, 1997, p. 93).

Segundo Kindleberger “para que a economia mundial seja estabilizada, deve haver um estabilizador, e um só país estabilizador” (apud Fiori, 1997, p. 93).

A crise dos anos 70 foi uma crise de hegemonia, uma crise da hegemonia norte americana, hegemonia esta exercida na “época de ouro do capitalismo”[20]. Alguns autores definem hegemonia como uma capacidade material, matérias-primas estratégicas, capitais de investimentos, tecnologia de ponta, armas, informações e acesso aos mercados internacionais.

A crise do capitalismo dos anos 70 traz como uma das suas conseqüências mais importantes a quebra do consenso econômico e social em torno da equação crescimento econômico-políticas estatais de bem estar social.

Um país hegemônico desenvolve um papel ativo e gerência visando, manter os mercados abertos, homogeneizar as políticas macroeconômicas, policiar os sistemas de taxas de câmbio, tomar iniciativas anticíclicas e atuar quando necessário como emprestador de última instância (Fiori, 1997).

Diante disso, percebemos que hegemonia e internacionalização são conceitos que melhor sintetizam o debate contemporâneo sobre a “crise americana” dos anos 70 e seus desdobramentos até o fim da guerra fria (anos 90).

1.4 **Auge e crise da Hegemonia Americana**

A hegemonia mundial dos Estados Unidos posterior à segunda guerra mundial foi bastante diferente da hegemonia inglesa. No caso inglês, o equilíbrio de poder em que se sustentava no controle europeu foi desestabilizado pela expansão política e econômica do poder alemão (segunda metade do século XIX).

[20] A Era Dourada do capitalismo caracterizou-se, do ponto de vista da produção industrial, pela crescente oligopolização dos mercados, preços rígidos à baixa, em um contexto de expansão do mercado de consumo de massas e de elevados ganhos de escala, também nos setores produtores de bens de capital e de bens intermediários; caracteriza-se também pelos aumentos de produtividade, que se refletia em ganhos de salários reais.

A nova ordem mundial norte americana foi sendo desenhada, na prática, pelo impasse nas conversações com a União Soviética sobre a reunificação da Alemanha e sobre o destino dos territórios ocupados na Europa central.

Os Estados Unidos, em função da competição com a União Soviética, submeteram em várias oportunidades seu interesse imediato ao interesse coletivo dos seus aliados.

A partir dos anos 60, os Estados Unidos começaram a perder espaço, suas exportações caíram, aumentou seu endividamento e seus problemas fiscais. Diante disso, nos anos 70, o modelo norte-americano de desenvolvimento apresentou sinais de esgotamento.

A ruptura da hegemonia norte americana ocorre no período 1968-1973, entre os principais motivos, destacamos:

* Reinício dos grandes conflitos sociais europeus.

* Estados Unidos são derrotados na guerra contra o Vietnã.

* Rompimento dos acordos de Bretton Woods[21]. Este fato ocorreu em agosto de 1971, quando o presidente norte-americano, Richard Nixon, anunciou que os Estados Unidos não mais honrariam a conversibilidade do dólar em ouro, rompendo com isso o acordo de Bretton Woods. Esta medida representou a retirada definitiva do ouro do sistema monetário internacional.

* Sírios e Egípcios (armados pelos soviéticos) conseguem sucessos militares na Guerra do Yom Kippur. Esta guerra se iniciou com a invasão do território judeu pela Síria ao norte e pelo Egito ao sul, no feriado judeu do Yom Kippur. Israel respondeu violentamente e o conflito armado terminou em impasse. Sob a influência dos Estados Unidos da América, da União Soviética e da Organização das Nações Unidas, foram feitos acordos de Paz em 1973, 1974 e 1975, que mantiveram os territórios judeus sem nenhuma mudança (Fiori, 1997, p. 125).

[21] O Acordo de Bretton Woods foi o nome pelo qual ficou conhecido a Conferência Monetária e Financeira realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) com representante de 44 países, para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

∗ Estados Unidos são obrigados a aceitar o primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, jogando assim pela janela o "regime energético" que sustentou o crescimento econômico barato[22].

Hobsbawn sintetizou bem o período entre o pós II guerra e o fim da guerra fria:

> "...seria possível dizer que, entre 1945 e o início da década de 1970, a economia mundial sofreu oscilações relativamente pequenas, ao passo que desde 1973 nos vimos de novo em um período marcado por sacudidas muito fortes: as crises de 1980-82, 1990-91 e 1997-98. É possível que uma tendência similar nos aguarde no futuro, tornando difícil estabelecer uma data precisa assinalando a passagem de uma era para a seguinte. Também é evidente que os efeitos do colapso da União Soviética revelaram-se extremamente graves e duradouros. Eu acredito que este seria um problema muito importante, mas também subestimei sua gravidade. Se hoje tivesse de reescrever *A era dos extremos,* seria mais cauteloso ao prever uma rápida expansão global da economia capitalista no futuro próximo. Em conseqüência do colapso da União Soviética, essa tendência pode sofrer um adiamento ainda maior do que o previsto em meu livro. Por isso, é muito difícil saber se já saímos do "breve" século XX" (2000, p.10).

Estes fatos contribuíram para conduzir a sociedade norte-americana a grandes abalos econômicos, políticos e sociais. As agitações sociais na Europa e no próprio país trouxeram várias conseqüências para o cidadão norte-americano, greves sindicais, movimentos estudantis, movimentos sociais com bandeiras do pacifismo à contracultura; todas estas agitações transformaram a sociedade norte-americana, pois trouxeram avanços significativos no campo dos direitos e reformas estudantis, além de ganhos salariais significativos, soma-se a tudo isso, a adoção do projeto da "Grande Sociedade" (governo Johnson).

A guerra do Vietnã sofreu grande deslegitimidade com os movimentos sociais de 1968[23], pois muito destes movimentos eram pacifistas, contra armas nucleares, guerras, etc..., o que acabou por minar politicamente os movimentos militares no Vietnã.

No plano econômico[24] destacamos a estagflação (estagnação econômica e aumento nos índices de inflação), impotência das políticas nacionais anticíclicas e avanço da internacionalização financeira, alimentada pela reciclagem dos petrodólares[25].

---

[22] O aumento dos preços do petróleo em quatro vezes pelos países da OPEP (Organização dos países exportadores de petróleo), apenas contribuiu para a crise do capitalismo, mas não pode ser caracterizado como o motivador.

[23] Estes movimentos se espalharam também para os países subdesenvolvidos, tais como os movimentos de libertação africanos e os movimentos guerrilheiros latino-americanos.

No plano político, a França do General De Gaulle inicia uma rebeldia contra os Estados Unidos, primeiro pressionando-os para que saiam da Europa, pois estes lá estavam desde a II guerra mundial, depois criando sua própria forca atômica, e finalmente abandonando a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

De Gaulle inicia uma busca de hegemonia na Europa, e veta a entrada da Inglaterra no Mercado Comum Europeu e inicia um processo de reaproximação com a China. A Inglaterra só vai conseguir adesão ao Mercado Comum com o fim da era De Gaulle.

Na década de 70[26], o governo de J. Cárter, apesar de representar um desastre da liderança mundial dos Estados Unidos, abre caminho para a restauração conservadora de Ronald Reagan, que radicalizou com a Guerra Fria e retomou a hegemonia para o governo norte-americano.

1.5 A Restauração da ordem via políticas neoliberais

Para retomar a hegemonia dos Estados Unidos, o governo Reagan aderiu a prática da moeda forte, com isso os anos 80 se caracterizaram por um rigor monetário sem precedentes. A restauração da hegemonia norte-americana foi respaldada pelos recém eleitos governos conservadores M. Thatcher (1979) e H. Kohl (1982), respectivamente na Inglaterra e Alemanha.

1.5.1. O governo conservador de Margareth Thatcher.

A Inglaterra deu inicio à trajetória neoliberal com Margareth Thatcher. Buscando a "modernização pela racionalidade objetiva do mercado", suas principais medidas buscavam

[24] O início da crise dos anos 70 contrastou com o fim do ciclo mais extenso de crescimento continuado do capitalismo (1945-1970).

[25] Nome dado ás divisas provenientes da exportação de petróleo. O termo difundiu-se em 1973, quando a OPEP elevou de 3 para 12 dólares o preço do barril de óleo cru, ocasionando um enorme afluxo de divisas para os Estados exportadores. Mas vários milhões desses petrodólares não encontraram aplicação dentro das limitadas estruturas econômicas de alguns paises membros da OPEP e retornaram ao Ocidente, injetados nos bancos e grandes financeiras com sede nos paises mais industrializados. Foi a origem da grande liquidez do mercado financeiro internacional, que durou ate o fim da década de 70.

[26] Fim dos anos 70, mundo sem hegemonia e numa crise gigantesca.

uma contração da emissão monetária, a elevação das taxas de juros, a redução dos impostos sobre altos rendimentos, abolição de controles sobre fluxo financeiro, com desdobramentos na criação de níveis de desemprego massivos, a imposição de uma legislação anti-sindical e no corte de gastos sociais.

Margareth Thatcher assumiu o governo britânico em 3 de maio de 1979, "com uma crítica política à crescente intervenção do Estado baseada em teorias de sobrecarga política com uma critica econômica ao Keynesianismo fundadas em concepções monetaristas da economia" (Fernandes, 1995, p. 19).

> "Thatcher argumentava que o Estado britânico havia se tornado demasiado grande e, ao aumentar sua presença na economia, diminuía a eficiência estatal. Inspirada na obra de economistas monetaristas, Thatcher acreditava que a inflação era causada pelo aumento excessivo da oferta monetária, que resultavam em excessivos déficits do setor público, portanto, para obter crescimento sem inflação eram necessárias metas rígidas para o crescimento da oferta monetária e defendia a redução drástica da proporção do déficit em relação ao PIB" (Fernandes, 1995, p.19).

No período 1979-1982, o governo concentrou seus esforços no combate a inflação através do tratamento de choque em moldes ortodoxos, fazendo-a cair de 10,5% em 1979 par 5,4% em 1982 (Fernandes, 1995, p.20).

Fernandes enumerou os fatores considerados pelo governo Thatcher como os responsáveis pela inflação:

> "a) ausência de controle fiscal e monetário; b) excesso de poder sindical; c) excesso de intervenção governamental e tributaria; e d) ausência de incentivos ao trabalho por causa da política de previdência social e outros benefícios do Estado de bem-estar" (1995, p. 20).

Para Anderson, além de seu pioneirismo, o neoliberalismo a lá Thatcher teria sido o mais puro, sistemático e ambicioso desses experimentos nos países de capitalismo avançado (1995, p. 12).

Nas palavras de Anderson: "O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E finalmente – esta

foi uma medida surpreendentemente tardia -, lançaram-se num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida à industria básica como aço, eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado" (1995, p.12).

O governo conservador inglês também deu inicio ao seu programa do lado da oferta, que consistia basicamente na repressão ao poder dos sindicatos[27], privatização e desregulamentação, e reforma fiscal.

O primeiro ministro Jim Callaghan, em um provocativo discurso no Congresso do Partido Trabalhista em 1977, deixou isso extremamente claro:

> "Nós costumávamos pensar que, para sair de uma recessão, tratava-se de aumentar o emprego cortando impostos e promovendo o gasto público. Digo a vocês, com toda a honestidade, que aquela opção não existe mais e, na medida em que pode existir, funcionou em cada ocasião, desde a guerra, injetando maiores doses de inflação na economia, seguida por um nível mais elevado de desemprego como o próximo passo... Agora nós devemos nos voltar para os fundamentos" (Beynon, 1999, p. 268-9).

A repressão ao poder sindical[28] se deu via medidas restritivas legais ao direito de greve, tais como uma serie de leis sobre o emprego (Employment Acts), que tiraram muitas das imunidades e limitou crescentemente o poder dos sindicatos de resistir com ações grevistas. Beynon enumerou algumas destas leis que trouxeram prejuízo aos trabalhadores e sindicatos:

---

[27] Embora tenha sido no governo conservador de Margareth Thatcher que os sindicatos e os trabalhadores acumularam as maiores perdas sociais e legais, deve-se reconhecer, tal como Beyon, "...que o projeto neoliberal no Reino Unido precedeu a Thatcher. Ele começou sob o governo trabalhista e foi precipitado pela crise dos meios de pagamento. A intervenção do FMI em 1976 restringiu seriamente as opções abertas ao governo no meio de uma recessão severa e comprometeu-o a cortes nos gastos públicos de 8 bilhões de libras, entre 1977 e 1979. A experiência convenceu o governo de que o Keynesianismo estava no fim" (Beynon, 1999, p. 268).

[28] Beynon escreve que "Nos anos 70, o movimento sindical britânico era visto como um dos mais militantes e organizados do mundo. Menos dependentes do Estado que seus correspondentes continentais, ele punha ênfase em seu status como um movimento sindical "independente", apoiado sobretudo na 'livre-negociação coletiva'. Com base em uma historia de luta e experiência, as organizações de representantes por seções (shop stewards) nas industrias de metalurgia e de veículos eram vistas como defensoras combativas dos direitos dos trabalhadores. No serviço publico e nas industrias nacionalizadas, sindicatos fortes e organizados nacionalmente ofereciam um guarda chuva de proteção para seus membros. Greves nacionais como aquelas organizadas pelos mineiros de carvão em 1972 e 1974 eram vistas como emblemática dessa forca e como formas que, caso mobilizadas, poderiam ser utilizadas para defender e estender os direitos dos trabalhadores a um emprego bem pago e bem seguro".

> "1) Todos os sindicatos tinham que formalmente registrar-se e registrar seus estatutos junto a uma agência estatal; 2) os dirigentes dos sindicatos nacionais tinham de ser eleitos por escrutínio entre seus afiliados; 3) a ação grevista tinha que ser apoiada por uma votação pelo correio entre os trabalhadores envolvidos, embora uma decisão em favor da greve não fosse obrigatória para aqueles que lhe fossem contrários, nem protegesse os grevistas da demissão; 4) greves em apoios de outros trabalhadores (ações secundarias) seriam ilegais; 5) os regulamentos com respeito ao reconhecimento dos sindicatos pelo empregador ganharam emendas tornando o reconhecimento mais difícil; 6) o closed shop (em que se exige que todos os trabalhadores em um local de trabalho particular sejam membros de um sindicato) foi abolido e a regra pela qual um trabalhador "recusava-se" a ligar-se a um sindicato transformou-se em outra, a qual requeria-se que os trabalhadores conscientes "optassem" 7) exigia-se dos sindicatos que mantivessem eleições por escrito sobre o "imposto político" (parte da cota dos sindicato que os sindicatos mantinham em um fundo político e que normalmente utilizavam para afiliar seus membros ao Partido Trabalhista" (1999, p. 274).

Diante do dilúvio neoliberal, Beynon destacou algumas conseqüências para os trabalhadores ingleses:

> "Acordos coletivos nacionais (que negociavam índices de salários mínimos para indústrias e empresas específicas), estabelecidos em décadas de organização sindical, foram virados de cabeça para baixo e substituídos por contratos individuais e locais. Entre 1980 e 1990, a OCDE estimava que os acordos coletivos nacionais no Reino Unido caíram de 70% para 47%, considerando todos os trabalhadores. Além disso, em muitas fábricas, os empregadores (em especial de empresas americanas) embarcaram em campanhas anti-sindicais, incentivando seus trabalhadores a não se filiarem a um sindicato. Em muitas fábricas onde grandes seções da força-de-trabalho (principalmente categorias especiais de trabalhadores ou aqueles em setores especiais) conservavam a filiação ao sindicato, a empresa recusava-se a reconhecer sua existência ou a negociar com seus representantes. Dentro desse contexto geral, o papel do dirigente sindical tornou-se menos o de um organizador sindical e negociador coletivo e mais o de advogado nos tribunais da industria e da justiça comum" (1999, p. 275).

As privatizações inglesas foram instituídas em 1979, mas só iniciado em 1981, envolviam os setores estatais como o elétrico, o de telecomunicações, o portuário, o siderúrgico, o de distribuição e o saneamento de água, e chegaram a durar até dez anos; num segundo momento, outros setores, como geração de eletricidade, energia nuclear, o sistema de correios e as ferrovias (privatizadas ou concedidas em concessão para as empresas privadas).

As privatizações inglesas se deram através da transferência de empresas da propriedade pública (tidas como menos eficientes) ao setor privado, expondo-as às forcas

competitivas de mercado, e da aquisição pelo público de ações de empresas estatais desmobilizadas (conhecido como capitalismo popular), introduzindo a concorrência e disciplina de mercado em áreas que haviam sido monopolizadas pelo governo.

Segundo Fernandes;

> "Na Inglaterra, a maioria das empresas públicas eram monopólios estatais (como no caso das empresas de eletricidade, gás, correio, telecomunicações e água) ou operavam em mercados altamente regulados pelo governo ou dominados por cartéis internacionais (como no caso de empresas de transporte, aviação e siderurgia). Deve-se observar que a privatização foi feito em um contexto de capitalismo obsoleto e sem uma política ativa de desenvolvimento industriais. Mesmo assim, em termos de sua dimensão, se comparada coma experiência de outros países europeus, a privatização ocorrida durante a gestão Thatcher é paradigmática pela profundidade que assumiu o processo" (1995, p. 21).

O programa de privatização efetivou a transferência de mais de seiscentos mil empregos para o setor privado; estima-se que a privatização tenha rendido cerca de quinze bilhões de libras para o Tesouro inglês, onde mais do que triplicou o número de acionistas britânicos, com a criação de sete a oito milhões de novos acionistas (Fernandes, 1995, p. 21).

O governo conservador de Margareth Thatcher realizou uma reforma tributária, onde o centro de gravidade se transferiu do imposto sobre a renda para o imposto sobre o consumo, porém, a tributação sobre as rendas mais altas e sobre o capital foi fortemente reduzida.

Fernandes descreveu algumas medidas adotadas pelo governo conservador no campo fiscal:

> "Para permitir a redução nas taxas marginais dos impostos diretos, o governo aumentou significativamente a alíquota dos impostos indiretos, principalmente o imposto sobre Valor Adicionado - IVA (que passou a ter uma alíquota única de 15%, fazendo a inflação subir em quatro pontos percentuais. Com relação às empresas, o governo modificou as regras de depreciação acelerada dos ativos, visando estabelecer igualdade de tratamento entre os diferentes investimentos" (1995, p. 21).

Diante das transformações no campo fiscal, a reforma não favoreceu as empresas, sendo que a quantidade de impostos pagos pela pessoa jurídica passou de 2,5% para 5% do PIB no governo Thatcher. O curioso disso tudo é percebermos que as mudanças fiscais não

implicaram em redução da carga tributária[29], pois essa passou de 35,3% do PIB em 1980 para 39,1% em 1985 (Fernandes, 1995, p. 22).

O governo de Thatcher logrou pleno êxito na luta contra a inflação e no combate ao déficit público, porém, não conseguiram desmantelar os principais programas do Estado de bem-estar social, sobretudo nas áreas de educação, saúde, seguro-desemprego e pensão aos idosos, que representavam quase metade das despesas públicas. Além disso, a forte recessão e os altos índices de desemprego que se abateram sobre a economia inglesa no período, elevaram os gastos públicos relacionados à previdência social e aos benefícios suplementares.[30]

Os anos 80 foram para a Inglaterra marcado por um baixo crescimento econômico, abaixo da média do mundo industrializado. A maioria dos indicadores macroeconômicos foram decepcionantes, tais como o desemprego, que em 1986 apresentava 4 milhões de desempregados, contra um número bastante inferior aos 1,5 milhão de 1979.

Diante desses números, Tavares conclui que:

> "...a única experiência de desindustrialização entre os cinco grandes países da OCDE foi a da Inglaterra que, com suas políticas ultraliberais, sua opção estratégica pelos serviços de alto valor e sua abertura excessiva para a especulação financeira, deixaram-na no pior dos mundos ao terminar a década de oitenta, apesar dos ganhos com o petróleo". (1996)

Apesar do alarde neoliberal contra o Estado, todas as ações do governo conservador de Margareth Thatcher não puderam se realizar sem a onipresença do Estado[31]. A despeito do discurso, o governo Thatcher taxou mais seus cidadãos do que os governos trabalhistas (Havranek & Barsotti, 1998, p. 208).

Hobsbawn também nos dá outra mostra do processo que caracterizou os anos 80 e suas conseqüências no início da década de 90:

> "Quanto à pobreza e miséria, na década de 80 muito dos países mais ricos e desenvolvidos viram-se outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram

[29] No governo Trabalhista (1973-1979), a carga tributária passou de 35,5% para 33% no período.
[30] Destacamos também os incrementos nas despesas relacionadas à agricultura, a justiça e a defesa, esta ultima vinculada à guerra travada com a Argentina pela posse das ilhas Malvinas.
[31] Com destaque para as medidas de liberalização de capital e ampliavam o controle e a exploração do trabalho.

> recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova Iorque 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinham tido, num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça. No Reino Unido (1989), 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como 'sem teto'. Quem, na década de 1950, ou mesmo no início da de 1970, teria esperado isso?" (1995, p. 396).

O Neoliberalismo Inglês trouxe grandes benefícios para as camadas mais ricas da sociedade, mas para as camadas menos aquinhoadas financeiramente, os resultados foram cruéis, desemprego, miséria, indigência e exclusão social.

Segundo um relatório da Comissão de Justiça Social do Partido Trabalhista Inglês, de 1992, nos últimos 15 anos, a desigualdade econômica e social e a pobreza haviam aumentado de forma dramática (Leys, 2004, p. 96). O autor cita como exemplo, dados relativos à saúde – expectativa de vida, mortalidade infantil, dias de trabalho perdidos por doenças – eram significativamente inferiores às de países com rendas mais equilibradas e vinham piorando; o "bem-estar econômico sustentável", após crescer a passo com o PNB depois de 1950, caíra novamente a partir de 1974; o nível de criminalidade, depois de cair entre 1950 e 1955, viera subindo desde então, com aceleração na década de 80 aos primeiros anos 90 (2004, p. 97).

As políticas neoliberais implantadas na Inglaterra nos governos conservadores de Margareth Thatcher e John Major foram seguidas e aperfeiçoadas pelo Partido Trabalhista[32].

Um dado importante destacado por Leys, é que "os trabalhistas mantiveram – e ampliaram – todas as leis sobre polícia, prisões e ordem pública dos conservadores. Dentre todos os países da União Européia, a Grã-Bretanha tinha a maior proporção de sua população na cadeia, mas o governo deu continuidade ao programa de construção de presídios herdado dos conservadores (2004, p. 99).

Diante disso, percebe-se que as transformações ocorridas na Inglaterra com o advento das idéias neoliberais aumentaram a concentração de renda, o desemprego e a miséria elevaram-se de uma forma jamais vista anteriormente e, gerando uma destruição

[32] É importante destacar, como faz Leys, que o Partido Trabalhista passou por uma transformação radical, em 1975, ainda era a ala política social-democrata do movimento sindicalista, comprometida com uma economia mista e políticas sociais redistributivas. Já em 2000, era uma máquina eleitoral controlada pela elite, com uma maioria parlamentar sem precedentes, orientada para o setor empresarial e por ele cada vez mais financiada e não mais controlada formalmente pelos sindicatos (2004, p.55).

das políticas sociais existentes. Iniciando, dessa forma, um processo de criminalização das questões sociais, algo bastante parecido com o ocorrido nos Estados Unidos, e descrito por Wacquant, como a transformação do Estado Caritativo em um Estado Penal, onde todos os níveis de delinqüência eram tratados de forma excessivamente rigorosa, aumentando a população encarcerada a níveis jamais vistos (2003, p. 23).

1.6. A experiência neoliberal norte-americana

A experiência neoliberal norte-americana teve inicio na década de 80, num momento em que a política econômica era caracterizada por políticas monetárias restritivas, estas políticas foram adotadas com o objetivo de reverter a tendência inflacionaria. O programa anti-inflacionário teve repercussão interna e externa: a taxa de inflação caiu de 13% para 4%, as taxas de juros aumentaram e a economia entrou em recessão, elevando o desemprego e afetando particularmente as indústrias da construção civil, bens de produção e de consumo duráveis.

Do ponto de vista externo, as elevadas taxas de juros estimularam a demanda internacional de ativos em dólar, gerando elevados déficits na balança comercial, mesmo assim a moeda norte-americana se manteve valorizada frente ao iene e o marco[33].

Destacamos também, no âmbito externo, as conseqüências do aumento das taxas de juros sobre os países que "...sustentaram seu crescimento aproveitando a liquidez internacional vigente em décadas anteriores", que "foram lançados numa crise de endividamento sem precedentes" (Fernandes, 1995, p. 22).

A política monetária restritiva adotada pelo governo norte-americano e o Federal Reserve (FED) levou vários países a adotarem políticas semelhantes, inclusive governos social-democratas e socialistas.

Segundo Mattos:

> "...o golpe fatal no sistema de regulação de Bretton Woods ocorreu com a brutal elevação das taxas de juros decidida unilateralmente pelos Estados Unidos em

[33] O Japão e a Alemanha foram os paises que mais se beneficiaram com a valorização do dólar, pois grande parte de suas exportações foram canalizadas para estes paises.

> 1979. Como conseqüência desta decisão dos americanos, os anos 80 (e também depois os anos 90) foram marcados por intensas flutuações das taxas de cambio e por significativos aumentos das taxas de juros. Com esta medida, porém, os Estados Unidos atingiram seus objetivos de fortalecimento de sua moeda, ampliando sua função de reserva de valor, e financiaram seus déficits através da atração da riqueza financeira internacional; não obstante, enterraram as convenções definidas em Brettom Woods" (1998, p. 20).

O ponto central do "ataque conservador"[34] era o Estado Regulador, e a defesa do retorno do Estado idealizado pelos Clássicos[35]. Segundo os ideólogos clássicos, o Estado Keynesiano era o responsável pela crise dos anos 70.

Cano descreve como a solução dessa crise de hegemonia foi encaminhada pelo governo norte-americano:

> "Primeiro seria pouco realístico pensar em uma transferência de poder hegemônico ao Japão e à Alemanha, os incontestes lideres do desenvolvimento capitalista e tecnológico dos anos 70. Segundo, a política fiscal e monetária praticada pelos Estados Unidos, a partir de 1979, com a elevação dos juros, tornou compulsória, principalmente para o Japão e a Alemanha, a transferência de fluxos de financiamento para cobrir seus enormes déficits fiscal e de balanço de pagamentos. Terceiro, quando Ronald Reagan anuncia o projeto "Guerra nas Estrelas", o endividado mundo socialista perdeu claramente a "corrida" militar tecnológica e a possibilidade de manter o regime socialista, já abalado pelo crescimento das telecomunicações. Da perestróika à queda do Muro de Berlim, foi preciso pouco tempo para deter o novo poder alemão, econômica e financeiramente abalado a partir da reunificação das duas Alemanhas. Com essas políticas, os Estados Unidos ganharam tempo para promover sua reestruturação produtiva e colocar em pratica o ajuste macroeconômico. Com isso recuperou seu "tempo perdido" pelo avanço dos países lideres da Terceira Revolução Industrial" (1998, p. 37).

A política econômica[36] adotada por Reagan foi influenciada pelas idéias dos partidários da economia da oferta, cujo teórico mais relevante era Arthur Lafer, segundo a

[34] Tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, greves foram detonadas pelos sindicatos contra os governos conservadores, dentre elas destacamos a greve dos mineiros de carvão (Inglaterra), que permaneceram um ano parados, a partir daí, o governo isolou os grevistas, evitou a escassez do minério importando-o diretamente da África do Sul; e nos Estados Unidos, a greve dos controladores de vôo, o que evidenciou a derrota do mundo do trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos diante dos mecanismos de reordenamento do capital e da ofensiva neoliberal.

[35] Segundo a vertente clássica, cujo expoente máximo e Adam Smith, cabe ao Estado uma atuação restrita apenas a três setores: saúde, educação e segurança.

[36] Segundo Oliveira: "A nova corrente liberal da 'economia da oferta' propõe o que seria uma volta à tradição do pensamento econômico desde Adam Smith, ou seja, que preferencialmente se enfoque o lado da oferta que, segundo eles, teria sido equivocadamente abandonado pelos Keynesianos. Assim, Feldstein afirma: 'nos anos 60 e 70 estava claro para a maioria dos economistas que era errado enfocar exclusivamente a demanda e ignorar os fatores que aumentam o potencial de oferta do produto - a acumulação de capital, o progresso técnico, melhorias na qualificação da forca de trabalho, liberdade diante de interferências reguladoras e

qual, para a economia crescer, era preciso incentivar o investimento e que este incentivo adviria da retirada das amarras do setor publico que impediam o crescimento do setor privado, para fazê-lo era preciso uma redução das alíquotas de impostos, que levaria ao aumento da renda pessoal disponível e da poupança das famílias e à reversão das expectativas dos empresários, acelerando o investimento, aumentando a produção e proporcionando, consequentemente, a elevação da receita pública[37].

Fernandes destaca algumas políticas adotadas no governo Reagan que tiveram influencia dos partidários da economia da oferta:

> "a) reforma tributária, que instituiu a diminuição das alíquotas fiscais (em 10% anuais, durante três anos) e a redução da carga tributaria das empresas, através do estimulo à depreciação acelerada dos ativos;
> b) redução dos crescimentos dos gastos públicos, com exceção dos relativos à defesa (com aumento previsto de 60% em três anos);
> c) reforma da política de regulamentação, a fim de eliminar os regulamentos desnecessários e reduzir os excessivos impostos à empresa privada e aos governos estaduais e municipais;
> d) uma política monetária que não permita o incremento da moeda e um ritmo continuamente mais acelerado que o de bens e serviços" (1995, p. 15-6).

O período Reagan foi pautado por uma política externa totalmente voltada para a retomada da hegemonia norte-americana, portanto, dois pontos fundamentais caracterizam este momento: 1) Diplomacia do dólar forte, e 2) Retomada da guerra fria (Fiori, 1997, p. 116).

A chamada Diplomacia do dólar forte, iniciada em 1979, teve como objetivo principal reverter as tendências de um mundo sem pólo hegemônico e retomar o controle financeiro internacional.

---

aumento dos incentivos pessoais. Muitos de nos concluímos também que o persistente e alto nível de desemprego não refletia uma demanda inadequada, mas era devido a políticas governamentais, tais como: o seguro-desemprego, as restrições do Welfare, o salário mínimo etc., que reduziam a oferta de trabalho" (1989, p. 6).

[37] Percebe-se que os argumentos usados pelos teóricos da economia do lado da oferta eram baseados na discutível curva de Lafer, segundo a qual existe um ponto de alíquota tributaria que maximiza a receita publica, a partir do qual ocorre o desestimulo ao trabalho ou a evasão fiscal, levando a uma progressiva redução de receita. Segundo Lafer, as alíquotas fiscais nos Estados Unidos eram muito altas, situando a economia americana na parte descendente da curva e que a base de tributação havia se reduzido porque diminuíram os incentivos ao trabalho e a produção. Assim, uma redução nas alíquotas estimularia o trabalho e a produção, gerando incremento na receita publica, possibilitando, desta forma, redução dos déficits Keynesianos das gestões anteriores.

> "Em 1979, o presidente do Federal Reserve (FED), Paul Volcker, se revoltou contra a decisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos seus países membros, que tendiam a manter o dólar desvalorizado e a implementar um novo padrão monetário internacional. Diante disso, Volcker declara que o dólar se manteria como padrão internacional e que a hegemonia de sua moeda seria restaurada. Esta restauração do poder financeiro do FED custou aos EUA mergulharem a si mesmos e à economia mundial numa recessão continua por três anos. Quebraram inclusive varias grandes empresas e alguns bancos americanos, alem de submeterem a própria economia americana a uma violenta tensão estrutural. O inicio da recessão e a violenta elevação da taxa de juros pesaram decisivamente na derrota popular de Cárter" (Tavares, 1985, p. 6).

Com a política do dólar forte, a economia mundial mergulha numa das piores recessões de sua história recente, 1981-1984; neste período as economias da América Latina entram em colapso.

O resultado destas medidas foi que "...a economia americana passou a apresentar, a partir de 1983, uma recuperação de seu crescimento, alicerçado em um vigoroso processo de absorção de liquidez, capitais e créditos do resto do mundo", mas o comportamento do povo americano "...respondeu ao corte de impostos com aumento da dívida ao invés de aumento da poupança" (Fernandes 1995, p.16).

> "Entre 1980 e 1985, a dívida global (publica e privada) duplicou de US$ 4,3 trilhões para US$ 8,2 trilhões, por outro lado, a necessidade de financiamento do déficit orçamentário anual da ordem de US$ 200 bilhões fez com que a taxa de poupança americana declinasse de 17% para 12%, o nível de investimento interno se reduzisse e os empréstimos externos se elevassem" (Fernandes, 1995, p.17).

Mattos faz a diferenciação do neoliberalismo europeu do neoliberalismo norte-americano da seguinte forma:

> "Enquanto o alvo central do neoliberalismo europeu era a destruição do Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra, na versão norte-americana capitaneada por Reagan, o que estava em pauta era a radicalização da cruzada anticomunista a partir da intervenção soviética no Afeganistão" (1998, p. 22).

A intensificação do conflito Leste-Oeste[38], que ficou conhecida como a 2° Guerra Fria, culminou com a desagregação do império soviético, o chamado *império vermelho.* Entre as características mais importantes desta política destacamos: 1) Apoio político e financeiro para os grupos e forças comunistas no mundo todo. 2) Instalação de mísseis na

[38] Os gastos com a defesa tiveram um incremento significativo, o que serviu para reforçar a expansão da economia americana nos anos 80.

Europa com dois objetivos estratégicos, o primeiro foi uma clara ameaça ao território soviético, e segundo "adoçar" o comportamento dos aliados europeus. 3) "Projeto Guerra nas Estrelas", que consumiu grandes recursos econômicos do Estado. 4) Reaproximação com a China, uma política iniciada no período Nixon-Kissinger.

No período de 1985-1991, a economia norte-americana alavancou a economia mundial para o crescimento, mas no inicio dos anos 90 surgem várias situações difíceis, dentre elas podemos citar: 1) Crise da Bolsa em Tóquio; 2) A Guerra do Golfo; 3)Desagregação da União Soviética; 4) Inicio da recessão Européia e, 4) perda de fôlego dos mercados latinos.

A economia mundial passa por períodos de intensas transformações, globalização e especulação financeira[39]; soma-se a isto a desagregação da União Soviética[40], que levou a ideologia neoliberal e a economia de mercado a avançar sem resistência sobre o Leste europeu e o mundo.

Desde 1991, os Estados Unidos se comportavam como se fossem o único orientador da economia e da sociedade mundiais, um mundo unipolar; toda afirmação neste sentido nos parece precipitada, porém, enquanto os Estados Unidos e a China cresciam, a Europa[41] e o Japão estão em crise econômica e a Rússia devastada economicamente tenta reconstruir sua economia.

Dois autores de grande relevância no debate contemporâneo divergem com relação ao futuro da ordem emergente: de um lado está Henry Kissinger que acredita num novo sistema de equilíbrio de poder, mas agora entre sete ou oito países ou blocos regionais, porém, não tem dúvida do poder dos Estados Unidos neste novo sistema, em conjunto com lideranças regionais (apud Fiori, 1997, p. 129).

Huntington acredita:

> "...numa nova forma de conflito, originários nas diferenças e fronteiras das grandes civilizações, porém o poder mundial continuara nas "mãos" de dois

[39] Dentre elas destacamos a Crise Mexicana (1994), onde o governo norte-americano foi bastante rápido para evitar o "contágio" para outros países; e a Crise da Tailândia (1997), onde o governo japonês, o FMI e outros onze países articularam recursos para socorrer este país asiático.

[40] Com o fim do comunismo, a Política Externa dos Estados Unidos se orientou para a busca de novos mercados externos.

[41] Mesmo em crise, a Europa ainda é uma incógnita, pois sua unificação pode trazer inúmeros dividendos políticos, o que lhe permitira usar o "direito de veto" às políticas dos Estados Unidos.

> diretórios: um militar, formado pelos Estados Unidos, França e Inglaterra; e outro econômico, formado pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão" (1997,p.129).

Do ponto de vista do relacionamento com os países em desenvolvimento, destacamos o endurecimento e o "enquadramento" dos países periféricos, onde do ponto de vista militar varias intervenções na América Central e Caribe, alinhamento com a Inglaterra na Guerra das Malvinas[42]. Já na questão econômica, os Estados Unidos impuseram inúmeros ajustes obrigatórios às economias endividadas, particularmente, as economias latino-americanas, depois da moratória mexicana de 1982.

Segundo Ayerbe, o Reaganomics trouxe resultados econômicos significativos no primeiro governo Reagan:

> "Os resultados da política econômica, a partir de 1983, podem ser considerados positivos. A inflação se reduz de 12% ao ano no final do governo Cárter para 5%, o desemprego cai de 10,7% em 1982 para 7,3%, a renda media aumenta em 9%, permitindo a reeleição[43] de Reagan em 1984" (1998).

Podemos sintetizar os principais aspectos da política econômica do Governo Reagan, na primeira metade dos anos 80, na valorização do dólar, em uma política de taxa de juros elevados e de uma política fiscal expansionista (através de gastos militares e da reforma tributaria), ao lado de uma política monetária ativa (Fernandes, 1995, p. 17).

Os resultados positivos desta estratégia foram a queda da inflação e o posterior crescimento do PIB (pós 1983), porém, com relação à queda das taxas de inflação, questiona-se se não teria sido resultante da política monetária apertada sobre a política fiscal expansionista, o que teria que se creditar os méritos à política adotada por Volcker e pelo FED, e não à Reaganomics.

Oliveira destaca a atuação da administração Reagan no campo social:

> "...no campo social é importante chamar a atenção para as características que assume a política redistributivista do liberalismo real. Aumentou-se a renda das camadas mais favorecidas (via redução de impostos) e subtraiu-se a renda das camadas mais carentes (via corte de gastos sociais)" (1989, p.7).

[42] Conflito ocorrido no inicio dos anos 80 entre a Inglaterra e a Argentina, neste conflito os ingleses saíram vencedores.

[43] A performance da economia norte-americana se mantém positiva até o fim do segundo mandato de Reagan, com inflação baixa, desemprego em queda e aumento da demanda

Todo o esforço norte-americano pela retomada da hegemonia foi coroado com grande sucesso, pois "em 1985 o mundo parecia estar de novo em ordem" (Fiori, 1997, p. 120).

No segundo Governo Reagan, os indicadores negativos levaram a uma revisão[44] da Reaganomics, gerando no plano fiscal uma segundo reforma tributária (1986-1988), que procurou reduzir parte dos benefícios concedidos aos empresários na primeira reforma.

Os aspectos até aqui levantados ilustram o indiscutível avanço da aceitação das idéias neoliberais que se verificam a partir de meados da década dos 70, quando, inclusive, os governos conservadores de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, aderiram às pratica de políticas neoliberais. A partir de então, as palavras chave que passaram a ser usadas, em boa parte dos países capitalistas ocidentais, foram: estabilizar, desregulamentar e privatizar.

Os resultados das experiências desenvolvidas pelo Thatcherismo e pela Reaganomics não foram dos mais animadores. Com o desmantelamento, em seus países do Welfare State, houve um dramático incremento nos índices de pobreza. Nos Estados Unidos, os déficits orçamentários e da balança de pagamentos crescem de forma inédita, acumulando-se gigantescas dívidas externas e internas. A Inglaterra, em decorrência dessas políticas "ficou no pior dos mundos" (Tavares, 1992, p. 30), vivendo um intenso processo de desindustrialização e assistindo à dramática redução da competitividade externa dos seus produtos manufaturados.

As políticas neoliberais foram bem sucedidas na diminuição das taxas da inflação, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a inflação caiu de 8,8% nos anos 70, para 5,2% nos anos 80 e 2,8% nos anos 90.

Devemos destacar ainda, que as políticas neoliberais ampliaram as desigualdades e o desemprego no final do século, e conforme suas previsões a recuperação da disciplina laboral, a flexibilidade do uso e remuneração da mão-de-obra e a elevação da concorrência no mercado de trabalho não permitiram a emergência de uma nova fase de expansão do capitalismo. Pelo contrário, as duas últimas décadas foram decepcionantes do ponto de vista do desempenho econômico. Do lado social, os prejuízos foram bastante grandes,

[44] A segunda reforma tributária foi aprovada pelo legislativo norte americano, o que contrariou a vontade de Reagan e dos defensores da *supply side economics*. Um pacote fiscal, aprovado em 1988, conseguiu estabilizar o déficit em torno de US$ 150 bilhões, porem não conseguiu reduzi-lo como se objetivava.

confirmados com o aumento da pobreza e do desemprego, que na Europa Ocidental subiu, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, de 1,5% para 4,2% e para 9,2%, alcançando 11% em 1993.

Soares destaca, que "...o ajuste não foi levado adiante na mesma magnitude nos paises centrais, que em boa medida transferiram sua crise para a periferia via divida externa, mantendo protegida suas economias" (2001, p.14). As idéias neoliberais passam a se difundir pelo mundo todo, primeiro invade os países latino-americanos e depois atinge outras regiões. É nesse contexto que vai se inserir as políticas preconizadas pelo Consenso de Washington, conjunto de medidas "sugeridas" pelos agentes econômicos e políticos internacionais como forma de estimular o desenvolvimento das economias emergentes da América Latina.

Depois dos efeitos devastadores da crise financeira e a explosão da crise da divida externa nos anos 80, o modelo implantado em alguns paises na década anterior pelo Banco Mundial, pelo FMI e pelo governo dos EUA ganhou forca. Este modelo ficou conhecido como *ajuste estrutural*, e pretende desencadear as necessárias mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado.

"Por trás de todas estas medidas está a idéia central de que é o livre jogo das forcas de mercado[45], sem nenhuma interferência, o que levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos em beneficio de toda a coletividade" (Soares, 2000, p. 15).

Os resultados destas políticas foram sentidos com maior força nos anos 90, quando os custos sociais dos ajustes neoliberais implementados pelo governo conservador de Ronald Reagan se tornaram visíveis.

Como destacou Wacquant, referindo-se ao governo dos Estados Unidos nos anos 90: "...apesar do discurso ambiente violentamente anti-estatal, a força pública, entendida em seu sentido próprio, desempenha um papel cada vez mais determinante na organização e na condução da vida nacional" (2003, p. 19).

Ainda segundo Wacquant, comentando as mudanças estruturais[46] ocorrida na sociedade norte-americana das últimas décadas:

[45] Destaca-se o fato de que, enquanto o modelo neoliberal, que propõe para a América Latina a liberalização comercial e financeira a todo custo, entra em aberta contradição com o intenso neoprotecionismo nos paises centrais.

[46] Quando se fala em Estado Providência, entende-se àquele Estado que tem por objetivo proporcionar ao

> "No decorrer das três últimas décadas, ou seja, depois dos confrontos raciais que abalaram os grandes guetos de suas metrópoles, a América lançou-se numa experiência social e política sem precedente nem paralelos entre as sociedades ocidentais do pós-guerra: a substituição progressiva de um (semi) Estado providência[47] por um Estado penal e policial, no seio do qual a criminalização da marginalidade e a 'contenção punitiva' das categorias deserdadas faz as vezes de política social" (2003, p.19-20).

No final de 1994, "mais de 5 milhões de americanos estavam submetidos a algum tipo de restrição legal. De acordo com números do Departamento de Justiça, cerca de 1,5 milhão estava nas prisões[48] – federais, estaduais e municipais. Isto quer dizer que um em cada 193 adultos é prisioneiro, ou 373 em cada 100 mil americanos. Compare-se com 103 em cada 100 mil quando Ronald Reagan assumiu a presidência em 1980. Três e meio milhões de americanos estavam sob *sursis* ou liberdade condicional" (Gray, 1999, p. 153).

O recuo do Estado norte-americano operou-se em inúmeras frentes e não poupou o domínio privilegiado da questão social. Em 1975, o seguro desemprego, instaurado pelo Social Security Act de 1935, cobria 81% dos assalariados que perdiam o emprego; em 1990, esta cifra caiu para um em cada quatro, em razão das restrições administrativas aprovadas pelos estados e da multiplicação dos empregos ditos "contingentes" (Wacquant, 2003, p. 26).

Segundo Tavares:

> "Os Estados Unidos praticamente estancaram os gastos em bens e serviços de utilidade pública, aumentaram os gastos no setor de armamentos, cortaram os gastos em capital social básico e bem-estar social em troca de armas e fizeram uma redistribuição de renda em favor dos ricos" (1985).

---

conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais.

[47] O próprio Wacquant prefere chamar o Estado norte-americano de Estado Caritativo, ao invés de Estado Providência, pois nos EUA, "os programas voltados para as populações vulneráveis foram desde sempre limitados, fragmentários e isolados do resto das atividades estatais, informados que são por uma concepção moralista e moralizante da pobreza como produto das carências individuais dos pobres" (2003, p.20). O princípio que guia a ação pública no país não é a solidariedade, mas a compaixão; seu objetivo não é fortalecer os laços sociais (e ainda menos reduzir as desigualdades), mas no máximo aliviar a miséria mais gritante.

[48] O índice de encarceramento nos Estados Unidos no final de 1994 era quatro vezes maior do que do Canadá, cinco vezes o da Grã-Bretanha e catorze vezes o do Japão. Para citar um exemplo interessante, só na Califórnia, cerca de 150 mil pessoas estão na cadeia, ou seja, oito vezes maior que o nível alcançado no início dos anos 70 (Gray, 1999, p. 153).

Em 1991, segundo estatísticas oficiais, uma família americana em cada três era *"housing poor",* isto é, incapaz de garantir ao mesmo tempo suas necessidades básicas e a própria moradia, enquanto contava-se entre 600 mil e 4 milhões o número dos sem teto[49].

Outro dado degradante das questões sociais dos EUA está no setor de saúde, onde o número de hospitais ditos "de comunidade" (acessíveis às pessoas desprovidas de cobertura médica) em Chicago caiu de 90 em 1972 a 67 em 1981 e descendo a 42 em 1991. "A degradação do sistema de saúde dos EUA levou, em 1990, o diretor dos hospitais de Chicago a declarar que o sistema de saúde pública era 'um não-sistema à beira do desmoronamento', essencialmente incapaz de cumprir sua missão" (Wacquant, 2003, p. 28).

A pobreza nos Estados Unidos aumentou muito nos últimos anos, ultrapassando a casa dos 40 milhões de pessoas, ou seja, 15% da população, a taxa mais elevada em 10 anos. Em 1991, 14% das famílias[50] norte-americanas recebiam menos de 40% da renda nacional, contra 6% na França e 3% na Alemanha. Diante disso, podemos concluir, como fez Wacquant, que "a pobreza nos Estados Unidos apresenta-se não somente mais difundida e mais persistente, mas também mais pronunciada que nos países da Europa continental" (2003, p. 27).

Os salários dos trabalhadores norte-americanos entraram em declínio, especialmente os da população mais pobre que estão empregadas. Segundo Gray:

> "A média dos rendimentos de 80% da categoria mais baixa dos trabalhadores americanos, corrigidos pela inflação, caiu cerca de 18% entre 1973-1995, de 315 dólares por semana para 258 dólares por semana. Ao mesmo tempo, entre 1979 e 1989, o rendimento real anual dos diretores executivos das corporações americanas cresceu em torno de 19%, ou dois terços em relação à renda líquida" (1999, p. 151).

[49] Segundo Wacquant, o orçamento federal para moradia caiu de 32 bilhões de dólares em 1978 para 10 bilhões em 1988 (2003, p. 26).

[50] Nas famílias com filhos, as diferenças são mais evidentes, 18% nos Estados Unidos contra 6% na França e 3% entre os vizinhos renanos; nas famílias monoparentais, o nível de pobreza chega a 45% nos EUA, 11% na França e 13% na Alemanha (Wacquant, 2003, p.27).

Phillips, em estudo influente dos efeitos do *Reaganismo* sobre a desigualdade americana, escreveu:

> "Em 1987 para planejar o ajuste das taxas efetivas de todos os impostos, os economistas da comissão de orçamento do Congresso pegaram todos os tributos federais – imposto de renda de pessoa física, seguridade social, imposto de pessoa jurídica e imposto de consumo – e calcularam o seu impacto conjunto sobre as diferentes faixas de renda após 1977. Noventa por cento das famílias, desproporcionalmente carregadas pelo aumento da seguridade social e pelo imposto de consumo e menos beneficiadas por qualquer redução do imposto de renda, são penalizadas com taxas reais mais altas. Enquanto isso, as famílias mais ricas, principalmente em virtude da acentuada redução aplicável aos rendimentos não-salariais (ganho de capital, juros, dividendos e aluguéis)" (Phillips apud Gray, 1999, p.151).

Estas mudanças explicam, em grande parte, tanto o crescimento repentino do consumo quanto o aumento da desigualdade na renda. Os 5% mais ricos (e o 1% mais rico, em especial) da América ovos beneficiários da política tributária (Phillips apud Gray, 1999, p. 151).

Diante disso, podemos concluir ainda, que as transformações iniciadas nos anos 80, no governo conservador de Ronald Reagan, geraram uma transformação no papel do Estado, com uma diminuição de gastos nas áreas sociais e aumento dos gastos em defesa e nos subsídios aos setores mais abastados da sociedade. Com isso, os níveis de indigência e miséria aumentaram enormemente no país, elevando os indicadores a níveis próximos dos países em desenvolvimento.

Essas desigualdades são os resultados das políticas americanas, não das pressões que surgem de todas as sociedades adiantadas. Os cortes de impostos tiveram um impacto direto; porém as medidas fiscais também afetaram a renda e a distribuição da riqueza. Como destacou Lind: "Ao contrário de qualquer outra democracia do Primeiro Mundo, os Estados Unidos, a partir de Reagan, consideraram os empréstimos maciços, e não a tributação, como um método mais ou menos permanente de financiamento dos gastos governamentais em tempos de paz" (apud Gray, 1999, p. 152).

Esta política feita pelo governo dos Estados Unidos foi responsável pela transferência de renda daqueles que possuem ativos financeiros e contra os assalariados comuns.

Como destacou Ehrenreich, referindo-se à sociedade norte-americana do final do século:

> "Os 'pobres trabalhadores', como aprovadoramente os chamam, na verdade são os maiores filantropos de nossa sociedade. Negligenciam os próprios filhos para que os filhos de outros sejam bem cuidados; vivem em habitações péssimas para que outros lares fiquem brilhantes e perfeitos; suportam privações para que a inflação seja baixa e o preço das ações, alto. Ser um pobre trabalhador é ser um doador anônimo, um benfeitor sem nome, para todas as outras pessoas" (2004, p. 250).

"Os Estados Unidos", como afirmou Gray, "não são hoje o paradigma da sociedade 'pós-histórica' de que fala Francis Fukuyama. Está ingressando em um novo e espinhoso período de sua história, no qual antigas inimizades entre raças e classes se manifestarão de um modo que não podemos prever" (1999, p. 153).

1.7. O Consenso de Washington

As idéias neoliberais se difundiram pelo mundo nos anos 80, saindo dos países desenvolvidos, Estados Unidos e Inglaterra, e se espalhando por toda a América Latina e depois outras regiões do mundo, levando com elas a visão de supremacia do Mercado e enfatizando as deficiências do Estado.

Como destacou Soares: "Nos sempre padecemos do caráter mais ortodoxo dessas políticas, quer dizer, se havia alguma ortodoxia das políticas neoliberais nos paises centrais, nos periféricos essa ortodoxia foi muito maior, não só no plano econômico, mas principalmente no social. A ideologia neoliberal foi avassaladora do ponto de vista da construção de propostas no terreno social, em relação tanto às idéias como aos projetos" (2003, p. 38).

O Relatório Anual de 1989 da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), salienta que "...após oito anos lutando para conseguir o ajustamento, a estabilização, o crescimento e a reestruturação da produção, acometida por problemas com o serviço de sua divida externa e com pouco acesso a novos financiamentos externos, a

maioria dos paises da região continua a apresentar a mesma e complexa síndrome de desequilíbrios estruturais, acompanhadas de déficits fiscais, baixos níveis de investimento, estagnação e inflação. Em outras palavras, a crise econômica dos anos 80 ainda persiste na região e seus enormes custos sociais levaram, inclusive, a grandes manifestações de violência na primeira metade do ano. Estima-se que, ao final do ano, o produto *per capita* médio da região será quase 10% inferior ao de 1980" (apud Malan, 1991, p. 5).

A estratégia de universalização do ideário neoliberal passou pela difusão das idéias do Consenso de Washington, que era um conjunto de políticas que deveriam ser adotadas pelos governos dos países em desenvolvimento para alcançarem o êxito econômico e o tão almejado desenvolvimento social.

Como dito anteriormente, estas políticas passam a se difundirem pelo globo, Desde 1986, mais de oitenta países em todo o mundo liberalizaram suas políticas em relação aos investimentos estrangeiros. Segundo a UNCTAD, desde 1998, 103 países ofereceram condições especiais para atrair corporações estrangeiras, passando a incluir em seu repertório generosas isenções fiscais, quebra de barreiras alfandegárias, diminuição de taxas e de impostos de importação, empréstimos subsidiados, doações de terras e outros benefícios indiretos (Arbix e Laplane, 2002, p. 80).

Como destacou Soares: "As políticas de ajuste fazem parte de um movimento de *ajuste global*, o qual se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva" (2000, p. 16).

Em 1989, no bojo do Reaganismo e do Thatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin Americ Adjustment: Howe much has Happened*?, visava avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina.

Desta reunião foi cunhada a expressão Consenso de Washington[51], onde se definiram dez pontos tidos como consensuais entre os participantes para que os países em

[51] Na verdade, a expressão foi definida pelo economista inglês John Willianson, diretor do Instituto que promoveu o encontro.

desenvolvimento adotassem e, com estas, atrairiam capitais e se credenciariam para o desenvolvimento de suas economias.

Os dez pontos, o chamado decálogo, levantados pelo Consenso de Washington estão destacados abaixo:

1) Disciplina Fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando, com isso, o déficit público;

2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura;

3) Reforma Tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;

4) Liberalização Financeira, com o fim das restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;

5) Taxas de câmbio competitivas;

6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportações, visando a impulsionar a globalização da economia;

7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo Investimento Externo Direto (IED);

8) Privatização, com a venda de empresas estatais;

9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;

10) Propriedade Intelectual.

Embora tivessem, em princípio, caráter acadêmico, as conclusões do Consenso de Washington acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às novas regras. Para garantir e "auxiliar" no processo das chamadas reformas estruturais, o FMI e as demais agências do governo norte-americano ou multilateral incrementaram a monitoração – novo nome da velha ingerência nos assuntos internos – das alterações "modernizadoras".

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado

doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

Segundo Batista, o Consenso de Washington "...apresentado como formula de modernização, o modelo de economia de mercado preconizado constitui, na realidade, uma receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial caracterizado por empresas de pequeno porte e fornecedoras de produtos mais ou menos homogêneos" (1995).

Arruda destaca o endividamento externo da América latina[52] no período 1985-1996, justamente no momento exato da difusão das idéias do Consenso de Washington na região: "Em 1985, a América Latina tinha uma divida externa de 390 bilhões de dólares. Em 1996, apesar de ter pago muitos bilhões nesses 12 anos, ela havia subido para 657 bilhões de dólares (1999, p. 12).

O modelo é o proposto por Adam Smith e referendado com ligeiros retoques por David Ricardo há duzentos anos. Algo que a Inglaterra, pioneira da Revolução Industrial, pregaria para uso das demais nações, mas que ela mesma não seguiria à risca. No Consenso de Washington prega-se também uma economia de mercado que os próprios Estados Unidos tampouco praticaram ou praticam.

Segunda Tavares, "O Consenso de Washington é um conjunto cada vez mais abrangente de regras de condicionalidade aplicada pelos organismos internacionais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial, que os paises devedores do mundo capitalista periférico e agora do ex-mundo socialista tem de aceitar para obter apoio político das grandes potencias e escasso apoio financeiro dos bancos e agências internacionais" (1996, p. 67).

O modelo ortodoxo de *laissez-faire*, de redução do Estado à função estrita de manutenção da 'lei e da ordem' – da santidade dos contratos e da propriedade privada dos meios de produção – poderia ser válido no mundo de Adam Smith e David Ricardo[53], em mercados atomizados de pequenas e médias empresas gerenciadas por seus proprietários e

[52] "A divida externa brasileira em 1985 passa de US$ 105 bilhões. Entre 1985 e 1998, o Brasil pagou US$ 282 bilhões de juros e amortizações. Só de juros a conta foi de US$ 126 bilhões. Assim mesmo, em 1998, tal divida cresceu para US$ 230 bilhões" (Arruda, 1999, p.12).

[53] Ate o economista liberal, Maurice Allais, ganhador do Premio Nobel de Economia, faz um ataque frontal à aplicação, nas condições contemporâneas, da Doutrina das Vantagens Comparativas. Segundo Allais, esta só e aplicável sob condições altamente restritivas, particularmente se as taxas de câmbio corresponder ao equilíbrio das balanças comerciais e se as Vantagens Comparativas são permanentes, o que em geral não e o caso.

operando em condições de competição mais ou menos perfeita; universo em que a mão-de-obra era vista como uma mercadoria, a ser engajada e remunerada exclusivamente segundo as forças da oferta e da demanda; uma receita, portanto, de há muito superada e que pouco tem a ver com os modelos modernos de livre empresa que se praticam, ainda que de formas bem diferenciadas, no Primeiro Mundo (Batista, 1995, p. 119-20).

O Consenso de Washington representa, no contexto da América Latina, o mesmo movimento de contra-ataque do capitalismo em relação às conquistas dos trabalhadores. É desnecessário afirmar que aqui o pano de fundo é outro, que existem, quando muito, arremedos de Estados de Bem-estar e que a democracia, a muito custo, tenta fazer sua reentrada num continente marcado por sucessivos períodos de ditaduras declaradas ou disfarçadas, civis ou militares (com preponderância das últimas).

Na América Latina o conservadorismo propõe discussões e modelos pós-Welfare para sociedades que nem sequer se aproximaram daquela configuração no que diz respeito a direitos sociais e distribuição de renda e onde, ao contrário, o Estado tem servido historicamente mais aos interesses das classes dominantes associadas-dependentes ou não do capitalismo mundial, do que aos setores subalternos.

Durante as primeiras décadas após a II guerra mundial, os países industriais cresceram rápida e constantemente. A inflação era moderada e o desemprego muito baixo. Isso tudo era explicado como fruto da expansão econômica, conhecida como a idade de Ouro, compreendida entre 1945-1974.

A crise dos anos 70 deixou claro que o modelo de desenvolvimento adotado no pós II guerra estava entrando em crise, e não mais conseguia manter as mesmas taxas de crescimento econômico, sendo necessário, a adoção de um novo modelo de desenvolvimento.

Este novo Modelo, que para muitos seria o neoliberal, também não obteve grandes êxitos. Fazendo um balanço do Neoliberalismo, Anderson conclui: "...Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito de seus objetivos, criando sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas como queria" (1995, p. 23).

Tavares destaca que as políticas recomendadas começaram a produzir fracasso na América Latina, o que levou vários paises a buscarem soluções heterodoxas ou hetero-ortodoxas, por conta própria, com maior ou menor sucesso (1995).

Mas o Consenso de Washington não se limita às idas e vindas do FMI, cada vez mais sobrecarregado com o numero de candidatos provenientes da desorganização do mundo periférico capitalista e do gigante ex-socialista. Na verdade a peca de resistência do Consenso e a que foi denominada "Reformas Estruturais" (não confundir com o velho e bom estruturalismo cepalino) e das quais o porta-voz mais potente e o Banco Mundial, que desde 1985 vem fazendo esforços redobrados para montar uma sólida doutrina neoliberal (Tavares, 1995, p. 68).

Segundo Tavares: "O resultado da política neoliberal foi uma enorme destruição de empregos locais em troca de uma pequena redução nos preço do produto para o consumidor e um grande custo fiscal para a sociedade como um todo, e, sobretudo, para os próprios consumidores que conseguiram manter-se empregados (1995, p. 71).

De posse dos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Tavares destaca os custos sociais das receitas do Consenso. "Um estudo recente da OIT prevê para o final da década taxas de desemprego em torno de 30% para os paises desenvolvidos. Esta situação e a falta de perspectiva para os mais jovens cria um caldo de cultura propicio para a marginalidade e aos movimentos de extrema-direita, visíveis em toda a Europa (Tavares, 1995, p. 71).

Como destacou Tavares e Fiori, o *Consenso* caracterizou-se "por um conjunto abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizadas aos diversos paises e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes" (1993, p.18).

Como destacou Stiglitz: "As políticas do Consenso de Washington importaram-se muito pouco com as questões de distribuição de renda ou de 'justiça' social. Se pressionados, vários de seus proponentes argumentariam que a melhor maneira de ajudar os pobres é fazendo com que a economia cresça. Eles acreditam na economia de cascata. Garantem que os benefícios desse crescimento acabarão por alcançar os pobres. A

economia de cascata nunca foi muito mais do que uma simples crença, um artigo de fé. A indigência parece ter crescido na Inglaterra do século XIX, apesar do país prosperar como um todo. O crescimento nos Estados Unidos durante a década de 80 supriu o contra-exemplo drástico mais recente: embora a economia crescesse, as pessoas que se encontravam nas camadas sociais mais baixas viam sua renda líquida diminuir" (2002, p. 113).

1.8. América Latina e o Consenso de Washington

As décadas de 70 e 80 foram de grandes transformações para os países da região, caracterizados por regime autoritários e economias fechadas e ineficientes. Nestas economias, o mercado interno era protegido da concorrência externa e reservado aos produtores locais.

O crescimento econômico, iniciado no final dos anos 60, prossegue no inicio dos anos 70. O desenvolvimento ocorrido foi liderado, principalmente, pelos setores públicos, pelas indústrias de bens de consumo durável, representadas, na sua maioria pelas multinacionais e pela produção de bens primários (minerais e agropecuários).

Os sintomas de esgotamento das possibilidades de crescimento começam a aparecer em 1973. E neste momento, que a economia mundial passa por graves desequilíbrios, a crise do petróleo de outubro de 1973. O Choque do Petróleo significa uma grave transferência de recursos reais ao exterior, com a existência de um diferencial de divisas.

Segundo Vizentini:

> "No inicio dos anos 1980, eclodiu a crise divida externa, decorrente do aumento das taxas de juros nos Estados Unidos. Com o brutal incremento dos pagamentos internacionais em moeda forte, os paises latino-americanos entraram em recessão, enquanto todos os esforços eram voltados para as exportações visando ao pagamento dos bancos credores. Mas as dimensões da crise levaram vários paises a declarar moratórias temporárias. Isto, mais as conseqüências da Guerra das Malvinas, levou ao desgaste dos regimes militares, que logo deram lugar a transições negociadas de retorno à democracia" (2004, p. 56).

Neste momento, os paises da América Latina entram em uma nova fase de sua economia, marcada pelo endividamento e pela falta de recursos do Estado para manter o ritmo de crescimento.

Segundo Benecker e Nascimento: "A opção que se colocava naquele momento era o ajustamento, que seria baseado na contenção da demanda interna, para evitar que o choque externo se transformasse em inflação permanente, alem de viabilizar o equilíbrio externo" (2002, p.15).

Os paises deveriam ganhar tempo para ajustar a oferta interna[54], mas para isso, era necessário um ambiente externo marcado pela alta liquidez e por créditos externos fáceis e baratos. Esse ambiente externo com alta liquidez era garantido pelos Petrodólares[55].

O ambiente se alterou novamente em 1979 com o segundo choque do petróleo. Benecker e Nascimento destacam algumas mudanças ocorridas em 1979 com a II Crise do Petróleo:

> "a) este choque deteriorou a situação da região por provocar aumentos na taxa de inflação, na divida externa e por acentuar o desequilíbrio no balanço de pagamentos; b) a recessão econômica nos paises capitalistas do Primeiro Mundo, em decorrência do "choque" do petróleo, provocou queda nas exportações dos paises em desenvolvimento e deterioração nos termos de troca; c) a elevação nas taxas de juros no mercado internacional aumentou os gastos com pagamento do serviço da divida externa dos paises latino-americano e; d) com a moratória do México em 1982, o sistema financeiro internacional suspendeu novos empréstimos para a região como um todo" (2002, p. 15-6).

Os anos 80 foi para os paises da região um período de alto índice inflacionário, isso devido a dois graves desequilíbrios acumulados pela região: 1) desequilíbrio relacionado as restrições externas, onde os paises necessitavam de superávits comerciais para saldar sua divida. Estes superávits só eram alcançados com hiperdesvalorização de suas taxas de cambio, que ao aumentar o superávit comercial gerava pressão inflacionaria. Ou seja, a região estava condenada a desvalorizar o câmbio para aumentar o superávit comercial e com isso desequilibrar os preços relativos internos, gerando inflação; 2) destacamos ainda,

[54] Manutenção dos preços internos em equilíbrio e a constância dos níveis de crescimento econômico, tudo isso apoiados no excesso de liquidez internacional e no endividamento externo.

[55] Nome dado às divisas (geralmente em dólar) provenientes da exportação de petróleo. O termo difundiu-se em 1973, quando a OPEP – Organização dos Paises Exportadores de Petróleo, entidade mantida por países exportadores de petróleo - elevou de 3 para 12 dólares o preço do barril de óleo cru, ocasionando um enorme afluxo de divisas para estes Estados.

o problema fiscal do Estado, que se mostrava difícil de combater em uma sociedade com alto grau de desigualdade e, ainda mais num momento de redemocratização, onde o clamor social era de maiores gastos do governo.

Foi neste clima de instabilidade e desequilíbrio que surge as idéias do Consenso de Washington, descrita anteriormente, e que se resumiam a dois grandes eixos: diminuição do papel do Estado na economia e abertura econômica.

Arbix e Laplane, comentando o avanço do novo paradigma na América Latina, destaca: "Creditando e vinculando a estagnação dessa década às políticas protecionistas configuradas desde o pós-guerra no continente, os novos governantes dos anos 90 foram abandonando as políticas desenvolvimentistas e de substituição de importações, tentando se livrar de *state-led tradition* que marcou o continente por décadas. Um novo paradigma de política econômica começou a ser implementado e construído, com forte tendência privatizante e orientada para o mercado, tanto no nível interno quanto no externo" (2002, p. 80).

Como destacou Vizentini: "No campo econômico e político, o continente foi submetido a um único padrão, com exceção de Cuba. Privatizações de empresas estatais (geralmente compradas por companhias estrangeiras) abandono de importantes funções econômicas e sociais pelo Estado, abertura das economias nacionais e prioridade ao equilíbrio fiscal e ao combate à inflação passaram a ser uma regra" (2004, p. 58).

Segundo Benecker e Nascimento: "O Consenso de Washington visava equacionar a crise fiscal dos Estados e ao mesmo tempo corroborar para a estabilização da economia, uma vez que o modelo de substituição de importações, adotado ao longo desses anos, já se mostrara inadequado. A superproteção do mercado interno fez com que a indústria nacional ficasse cada vez mais atrasada e ineficiente" (2002, p. 17).

Tabela 1: Crescimento do Produto Interno Bruto nos paises Latino-americanos 1980-1999 (%)

PAÍS	1980-1999	1990-1998	1993	1996	1999
Argentina	- 0,4	5,3	5,7	5,5	- 3,4
Bolívia	- 0,2	4,2	4,3	4,4	0,4
Brasil	2,7	3,3	4,9	2,7	0,8
Chile	4,2	7,9	7,0	7,4	- 1,0
Colômbia	3,6	4,2	5,2	2,1	- 4,2
Costa Rico	3,0	3,7	7,4	0,9	8,2
Cuba	-	-	- 14,9	7,8	6,2
Equador	2,0	2,9	2,0	2,0	- 7,3
Guatemala	0,8	4,2	3,9	3,0	3,8
México	0,7	2,5	2,0	5,1	3,7
Peru	- 0,3	5,9	4,8	2,5	0,9
Uruguai	0,4	3,9	2,7	5,6	- 2,8
Venezuela	1,1	2,0	0,3	- 0,2	- 6,1

Fonte: Benecker e Nascimento (2002).

Vizentini destaca como impacto do Consenso de Washington, o forte retrocesso econômico, principalmente no setor industrial, embora tenha havido a modernização de alguns setores. Sob o pretexto de modernizar e tornar concorrenciais setores pouco competitivos, foram levados à falência importantes ramos das indústrias locais. Conceituadas e lucrativas empresas estatais foram vendidas a preços simbólicos, em operações geralmente marcadas por irregularidades e favorecimentos (2004, p. 58-9).

Ainda segundo Vizentini: “Direitos sociais foram suprimidos do dia para a noite, enquanto, o sindicalismo sofria um retrocesso marcante. Pior do que a queda dos salários, entretanto, foi a elevação brutal da taxa de desemprego, hoje, sem duvida, o maior problema do continente e do mundo. Para completar, o declínio dos indicadores de saúde e educação produziu um processo de fragmentação social inédito na historia latino-americana” (2004, p. 59).

Tabela 2 - América Latina – indicadores macroeconômicos

	1985/90	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
PIB	1,6	-0,2	3,9	3,2	4,1	5,6	0,4	3,5
Export. Form.	5,2	6,0	3,6	7,1	11,7	10,7	10,4	11,3
Capital	17,2	18,2	-	19,1	19,4	20,5	19,1	19,3
Inflação	686,5	1188,8	199,8	426,7	890,2	337,6	25,8	18,5

Fonte: Cepal apud Arbix e Laplane, 2002, p.83.

Da tabela acima, pode se concluir que alguns resultados se mostraram positivos, tais como: 1) a drástica redução da inflação, que caiu para algo em torno de 10% em 1997, sendo que nos anos 80 passou dos três dígitos; 2) o crescimento, ainda que moderado, do volume das exportações; 3) o aumento nos fluxos de capitais externos[56], cujos efeitos ainda estão em desenvolvimento.

Agora, deve-se destacar ainda, os graves desequilíbrios causados por estas políticas, que segundo Arbix e Laplane:

> "Fundamentalmente, um pífio crescimento do PIB e do emprego, baixo aumento da produtividade, uma tímida recuperação da relação PIB/investimento produtivo e a persistência de um dos piores indicadores de distribuição de renda do mundo, tanto individual quanto regional. E do ponto de vista macroeconômico, terreno por excelência de responsabilidade do novo Estado, a vulnerabilidade das economias tornou-se quase um pesadelo, ilustrado pelas sucessivas crises que envolveram México, Brasil e Argentina" (2002, p. 83).

Como destaca a tabela 3 abaixo, a América Latina, nos anos 90, recebeu uma grande quantidade de investimentos. Apenas no biênio 1997-1998, a média anual de entrada foi de cerca de US$ 70 bilhões, enquanto a média anual anterior à década de 1990 nunca havia ultrapassado US$ 10 bilhões. O Investimento Direto Externo saltou de 1% para 4% do PIB entre 1980 e 1998.

É importante destacar, que grande parte dos recursos que entraram nas economias da região, via investimento direto externo, foi deslocado para o processo de privatização[57] de empresas industriais e, principalmente, de setores de serviços públicos como energia

elétrica e telecomunicações. Outra parte foi vinculado à crise do sistema bancário e à desnacionalização de bancos públicos e privados. A venda de empresas de serviços públicos para empresas estrangeiras é um dos fatores que explicam a participação crescente dos serviços na composição setorial dos investimentos estrangeiros no Brasil (Arbix e Laplane, 2002, p. 87).

Tabela 3 - Fluxo de Investimento Direto Externo (IDE) em países da América Latina – 1990-2000 (milhões de dólares)

	1990/94	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	2982	5315	6522	8755	6670	23579	11957
Bolívia	86	393	474	731	957	1016	695
Brasil	1703	4859	11200	19650	31913	32659	30250
Chile	1207	2957	4634	5219	4638	9221	3676
Colômbia	818	968	3113	5638	2961	1140	1340
Equador	293	470	491	625	814	690	740
Paraguai	99	103	136	233	196	95	100
Peru	796	2056	3225	1781	1905	1969	1193
Uruguai	-	157	137	126	164	229	180
Venezuela	836	985	2183	5536	4495	3187	4110
México	5430	9526	9186	831	11312	11786	12950
Total	14249	27789	41301	61125	66025	85571	67191

[56] Dados mais detalhados sobre os fluxos de capital externo serão analisados posteriormente.
[57] Em 1996, ingressaram apenas no Brasil, US$ 2645 bilhões referentes ao processo de privatização em curso, em 1997 foram US$ 5246 bilhões, 1998 US$ 6121 bilhões e em 1999 foram US$ 8766 bilhões (Banco Central, 2002).

	1990/94	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	2982	5315	6522	8755	6670	23579	11957
Bolívia	86	393	474	731	957	1016	695
Brasil	1703	4859	11200	19650	31913	32659	30250
Chile	1207	2957	4634	5219	4638	9221	3676
Colômbia	818	968	3113	5638	2961	1140	1340
Equador	293	470	491	625	814	690	740
Paraguai	99	103	136	233	196	95	100
Peru	796	2056	3225	1781	1905	1969	1193
Uruguai	-	157	137	126	164	229	180
Venezuela	836	985	2183	5536	4495	3187	4110
México	5430	9526	9186	831	11312	11786	12950
Total	14249	27789	41301	61125	66025	85571	67191

Fonte: Arbix e Laplane apud CEPAL (2002, p. 81).

Soares ao analisar as conseqüências dos ajustes neoliberais na América Latina, conclui, que: “Em relação a toda aquela alegação de que as reformas eram imprescindíveis para o crescimento, as evidencias não demonstram isso, pelo contrario. São paises que tiveram um crescimento econômico medíocre ou inexistente, cuja vulnerabilidade financeira aprofundou, em que o endividamento público aumentou, em que houve uma generalização da precarização do trabalho, taxas de desemprego[58] inéditas na historia

[58] O desemprego aberto atingiu na ultima década a sua maior taxa histórica, quase 12% em media. Se forem registradas as regiões metropolitanas, as regiões mais deprimidas da América Latina e os trabalhadores de baixa renda, esse desemprego chega, em alguns casos, a 30% ou 40% da população. Outro ponto interessante que merece destaque, com relação ao emprego, e a situação dos autônomos, que aumentaram enormemente a sua participação. De 65% a 95% dos ocupados hoje, na América Latina, não tem nenhum contrato de trabalho. De 65% a 80% da população latino-americana não tem proteção social nem de saúde. E a cada 10 novos empregos criados na América Latina, na década passada, nove foram na área de serviços e 8,1 foram informais. Nessa condição se encontram 80% dos empregos gerados na região na década de 1990 (Soares, 2003, p. 43-4).

desses paises – obviamente o caso da Argentina e o mais gritante -, o desmonte das instituições publicas estatais, a redução e a eliminação da universalidade dos serviços, a focalização com acompanhamento da exclusão" (2003, p. 42).

A crise sócio-econômica e a instabilidade política trouxeram, ainda, para a região, as tentativas de golpe de Estado, como os ocorridos na Venezuela[59], Peru e Haiti. Outro ponto importante a se destacar, foi o crescente aumento na criminalidade e na violência social, que atingiam níveis alarmantes, como o infeliz caso do Brasil, e revoltas populares eclodiram na Argentina, Bolívia, Venezuela, Haiti, México e em outros paises, como resposta à grave deterioração nas condições de vida.

Vizentini destaca, "a redução da soberania dos Estados nacionais pode ser percebida ate mesmo pela nova linguagem que impregnou as relações internacionais. Ate a década de 1980, era comum referir-se a paises com Brasil, México e Índia, por exemplo, como *potencias medias, potencias regionais, Estados em desenvolvimento ou paises recém-industrializados.* Atualmente, são denominados *mercados emergentes,* tendo desaparecido as noções de Estado, nação, desenvolvimento, potencia ou mesmo de projeto nacional. Além dos fatores internacionais que produziram tal fenômeno já descrito, e preciso considerar que as políticas neoliberais impedem os governos de governar, devido a falta de recursos debilitando assim internamente os Estados nacionais. O grave e que o capital estrangeiro e as empresas transnacionais se preocupam apenas com sua lucratividade (inclusive abandonando paises quando não são mais interessantes, como ocorreu com a Argentina), enquanto são os Estados nacionais e os governos que têm responsabilidade sobre a preservação das populações e do território" (2004, p. 75).

Como destaca Furtado: "Neste fim de século prevalece à tese de que o processo de globalização dos mercados ha de se impor no mundo todo, independentemente da política que este ou aquele país venha a seguir. Trata-se de um imperativo tecnológico, semelhante ao que comandou o processo de industrialização que moldou a sociedade moderna nos dois últimos séculos" (1998, p. 26).

[59] O golpe de Estado ocorrido na Venezuela contou com enorme simpatia popular, tanto que o líder golpista, Hugo Chávez, veio a ser eleito, posteriormente, Presidente da Republica.

A concentração de renda na região aumentou bastante. Enquanto em 1979 as famílias com renda inferior a média eram de 67%, em 1997, ultrapassava os 75% (Arruda, 1999, p. 23).

A divida externa da América Latina aumento de US$ 475 bilhões em 1990, para US$ 675 bilhões em 1996, a um ritmo anual de 2,5 %, enquanto havia crescido apenas 1,2% ao ano na década de 80. O serviço da divida (amortizações mais juros) também mais que dobrou nos anos 90, em media anual de US$ 38 bilhões nos 80 para US$ 86 bilhões nos 90 (Arruda, 1999, p. 24).

"Além de não resolver a pobreza", conclui Soares, "...a conseqüência mais grave dessas reformas que supostamente iriam promover o crescimento econômico foi um brutal aumento da precarização, com uma queda generalizada de todos os empregos, mas principalmente nos empregos públicos. E a Cepal também afirma que o Estado latino-americano foi de tal forma desmontado que se tornou inviável a sua própria reforma. Quer dizer, o Estado se fragilizou no social na maioria dos paises, com péssima qualidade dos seus serviços, com servidores mal-remunerados e com perda de emprego. Aliás, o texto também ratifica que com isso se perdeu uma importante arma da política social latino-americana" (2000, p. 43).

Soares enfatiza ainda um comentário inédito feito pela Cepal, em que se reconhece que a perda da universalidade das políticas sociais latino-americanas levou a um aumento da exclusão. E que o excesso de focalização do gasto social nos pobres não só não incluiu todos os pobres, como também deixou de fora boa parte da classe média precarizada, sem emprego, que hoje esta numa grave crise de acesso a serviços de infra-estrutura básica na América Latina (2003, p. 42-3).

Os resultados destas políticas para a região foram bastante negativos, como visto anteriormente, os próprios defensores destas idéias[60] reconhecem que os resultados não foram tão positivos quanto o esperado, ou anunciado inicialmente. Com isso, os defensores destas políticas, tentam explicar porque o Consenso de Washington não trouxeram os benefícios anunciados, e destacam três motivos principais: 1) o tempo ainda é insuficiente

[60] Dentre os defensores dos ajustes neoliberais que se mostraram insatisfeitos com os resultados das políticas adotadas na América Latina, destacamos John Willianson, Pedro Paulo Kuczynski, Ricardo López Murphy. Mesmo insatisfeitos com os resultados das políticas, defendem as política neoliberais e clamam uma intensificação delas.

para um balanço mais definitivo das medidas, pois mudanças profundas no continente ainda estão ocorrendo e deverão mostrar bons resultados brevemente; 2) os países latino-americanos não teriam realizado ou completado as reformas necessárias.

Diante destas explicações, os defensores do Consenso lista algumas novas medidas que poderiam ser implementadas para complementar o Consenso inicial, tais como: "1) Instituições regulatórias; 2) Reforma política; 3) Corrupção; 4) Redes de proteção social; 5) Flexibilização do mercado de trabalho; 6) Acordos da Organização Mundial do Comércio; 7) Padronização financeira; 8) Redução da pobreza; 9) Abertura nas contas de capital; 10) Regime cambial único" (Arbix e Laplane, 2002, p. 91).

O paradigma neoliberal adotado na América latina[61] não respeitou a história dos países do continente, que tiveram no Estado o agente estruturador e fomentador do crescimento econômico.

"Infelizmente, nas últimas décadas, mesmo a economia do desenvolvimento e a história econômica – dois subcampos da economia que dão grande relevância à abordagem histórica – foram abafadas pela predominância da economia neoclássica, que rejeita categoricamente esse tipo de raciocínio indutivo. A conseqüência funesta disso foi tornar particularmente aistóricas as discussões contemporâneas sobre a política de desenvolvimento econômico" (Chang, 2004, p. 21).

O paradigma neoliberal adotado na região não levou em conta questões fundamentais, negligenciando as dimensões da política, a produção e o lugar do Estado no desenvolvimento. Como destaca Rodrik, a critica rasa do nacional-desenvolvimentismo foi acompanhada da contração e drenagem do poder estruturante do Estado, sua capacidade de dialogar, negociar e articular com a sociedade. Questões como a recapacitação tecnológica, a trajetória e operacionalização das empresas foram secundarizadas, minando os processos de aprendizado e de aquisição de novos conhecimentos e tecnologia, que praticamente cederam lugar às preocupações com a macroeconomia. O ajuste fiscal e a flexibilização do

[61] O novo paradigma, na América Latina, foi reduzido à retomado do desenvolvimento dos países a um guia de condutas sobre como desregulamentar, como liberalizar e privatizar, banindo ou pasteurizando o debate sobre um novo compromisso pela produção, capaz de ocupar o espaço do desenvolvimentismo e a passividade de corte liberal dos anos 90.

comércio internacional foram transformados em palavras quase-mágicas na boca dos governantes. E, mesmo assim, os mercados foram valorizados em suas relações com as trocas e menos com a produção (apud Arbix e Laplane, 2002, p. 92).

Dentre as transformações em curso na sociedade mundial, a globalização e o neoliberalismo lideram e trazem conseqüências negativas marcantes, das quais se destaca a crescente vulnerabilidade externa e a agravamento da exclusão social. Estas conseqüências negativas causadas pelas transformações em curso não impactam apenas os paises em desenvolvimento, afetando também paises desenvolvidos. Nos Estados Unidos, a exclusão social se manifesta como concentração de renda e da riqueza, e, na Europa Ocidental, como desemprego aberto. Como destaca Furtado: "O grande desafio consiste em minimizar os males resultantes da perda de comando provocada pela Globalização, o que requer políticas que tenham em conta a especificidade do país" (1998, p. 74).

Furtado destaca ainda uma questão central na sociedade capitalista contemporânea, o crescente fortalecimento dos mercados e, como contrapartida, o enfraquecimento dos Estados Nacionais. Cabe destacar na integra suas observações:

> "Muitas pessoas se perguntam porque a internacionalização das estruturas produtivas não esta provocando redução das desigualdades de renda como previam os arautos do pensamento liberal. E que a distribuição da renda nos planos nacional e internacional e assunto regido predominantemente por fatores políticos. Se o mundo se houvesse desenvolvido dentro das normas de um capitalismo mais puro, a renda seria ainda mais concentrada do que hoje. Mas a verdade foi que, desde o século passado, as forcas sociais contestadoras foram extremamente aguerridas na Europa e interferiram nas estruturas de poder político, abrindo espaço para reformas estruturais importantes como a redução do mercado de trabalho" (Furtado, 1998, p. 76).

Foi somente com a pressão exercida pelas forcas sociais que os benefícios começaram a serem incorporados pelos trabalhadores, os salários subiram acompanhando os incrementos de produtividade, que foram criados os sistemas de previdência social e se definiram políticas de ajuda a regiões menos desenvolvidas. Foi neste instante, que a distribuição de renda melhorou e a sociedade mudou bastante sua fisionomia, engendrando novas fontes de dinamismo.

Furtado destaca que "se a renda tivesse prosseguido em sua tendência a concentração, a estreiteza dos mercados ter-se-ia manifestado. As crises cíclicas teriam sido ainda mais agudas. Se elas abrandaram, foi porque o capitalismo mudou sob pressão das

massas. A expressão disso em termos de política econômica foi o keynesianismo, que legitimou a utilização crescente de instrumentos políticos na esfera econômica, abrindo a era da social-democracia. Mesmo nos Estados Unidos, onde seu capitalismo teve seu desenvolvimento menos cerceado por fatores institucionais, a ação do Estado se intensificou para defender setores de atividades econômicas ou interesses regionais" (1999, p. 77).

E podemos ainda destacar, o custo dos ajustes neoliberais nos paises centrais como destaca Soares: "No interior dos paises centrais também houve uma distribuição desigual dos custos sociais: estes foram pagos, na maioria dos paises pelos Estados (crise financeira), pelos sindicatos e pelo emprego da forca de trabalho". Outras conseqüências "dessa repartição desigual dos custos foram: a distribuição pessoal da renda piorou com o aumento da dispersão salarial; ouve ampliação dos autônomos com rendimentos desiguais e o surgimento de uma 'casta' de *yuppie* de rentistas: foram gerados bolsões de pobreza, sobretudo nos EUA e na Inglaterra; e foram desmontados os mecanismos compensatórios do *Welfare State*, sobretudo em função da crise fiscal. Essa crise fiscal[62], que chegou a apresentar magnitude semelhante a dos paises periféricos, esteve associada tanto às políticas de ajuste quanto a reestruturação da atividade econômica e da população economicamente ativa" (2000, p. 19).

Na verdade, os ajustes neoliberais como vimos, fazem parte de uma estratégia mundial de fortalecimento do papel do Mercado em detrimento do Estado. Ricupero destaca uma questão importante sobre o atual debate sobre a sociedade mundial:

> "Nesses três aspectos – comércio mais livre, promoção do setor privado e o imperativo de estabilidade macroeconômica – creio que se pode afirmar sem medo que a opinião pública esclarecida tem convergido, ao longo dos últimos dez anos, em direção a posições liberais sobre as políticas econômicas desejáveis. As opiniões não são de forma alguma homogêneas, mas a faixa de desvio reduziu-se muito, O que, por sua vez, proporciona a base sobre a qual os paises em desenvolvimento podem mover-se a fim de atingir os padrões internacionais envolvidos no processo de globalização" (2002, p. 59).

[62] Outra razão da crise fiscal, pelo lado dos gastos correntes, associada às políticas de ajuste, tornou-se visível pelo peso adquirido nos EUA e, sobretudo, nos paises periféricos: trata-se do peso crescente dos serviços financeiros externos e/ou externo da divida publica. Essa influencia crescente dos serviços financeiros (advinda das operações ativas com títulos públicos nos mercados monetários para regular os desequilíbrios no balanço de pagamentos) provocou um resultado estrutural importante: o agravamento na distribuição de renda e da riqueza nacional no interior dos paises, gerando a maior concentração de riqueza privada já vista na história do capitalismo.

Ao analisarmos os chamados Tigres Asiáticos, ou a China e a Índia, perceberemos que estes países foram beneficiados por sua progressiva integração com a economia mundial, mas ao contrário dos países da América Latina, foram orientados por um conjunto de estratégias de desenvolvimento, combinando um grande esforço exportador com políticas de proteção de suas economias (exportações subsidiadas, exigência de conteúdo nacional nos produtos das multinacionais, restrição ao fluxo de capitais, altas tarifas), políticas hoje em sua grande maioria condenadas pela Organização Mundial do Comércio.

Como destacou Arbix e Laplane sobre os Tigres Asiáticos, China e Índia:

> "...a liberalização da economia foi um processo lento e gradual, desenvolvido ao longo do tempo. E uma abertura mais ampla somente foi operacionalizada quando suas economias estavam no trilhos, preparadas para crescer. Em outras palavras, abertura comercial, liberalização e desregulamentação não podem substituir as estratégias de desenvolvimento, o mais efeito meio de alcançar uma integração dinâmica e virtuosa para o país com a economia mundial" (2002, p. 96).

O modelo adotado na América Latina era muito diferente do adotado pelos países asiáticos. Sua ênfase estava na liberalização do comércio e na desregulamentação dos fluxos de capitais como forma de alcançar o crescimento econômico.

Depois de um balanço do paradigma, os países da região perceberam, que é preciso muito mais do que isso, pois a integração dos países à economia mundial, diferentemente da regulação tarifária, não pode ser controlada diretamente pelos governantes e autoridades econômicas.

O Estado tem um papel fundamental dentro da estratégia de desenvolvimento, se o modelo anterior ruiu, é necessário a construção de uma nova estratégia, onde haja uma interação entre Estado e Mercado, rejeitando com isso, as visões e teorias simplistas que enxergam na retirado do Estado e no fortalecimento do Mercado, o novo mote de desenvolvimento.

É importante lembrarmos, como destaca Chang ao responder a questão: como os países ricos enriqueceram de fato?

> "A resposta mais sucinta é que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e

> industriais 'ruins', como a de proteção à industria nascente e a de subsídios à exportação – práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela Organização Mundial do Comércio. Antes de se tornarem completamente desenvolvidos (ou seja, antes do fim do século XIX e do início do XX), eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais 'básicas' como os bancos centrais e a responsabilidade limitada" (2004, p. 14).

Como afirma Stiglitz:

> "Os críticos da Globalização, que acusam os países ocidentais de hipocrisia, estão certos. Os países ricos do Ocidente forçaram as nações pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas eles próprios mantiveram as suas, impedindo que os países em desenvolvimento exportassem seus produtos agrícolas, privando-os, assim, da renda tão desesperadamente necessária obtida por meio das exportações. Os Estados Unidos, é claro, eram um dos principais culpados, e essa era uma das questões sobre as quais eu nutria os mais intensos sentimentos. Quando fui presidente do Conselho de Consultores Econômicos, lutei muito contra essa hipocrisia. Ela não só prejudicava os países em desenvolvimento como também custava bilhões de dólares aos consumidores e contribuintes norte-americanos. As minhas batalhas, na maior parte das vezes, eram infrutíferas. Interesses comerciais e financeiros especiais acabavam prevalecendo – e quando fui trabalhar no Banco Mundial, pude ver muito claramente as conseqüências dessas medidas sobre os países em desenvolvimento" (2002, p. 33).

As críticas ao modelo neoliberal do Consenso de Washington não se restringem apenas aos intelectuais dos países afetados pelas medidas de ajuste, outros teóricos passaram a criticar este modelo com grande ênfase. Como destaca Rodrik: O Consenso de Washington "está morto porque ninguém mais acredita que isso vai gerar crescimento ou provocar erradicação da pobreza. Mas tenta-se passar a mensagem de que ele falhou não por ser equivocado, mas apenas por ter sido inadequadamente implementado, e de que a implementação com êxito dependeria de um pesado ajuste institucional". Complementando, Rodrik conclui: "Mas é possível ver que os procedimentos recomendados seguem o modelo de países desenvolvidos, que os pobres não tem recursos para replicar. Esse novo Consenso de Washington faz muito sentido para os países ricos, mas é completamente inútil aos pobres" (apud Ioschpe, 2002, p. 46).

Stiglitz crítica o modelo implantado nos países em desenvolvimento: "A batalha intelectual acabou. As teorias de imperfeições de mercado mostram que não há base intelectual para a crença no fundamentalismo de mercado do Consenso de Washington. Se esses *market failures* acontecem em países desenvolvidos, os problemas são ainda mais sérios em países pobres. Agora, no campo das políticas públicas, o Consenso ainda tem

muita influência e define as políticas de uma série de países subdesenvolvidos" (apud Ioschpe, 2002, p. 46).

A manutenção das políticas neoliberais, mesmo havendo essa desconexão entre a falência intelectual de uma teoria e sua aplicação prática, só se explica, segundo Stiglitz, pela "Ideologia, perspectivas e interesses". "A ideologia é aquela que se costumou chamar neoliberal, as perspectivas são as daqueles ministros que foram treinados nos templos propagadores da fé e passaram a comungar dela, e os interesses são de multinacionais, especialmente do mercado financeiro, que continuam ganhando muito dinheiro com o infortúnio alheio" (apud Ioschpe, 2002, p. 46).

Os criadores do *Consenso de Washington* renovaram a agenda com o Novo Consenso de Washington que passou a ser descrito como o novo mantra para o desenvolvimento. Rodrik, comentando sobre o Novo Consenso, concluiu: "É enganoso no sentido de fazer acreditar que há um conjunto de instituições que são boas para todo mundo. É um programa inexeqüível, nenhum país na história da humanidade se desenvolveu dessa maneira" (2002, p.47). "Os Estados Unidos, quando ultrapassaram a Inglaterra, no século 19, tinham níveis de protecionismo mais elevados do que qualquer país em desenvolvimento tem hoje" (apud Ioschpe, 2002, p. 47).

Rodrik destaca quatro proposições necessárias para que os países em desenvolvimento possam melhorar sua estrutura econômica:

> "1. os incentivos de mercado são decisivos para o desenvolvimento econômico; 2. os incentivos de mercado precisam do apoio de fortes instituições públicas; 3. as economias de mercado são compatíveis com uma série de diversificados arranjos institucionais; 4. quanto maior for a adequação das reformas orientadas para o mercado às capacidades institucionais preexistentes, maior a probabilidade de sucesso" (2002, p. 65).

Das proposições descritas por Rodrik, as duas primeiras são amplamente aceitas e recomendadas pelo Consenso de Washington ampliado, mas o terceiro e o quarto pontos não é adequadamente reconhecido, mas é fundamental para os países em desenvolvimento (2002, p. 65).

Stiglitz comentando sobre o que há em comum entre os países que deram certo, cita três fatores em comum: "Primeiro, adaptaram a globalização a suas próprias circunstâncias;

não adotaram o *approach* padronizado. Segundo, foram conscientes dos problemas oriundos da transição. Assim, quando a China abre seus mercados para companhias estrangeiras, também se certifica de que novos postos de trabalhos serão criados (para contrabalançar aqueles perdidos com a abertura) para impedir o aumento significativo do desemprego. Terceiro, prestaram muita atenção a questão distributiva, levando em consideração o contexto político e certificando-se de que os benefícios da globalização serão amplamente recebidos" (apud Ioschpe, 2002, p. 47).

Stiglitz afirma:

> "A Globalização e a introdução de uma economia de mercado não geraram os resultados prometidos na Rússia nem na maior parte das outras economias que fizeram a transição do comunismo para o capitalismo. Esses países foram informados pelo Ocidente de que o novo sistema econômico que estavam adotando lhes traria uma prosperidade sem precedentes. Em vez disso, ele lhes trouxe um estado de pobreza nunca visto antes: em muitos aspectos, para a maioria das pessoas, a economia de mercado provou ser ainda pior que aquilo que seus líderes comunistas haviam previsto. O contraste entre a transição da Rússia, da maneira como foi estruturada pelas instituições econômicas internacionais, e a transição da China, elaborada por ela mesma, não poderia ser maior. Enquanto na China, no começo da década de 1990, o PIB era 60% do PIB da Rússia, no final dessa mesma década esses números tinham se invertido. Enquanto a Rússia registrava um aumento sem precedentes nos índices de pobreza, a China registrava um declínio inédito até então" (2002, p. 32).

A globalização altera imensamente a sociedade mundial, a busca por uma estratégia própria de desenvolvimento é fundamental para as economias em desenvolvimento. Este Novo Modelo deve ser construído por toda sociedade, um processo lento que defenda os interesses da população e diminua os impactos negativos da concorrência brutal que se difunde pela economia global.

Stiglitz conclui:

> "A Globalização em si não é boa nem ruim. Ela tem o *poder* de fazer um enorme bem e, para os países do Leste Asiático que aderiram à globalização *em seus próprios termos,* dentro do seu próprio ritmo, ela tem representado um grande benefício, apesar do baque provocado pela crise de 1997. Mas em muitas partes do mundo, não houve benefícios compatíveis. Para muitos, a globalização assemelha-se mais a um desastre iminente" (2002, p. 48).

Diante das dificuldades, as pessoas se revoltam. Os protestos e as manifestações fizeram com que as autoridades governamentais e os economistas em todo o mundo reflitam a respeito das alternativas ao *Consenso de Washington*, políticas vistas como a única forma certa para o crescimento e o desenvolvimento. Tornou-se cada vez mais claro, não só para cidadãos comuns, mas também para aqueles que formulam as políticas, não só para os países em desenvolvimento, mas também para as pessoas nos países desenvolvidos, que a globalização, da maneira como tem sido praticada, não satisfez as expectativas conforme seus defensores prometeram que iriam satisfazer – nem realizou o que pode e deve realizar. Em alguns casos, não resultou nem mesmo em crescimento, mas quando isso aconteceu, não trouxe benefícios para todos; o efeito líquido das políticas estabelecidas pelo *Consenso de Washington* tem sido, com relativa freqüência, beneficiar alguns à custa de muitos, os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Em muitos casos, interesses e valores comerciais têm substituído a preocupação com o ambiente, a democracia, os direitos humanos e a injustiça social (Stiglitz, 2002, p. 47-8).

As políticas neoliberais influenciaram muito as mudanças em curso na sociedade mundial nos últimos 30 anos, a abertura das economias intensificou a concorrência entre as estruturas produtivas, a privatização das empresas estatais aumentou o espaço para atuação do mercado, a desregulamentação das finanças acarretou transformações severas no mercado financeiro internacional, tudo isso impactou diferentemente nos países e nas populações mundiais.

Diante destas transformações, percebemos que os países da América Latina foram inseridos nos novos movimentos da sociedade global, o neoliberalismo gerou uma transformação profunda da estrutura produtivas destas economias, mas esta transformação não foi tão intensa que acabou gerando uma nova base produtiva, com produtos mais elaborados e sofisticados, com produtos intensivos em tecnologia e com maior valor agregado, mas ao contrário, intensificou a dependência dos produtos primários e em muitos casos acabou levando a uma desindustrialização[63] intensa, o que acabou comprometendo a estrutura social do país.

[63] A desindustrialização foi mais acentuada na Argentina, onde a partir dos anos 70, o governo militar acabou adotando políticas neoliberais que impactaram diretamente sobre a estrutura produtiva, gerando um enfraquecimento do setor industrial.

Capítulo 2 - Corrupção como desafio transnacional

Introdução

A sociedade contemporânea apresenta inúmeros desafios, a manutenção do crescimento econômico, a inserção de grandes levas de trabalhadores expulsos do sistema produtivo, o combate ao tráfico de drogas[64], o desafio da preservação do meio ambiente, a desigualdade entre as economias e entre as regiões[65], a disseminação de casos de corrupção que afetam as instituições e inibe esforços de investimentos, fundamental para garantir o crescimento das economias em uma época de globalização e integração dos mercados, exigem grandes mudanças que afetam o comportamento social e torna imprescindível a atuação do Estado como agente fomentador e estimulador do desenvolvimento econômico. Concomitantemente percebe-se que o mesmo Estado que é fundamental como agente de regulação social está sendo retirado e tendo seus poderes diminuídos, sendo concentrados nas mãos do mercado, principalmente nas empresas transnacionais e nos agentes financeiros (bancos, corretoras e seguradoras).

Diante dessa realidade, as políticas neoliberais acusavam o Estado de ser o agente gerador de corrupção, desajustes e desequilíbrios dentro do sistema econômico, e esse desequilíbrio deveria ser combatido com o enfraquecimento do papel do Estado e, ao mesmo tempo, com o fortalecimento do mercado como agente de regulação e estruturação da sociedade.

O presente capítulo tem como objetivo analisar a questão da corrupção na sociedade mundial, que, nos parece um dos principais problemas da sociedade mundial, refletir sobre

[64] Segundo dados disponibilizados recentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU), o tráfico de drogas movimenta anualmente quase US$ 400 bilhões.

[65] Atualmente percebemos que as transformações atuais estão gerando grandes levas de excluídos da sociedade mundial, desde países até regiões inteiras são excluídas pelo grande capital, destaca-se a África, região assolada por crises de todas as naturezas, desde as crises econômicas até problemas de doenças e alimentação, onde milhares de pessoas morrem anualmente com moléstias consideradas curáveis, tais como a diarréia.

alguns casos velados de desvios de recursos públicos, o impacto destes desvios sobre a economia, as decisões de investimento e o aumento da importância da questão da corrupção como tema internacional envolvendo instituições internacionais e multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (Bird), entre outras, é fundamental para a elaboração de políticas públicas para diminuir a corrupção, que tanto mal causa para a sociedade mundial, mal este estimado em 5% do produto interno bruto mundial, algo em torno de US$ 1,5 trilhão, algo em torno de 2 vezes o produto interno bruto brasileiro.

2.1. A conscientização das instituições internacionais

Nos últimos anos, a corrupção passou a ocupar um papel de destaque no cenário mundial, atualmente podemos encontrar este tema nos mais diversos âmbitos de cooperação internacional. Na lógica de cooperação dos Estados soberanos, a ameaça que a corrupção representa, os leva a negociar novas formas de cooperação para a criação de leis para penalizar e a investigar esses crimes. Somam-se a isso, as grandes instituições internacionais e regionais de cooperação, da Organização das Nações Unidas (ONU) às agências de fomento, que desenvolveram linhas de financiamento para ajudar os países a enfrentar os custos da corrupção. Diante deste cenário, novos atores entram em cena para a cooperação internacional, como empresas e sociedade civil, que, conjuntamente, tiveram um papel central na inserção do tema da corrupção na agenda das negociações internacionais. Os anos 90 foram, sem dúvida, a década da transformação da corrupção em um dos tópicos mais importantes das relações transnacionais. A sociedade civil agindo na criação de redes para incentivar e interligar os movimentos anticorrupção em escala global, e as empresas discutindo a necessidade de auto-regulação além dos limites impostos pelo setor público.

Dada à importância e a urgência do tema corrupção, há uma considerável escassez de estudos sobre corrupção nas ciências sociais propriamente ditas, principalmente nas áreas de economia e de sociologia. O estudo da corrupção é importante para todos os países, tanto naqueles onde ela é um fenômeno marginal quanto nos países onde assume um

caráter estrutural. As modernas abordagens da economia política vêm destacando como a questão da corrupção pode ser cara ao desenvolvimento dos países, gerando injustiças, desperdícios e transferências de renda indesejáveis na sociedade.

A partir dos anos 80, empresas de avaliação de riscos de investimento incluíram sucessivamente o item "corrupção" nas suas análises dos países. Dentre as informações levantadas pela pesquisa, estão o direito de propriedade, as normas para a repatriação de lucros, as exigências burocráticas para empreendedores, a existência de mercados negros, e depois, foram incorporadas as questões ligadas às práticas de corrupção (Speck, 2000).

A corrupção se tornou um problema para todos os países e blocos de países, tanto para aqueles em vias de consolidação democrática como para as democracias consolidadas. A corrupção, praticada por velhas e novas elites, nos países do sul gera problemas de legitimidade e de eficácia nas organizações sociais, o que coloca em dúvida a validade prática de novos valores democráticos. Agora, a corrupção não é um problema apenas para os países do sul, os países do norte, democracias estáveis, apresentam inúmeros episódios de corrupção e escândalos financeiros, que deixaram claro que esta questão não está ligada apenas a regimes ditatoriais e burocracias subdesenvolvidas. O problema envolve outras questões e precisam ser combatidos como forma de se evitar ameaças às instituições democráticas e até à democracia moderna e aos países em vias de democratização.

"A corrupção configura um dos problemas que mais provavelmente serão mencionados por visitantes casuais a países pobres ou pelos investidores desses países. Numa pesquisa promovida pela agência Roper Starch International em 19 países em desenvolvimento, das 15 principais preocupações dos cidadãos, a corrupção foi a quarta, depois da criminalidade, da inflação e da recessão" (Easterly, 2004, p.307).

A visão anterior, baseada em Left (1964), de que a corrupção poderia ter efeitos benéficos, tanto para empresas como para a economia nacional, é colocada em xeque pelas novas visões e estudos sobre corrupção, que passam a visualizar a corrupção como um possível risco de investimento, não mais trazendo os ganhos para a economia nacional (Speck, 2000).

No Brasil o tema corrupção ganhou relevância nos últimos anos, principalmente no início dos anos 90, após as denúncias que levaram ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, acusado de vários casos de corrupção.

Como destacou Speck, há uma série de hipóteses a respeito da corrupção:

> "A esquerda diz que o mal vem do capitalismo, da lógica do ganho individual. A direita alega que a corrupção é parte da decadência dos valores que mantêm a sociedade. Os liberais dizem que a hiper-regulação pelo Estado é responsável. Outros dizem que as tradições histórico-culturais são culpadas pelos padrões de comportamento considerados corruptos e, na versão universalista, a corrupção é vista como o princípio da troca que está profundamente enraizado em todas as sociedades" (apud Schettino 2002, p. 28).

A corrupção não é um problema apenas brasileiro, os anos 90 trouxeram a tona inúmeros casos de corrupção no mundo todo, Estados Unidos[66], Inglaterra[67], Japão[68], Itália[69], Rússia[70], Alemanha[71], etc..., além de casos envolvendo países latino-americanos[72] que culminaram em processos de *impeachment.*

Apesar da corrupção não ser um problema apenas do Brasil e dos países em desenvolvimento, pois afeta a maioria dos países, incluindo países desenvolvidos, foi na Itália que ocorreu o combate mais efetivo da corrupção, servindo de exemplo para todos os países pela determinação e seriedade com que foi conduzido pela sociedade italiana. A Itália era "...um antro de corrupção, dono de um complexo emaranhado que envolvia

---

[66] Na segunda metade dos anos 90, quando o presidente Bill Clinton concorreu ao segundo mandato presidencial, inúmeras acusações foram feitas a Clinton sobre o caso Whitewater e sobre o dinheiro usado na campanha, gerando um clima de grandes incertezas e instabilidades políticas.

[67] Em 1997, John Major, então primeiro ministro inglês, sofreu inúmeras acusações sobre o escândalo da distribuição de dinheiro no parlamento, onde inúmeros parlamentares recebiam recursos para introduzir na pauta de votação temas de interesses de grandes grupos privados.

[68] O Japão também passou por graves problemas de corrupção nos anos 90, onde funcionários do banco central foram acusados de aceitar propinas de bancos, setor que supostamente eles deveriam fiscalizar. Outros setores estavam ligados a corrupção, que estava atrelada ao funcionamento promíscuo entre funcionários públicos e o setor privado.

[69] A Itália foi o exemplo mais complexo de combate à corrupção entre os países desenvolvidos, onde a chamada operação Mãos Limpas, iniciada em 1992, revelou corrupção em praticamente todas as esferas do poder político e administrativo. Nesta operação, liderada pelo Ministério Público, inúmeros funcionários públicos, empresários, juízes, militares e políticos foram investigados e presos.

[70] O caso russo é bastante interessante, alguns estudiosos acreditam que a corrupção se generalizou no país, ainda na época soviética, onde os assaltos aos cofres do Estado se davam através de vendas fraudulentas, adulteração de dados econômicos, contrabando, abastecimento do mercado negro, etc... Nos anos 90, com a desagregação da URSS, o crime organizado passou a dominar a economia de uma forma jamais vista, através do tráfico de drogas, armas, prostituição, lavagem de dinheiro, propinas, "venda de proteção", sendo responsável, com isso, por quase 40% da economia do país.

[71] Na Alemanha, as denúncias de corrupção envolviam o todo poderoso chanceler Helmut Kohl, (1982/1998), seu partido, a União Democrata Cristã, foi acusado de receber dinheiro não declarado de empresas, que foram, posteriormente, beneficiadas pelo governo.

[72] Além do ex-presidente brasileiro Fernando Collor, que sofreu *impeachment* em 1992, o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, também foi destituído do poder por corrupção. Outros presidentes latino-americanos, Carlos Salinas de Gortari (México), Alberto Fujimori (Peru) e Carlos Menem (Argentina), também foram acusados por corrupção e tiveram de ser investigados depois de uma grande quantidade de denúncias.

políticos e juízes, o público e o privado, numa situação que gerava a sensação de impotência para desbaratar as máfias" (Noronha, 2000, p.27).

Em 1988 houve, na Itália, uma alteração do código penal e, com ela, a certeza da punição. Todas aquelas pessoas que se "arrependiam" começaram a dar informações e a denunciar comparsas, para isso, a nova legislação passou a garantir a liberdade, dando-lhes proteção do Estado. Estas medidas ficaram conhecidas como Operação Mãos Limpas, que mudaram estruturalmente a sociedade italiana, melhorando os indicadores econômicos e sociais, o que possibilitou um ambiente mais favorável aos negócios.

Como destacou Torres:

> "Nestes tempos em que as empresas e os países enfrentam uma disputa acirrada, quando não selvagem, por mercados cada vez mais competitivos, a corrupção representa um custo adicional que pode ser o diferencial para condenar determinados setores ao fracasso ou à obsolescência, trazendo prejuízos e desemprego. Uma empresa em atividade na África, na América Latina e no Leste Europeu, regiões onde as práticas corruptas grassam, fatalmente terá a composição de seu custo de produção mais onerada pela corrupção se comparada com as empresas com negócios na Europa ou nos Estados Unidos da América" (2002, p. 112).

É necessário, inicialmente, definir o termo corrupção, antes de qualquer análise mais detalhada. O termo denota decomposição, putrefação, desmoralização, suborno e sedução. A corrupção está associada a um ato ilegal, onde dois agentes, um corrupto e um corruptor, travam uma relação "fora da lei", envolvendo a obtenção de propinas. O senso comum identifica a corrupção como um fenômeno associado ao poder, aos políticos e às elites econômicas. Mas igualmente considera a corrupção algo freqüente entre servidores públicos (como policiais e fiscais, por exemplo) que usam o "pequeno poder" que possuem para extorquir renda daqueles que teoricamente corromperam a lei (ultrapassando o sinal vermelho ou não pagando impostos) (Silva, 1996, p. 173).

São inúmeras as definições para o termo corrupção, mas podemos destacar que ela envolve a interação entre pelo menos dois indivíduos ou grupos de indivíduos que corrompem ou são corrompidos e esta relação implica a transferência de renda que se dá fora das regras do jogo econômico ou político-legal *stricto sensu.*

Silva destaca no parágrafo abaixo uma definição do termo corrupção, que nos parece bastante abrangente e interessante:

> "A corrupção pública é uma relação social (de caráter pessoal, extra-mercado e ilegal) que se estabelece entre dois agentes ou dois grupos de agentes (corruptos e corruptores), cujo objetivo é a transferência ilegal de renda dentro da sociedade ou do fundo público, para a realização de fins estritamente privados. Tal relação envolve a troca de favores entre os grupos de agentes e geralmente a remuneração dos corruptos com o uso da propina e quaisquer tipos de pay-offs, condicionados estes pelas regras do jogo e, portanto, pelo sistema de incentivos que delas emergem" (1996, p. 175).

Segundo Nye (1967), a corrupção representa um desvio dos deveres formais associados a um cargo público, em função de benefícios privados (apud Speck, Cadernos Konrad Adenauer)

Um caso bastante conhecido de corrupção foi o ocorrido no Zaire, cujo então presidente Mobutu Sese Seko, roubou bilhões de dólares do comércio de minerais do país. A situação era tão evidente, que Mobutu construiu para uso próprio, inúmeras mansões[73] em todo o país, sendo que a população mal conseguia sobreviver e a economia[74] desabava.

Os economistas, até pouco tempo atrás, não se importavam com a questão da corrupção. Como destacou Easterly: "Nenhuma das 3047 páginas do prestigioso *Handbook of Development Economics* publicado em quatro volumes de 1988 a 1995, menciona a corrupção como opção. Um recente e importante manual de economia do desenvolvimento não menciona em ponto algum a corrupção (ou, nesse particular, as políticas)" (2004, p. 307).

Os custos da corrupção não se referem somente a credibilidade política, mas igualmente à eficiência administrativa, pois custa caro aos países mais castigados com este desvio de recursos públicos. Diante de tal evidência, percebe-se que para combatê-la, faz-se necessário uma cooperação técnica e financeira entre as economias.

Como destaca Speck: "Os organismos de cooperação internacional adotaram a idéia de que as dificuldades de desenvolvimento estavam ligadas a problemas na estrutura

[73] As mansões construídas por Mobutu tinham piso de mármore italiano, torneiras de ouro maciço, discoteca, abrigo nuclear, adega para 15 mil garrafas, fontes musicais nos jardins, jardim zoológico particular com animais raros.

[74] O Zaire, embora produtor de produtos primários, é um país rico em depósitos de cobre, cobalto, urânio, ouro e diamantes, mas a corrupção capitaneada pelo ex-presidente Mobutu, extraia do país somas altíssimas de recursos.

institucional dos países pobres. Nesse contexto, a questão da qualidade do arcabouço institucional do Estado ganhou importância. Surgiu o tema da corrupção e das reformas institucionais para combatê-la. No decorrer dos anos 90, vários organismos[75] de cooperação econômica (Usaid[76], Banco Mundial, Pnud[77]) criaram linhas de ação e alocaram recursos para projetos na área do controle da corrupção" (2002, p.446).

A corrupção muita vezes é estimulada e acobertada pelos chamados paraísos fiscais[78] e empresas localizadas neles obtêm grandes lucros lavando o dinheiro da corrupção. Alguns bancos se especializaram em fazer essas transações questionáveis (Kaufmann, 12/12/2003, Jornal do Brasil).

Existem inúmeros motivos para se combater à corrupção nos diversos países, um deles ligado a questão da globalização, que exige uma maior cooperação transnacional para se evitar que os crimes de corrupção de grande escala se dissemine entre as economias. Esta cooperação internacional passa pelas áreas de perseguição, harmonização das legislações nacionais, cooperação na investigação, na extradição de atores envolvidos com transações corruptas e a repatriação de recursos transferidos.

Algumas iniciativas internacionais podem ser destacadas como a declaração da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre Corrupção e Suborno em Transações Comerciais Internacionais (1996), a Convenção da OCDE sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos no Exterior (1997), a Convenção do Conselho Europeu na Área Criminal sobre a Corrupção (1999), todas estas podem ser destacadas como períodos onde a sociedade mundial passa a colocar a questão do combate à corrupção na agente internacional.

O fato de a corrupção ser mais generalizada em países menos desenvolvidos e com pouca tradição liberal-democrática não invalida a constatação de que ela representa um mal sistêmico e transnacional que tem persistido ao longo da história da humanidade (Torres, 2002, p. 112).

---

[75] Inúmeras instituições internacionais relutavam em pronunciar a palavra corrupção, em vez disso, problemas de governança é o jargão burocrático que empregamos.
[76] Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional.
[77] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
[78] Pequenos Estados nos quais as empresas multinacionais estabelecem sucursais ou pessoas físicas depositam seus recursos, aproveitando-se de impostos muito baixos ou inexistentes praticados pelos respectivos governos, como é o caso, por exemplo, das Bahamas, de Hong Kong, da Libéria, de Lichtenstein, de Luxemburgo, da Suíça, e outros.

O processo de globalização em curso na sociedade internacional estimula e facilita a corrupção, isso acontece porque os mercados negros tradicionais e suas variações recentes, como o tráfico de crianças, de mulheres, de imigrantes, de órgãos, de drogas geram lucros gigantescos, usam redes internacionais para proteger pessoas e recursos e baseiam-se na corrupção sistêmica de agentes públicos de todos os países envolvidos. A existência de agentes públicos corruptos varia em abrangência e em grau, mas é sempre vital para a exploração do mercado, e mais, nenhum mercado negro sobrevive sem desrespeitar sistematicamente a legislação nacional. Portanto, o combate ao crime organizado e o combate à corrupção estão intimamente ligados, ou seja, não se combate o crime organizado sem um combate a corrupção.

A corrupção não é um fenômeno datado e regional (ocidental), mas ao contrário, ela é universal e perpassa a história da humanidade. A formação de instituições de controle, direito e garantia do bem público um fato moderno e associado as democracias (com imprensa livre) e as às economias de mercado. A corrupção é um ato imoral e de traição da confiança do público em suas instituições (Silva, 1996, p.176).

Em pesquisas[79] realizadas junto aos empresários para sondar que percepção tem da corrupção em países do mundo inteiro, numa escala de 0 (o mais corrupto) a 6 (o menos corrupto), percebeu-se que na escala inferior (alta corrupção) estava Bahamas, Bangladesh, Indonésia, Libéria, Paraguai, Zaire; e na outra ponta, todos os países que obtiveram nota 6 são industrializados, embora nem todos os países industrializados mereçam essa nota (Japão e os Estados Unidos, por exemplo, recebem 5) (Easterly, 2004, p. 312-3).

Nesta pesquisa se constatou que corrupção e crescimento estão inversamente relacionados. Outra relação inversa descoberta pela pesquisa foi entre corrupção e coeficiente de investimento para o PIB. Constatou-se ainda, que "ninguém deseja investir numa economia corrupta, e ninguém deseja fazer todas as outras coisas que contribuem para uma economia em crescimento" (Easterly, 2004, p. 313).

Como destacou Speck: "As práticas das empresas que usam a corrupção como estratégia para garantir vantagens competitivas sobre os concorrentes se aproximam

[79] Pesquisa realizada pela International Credit Risk Guide (Guia internacional do risco de crédito), feita em 1990.

daquelas das organizações criminosas internacionais que desenvolvem formas de gerenciamento empresarial" (2002, p.449).

Estes crimes são facilitados pela globalização em curso na sociedade internacional, pois facilita a transferência de recursos para fora do alcance dos órgãos nacionais, além dos paraísos fiscais[80], que se tornam locais propícios para a lavagem de dinheiro.

Diante disso, é imprescindível que a comunidade internacional desenvolva instrumentos de adequação da legislação de combate a corrupção, pois esta difere em vários países. Uma segunda medida que deveria ser estimulada para o combate ao crescimento da corrupção a nível transnacional é a cooperação internacional na perseguição de crimes que, em muitos casos tem estrutura internacional. É importante destacar o papel da Organização das Nações Unidas (ONU), que pela abrangência geográfica tem um papel fundamental no desenvolvimento da cooperação entre os Estados para o combate ao crime de corrupção.

Instituições mantidas pela ONU, como o Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI, Turim), o Office for Drug Controland Crime Prevention (ODCCP, Viena) e Center for International Crime Prevention (CICP) desenvolveram inúmeras iniciativas para investigar e debater o tema da corrupção, que trouxe como conseqüência, conferências internacionais sobre o tema e a criação de um programa de documentação sobre a incidência de crimes de corrupção, além de uma legislação nacional específica para o controle destes crimes.

Apesar destas iniciativas em nível global, percebe-se, que as medidas adotadas não resultaram em formas concretas de assistência entre os Estados soberanos mediante o ajuste de legislação ou da cooperação no combate a corrupção (Speck, 2002, p. 451).

As medidas não tiveram o resultado pretendido inicialmente, mas começou um processo, embora lento, de conscientização da importância da criação de instrumentos internacionais de combate a corrupção. A Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1994, passou a aderir a estas políticas e recomendar aos seus países membros uma atuação mais efetivas[81] no combate a corrupção.

[80] Os paraísos fiscais se caracterizam pela manutenção do sigilo bancário acima de qualquer interesse público de investigar a origem de recursos adquiridos de forma ilícita.

[81] A OEA criou, em 1994, o Grupo de Trabalho sobre Probidade e Ética Pública, que passa a canalizar esforços no sentido de combater a corrupção, que no texto engloba a corrupção ativa e passiva, tanto na área pública quanto privada, no âmbito nacional como internacional.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), também aderiu, no início dos anos 90, sob a liderança dos Estados Unidos, ao debate sobre a corrupção nas transações econômicas transnacionais. A iniciativa da instituição visa especificamente, as grandes empresas transnacionais e à legislação dos países industrializados, que abriga grande parte das empresas multinacionais.

Em 1999, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organizou a Convenção Anti-Corrupção, onde a corrupção era tratada como problema interno dos países, sendo, em alguns casos até admitida e tolerada. O Brasil é um dos países signatários desta Convenção e ratificou sua participação em 2000. Schettino destaca, que quando a OCDE[82] chamou os 35 países participantes para punir empresas e indivíduos envolvidos em transações ilegais, quatro nações recuaram, dentre elas o Brasil (2002, p. 29).

Destacamos ainda a conversão do Banco Mundial (Bird) ao tema da corrupção, isso se dá em 1996, fato esse bastante significativo e gerador de um grande avanço no combate à corrupção, pois esta instituição empresta grandes somas de recursos aos países para projetos de desenvolvimento.

Quando lançou sua cruzada mundial contra a corrupção, o presidente do Banco Mundial, James D. Wolfensohn, declarou que "(...) no que se refere ao Banco Mundial, não existe assunto mais importante do que a corrupção (...). No centro do assunto da pobreza está a questão da igualdade, e no centro do assunto da igualdade está a questão da corrupção" (Banco Mundial apud Speck, 2000).

Depois das políticas de liberalização econômica e comercial apoiadas pelo Banco Mundial[83] e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), nos anos 80 e 90, está em curso um segundo[84] conjunto de medidas apoiadas por estas instituições, que estão estruturadas na reforma das instituições governamentais, "visando à reforma na administração pública, no

[82] Mesmo assim, a Convenção foi um marco, pois levou à alteração de leis, com introdução do conceito de corrupção, sendo integrada aos códigos penais de inúmeros países.
[83] Os casos pioneiros para a aplicação do pacote do banco são a Albânia, a Letônia e a Geórgia. Esses países foram os primeiros a pedir a inclusão nos programas de combate à corrupção (Banco Mundial apud Speck, 2000).
[84] O Novo Consenso de Washington se estrutura em outras dez medidas, destacadas pelo Banco Mundial, sendo que o Combate a Corrupção, aparece em destaque como medida fundamental para acabar, eliminar, ou pelo menos diminuir a índices mínimos.

sistema legal-judicial, na política e na administração fiscal, na análise das despesas públicas, na descentralização, no papel do Legislativo e da mídia" (Speck, 2002, p. 460).

A conversão do Banco Mundial[85] ao tema da corrupção se materializou nos relatórios da instituição e ainda, nos empréstimos concedidos e no movimento de conscientização dos custos econômicos e sociais da corrupção. O Banco inovou mais uma vez ao apontar os custos que a corrupção causa ao desenvolvimento econômico e social das sociedades e ao instituir uma comissão especial para receber denúncias e fortalecer os mecanismos de competição e transparência na administração dos projetos por ela financiados.

Como destacou Speck:

> "A entrada do Banco Mundial contribuiu definitivamente para dar mais status político ao tema do controle da corrupção. Adicionalmente, aumentou a disponibilidade de recursos e de dados vinculados ao fato, uma vez que as pesquisas de opinião são parte integral da estratégia do banco para controlar a corrupção. Contrastando com a escassez de informações quantitativas sobre o fenômeno em décadas anteriores, nos últimos anos esses elementos cresceram exponencialmente, em função das pesquisas aplicadas. Da mesma forma, as análises acadêmicas com base nesses dados se multiplicaram" (2000).

Além das instituições internacionais e multilaterais, destacamos ainda o papel da sociedade civil internacional, que procura também contribuir para a diminuição dos altos índices de corrupção, que causam grandes perdas econômicas e ônus social para os países de todo o mundo, não importando se desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Como esforço de combate à corrupção, destacamos a criação, em 1993, da Transparência Internacional[86] (TI), que inicialmente se concentrou na questão da corrupção em transações econômicas internacionais, bem como em projetos de cooperação econômica.

---

[85] Em 1989, o Banco Mundial divulgou um relatório sobre a África, intitulado *From Crisis to Sustainable Growth,*onde aponta que a má gestão do poder público foi um dos motivos para o não-desenvolvimento dos países do continente africano nos anos 80, em particular os da região subsaariana, portanto, para o Bird, a pobreza africana está ligada a má gestão e há governos ruins.

[86] Faz se necessário destacar que o responsável pela criação da Transparência Internacional, Peter Eigen, foi funcionário do Banco Mundial (Bird) e, anteriormente trabalhou na Volkswagen (Alemanha), onde seu nome esteve envolvido em suspeitas de irregularidades e corrupção (Jornal La Jornada, México, 19/11/2000). Disponível em: http://www.jornada.unam.mx.

A Transparência Internacional[87] apresentou uma visão bastante peculiar com relação ao tema corrupção, que passou a ser vista não só "como um problema de decadência moral, ou de oportunidade econômica, ou de impunidade. Para combatê-la de forma eficiente, serão necessárias iniciativas e reformas em vários níveis" (Speck, 2002, 464). Para se combater a corrupção, faz-se necessário, segundo a Transparência Internacional[88], o engajamento de vários atores dos setores públicos e privados e da sociedade civil.

Destacamos ainda, a criação de uma metodologia de mensuração da corrupção, desenvolvida por Johann Lambsdorff, da Universidade de Gottingen, que compila os dados levantados por agências de riscos de investimentos. Este índice varia de 0 a 10 e recebeu a denominação de Corruption Perceptions Index (CPI). Destacamos ainda, como iniciativa da Transparência Internacional, a organização da Conferência Internacional Anticorrupção (IACC), que bianualmente discute a questão da corrupção, propondo políticas e instrumentos de combate em nível transnacional.

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) fez grande sucesso no seu lançamento, pois tem como grande mérito, chamar a atenção para o assunto da corrupção na agenda política internacional. Sua criação estimulou o debate sobre a corrupção, torná-la um problema e suscitar a busca por medidas para diminuir o seu grau e a sua incidência.

É importante destacar ainda, que o Índice de Percepção da Corrupção recebeu inúmeras críticas[89], basicamente porque continua medindo percepções e não fatos concretos de corrupção.

Como destacou Speck, uma das críticas com relação ao índice "...é que elas se baseiam, em grande parte, em observações subjetivas. Pouco se preocupam com questões como a ambigüidade da definição de 'corrupção', que era o centro das pesquisas anteriores.

[87] Muitas das idéias defendidas pela Transparência Internacional entraram nos programas de combate a corrupção do Banco Mundial.

[88] A Organização Não-Governamental, Transparência Internacional (TI), renomada internacionalmente como instituição de combate à corrupção, criou uma filial no Brasil, a Transparência Brasil, uma ONG que trabalha no combate as causas sociais e econômicas da corrupção e no desenvolvimento de instrumentos governamentais que dificultam esta prática. Entre os fundadores, figuram a juíza Denise Frossard, a secretária nacional de Justiça Elisabeth Sussekind, o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira, o jurista Rubens Naves e dirigentes do Instituto Ethos, PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), Cives, Abong, TCC Brasil, SindusCon-SP, Associação dos Juízes pela Democracia e outros.

[89] Os próprios autores do IPC aceitam estas críticas, afirmando que é necessário ter um certo cuidado no uso dos dados, pois eles retratam não a realidade, mas a sua percepção.

Ao contrário daquele enfoque, a percepção agora é usada como fonte de informação para avaliar o grau de corrupção em cada país" (2000).

Mesmo recebendo inúmeras críticas, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), tem uma importância central no estudo da corrupção, pois, pela primeira vez, uma pesquisa internacional abrangendo mais de 130 países conseguiu mensura algo de tão difícil mensuração, já que corrupção não é algo que se alardeia na mídia, ou seja, quem pratica atos corruptos não sai comentando estas atitudes.

TABELA 4: Índice de Percepção de Corrupção (IPC) em 2000

Posição do país	País	IPC
1	Finlândia	10,0
2	Dinamarca	9,8
3	Nova Zelândia	9,4
3	Suécia	9,4
5	Canadá	9,2
6	Islândia	9,1
6	Noruega	9,1
6	Cingapura	9,1
9	Holanda	8,9
10	Reino Unido	8,7
11	Luxemburgo	8,6
11	Suíça	8,6
13	Austrália	8,3
14	EUA	7,8
15	Áustria	7,7
15	Hong Kong	7,7
17	Alemanha	7,6
18	Chile	7,4
19	República da Irlanda	7,2

20	Espanha	7,0
21	França	6,7
22	Israel	6,6
23	Japão	6,4
23	Portugal	6,4
25	Bélgica	6,1
26	Botsuana	6,0
27	Estônia	5,7
28	Eslovênia	5,5
28	Taiwan	5,5
30	Costa Rica	5,4
30	Namíbia	5,4
32	Hungria	5,2
32	Tunísia	5,2
34	África do Sul	5,0
35	Grécia	4,9
36	Malásia	4,8
37	Ilhas Maurício	4,7
37	Marrocos	4,7
39	Itália	4,6
39	Jordânia	4,6
41	Peru	4,4
42	República Tcheca	4,3
43	Bielo-Rússia	4,1
43	El Salvador	4,1
43	Lituânia	4,1
43	Malauí	4,1
43	Polônia	4,1
48	Coréia do Sul	4,0
49	***Brasil***	3,9
50	Turquia	3,8

51	Croácia	3,7
52	Argentina	3,5
52	Bulgária	3,5
52	Gana	3,5
52	Senegal	3,5
52	Eslováquia	3,5
57	Letônia	3,4
57	Zâmbia	3,4
59	***México***	3,3
60	Colômbia	3,2
60	Etiópia	3,2
60	Tailândia	3,2
63	China	3,1
63	Egito	3,1
65	Burkina Fasso	3,0
65	Cazaquistão	3,0
65	Zimbábue	3,0
68	Romênia	2,9
69	Índia	2,8
69	Filipinas	2,8
71	Bolívia	2,7
71	Costa do Marfim	2,7
71	Venezuela	2,7
74	Equador	2,6
74	Moldávia	2,6
76	Armênia	2,5
76	Tanzânia	2,5
76	Vietnã	2,5
79	Uzbequistão	2,4
80	Uganda	2,3

81	Moçambique	2,2

82	Quênia	2,1
82	Rússia	2,1
84	Camarões	2,0
85	Angola	1,7
85	Indonésia	1,7
87	Azerbaijão	1,5
87	Ucrânia	1,5
89	Iugoslávia	1,3
90	Nigéria	1,2

Fonte: Dados publicados em página da internet: www. Transparência.org.br

Ao analisarmos os dados da Transparência Internacional (TI) divulgados em 2000, percebemos que, dos 90 países analisados, apenas três países em desenvolvimento estavam entre os 20 primeiros colocados: Cingapura (6• lugar), Hong-Kong (15• lugar) e Chile (18• lugar).

A década de 90 foi um momento especial, o tema da corrupção passou a ocupar a agenda dos países, passando a ser discutido pelos organismos internacionais e multilaterais, tais como ONU, OEA, OCDE, Bird, além de instituições da sociedade civil, como a Transparência Internacional, estimulando a confecção de políticas e a tomada de iniciativas para o aumento da cooperação e a diminuição desta prática tão negativa e degradante para a sociedade internacional.

O Banco Mundial, em 1992, lançou um outro estudo intitulado *Governance and Development,* onde se introduz um novo termo, governança, que está associado à transparência, prestação de contas e eficiência administrativa. Neste instante, o tema corrupção entra definitivamente na agenda do Banco, pois está ligado a essas metas, e passa a ser usado pelo Bird e pelo FMI em suas negociações com os países em desenvolvimento.

Devemos destacar ainda, como faz Jordão, que "...antes de 1990, o tema da corrupção era delicado para os Estados Unidos (país que é o principal acionista do Banco Mundial e que determina suas diretrizes básicas), já que se viviam os tempos da Guerra Fria. Não era cômodo para os Estados Unidos apontar para um aliado como a Indonésia ou o Chile e dizer: vocês têm problemas de corrupção. Naquela época, fazer isso seria uma

maneira de levar água para moinhos contrários a interesses norte-americanos no globo" (2000, p. 9).

Com o fim da Guerra Fria, associada à desintegração da União Soviética, o interesse norte-americano mudou, prioriza-se a abertura de mercados, liberalização comercial e desregulamentação financeira, e a corrupção não ajuda nisso, já que as regras corruptas não são claras e oneram os investimentos e as operações financeiras.

2.2. Corrupção e Governo

Depois da sociedade mundial se conscientizar dos graves prejuízos que a corrupção causa ao sistema econômico e a sociedade como um todo, inclusive impactando diretamente sobre o desenvolvimento, alguns teóricos passam a considerar o papel dos governos no combate às mazelas criadas pela corrupção.

Como destaca o Banco Mundial:

> "Falta frequentemente o reconhecimento de que um governo efetivo e transparente, operando dentro de uma estrutura de liberdades civis e bom governo, é fundamental para ganhos de bem-estar sustentados e mitigação da pobreza. Falta também uma visão integrada de governo e corrupção. De fato, a corrupção deveria ser encarada como um sintoma da fragilidade fundamental do Estado, não como uma determinante básica ou ímpar dos males da sociedade" (2002, p. 141-2).

O Banco Mundial coloca o Estado no centro da questão da corrupção, com poderes diretos e atuação importante no combate, fiscalização e punição desta atividade que tanto mal causa aos agentes sociais.

Como destacou McMillan:

> "Existe uma tensão intrínseca entre Estado e Mercado. Às vezes ela sai do controle. O governo tem um papel essencial na definição das regras do mercado. Mas as intervenções têm um lado negativo, pois não necessariamente os governos agem como deveriam. Algumas vezes eles atrapalham os mercados. Mobutu é um exemplo extremo, mas infelizmente não são raros os políticos e burocratas que expropriam os cidadãos. Algumas vezes os funcionários governamentais criam obstruções nos mercados para extorquir propinas. E às vezes ajudam agentes favorecidos dos mercados a conspirar contra o público" (2004, p. 137).

Um Estado capacitado com instituições governamentais boas e transparentes está associado ao alto crescimento da renda, saúde nacional e realizações sociais.

Percebem-se, ainda, ao analisar os dados divulgados pela Transparência Internacional (TI), em 2000, que dos vinte países com maior avaliação da ONG, dezessete são países desenvolvidos, pois lá a corrupção é mais seriamente punida pela sociedade e as instituições são mais sólidas e estruturadas.

Fatores institucionais como o centralismo estatal, próprio das sociedades latino-americanas e do sudeste asiático, por exemplo, e o excesso de regulamentação cria campo fértil para o aparecimento da corrupção e da propina (Silva, 2001, p. 21).

A corrupção apresenta um custo/benefício, onde o risco de quem rouba é relativamente muito baixo tanto nas probabilidades de ser apanhado na fraude quanto na eventual possibilidade de punição civil e criminal. Em um Estado que enfrenta tanta dificuldade de punir seus criminosos, principalmente os envolvidos em fraudes de "colarinho branco", o crime (corrupção) acaba sendo um negócio bastante atraente.

Com a estruturação e o desenvolvimento do Estado como agente econômico e produtivo em escala global, a partir das idéias Keynesianas, nos anos 30, o Estado passa a ter um papel fundamental dentro da sociedade. Na América Latina, o Estado se expandiu fortemente, investindo em inúmeros setores, desde siderurgia, telefonia, petróleo, energia elétrica, até bancos comerciais e de desenvolvimento. Com isso, o Estado passa a se tornar um ator fundamental dentro da sociedade, como gerador de emprego e renda além de estimulador do crescimento econômico. Esse crescimento do Estado é tão excessivo, que nos anos 80, cabia ao Estado brasileiro a nomeação de quase quarenta mil pessoas para o preenchimento de cargos dentro da máquina estatal, cargos de nomeação política, muitos deles feitos por critérios exclusivamente políticos onde o nomeado pouco conhecimento possuía sobre a área ou o setor de atuação, o que geravam espaços inequívocos para corrupção e ineficiência, tudo isso corroborando para o crescimento da visão de que o Estado era ineficiente e a única solução eram a privatização e a diminuição do seu papel na economia e o crescimento da atuação do Mercado, visto por alguns como o melhor agente de alocação de recursos e como o fim dos desvios gerados pela corrupção.

> "Com o crescimento do Estado, a corrupção passou a ser associada constantemente ao abuso da administração pública com fins de ganhos privados.

> O desgoverno pode atingir a taxa de crescimento das rendas e do capital humano, e aumentar a taxa de esgotamento dos recursos naturais – frequentemente, os resultados do capital investido dos políticos e das elites. Além disso, Estados mal governados tendem a exibir um conjunto distorcido das políticas econômicas e institucionais que faz decrescer os fatores de competitividade, crescimento e diminuição da pobreza. Contudo, por meio dos mecanismos diretos e indiretos, um governo eficiente e claro é vital para a materialização e a sustentação de políticas institucionais e econômicas sólidas e para promover o desenvolvimento do capital humano e a diminuição da pobreza" (Banco Mundial, 2002, p. 144).

TABELA 5: Um extrato do Índice de Percepções da Corrupção (IPCorr).

País	1995	1996	1997	1998	1999	2000
México	3,2	3,3	2,7	3,3	3,4	3,3
Brasil	2,7	3,0	3,6	4,0	4,1	3,9
Argentina	3,2	3,4	2,8	3,0	3,0	3,5
Chile	7,9	6,8	6,1	6,8	6,9	7,4

Fonte: Transparency International; www.transparency.org (ordem alfabética; dados arredondados para uma casa decimal).

Pelos dados disponíveis na tabela acima, podemos perceber que no período 1995/2000, o Brasil deu um salto positivo de 40% na percepção de corrupção, justamente depois do país ter convivido com duas grandes investigações no Congresso Nacional sobre corrupção. A primeira foi a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[90] que investigou as relações do presidente Fernando Collor de Mello com o empresário Paulo César Cavalcante Farias, o PC Farias. A segunda grande investigação sobre corrupção foi feita pelo Congresso Nacional, a partir das denúncias de que o Orçamento Nacional estava sendo usado como um instrumento de apropriação, por congressistas e outros agentes[91], para direcionar recursos para suas bases eleitorais.

[90] Comissão Parlamentar Mista de Investigação (CPMI), instaurada no Congresso Nacional em 1• de junho de 1992, presidida pelo Deputado Benito Gama e teve como relator, o Deputado Amir Lando.

[91] Destaco o economista José Carlos Alves dos Santos, funcionário do Senado desde 1965, que foi um dos grandes mentores do esquema de corrupção instalado dentro da Comissão de Orçamento, responsável pela elaboração dos gastos do país.

Os outros países da tabela também apresentaram resultados positivos, com exceção do Chile, que caiu de 7,9 para 7,4. se colocando numa boa classificação no ranking da percepção de corrupção (IPC), na 18• [92] colocação.

México e Argentina apresentaram melhoras no índice, o primeiro saindo de 3,2 em 1995 e passando a 3,3 em 2000, uma melhora pequena num período de seis anos; a Argentina apresentou uma melhora maior, saindo de 3,2 em 1995 e passando para 3,5 em 2000, um melhora de quase 10% em apenas seis anos.

Silva destaca o caso do Chile e a Costa Rica, que, apesar de países subdesenvolvidos, a corrupção é controlada, e destaca ainda:

> "Nesses países, por algum motivo, as instituições funcionam bem, inibindo a corrupção. São diversas as variáveis da corrupção: o nível de renda per capita, a qualidade das leis, a eficácia da justiça, o desenvolvimento das instituições, o nível de aprofundamento da democracia, e até o nível de urbanização. Num país agrário como a Índia e a China, a população fica dispersa e a poucos movimentos coletivos que fiscalizem o poder. Também contam o nível educacional da população, o avanço tecnológico e a dimensão geográfica. Num país extenso, o Estado é grande e hipertrofiado e, portanto, maior é a dificuldade de controle desse poder, assim como nas grandes empresas. O país mais pobre tende a ser mais corrupto, sim, mais não é o caso do Brasil. Aqui, o que pesa é o grau de envolvimento das instituições, pois o país viveu muito tempo sob a ditadura e ainda não amadureceu democraticamente. Já na África subsaariana, a corrupção é um meio de vida. Entre os países grandes e populosos, como China, Rússia, Índia, Brasil e os EUA, os últimos são os menos corruptos. O Brasil está numa posição intermediária" (2002, p. 43).

Percebe-se que a corrupção é um círculo vicioso, que penaliza os mais pobres, que ficam sem educação, transporte e saúde de qualidade. A corrupção é tão ou até mais cruel que a inflação, pois o desvio público atrasa e empobrece os países.

A corrupção é um dos mais perversos impostos já concebidos. A inflação galopante tirava dinheiro dos pobres e o concentrava nas mãos dos ricos. A corrupção tem um resultado muito semelhante. Ela desvia parte do dinheiro destinado aos mais desvalidos habitantes de um país. O dinheiro desviado fica com os agentes corruptos, tais como, os funcionários e intermediários desonestos.

---

[92] O Chile é o país latino-americano mais bem colocado no ranking de percepção de corrupção, mesmo tendo sido o laboratório das políticas neoliberais do mundo, adotadas no período 1973-1990, no governo autoritário chefiado pelo General Augusto Pinochet.

É importante destacar, mais uma vez, que a corrupção não é exclusividade da democracia brasileira ou mesmo da América Latina, Como destaca Torres, no parágrafo abaixo:

> "O mais apropriado seria dizer que é, provavelmente, um mal comum à maioria dos Estados contemporâneos. Se considerarmos os países desenvolvidos, veremos que lá o problema também é grave. Nos EUA, nos países europeus ou no Japão os escândalos nos jornais são quase diários. Um estudo da Association of Certified Fraud Examiners, que consta em relatório divulgado pelo Banco Mundial (Bird), apontam que fraudes e corrupção provocam um desfalque da ordem de 6% nas receitas anuais das empresas públicas e privadas. Apenas nos Estados Unidos este percentual representa US$ 400 bilhões por ano. É este o enorme volume de recursos que se perde por causa da corrupção, lembrando que esse percentual de 6% tende a ser muito maior nos países onde o problema mais se alastrou" (2002, p. 112).

O ambiente institucional para a atividade econômica determina, em larga medida, a habilidade dos países pobres para convergir para os padrões dos países industrializados.

A separação entre o público e o privado é fundamental para se combater a corrupção em qualquer sociedade, não importa se são países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Na América latina essa separação pouco acontece, o que favorece o aumento do número de casos de corrupção e o desperdício de recursos públicos, o que contribui para o incremento da miséria e da indigência social.

Como destaca Silva:

> "Na América Latina, em geral, onde grupos (dominantes tradicionais) de caçadores de renda *(lobbies)* parasitários privatizam o Estado. Esses caçadores se organizam desde as esferas mais elevadas de poder, dentro e fora do Estado, até a burocracia mais elementar. Geralmente existem vários grupos que competem entre si por receitas tributárias (subsídios), verbas públicas para governos locais, obras públicas e outras formas de apropriação e transferências de renda. Os agentes privados estabelecem relações pessoais com a burocracia, o que permite o aprofundamento das relações de fidelidade e confiança entre as partes envolvidas" (2001, p. 50-1).

A forte herança do centralismo ibérico na América Latina, a dominação patrimonialista e o clientelismo influenciaram na atuação do Estado populista desenvolvimentista na economia. No Brasil, a partir dos anos 30, o corporativismo e o

estatismo[93] foram reforçados, provocando no Estado uma hipertrofia e uma centralização do poder, o processo de substituição de importações aumentou o espaço para a ação de caçadores de renda[94], que dependiam de favores de burocratas e do governo central para sobreviver.

Como destacou Silva, o patrimonialismo constitui, com suas derivações clientelistas, a principal base sobre a qual a corrupção é institucionalizada nos países subdesenvolvidos (2001, p. 53).

Estudos apontam o efeito pernicioso da corrupção sobre o desenvolvimento. Mauro (1997) mostrou que a corrupção retarda a taxa de crescimento dos países, descobrindo que, se reduzisse a corrupção ao nível de Cingapura e a taxa de crescimento fosse de 4% ao ano, a média atual de Bangladesh para o crescimento do PIB per capita entre 1960 e 1985 teria sido 1,8% mais alto, um ganho potencial de 50% na renda per capita (apud Banco Mundial, 2002, p.151).

A corrupção é um grande mal para a sociedade, e nos parece bastante evidente que tende a nos acompanhar por algum tempo, mas percebemos algumas mudanças interessantes na sociedade: corruptos e corruptores não são mais aceitos como partes do cotidiano, não são mais tolerados como um mal necessário. Atualmente, a corrupção é vista como prejudicial ao desenvolvimento, inimiga das políticas públicas e como agente alimentador da exclusão social.

Como destaca Capobianco e Monadjem, esta mudança não ocorre apenas no Brasil:

> "No Japão, "harakiris" são cometidos por corruptores pegos em flagrantes. Na Coréia do Sul, um ex-presidente está na cadeia por se deixar corromper. Na Alemanha, o outrora venerado ex-chanceler Helmut Kohl viu sua reputação desabar ao vir a tona o escândalo do caixa 2 de seu partido" (Site Transparência Brasil, 2005).

O relatório do Banco Mundial descreve ainda alguns dos muitos canais pelo qual a corrupção pode enfraquecer o crescimento econômico de um país.

[93] O estatismo e a centralização do poder nas mãos do Estado acabaram gerando um fortalecimento do papel do burocrata, que passou a ser um 'despachante', remunerado indiretamente por agentes dispostos a pagar propina.

[94] O termo "caçadores de renda" ou *rent-seeking* (ou comportamento caçador de renda) pode ser definido como uma ação coletiva de um grupo de pessoas físicas e/ou jurídicas que tenta transferir renda legal ou ilegalmente.

1) Deslocamento de talento, inclusive subutilização dos segmentos-chave da sociedade, tais como as mulheres;
2) Níveis mais baixos de investimentos doméstico e estrangeiro;
3) Desenvolvimento e crescimento empresarial distorcido na economia informal;
4) Gastos públicos e investimentos distorcidos e estrutura física deteriorada;
5) Lucros públicos mais baixos e menos provisão da regra de direito como um bem público;
6) Exagerada centralização governamental;
7) Captação estatal pela elite corporativa das leis e políticas do Estado, solapando o crescimento das saídas e dos investimentos do setor empresarial.

Mcmillan destaca ainda, que onde há mais corrupção, o nível de investimento e de crescimento econômico é menor. "Não é fácil medir os níveis de corrupção de um país de maneira a permitir comparações. Em vários países foram calculados índices de corrupção com base em questionários preenchidos por consultores estrangeiros. Esses índices são necessariamente subjetivos e inexatos, mas nos dão uma mostra de como a corrupção desencoraja o investimento e atrasa o crescimento" (2004, p. 138).

Nesta época de globalização[95], onde a concorrência e a competitividade estão transformando a sociedade e a economia, a corrupção reduz significativamente os investimentos interno e externo. Como destaca o relatório do Banco Mundial: "Reduzir a corrupção a seu nível mais baixo em Cingapura teria o mesmo efeito sobre os investimentos estrangeiros para um país corrupto como reduzir a taxa corporativa marginal para mais de 20 pontos percentuais. Muitos países atingidos pela corrupção também oferecem taxas de incentivos substanciais para atrair empresas multinacionais. Mediante o controle da corrupção, poderiam atrair pelo menos o mesmo número de investimentos estrangeiros sem tais incentivos ou impostos (2002, p. 151-2).

A globalização propicia o aumento de práticas corruptas no Brasil e nos outros países de duas maneiras: ao facilitar e agilizar a circulação de dinheiro pelo mundo; e, como nos países mais industrializados e desenvolvidos há uma estrutura mais avançada e institucionalizada para evitar e combater a corrupção, as empresas transnacionais elegem os países em desenvolvimento como regiões preferenciais para a prática de negócios escusos.

[95] Entendemos por corrupção, apenas e tão somente como uma maior facilidade de integração sócio-cultural, comunicação e transação comercial entre empresas e nações, agilizada pelo desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação e transmissão de dados.

Como destaca Torres:

> "O volume dos recursos financeiros que circula diariamente pelo mundo é algo astronômico, chegando a casa dos trilhões de dólares. Pois bem, essa facilidade e rapidez de circulação monetária abrem uma enorme válvula de escape para o dinheiro obtido de maneira irregular dentro do Brasil. Em uma futura e improvável investigação imagine a dificuldade que se teria em rastrear um dinheiro que circulou intensa e velozmente por diversos paraísos fiscais ao redor do mundo e foi parar em alguma conta secreta religiosamente protegida pelas autoridades desses países. É interessante observar que esse volume enorme de dinheiro circula, grosso modo, sem qualquer tipo de restrição ou fiscalização, facilitando o trabalho de quem quer escoar, aplicar ou proteger dinheiro vindo da corrupção. Ainda que de maneira indireta, essas facilidades incentivam a corrupção, pois os administradores inescrupulosos sabem que podem contar com uma destinação rápida e segura para o fruto de suas falcatruas" (2002, p. 122).

A consciência com relação à corrupção aumentou muito no mundo contemporâneo, o que obrigou as instituições financeiras, cuja imagem ficou manchada nos últimos anos devido a escândalos de desvios de fundos, sendo vistas como agentes da lavagem de dinheiro sujo, gerados e perpetuados pelo sigilo bancário, a adotar políticas para se prevenirem da lavagem de dinheiro provenientes de corrupção e do narcotráfico. Estas políticas foram adotadas por 11 instituições[96] financeiras "...que se comprometeram a aceitar clientes em relação aos quais foi devidamente apurado, após a condução das diligências necessárias, que os ativos e os fundos provém de fontes legítimas" (Noronha, 2000, p. 31).

Outro ponto também muito relacionado com o desenvolvimento e a disseminação dos casos de corrupção na sociedade mundial foi o desmantelamento da União Soviética e a expansão das máfias.

Como destaca Jordão:

> "A expansão dos negócios ilegais ligados ao crime organizado transnacional, gerado como conseqüência do desmantelamento da União Soviética e da expansão das máfias naquela região do globo a partir do início dos anos 90 (não se pode esquecer que a URSS foi, durante boa parte do século XX, a segunda potência do planeta). Mercados e rotas para o tráfico de drogas e armas foram

[96] Assinam o compromisso os bancos suíços UBS e Crédit Suisse; os norte-americanos Citibank, Chase Manhattan e J. P. Morgan; o britânico Barclays; o francês Societe Genérale; o alemão Deutsche Bank; o holandês ABN Amro; o espanhol BSCH; e o grupo sino-britânico HSBC. Neste acordo feito por estas instituições financeiras ficou acertado que a Suíça, conhecido paraíso fiscal, flexibilizaria suas regras, aceitando o congelamento de contas suspeitas e o posterior repatriamento de recursos que tivessem comprovado serem oriundos de atos ilegais.

> abertos. Na disputa por esses mercados, novas alianças se estabeleceram, como, por exemplo, a que uniu em 1991 os cartéis colombianos à máfia italiana para a distribuição da cocaína na Europa. Esse novo quadro gerou mudanças drásticas na amplitude do crime organizado em escala planetária – aumentando a corrupção gerada por esse tipo de atividade nos países afetados (infiltração nas polícias, no Judiciário, nas alfândegas, etc...) (p. 9-10, 2000)".

A corrupção causa graves distúrbios econômicos, pois aumenta o investimento público criando chances para manipulação pelos funcionários públicos desonestos, de alto nível. Distorce igualmente a composição do gasto público para longe das operações necessárias e manutenção de gastos, e dirige-o para a compra de novos equipamentos, reduzindo, desse modo, a produtividade do investimento público, particularmente na infra-estrutura. Sob um regime corrupto, funcionários públicos afastam-se de programas de saúde porque oferecem um escopo menor para desvio de verba. A corrupção também pode reduzir as taxas de lucro porque compromete a capacidade do governo para receber tarifas e impostos[97].

Nos países onde a corrupção prevalece o crescimento é desequilibrado, com enormes impactos sobre a pobreza, pois os pobres recebem menos serviços sociais, como saúde, educação e segurança. Tudo isso contribui para o aumento da desigualdade da renda e da pobreza, por meios de canais como crescimento mais baixo, impostos regressivos, menor direcionamento efetivo dos programas sociais, acesso desigual à educação, vieses políticos que favorecem a desigualdade na posse de bens, gastos sociais reduzidos e altos investimentos de risco para os pobres. A corrupção gera ainda, um aumento da mortalidade infantil, além de reduzir a expectativa de vida e a alfabetização (Banco Mundial, 2002, p.153).

Como destacou Mcmillan:

> "O economista Paul Mauro realizou uma análise estatística em 70 países, usando esses índices de corrupção e dados da Renda Nacional e de investimento. E verificou que onde o índice de corrupção é mais alto, a taxa de investimento é significativamente mais baixa. Medindo a corrupção numa escala de 0 a 10, onde 10 é o país totalmente livre de corrupção e 0 o mais corrupto, os dados mostram que uma melhora de dois pontos no índice de corrupção eleva o investimento em quatro pontos percentuais, o que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico em mais de meio ponto percentual" (2004, p. 138).

[97] A corrupção reduz os rendimentos dos impostos, principalmente por meio da economia informal, pois os agentes econômicos, muitas vezes, sobrecarregados pela burocracia e associadas ao desvio de verba na economia oficial, as empresas movem-se para a economia informal, pagando menos impostos, o que contribui para o desequilíbrio das finanças públicas.

É importante destacar ainda, como faz Mcmillan, que em alguns países a situação foi diferente. A Indonésia, por exemplo, apresentou altas taxas de corrupção sob o governo de Suharto[98], mas teve um crescimento rápido por 30 anos, a despeito da corrupção generalizada.

Nos anos 60, a Indonésia era um dos países mais pobres do mundo, com renda per capita média menor que a de países como Gana, Nigéria, Bangladesh, mas no governo de Suharto, a economia foi estabilizada, o orçamento equilibrado, a inflação controlada, reformas agrícolas foram feitas e o crescimento econômico apareceu. Em 1992, a renda per capita era o triplo de 1960, a proporção de população abaixo da linha da pobreza caiu de 60% em 1970 para 11% em 1996 (Mcmillan, 2004, p. 139).

Ainda, com relação à Indonésia, Mcmillan destacou:

> "O desenho do mercado é importante, mesmo como atividades ilícitas como a corrupção. É óbvio que os mercados funcionam melhor sem corrupção. Mas, uma vez que existe, os mercados poderão ou não conviver com ela, dependendo das regras que as governam. Os mercados funcionavam na Indonésia porque o Estado era capaz de controlar a corrupção autônoma, e assim limitava os efeitos prejudiciais ao crescimento que normalmente ela acarreta. Existindo corrupção, quando ela é monopolizada faz menos mal aos mercados do que quando é livre" (2004, p. 141).

A corrupção na Indonésia não era combatida no governo Suharto, mas sim monopolizada. O seu objetivo era centralizar a corrupção, impedindo que funcionários e burocratas corrompessem e evitassem investimentos estrangeiros. "Apesar da corrupção, tanto investidores nacionais como estrangeiros consideravam a Indonésia um lugar seguro para seus negócios" (Mcmillan, 2004, p. 141).

[98] A família Suharto e seus apaniguados tornaram-se imensamente ricos, e supostamente transferiram bilhões de dólares para contas no exterior. Estimativas sobre a fortuna da família vão de US$ 15 bilhões a US$ 45 bilhões.

Quadro 1: Uma Matriz-Síntese: Corrupção e Pobreza

Causas *"imediatas"* da pobreza	Como a corrupção afeta a causa *"imediata"* da pobreza
Crescimento e Investimento mais baixo	Economia Instável/políticas institucionais devidas ao investimento de capital Alocação distorcida dos gastos/investimentos públicos Baixo acúmulo de capital humano Interesses corporativos das elites capturam leis e distorcem a feitura das políticas Ausência de regra de direito e de direitos de propriedade Obstáculos governamentais para o desenvolvimento do setor público
Os pobres ficam com as fatia menor do crescimento	Captura do Estado pelas políticas governamentais e alocação de recursos pela elite. A regressividade da "taxa" da propina sobre pequenas empresas e sobre os pobres. A regressividade nos gastos públicos e nos investimentos. Distribuição de renda desigual
Acesso desigual aos serviços públicos	A propina impõe taxa regressiva e acesso desigual da qualidade dos serviços básicos para os serviços de saúde, educação e justiça. Captação política pelas elites do acesso aos serviços particulares.
Falta de saúde e educação	Baixo acúmulo do capital humano. Qualidade mais baixa de educação e serviços de saúde.

Fonte: Banco Mundial, 2002, p. 153.

A corrupção traz graves conseqüências para a sociedade como um todo, empresas que pagam mais propinas administrativas gastam mais tempo com os burocratas do que as empresas que não pagam propinas.

Um dado bastante interessante, citado pelo Banco Mundial, destaca que "nas economias em transição onde 'grande' corrupção é mais prevalente, o crescimento e a taxa de investimento do setor empresarial é muito menor, enquanto a segurança dos direitos de propriedade é desigual" (2002, p. 156).

Um bom exemplo é o caso da Rússia, país que de uma hora para a outra saiu do socialismo e passou para o capitalismo, com gravíssimos custos sociais, queda nos salários, baixa produtividade e um aumento vertiginoso da corrupção e da concentração da renda, onde "os 36 novos bilionários detêm 24% do Produto Interno Bruto do país" (Hutton, 2004, p. 42).

O capitalismo russo nascente transformou o país em um sistema envolto em fraudes e negociatas, como destacou Hutton:

> "Receitas são formadas por meio de paraísos fiscais. Fraude, extorsão e corrupção estão em toda parte. Construir negócios e investimentos realmente honestos não é a cultura predominante" (2004, p. 42).

A transição na Rússia foi bastante sintomática, a corrupção se generalizou e tomou conta da sociedade, o enriquecimento ilícito fez com que alguns fizessem fortuna enquanto outros patinavam na miséria e na degradação social e na violência. A Rússia é um bom exemplo de disseminação da corrupção, que ao se tornar sistêmica passa a ameaçar o crescimento econômico, limitando investimentos na economia, diminuindo a produtividade, gerando uma fuga em massa de capital humano especializado e colocando em xeque os avanços sociais conquistados na época do socialismo da União Soviética.

As causas da corrupção são variadas, mas podemos afirmar, com certeza, que a corrupção é um sintoma de profunda fragilidade institucional. Ao mesmo tempo podemos destacar que os direitos políticos, que incluem eleições democráticas, uma legislatura, partidos opostos, liberdades civis que incluem direitos à mídia independente e livre e liberdade de reunião e discurso, são negativamente correlacionadas com a corrupção.

Misse destaca que "...a corrupção é um mercado, que transaciona produtos ilícitos, que vem a ser quando um atributo, função ou autoridade que pertence ao Estado, portanto a esfera pública, é apropriado privadamente por um agente desse Estado para realizar trocas em seu próprio benefício" (apud Schettino 2002, p. 30).

O Banco Mundial, depois de investigar o tema da corrupção e seus impactos sobre a sociedade, se posicionou da seguinte forma:

> "A corrupção é mais alta nos países com alto grau de intervenção do Estado na economia, na regularização excessiva e impostos, aplicações arbitrárias das regulamentações e restrições comerciais. Economias monopolizadas também tendem a apresentar maior grau de corrupção" (2002, p. 158).

As causas da corrupção, como dito anteriormente, são variadas, mas o combate deve ser um processo longo e disciplinado, onde a disposição por parte da sociedade deve ser crucial e o Estado tem um papel central nesta empreitada.

Os funcionários públicos devem ser melhores treinados, capacitados e promovidos, pois estas políticas impactam diretamente na diminuição da corrupção. Uma administração pública que se espelha na meritocracia e está orientada apenas para o serviço público. O recrutamento e a promoção por mérito, como oposto ao apadrinhamento político ou afiliação ideológica esta associado de forma positiva, tanto com a efetividade governamental como com o controle da corrupção.

Destacamos ainda que, nos países em desenvolvimento, em fase de transição, uma grande fonte de corrupção é a concentração de poder econômico e de monopólios que manipulam a influência política sobre o governo para benefícios particulares (Banco Mundial, 2002, p. 161).

Devem-se destacar ainda, como medida de combate à corrupção, a transparência e responsabilidade no gerenciamento dos gastos públicos, onde são necessárias algumas medidas, tais como: um orçamento[99] abrangente e um processo consultativo do orçamento; transparência na utilização dos gastos públicos; licitação[100] pública competitiva e uma auditoria externa independente.

Segundo Kaufmann[101], pelo menos US$ 1,5 trilhão ou 5% do Produto Interno Bruto Mundial são desviados, por ano, com a corrupção. Os dados, segundo o especialista do

[99] A questão orçamentária é uma das mais importantes medidas do combate a corrupção, isso porque é no orçamento que se manifestam grande parte dos conflitos por recursos e verbas públicas. Uma cobertura abrangente das atividades do governo, além da transparência na alocação de verbas públicas é fundamental.
[100] A diminuição da corrupção requer uma disciplina nas licitações públicas, transparência e controles constantes, um exemplo interessante é a adoção de compras eletrônicas de produtos governamentais, com economia de recursos e diminuição dos casos de corrupção.
[101] Diretor para Governabilidade Global e Capacidade do Banco Mundial (Bird).

Bird, são apenas "uma estimativa", com as perdas com a corrupção podendo chegar a US$ 3 trilhões anuais. Segundo Kaufmann, nos países onde o combate à corrupção é efetivo, as condições sociais melhoram. Isso corrobora a tese de que a corrupção traz graves desequilíbrios para a sociedade mundial, gerando uma desaceleração do crescimento econômico e uma degradação social.

O combate à corrupção requer ainda, a promoção das regras do Direito, pois muitos países desenvolveram inúmeras leis adequadas, mas a aplicação dessa legislação se manifesta muito lentamente, gerando constantemente instabilidade e afugentando Investimento Externo Direto (IED). A justiça infelizmente, é parte integral do problema governamental e não uma solução desta distorção.

Como destacou Abramo, referindo-se ao caso brasileiro: “O que é frágil, aqui, é a determinação dos diferentes agentes em fazer cumprir a lei e, efetivamente, fiscalizar os atos dos governantes, empregando, para isso, os mecanismos que a Constituição prevê e a lei disponibiliza” (apud Schettino 2002, p. 33). Abramo destaca ainda “...que os mecanismos administrativos são, no geral, ineficazes, a ponto de convidarem à fraude. O Judiciário brasileiro é uma vergonha e, por sua omissão em se reformar, acaba sendo responsável por considerável parcela da corrupção praticada no país”.

A corrupção é um imposto regressivo que penaliza os pobres, como destaca Kaufmann, “quando um país tem muita corrupção, isso equivale a um tributo extra de 20% para um investidor” (Jornal do Brasil, 12/12/2003).

De acordo com Kaufmann, nos últimos seis anos não se observou uma “deterioração” em nível mundial em termos de corrupção, embora também não tenha havido “melhorias” (Jornal do Brasil, 12/12/2003)

Quando a lógica da justiça e do Poder Judiciário entra no combate a corrupção, não podemos deixar de destacar, no caso brasileiro, a ineficiência deste setor no país.

Como destacou Jordão:

> ´É verdade que muitas vezes as leis não são aplicadas no Brasil – e isso se deve, talvez, ao nosso sistema de justiça, que garante em boa medida a impunidade. Uma olhada rápida nos casos de corrupção revela um sistema moroso: os processos levam muitos anos tramitando de uma esfera da justiça a outra. O ex-ministro do Trabalho do governo Collor, Antônio Rogério Magri, por exemplo, acusado em 1991 de ter recebido US$ 30 mil para facilitar a liberação de recursos do Fundo de Garantia para uma obra no Acre, foi julgado e condenado em

> fevereiro de 2000 – nove anos depois da denúncia, portanto! – e ainda poderia recorrer" (2000, p. 13).

Destacamos ainda no caso brasileiro que muitos casos de corrupção demoram muito para ser julgados, pois a estrutura legal possibilita inúmeros recursos, não se discute o mérito da acusação (ou seja, se roubou ou não roubou), mas vai questionar se cabia ao Ministério Público ter entrado ou não com a denúncia; vai levantar algum detalhe técnico da perícia realizada ou vai discutir a constitucionalidade do processo, etc. Com tantos questionamentos ganham-se preciosos meses ou anos (Jordão, 2000, p. 13).

É importante destacar, como faz Torres, a importância do Estado brasileiro no combate à corrupção:

> "...onde não há coerção não há obediência às leis, e, visivelmente, o Estado brasileiro não tem sido eficaz em usar seu poder de império para obrigar as pessoas a observar o mandamento legal. O Poder Judiciário tem falhado sistematicamente na tarefa de impor justiça" (2002, p.115).

Outro ponto fundamental no combate à corrupção são a supervisão e a participação efetiva da sociedade civil na tomada de decisão e no funcionamento do setor público. Isso implica tornar o governo transparente para o público e habilitar a cidadania para desempenhar um papel ativo.

Como conclui o relatório do Banco Mundial:

> "Melhorar o governo deveria ser visto como um processo que integra três componentes vitais: conhecimento, com dados rigorosos e análises empíricas, inclusive diagnósticos de governo dentro do país e disseminação transparente, utilizando os instrumentos tecnológicos de informação de ponta; liderança na sociedade civil e política e na arena internacional; e ação coletiva por meio de consenso participativo e sistêmico, construindo abordagens com os investidores-chave na sociedade (para os quais a revolução tecnológica também esta ajudando). A responsabilidade coletiva também implica que as corporações internacionais, o setor privado nacional e as agências internacionais precisam colaborar com os governos nacionais e liderar as tentativas de melhoria do governo" (2002).

Em alguns países, equilibrar a reforma legal, reguladora e de licitação será fundamental para melhorar o governo e controlar a corrupção, agora, em outros países, onde a captação do Estado é feita pela elite corporativa e quando há uma frágil vontade

política para a reforma, a supervisão da sociedade civil, a competição empresarial e o trabalho para melhorar a proteção do direito de propriedade poderia ser a chave.

Como conclui Mcmillan: "Os governos algumas vezes conspiram para solapar os mercados. A corrupção reduz a produtividade porque as firmas que temem ficar à mercê de funcionários corruptos relutam em investir. A fixação de preços também reduz a produtividade, ao impedir que o sistema de preços funcione como deveria. Mas há o risco de a intervenção governamental enveredar por direções contraprodutivas" (2004, p. 147).

A corrupção, como vista anteriormente, é algo transnacional, envolvendo a grande maioria das sociedades, afetando tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento.

As diferenças básicas, segundo Silva (2001, p. 56-7), entre os países institucionalmente desenvolvidos e subdesenvolvidos, do ponto de vista da corrupção podem ser descritas abaixo:

1) Nos países desenvolvidos institucionalmente, a corrupção é um fenômeno marginal, dado que o patrimonialismo é marginal e não há excesso de regulação do mercado. Já em países subdesenvolvidos institucionalmente a corrupção é estrutural e invade praticamente todos os espaços da vida pública e privada.
2) A corrupção tende a ser institucionalizada em sociedades subdesenvolvidas institucionalmente. Passam a ser normais o pagamento de propinas e a distribuição de cargos e recursos públicos. Isso ocorre porque todos os grupos organizados da sociedade se estruturam dentro do clientelismo para garantir a sobrevivência econômica e política de seus membros.
3) Nos países subdesenvolvidos institucionalmente, os mecanismos de controle e punição são menos eficazes.
4) A corrupção tende a ser moralmente aceitável em países subdesenvolvidos institucionalmente. Ela constitui uma forma de ascensão social que incentiva o comportamento *free rider*[102], não havendo em geral motivo racional para que os agentes cooperem e passem a agir dentro de regras diferentes. Sua legitimação talvez seja uma causa da persistência da corrupção em algumas sociedades.

[102] Carona, este conceito é aplicado para designar situações em que um agente (pessoa física ou jurídica) se beneficia "de graça".

A corrupção sempre foi um problema bastante sério e de difícil controle por parte da sociedade, alguns acreditavam que ela estava ligada a fatores culturais e morais, outros enfatizavam os mecanismos de regulação e de supervisão que criam facilidades e incentivos para a corrupção, já para o Banco Mundial, a corrupção tem sua causa nas disfunções institucionais[103]existente em cada Estado.

Como destaca Speck:

> "Os vários atores responsáveis pela fiscalização política, como a imprensa, a sociedade civil ou o Congresso, precisam estar atentos. Estes diferentes atores e instituições devem formar um sistema imunológico contra a corrupção, onde todos esses elementos pró-ativos e reativos cooperem. Soluções universais não existem, e muito menos poderão ser fornecidas pelas pesquisas de opinião. Somente estudos aprofundados sobre o funcionamento dessas várias instâncias de regulação e controle podem indicar os caminhos para controlar a corrupção de forma efetiva" (2000, p. 36).

2.3. Os custos da corrupção

A sociedade brasileira sempre conviveu com a corrupção, as denúncias sempre inundaram os meios de comunicação de massa, onde os desvios de recursos públicos sempre estiveram presentes.

Analisar a corrupção é um assunto complexo, envolve inúmeras variáveis e deve ser encarado pela sociedade, pois, representa um dos grandes males da sociedade brasileira.

Como destaca Torres: "A corrupção deve ser entendida como um mal em si, que destrói as relações sociais e éticas mais fundamentais da sociedade. Nenhuma concessão pode ser feita quando falamos sobre corrupção, pois não há situação em que ela seja justificável" (2002, p. 111)

No meio de tanta denúncia de corrupção, calcular o tamanho da economia da corrupção no Brasil e no mundo sempre foi um desafio para os pesquisadores e intelectuais, e uma grande curiosidade para a população em geral.

Os cálculos são sempre difíceis, pois, é sempre complicado dimensionar e quantificar o tamanho da corrupção e das fraudes, qualquer número que se tome como parâmetro fatalmente será apenas uma aproximação da verdade. A corrupção é sempre feita

[103] Disfunções institucionais para o Banco Mundial englobam os sistemas tributários, as leis de regulação do mercado e as regras de competição política.

"às escuras", as pessoas corruptas e os corruptores não dão nota fiscal, não declaram no imposto de renda e, na maioria das vezes não reclamam em público, pois esta reclamação iria, com certeza, comprometê-los diretamente. Os casos de corrupção são descobertos, na sua maioria, quando há conflito entre os agentes envolvidos na operação, quando um dos lados se encontra descontente e, se sentindo prejudicado, adota como solução para a insatisfação, a denúncia dos ilícitos praticados.

Os índices disponíveis até agora, como o da Transparência Internacional, são baseados na percepção das pessoas, geralmente de agentes envolvidos em negócios transnacionais. São levantamentos de percepção, como o próprio nome diz, é apenas percepção, indicam algo, mas não são fatos.

Kaufmann, especialista do Banco Mundial em corrupção, acredita que a corrupção extrai da sociedade mundial algo em torno de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Se considerarmos, que se produz anualmente, algo em torno de US$ 30 trilhões a US$ 40 trilhões, isso daria algo em torno de US$ 1,5 trilhão a US$ 2 trilhões ao ano. Estes valores, se considerarmos US$ 1,5 trilhão, são maiores que o Produto Interno Bruto de todos os países industrializados, com exceção dos Estados Unidos (US$ 10,4 trilhões), do Japão (US$ 3,2 trilhões), da Alemanha (US$ 1,9 trilhão) e da China (US$ 1,6 trilhão); agora, se considerarmos os US$ 2 trilhões, este valor só é menor que o produto interno bruto dos Estados Unidos e do Japão. Dessa forma, percebemos que a corrupção gera o terceiro ou o quinto maior produto interno bruto mundial.

O efeito econômico da corrupção é devastador. Uma pesquisa[104] feita pelo Banco Mundial (Bird), apontou algumas conseqüências da corrupção:

• Há um aumento na incerteza dos agentes econômicos. Isso provoca redução nos investimentos internos e externos nos países.

• Surgem distorções no estabelecimento de prioridades. A corrupção está quase sempre por trás dos gastos militares de alta tecnologia feitos por nações miseráveis da Ásia e da África, dinheiro que poderia estar sendo aplicado na melhoria dos indicadores sociais, como a construção de novos hospitais.

[104]Os responsáveis pela pesquisa do Banco Mundial foram a diretora do setor de redução de pobreza, Cheryl Gray e o especialista em combate a corrupção Daniel Kaufmann, ambos do Banco Mundial (Bird).

• As menores empresas sofrem mais. A corrupção tende a favorecer os cartéis e as grandes corporações, que podem pagar propina a legisladores e funcionários corruptos para defender seus interesses.

• Em países em que a corrupção é mais grave, pessoas pobres chegam a gastar a maior parcela de seu orçamento familiar pagando gratificações para conseguir um atendimento qualquer, especialmente da polícia e da saúde, serviços obrigatórios prestados pelo Estado.

• Entre 1989 e 1998, os países que apresentaram maior queda no PIB, ou seja, nos quais a economia encolheu, foram justamente os campeões mundiais da corrupção.

A corrupção traz graves desequilíbrios para a sociedade, além de aumentar os custos de transação, o investimento se torna menos produtivo, a eficiência das empresas diminui e geram distorções estruturais no mercado, criando vantagens artificiais para empresas ou setores que, no geral, resulta em economia menos competitiva.

Se trouxéssemos estes dados para o Brasil, onde o Produto Interno Bruto (PIB) é de aproximadamente US$ 700 bilhões ou R$ 1,75 trilhão, 5% representaria algo em torno de US$ 35 bilhões ou R$ 87,5 bilhões.

Pesquisas realizadas por Marcos Fernandes Gonçalves da Silva, com base em análises econométricas, envolvendo amostras de 100 países com formação bruta de capital, capital humano e utilizando índice de corrupção do Banco Mundial, descobriu-se o impacto da corrupção na produtividade dos trabalhadores.

Depois da pesquisa concluída, Silva destacou:

> ...cada trabalhador, no Brasil, deixou de produzir, em decorrência da corrupção, nos últimos 20 anos, o equivalente a US$ 3,6 mil, o que significa US$ 180 anuais. Multiplicando-se isso pela população economicamente ativa, chega-se a quase US$ 100 bilhões, algo em torno de 10 a 15% do PIB brasileiro. São números que, mesmo por aproximação, mostram a má influência da corrupção na vida do país (apud Schettino, 2002, p.27).

Para que se tenha a real dimensão do prejuízo causado na economia brasileira, pelas práticas ilícitas de corrupção, é necessário fazermos algumas comparações, pois os R$ 100 bilhões, quase dariam para financiar a pesquisa e a produção de 120 milhões de doses de vacinas; pagar a fabricação de um bilhão de medicamentos de mais de 30 tipos, dentre eles,

sete remédios dos 12 utilizados no coquetel anti-AIDS; preparar cerca de dois milhões de kits de diagnósticos de doenças; e realizar mais de 360 mil consultas médicas gratuitas e 5700 análises de qualidade de produtos.

Poderíamos ainda comparar os R$ 100 bilhões escoados anualmente no Brasil, via corrupção, aos gastos com segurança pública em 2002[105], R$ 102 bilhões, o que equivalem a cinco vezes o orçamento do Ministério da Educação ou quatro vezes o que se gasta com planos de saúde.

Analisando a corrupção no país Torres, destaca:

> "Também é errônea a idéia de que a corrupção seja mais intensa agora que passamos por um período relativamente longo sob o regime democrático. A história brasileira ensina que a corrupção tanto em períodos autoritários quanto nas fases em que predomina a democracia. Provavelmente, a única diferença significativa é que, sob o regime democrático, os casos de corrupção vêm à tona com muito mais facilidade. Com uma imprensa livre, os escândalos ganham uma dimensão muito grande, criando a falsa sensação de que o problema tende a se agravar na vigência dos regimes democráticos. Na época do regime militar também havia muita corrupção, mas encontravam-se intransponíveis dificuldades para tornar públicos os escândalos" (2002, p. 112-3)

Segundo dados coletados da pesquisa do Banco Mundial, podemos concluir que se a corrupção no Brasil diminuísse em 50%, a mortalidade infantil teria uma redução de 51%, o que representaria uma esperança de vida para 22 crianças, pois a mortalidade infantil no Brasil é de 44 crianças mortas antes de completar 5 anos de idade num universo de 1000. A desigualdade na distribuição de renda apresentaria uma diminuição de 54% ou a porcentagem da população que vive com menos de 2 dólares por dia diminuiria em 45%, o que tiraria da pobreza 32 milhões de pessoas.

Outra pesquisa interessante foi divulgada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com relação a corrupção na América Latina. Segundo o BID, a América Latina perde anualmente com a corrupção 10% do Produto Interno Bruto (PIB), chegando aos US$ 200 bilhões, de um PIB de quase US$ 2 trilhões (2003).

Estes recursos, ao serem desviados da sociedade latino-americana, aumentam os desequilíbrios sociais, gera e intensifica a violência e a degradação social, e tendo como

[105] Estes valores foram extraídos da Revista Época, 02/03/2003, que compara os gastos com segurança pública, R$ 102 bilhões, com os gastos de educação, onde os dispêndios em segurança pública representam cinco vezes o orçamento do Ministério da Educação.

conseqüência maior, uma região com indicadores sociais negativos e com um abismo social entre ricos e pobres cada vez maiores.

2.4. Corrupção e Irregularidades nos Estados Unidos no período George W. Bush.

Os dados levantados pela Transparência Internacional são os únicos indicadores sobre corrupção envolvendo uma ampla quantidade de países, onde podemos perceber as notas e o comportamento das nações no ranking. Apesar de estar bem localizado nos índices de percepção da corrupção, os Estados Unidos apresenta algumas características interessantes que sugerem uma análise diferenciada.

Os Estados Unidos da América estiveram no centro de muitos casos de corrupção, principalmente no período da Guerra Fria (1945-1989), onde financiaram em todos os rincões do mundo inúmeros governos ditatoriais, patrocinando guerras, assassinatos, rebeliões e golpes de Estado com o intuito de manter no poder, ou ascender ao poder, governos simpáticos aos seus interesses. Brasil, Chile, Iraque, Irã, Vietnã, Arábia Saudita, Haiti, Colômbia, Venezuela são alguns dos vários exemplos de países que sofreram ou sofrem com o intervencionismo do governo norte-americano em prol de seus interesses. Para esta intervenção, o governo dos Estados Unidos se utiliza de sua ampla estrutura econômico-produtiva, extremamente eficiente e diversificada, além do poder da Agência Americana de Informação (CIA), cuja estrutura se espalhou por todos os continentes do mundo.

John Perkins[106], consultor e escritor norte-americano, analisando suas atividades anteriores cunhou a expressão Assassinos Econômicos, que retrata muito bem a forma dos Estados Unidos trabalharem seus interesses em Política Externa:

> "Assassinos Econômicos' (AEs) são profissionais altamente remunerados cujo trabalho é lesar países ao redor do mundo em golpes que se contam aos trilhões de dólares. Manipulando recursos financeiros do Banco Mundial, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), além de outras organizações americanas de 'ajuda' ao exterior, eles os canalizam para os cofres de enormes corporações e para os bolsos de algumas famílias abastadas que

[106] John Perkins, foi durante muitas décadas um "Assassino Econômico", ao publicar este livro *Confissões de um Assassino Econômico*, deixou à mostra uma das faces do intervencionismo norte-americano ou imperialismo norte-americano, e nada melhor do que uma pessoa que lá esteve para contar detalhadamente os fatos e os objetivos das políticas adotadas.

> controlam os recursos naturais do planeta. Entre os seus instrumentos de trabalho incluem-se, relatórios financeiros adulterados, pleitos eleitorais fraudulentos, extorsão, sexo e assassinato. Eles praticam o velho jogo do imperialismo, mas um tipo de jogo que assumiu novas e aterradoras dimensões durante este tempo de globalização. Eu sei do que estou falando; eu fui um Assassino Econômico" (2005, p. 9).

Ao colocar os Estados Unidos na décima quarta posição no ranking da corrupção, com nota 7,8, a Transparência Internacional parece desconsiderar por completo a política externa do país, pois esta sempre esteve associada a medidas truculentas, assassinatos, crimes e extorsões. Outro ponto que nos parece ter sido esquecido ou minimizado pela ONG foi a atuação dos lobbies e o financiamento das campanhas políticas, tão associados à corrupção.

Se olharmos para as campanhas políticas nos Estados Unidos percebe-se que o financiamento é extremamente frágil e sujeito a troca de favores entre as grandes indústrias e o governo. Os detentores do grande capital passam a acumular grande poder dentro da burocracia do Estado, influenciando nas decisões políticas, na agenda econômica e garantindo com isso a perpetuação de seus interesses, o que leva a democracia a um nítido processo de enfraquecimento.

A influência do setor privado sobre a política, por meio do financiamento de campanhas, é uma contingência do sistema democrático representativo, que não pode ser impedida, mas apenas minimizada. Algumas medidas poderiam ser tomadas para controlar o abuso de influência do setor privado, tais como a limitação das contribuições das empresas, o estabelecimento de um teto para os gastos totais com campanhas políticas e a redução do tempo de duração da propaganda eleitoral.

Nas eleições presidenciais norte-americana de 2000 foram arrecadados mais de US$ 300 milhões, sendo que só o candidato do Partido Republicano, George W. Bush recebeu mais de US$ 190 milhões, recorde absoluto na história das eleições. Os setores que mais contribuíram foram os de energia[107], petróleo e de equipamentos bélicos, justamente aqueles que mais receberam recursos após a vitória do candidato republicano.

[107] O maior doador individual de recursos financeiros para a campanha presidencial de George W. Bush foi Kenneth Lay, principal executivo da empresa de energia Enron, que nos anos seguintes será a pivô do maior escândalo corporativo dos Estados Unidos, com perdas financeiras altíssimas que vão abalar a credibilidade do sistema e provocar mudanças estruturais nos mercados.

O governo de George W. Bush trouxe inúmeras inquietações para a sociedade norte-americana, principalmente depois da descoberta das relações incestuosas existentes entre os governantes do país com os sauditas[108] e a indústria do petróleo.

As relações suspeitas envolvendo a família do presidente George W. Bush e a família real da Arábia Saudita foi duramente exploradas por muitos de seus críticos[109] e opositores, sendo que dois deles conseguiram grande popularidade nesta tarefa: o economista Paul Krugman, professor de economia em Princeton e colunista do jornal The New York Times. O cineasta e documentarista, Michael Moore, também se destacou muito nas críticas ao presidente e seu governo, principalmente com relação às fraudes ocorridas na Flórida nas eleições presidenciais de 2000.

As criticas feitas por Krugman começam com a condução da política econômica, pois ao privilegia o corte de impostos, privilegia os setores de alta renda em detrimento da classe média e das de renda baixa.

Para Krugman:

> "Veja só o corte de impostos aprovado neste ano. Foi empurrado pela goela do Congresso em meio à curta euforia da queda de Bagdá e vendido ao público americano em bases falsas. Primeiro, o governo disse que era bom para as pessoas comuns. Nas palavras deles, 92 milhões de famílias iriam receber, neste ano, um corte médio de impostos de US$ 1mil. Depois, alegaram que o corte de impostos era sustentável porque o custo no orçamento, em dez anos, seria de US$ 350 bilhões. Esses dois argumentos são fundamentalmente mentirosos. Ou melhor, não estritamente, mas sugerem um uso enganoso de palavras. Esse número de 92 milhões de famílias pretendia dar a idéia de que uma família típica iria receber US$ 1 mil. É uma maneira de tirar vantagem do fato de que o público não entende o que significa média. Se o Bill Gates entra num bar, a riqueza média das pessoas ali se eleva alguns bilhões de dólares, mas isso obviamente não significa que as pessoas no bar receberam mais dinheiro. Metade da população recebe menos de US$ 100 ou nada. Outro aspecto é que o custo real no orçamento será de US$ 850 bilhões, e não de US$ 350 bilhões. Enganaram e tiveram a intenção de enganar" (Krugman, 2003A, p. 26).

[108] Os sauditas são grandes investidores dos Estados Unidos, estima-se que a Arábia Saudita tenha investido em ações ordinárias na Bolsa de Valores norte-americana US$ 860 bilhões, com depósitos de US$ 1 trilhão em bancos dos Estados Unidos. Apenas com a família Bush e seu grupo político, os sauditas fizeram negócios que envolveram, nos últimos 30 anos, US$ 1,4 bilhão (Moore, 2004). Dados extraídos do documentário de 2004, *Fahrenheit 11 de Setembro.*

[109] São muitos os críticos do governo do presidente George W. Bush, mas alguns se destacaram nos últimos anos, Paul Krugman, Michael Moore, Gore Vidal, Noam Chomsky, Susan Sontag, George Soros, entre outros.

A política de redução de impostos foi desenvolvida originalmente pelo governo do Republicano Ronald Reagan (1980-1988), e foi uma das grandes promessas de campanha de George W. Bush. Os críticos desta medida, e Krugman é um dos mais ferrenhos, acreditam que ela beneficia os grandes detentores de capitais do país, que foram os maiores financiadores da campanha presidencial do presidente Bush, que passam a cobrar suas promessas, mesmo sabendo que o ônus econômico para o país é bastante negativo em termos fiscais.

Não eram apenas as relações de Bush com os sauditas e sua política econômica de diminuição de impostos que causavam polêmicas, mas seus laços com as empresas de energia, petróleo e equipamentos bélicos. Todos estes setores se beneficiaram da política externa dos Estados Unidos depois do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 e das guerras por ele iniciadas, primeiro com o Afeganistão, que foram acusados de esconder Osama Bin Laden, que para o governo dos Estados Unidos foi o responsável pela destruição do World Trade Center e de parte do Pentágono. Depois de destruir o Afeganistão e colocar na presidência Hamid Karzai[110], ex-consultor da empresa norte-americana UNOCAL, uma das grandes ganhadoras das guerras promovidas pelo governo.

Depois de dominar todo o Afeganistão e empossar um governo aliado, os Estados Unidos iniciam uma grande ofensiva contra o Iraque, que passa a ser acusado de deter armas de destruição em massa, de abrigarem terroristas e de terem participação financeira nos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono.

Para convencer a opinião pública da necessidade de invadir o Iraque, iniciam-se ampla campanha para amedrontar a população, onde o governo patrocina a criação de um clima de medo e pânico generalizados. Alertas de segurança, Antrax, terrorismo, todo o ambiente foi criado para a aprovação de leis que restringissem as liberdades individuais, tudo isso em prol do combate ao terror, o grande inimigo invisível da sociedade norte-americana.

[110] Uma das primeiras medidas adotadas por Hamid Karzai, novo presidente do Afeganistão, empossado com total apoio do governo Bush, foi assinar um contrato para a construção de um gasoduto, que sai do mar Cáspio e passa por quase todo Afeganistão, a empresa que ganhou a licitação para executar a obra foi a norte-americana Halliburton, cujos laços com o governo Bush são sólidos, pois o vice-presidente Dick Cheney, foi seus CEO antes da eleição de 2000 (Moore, 2004).

Diante do clima de medo e alertas anti-terrorismo, o governo consegue a aprovação no Congresso do Ato Patriota[111], cujo objetivo é restringir as liberdades dos indivíduos e aumentar o poder do governo, além de abrir espaço para investigar todas as pessoas que forem consideradas suspeitas.

Diante desse clima de instabilidade, pânico e medo é que ocorre a invasão do Iraque, em 19 de março de 2003. A invasão é bem sucedida, Bagdá é tomada sem nenhuma grande resistência, mas depois de não ter sido encontrada armas de destruição em massa, o governo Bush entra em seus piores momentos, a população[112] passa a se revoltar e cada vez mais se torna nítida a relação promíscuas entre o governo e alguns setores econômicos, justamente os grandes ganhadores da invasão, os grupos que ficaram responsáveis pela reconstrução do país, a segunda maior fonte de petróleo do mundo, cuja proteção passa para as mãos do exército dos Estados Unidos.

Os governos mundiais aumentaram enormemente as despesas militares nos últimos anos, segundo dados levantados pelo Banco Mundial, os gastos militares mundiais após os atentados terroristas de 11 de setembro[113] aumentaram 25%, passando de US$ 524 bilhões em 2000 para US$ 642 em 2003. Este número assusta quando comparamos este valor, maior que o produto interno bruto de países médios como Brasil e México, pois representam quase dez vezes os recursos destinados a ajuda para o desenvolvimento no mundo em 2003, US$ 69 bilhões, ou seja, a ajuda dado dos países ricos para o desenvolvimento dos pobres representa apenas 10,7% dos gastos militares do mundo.

Krugman destaca algumas de suas maiores preocupações com relação ao comportamento do país:

> "Meu medo não é que os Estados Unidos se tornem um país fascista, e sim que se transforme em uma espécie de Chicago nos anos 60 e 70, quando a cidade era controlada pelo prefeito Richard Daley e uma máquina política corrupta controlava tudo. Ou você apoiava a máquina ou alguém era mandado à sua

[111] O cineasta Michael Moore descreve muito bem este período de medo e fortalecimento do poder do Estado, em documentário de 2004, *Fahrenheit 11 de Setembro,* ganhador de vários prêmios internacionais.
[112] Não só a população local, mas de quase todos os países do mundo, que vão as ruas em protesto contra a invasão do Iraque, queimando bandeiras norte-americanas, gritando palavras de ordem contra Bush e o "imperialismo" dos Estados Unidos.
[113] Segundo este trabalho (Relatório de Desenvolvimento Humano 2005), podemos perceber que os Estados Unidos, o governo gasta apenas 1% de seu orçamento com ajuda internacional e 25% em atividades militares, sendo que uma parcela substancial destes recursos beneficia grupos políticos que mantém laços sólidos com o governo republicanos do presidente George W. Bush.

> empresa para examinar as condições sanitárias. Isso é política de massa e afastamento da oposição. Há outras coisas, como a prisão de Guantánamo, que é preocupante. Mas é preocupante se os Estados Unidos, tradicionalmente um arsenal pela democracia, caminharem na direção oposta. O que ocorreria então com o mundo" (Krugman, 2003A, p. 31).

As políticas defendidas pelo governo do presidente George W. Bush com relação ao Oriente Médio são justificadas pela necessidade de exportar para essa região os valores da Democracia da América, mas na prática percebe-se, que o discurso está longe da prática, primeiro porque a aliança estrutural do país na região sempre foi com a Arábia Saudita, país que mantém fortes laços com os Estados Unidos, mas que estão constantemente nos relatórios da Anistia Internacional, acusados de infringirem os Direitos Humanos. Com relação ao Iraque, a política norte-americana sempre foi de se manter aliado ao país de Saddam Hussein, financiando e treinando militares para combater o Irã, dos aiatolás, inimigos ferozes dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos apresentam sinais evidentes de deturpação das relações entre o governo e as grandes empresas, onde a atuação de lobistas, atividade regulamentada nos país, acaba gerando graves constrangimentos aos governos, pois estes são financiados, nas campanhas eleitorais, por empresas, que mais tarde pressionam para receber benefícios da administração pública.

Como destaca Krugman, quando perguntado da existência de corrupção no governo Bush: "Quanto à corrupção, o problema é definir o que isso significa. Se significa obter benefícios financeiros das políticas governamentais, sim, há muito disso" (Krugman, 2003A, p. 28).

Krugman destaca ainda um exemplo sobre de benefícios das políticas governamentais:

> "Exemplo maior é dar uma olhada no Departamento do Interior, encarregado de regulamentação no uso de terras no país. Você vai descobrir que todo alto suficiente naquele ministério é ou foi lobista da indústria extrativa. É gente que interpreta as leis da maneira que convém à indústria" (Krugman, 2003A, p. 28).

A corrupção afeta todos os povos, todos os países, ricos e pobres, grandes e pequenos, cristãos e muçulmanos (e também em Israel), africanos e latino-americanos, europeus e asiáticos, velhos e novos.

Como destaca Nóbrega: “A corrupção é relativamente menor nos países desenvolvidos. A diferença se explica pelo desenvolvimento institucional, que é maior nas nações ricas” (2005, p. 102).

Apesar de destacar o governo do presidente George W. Bush, que nos parece cheio de contradições estruturais, a influência do setor privado foi grande em todos os governos anteriores, o presidente Reagan também concedeu inúmeros benefícios ao grande capital, George Bush e Bill Clinton também não foram diferente, o poder do capital estava presente, financiando lobbies e nomeando pessoas que garantiam seus interesses na máquina do Estado.

Frank destaca uma passagem interessante do governo do presidente Bill Clinton (1992-2000), que retrata o poder dos lobistas dentro do governo:

> “Em fevereiro de 1996, o Congresso apoiou a Lei das Telecomunicações, um típico artefato econômico da era Clinton. Embora não tenha inspirado quase nenhum debate na nação em geral, ele foi objeto de acalorada controvérsia entre as próprias empresas de rádio e de televisão e de telefonia, cujas atividades pretendiam desregulamentar. Uma vez que lobistas e legisladores chegaram a um acordo quanto aos dispositivos da lei, sua aprovação pelo Congresso foi assegurada pelas generosas doações que os empresários das comunicações vinham fazendo há muito para campanhas de reeleição de legisladores” (Frank, 2004, p.9).

A doação para campanha não caracteriza corrupção, não se trata disso, as doações são parte do processo democrático e devem ser estimuladas, acontece que muitas delas são feitas com claro objetivo de assegurar benesses futuras pelo futuro governante, o que distorce o processo democrático e gera graves desequilíbrios na sociedade, portanto, cabe aos representantes desenvolverem legislações duras e punições severas para os crimes cometidos, como forma até de coibir e desestimular novos casos, garantindo um ambiente saudável e seguro.

A corrupção é algo generalizado na sociedade mundial, dos países em desenvolvimento até os mais desenvolvidos, como os Estados Unidos estão repletos de casos de corrupção, tráfico de influência, pressão de grupos financeiros para aprovação de projetos, medidas e leis que os beneficiam em detrimento do outros. As guerras desenvolvidas pelo governo de George W, Bush, que retoricamente esta atrelada a missão de levar a democracia ao Oriente Médio e ao mundo todo, na verdade, é uma forma

disfarçada de servir aos grandes interesses dos setores que o financiaram, o setor bélico-militar e de defesa, cujo orçamento aumento barbaramente nos últimos anos, e aumentou em detrimento de gastos sociais da área de educação, saúde, habitação popular e seguridade social. Outro setor que ganhou muito com as políticas de ataque preventivo dos Estados Unidos foi o petrolífero[114], que com o controle do Iraque conseguiu contratos comerciais e de reconstrução na casa dos bilhões de dólares.

2.5. Escândalos de corrupção nas empresas transnacionais: o caso Enron

Os Estados Unidos da América, maior economia do mundo, detentores de um Produto Interno Bruto de quase US$ 11 trilhões foram palco do maior esquema de corrupção orquestrado por uma empresa privada em toda história do sistema capitalista. O responsável por esta façanha foi a empresa de Energia Enron, uma empresa admirada por muitos e temida por outros, saiu quase do anonimato, para acumular receitas anuais declaradas de US$ 101 bilhões.

A empresa desenvolveu um método tão sofisticado de corrupção, que para desenrolá-lo foi criado um software[115], apelidado de The Matrix, cuja finalidade era calcular o "...custo para a empresa de qualquer mudança nas leis e nos regulamentos do setor que afetasse seus interesses" (Costa, 2002, p. 38).

O esquema era tão sofisticado, que se disseminava por toda a estrutura de poder dos Estados Unidos, onde parlamentares, jornalistas, juízes, promotores e até o procurador-geral estava, direta ou indiretamente, ligado ao emaranhado criado pela empresa para usufruir de contatos políticos, e transformá-lo em benefícios escusos.

Silva destacou três pontos interessantes do esquema ao comentar o caso de ousadia e sofisticação desenvolvido pela empresa Enron:

---

[114] Destacamos a Halliburton como uma das grandes ganhadoras das guerras, do Afeganistão e do Iraque. A "Halliburton é a principal fornecedora norte-americana de tecnologia e equipamentos para a exploração de petróleo e, ao mesmo tempo, detém os índices mais elevados de engenharia e construção dessa área. É a maior empresa estadunidense de serviços para a indústria petrolífera e, 70% de suas atividades ocorrem fora dos Estados Unidos" (Fuentes, 2004, p. 13-4).

[115] "Era através deste software, que os executivos da Enron sabiam exatamente quanto valia a pena pagar para derrubar um projeto de lei ou revogar uma regulamentação incômoda. Era só contatar parlamentares e ministros e mobilizar sua equipe de lobistas" (Costa, 2002, p. 38).

> "Porque a fraude da Enron é tão sofisticada? Primeiro a economia norte-americana é a maior e tem os sistemas de controle contábil mais transparentes e regulados do mundo, neste item perdendo apenas para Cingapura. Então, para você fraudar, você tem de ser muito bom nisso. Há um segundo aspecto, sempre houve uma crença de que o mercado de empresas de auditoria e consultoria seria eficiente, no sentido de controlar o comportamento das empresas, principalmente de seus altos executivos. O caso da Enron provou o contrário, mostrou haver conluio de interesses. O órgão que fiscaliza é cooptado pelo fiscalizado. A fraude ocorreu por um problema de governança corporativa, mas também houve uma questão política: o financiamento da campanha, já que a Enron possui um lobby muito forte no atual governo, principalmente por lidar com energia, setor até mais problemático porque os EUA são grandes consumidores. Não havia interesse em investigar a Enron, porque ela possui muitas ligações com o atual governo e com vários deputados dos dois grandes partidos" (Silva, 2002, p. 40).

Os recursos da Enron desenvolveram, ainda, uma ligação promíscua com grandes empresas de auditorias internacionais, como a Andersen e a Price WaterhouseCoopers, além de contatos no sistema financeiro com a Goldman Sachs, que aconselhava os investidores a adquirir ações da empresa de Energia, mesmo sabendo que a Enron não estaca muito sólida em termos financeiros.

O esquema era muito sólido e sofisticado, com a ajuda destas instituições, uma atestando a solidez dos balanços da empresa de Energia Enron e, a outra, aconselhando os investidores, muitos deles com pouca experiência nestes investimentos financeiros, a comprarem as ações da empresa.

Para Costa:

> "Também se conclui que, no centro, ainda mais que na periferia do mundo, o clientelismo e a corrupção, ativa ou passiva, não são privilégios do Estado. O dinheiro da Enron corrompeu a auditoria Andersen de forma ainda mais completa e eficiente que o Congresso e a Casa Branca" (2002, p. 39).

Os funcionários da Enron foram muito prejudicados pelos esquemas de corrupção montados pela empresa, pois perderam todas as suas economias ao se evaporam os fundos de pensão da empresa, formado apenas por suas próprias ações.

A empresa era administrada de uma forma pouco democrática, pois exigia de seus funcionários que fizessem contribuições financeiras[116] para os candidatos a cargos públicos, por ela apoiados.

Como destacou Costa:

[116] As contribuições somadas ultrapassaram US$ 1 milhão para candidatos a cargos federais de ambos os partidos comprometidos com a desregulamentação (Costa, 2002, p. 40).

> "Em abril de 1999, ainda no início da disputa pela candidatura republicana, seus executivos de segundo escalão receberam uma carta exigindo contribuições para a campanha de George W. Bush e fazendo referências ameaçadoras a seus altos salários. Mais de cem diretores e gerentes sentiram-se forçados a contribuir, bem como muita de suas esposas" (2002, p. 40).

Como destacou ainda Silva, o caso Enron "...pôs ainda mais em dúvida a crença dos próprios americanos na democracia[117] do país, que já vinha sendo questionada" (2002, p. 43).

A Enron não era apenas uma empresa de energia, para a maioria, era o modelo da nova empresa americana: a desregulamentação havia aberto novas oportunidades, e a Enron as havia aproveitado muito bem, crescendo e gerando dividendos para os acionistas.

As fraudes utilizadas pela empresa eram imensamente sofisticadas, pois atuavam em inúmeros negócios ao mesmo tempo, mas podemos destacar dois instrumentos usados para a operação fraudulenta: primeiro, registrar hoje vendas de gás ou eletricidade para entrega em algum momento no futuro, e em segundo lugar, a criação de uma empresa fictícia, de fachada, criada apenas para a compra de gás da Enron, não precisando vender para outras empresas. A empresa criada não tinha interesse na compra de gás, mas a Enron resolvia este problema comprando esse gás de volta (Stiglitz, 2003, p. 258-9).

A Enron é um produto da desregulamentação, que foi vendida pelo mercado como o mantra usual do livre mercado – reduzir a regulamentação libera as forças do mercado, forças de mercado conduzem a uma maior eficiência, e a competição garante que os benefícios das forças de mercado sejam repassados ao consumidor.

Como destacou Stiglitz:

> "...a história da Enron ajuda a revelar a natureza fundamental do que está errado: os acionistas não tinham informações para poder julgar o que estava acontecendo, e havia incentivos não para se fornecerem essas informações, mas sim informações distorcidas. O sistema de mercado propiciara incentivos nos quais, ao fazer o bem para si próprios, os executivos não beneficiavam os acionistas, mas, ao contrário, seus ganhos se davam à custa daqueles para os quais deveriam estar trabalhando, e haviam exposto os acionistas a riscos que eles jamais poderiam imaginar" (2003, p. 261).

[117] Silva destacou ainda que, pesquisa feita pela Revista Business Week, bastião do capitalismo norte-americano, 75% da população não confiam nas grandes corporações, que desvirtuam a democracia, não respeitam o consumidor e o acionista e fazem com que o poder do dinheiro contasse mais na hora da eleição e na gestão (2002, p. 43).

A Califórnia foi pioneira na desregulamentação do setor de energia, e os custos desta política foram altíssimos, o que levou o governador Gray Davis, a intervir no setor, pois corria o risco de perder sua reputação de lugar excepcional para se fazer negócio. O custo desta intervenção foi de US$ 45 bilhões.

O esquema de corrupção e fraudes desenvolvido envolvia uma relação muito estreita entre o presidente George W. Bush e o CEO Kenneth Lay, de quem recebera quantias substanciais para a campanha eleitoral e ao qual recorrera para aconselhá-lo em política energética.

Aktouf analisando o caso Enron, faz o seguinte comentário:

> "Quem não se recorda, hoje, do escândalo da empresa de corretagem de energia Enron (que respingou na Casa Branca e no establishment financeiro e petrolífero americano)? Valendo-se sem cessar de formas de fazer subir ilimitadamente o valor de suas ações, essa organização – que manipula bilhões de dólares! – chegou, com a ajuda de empresas de consultoria e de auditorias conhecidas mundialmente, como Arthur Andersen, a adulterar literalmente suas contas, ocultando perdas e dívidas, inchando artificialmente os ganhos, etc. Paralelamente dirigentes e os grandes acionistas venderam suas ações para realizar lucros de bilhões de dólares antes que a bolha estourasse, proibindo ao mesmo tempo seus empregados, que possuíam ações, de vendê-las! E empurraram para a falência grande número de aposentados e pequenos investidores americanos" (2004, p. 60).

A indignação com o caso Enron só foi maior quando se descobriu que os executivos da empresa estavam vendendo suas participações na empresa, mas ao mesmo tempo recomendavam aos funcionários que conservassem suas ações.

O resultado disso tudo foi descrito por Stiglitz, que destaca que os altos executivos da Enron venderam suas ações, e os lucros:

> "...foi de US$ 1,1 bilhão. Mas os empregados da Enron viram seu futuro ameaçado, pois mais de US$ 1 bilhão de pensões que havia sido investido em ações da Enron desapareceu com sua falência" (2003, p. 256).

A corrupção não é exclusividade dos países pobres, atinge também os países ricos, mas estes se caracterizam por que "...lá existem instituições bem estruturadas, que

asseguram a detecção, a investigação e a punição[118] dos corruptos. Aliás, esses países ficaram ricos exatamente porque construíram instituições que promovem a riqueza e inibem posturas contra o desenvolvimento, como a corrupção" (Nóbrega, 2004).

A corrupção atrapalha os países, gerando custos negativos que afugentam investidores e degradam os indicadores econômicos e sociais, o combate ao desvio de recursos é fundamental para o crescimento das economias e auxilia diretamente no desenvolvimento dos países. A construção de instituições sólidas é fundamental para o desenvolvimento dos países, mas acreditamos, complementando Nóbrega, que a construção de instituições não garantiu sozinha, o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos, que além de instituições contou com uma forte política protecionista com relação à questão comercial, política esta que até os dias atuais desempenha um papel relevante.

No próximo capítulo analisaremos o Neoliberalismo no Brasil no período de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que assim como Carlos Salinas, introduziu políticas de cunho neoliberal e que se caracterizaram por altos índices de corrupção, gerando desgaste político, indignação social e repercussão internacional, onde o primeiro, Fernando Collor de Mello, foi impedido de continuar governando, sofreu um processo de impeachment, e o segundo, Carlos Salinas de Gortari foi defenestrado da vida política do país. As medidas neoliberais adotadas aqui, privatização e diminuição do Estado, basicamente, não foram suficientes para deter os altos índices de corrupção como apregoavam o Banco Mundial e os países desenvolvidos.

[118] Recentemente alguns do envolvidos no caso Enron foram condenados a mais de duas décadas de corrupção, uma condenação para muitos descrita como exagerada, mas para outros é a única forma de evidenciar que estas fraudes deturpam o sistema capitalista norte-americano e devem ser violentamente punidas.

Capítulo 3 - A Experiência Neoliberal brasileira

Introdução

Da mesma forma que outros países latino-americanos, o Brasil também viveu experiência de cunho neoliberal, que transformaram de forma intensa sua estrutura econômica e intensificou alguns indicadores sociais, tais como o desemprego, a miséria, a concentração da renda e a violência.

A primeira grande experiência neoliberal no Brasil aconteceu no período Fernando Collor de Mello (1990-1992), onde depois de uma eleição disputada, o candidato de um partido pouco expressivo, o PRN[119], ganhou no segundo turno do candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva.

A eleição de Fernando Collor representou uma mudança na política econômica, com idéias neoliberais de privatização, diminuição do papel do Estado na economia, abertura econômica, desregulamentação e liberalização financeira. Estas medidas, inicialmente chamadas de modernizadoras, impactaram na sociedade de forma geral, os empresários passaram a sentir o peso da concorrência de empresas estrangeiras, o mercado passou a conhecer novos produtos, os automóveis produzidos internamente[120] apresentam sensíveis melhoras, com incremento tecnológico, melhoras na qualidade e na produtividade do setor[121].

[119] Partido da Reconstrução Nacional (PRN).
[120] O presidente Fernando Collor, no afã das políticas neoliberais, declara na campanha eleitoral de 1989, que os carros produzidos no país são na verdade carroças, isso devido a baixa tecnologia existentes nestes produtos, esta declaração teve grandes impactos na sociedade e na economia.
[121] O setor automobilístico, tão importante nos anos 50 para o processo de industrialização, passa por grandes mudanças nos anos 90 depois da abertura promovida pelo governo Fernando Collor, com incremento tecnológico e melhoria da qualidade dos produtos. Atualmente, o Brasil possui mais de dez montadoras de automóveis, contra apenas cinco nos anos 80.

3.1. A eleição de 1989 e a ascensão de Fernando Collor de Mello

As eleições para Presidente da República de 1989 foram caracterizadas por um período de grande crise política, com um quadro de desarticulação ampla do sistema partidário e uma grave crise política e moral no governo de José Sarney[122].

Neste ambiente, de crise do governo Sarney, caracterizado pela população como um governo fraco politicamente e refém da política do "é dando que se recebe"[123], onde o "resgate da dívida social" e a superação do descontrole inflacionário, promessas constantes do governo foram se mostrando insuficientes.

Talvez um dos melhores exemplos desta crise moral do governo Sarney, tenha sido o malogro do maior partido brasileiro, o PMDB, o mais fortemente identificado com os descaminhos da Nova República.[124]

Em março de 1989, a sucessão parecia caminhar para uma polarização, imaginável antes das eleições municipais de 1988, entre duas alternativas de esquerda, expressas nas candidaturas de Leonel Brizola (então com 19% das preferências, segundo o Ibope) e Luís Inácio Lula da Silva (com 15%) (Rodrigues[125], 2000, p. 39).

A situação era de inquietação por parte das elites do centro-sul do país, pois até então, não tinham um candidato confiável em quem pudesse apostar suas fichas. Orestes Quércia era o nome mais confiável, mas este não se empolgou com a candidatura, pois

[122] O período de José Sarney na presidência na República foi marcado por grande instabilidade, um governo com pouca legitimidade, onde o eleito Tancredo Neves havia falecido antes de tomar posse, a inflação estava em ascensão constante, inúmeros planos econômicos foram adotados no período, o fisiologismo foi a tônica na relação com o Congresso Nacional, tais como as liberações de recursos públicos para parlamentares aliados no momento da aprovação dos cinco anos de mandato do presidente.

[123] O termo foi tomado de São Francisco de Assis pelo Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), usada no período da ampliação do mandato do Presidente da República, José Sarney, a postergação da eleição presidencial para 1989 foi obtido graças à distribuição clientelista de favores a parlamentares, especialmente de concessões de emissoras de rádio e televisão aos aliados de Sarney e de seu ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

[124] O candidato do PMDB nas eleições de 1989 foi Ulysses Guimarães, o "Senhor Diretas" de 1984, político que promulgou a Constituição de 1988, amargou índices irrisórios de preferência nas pesquisas. O apelido dado acima está ligado ao trabalho feito por Ulysses Guimarães no final do regime militar para que o país pudesse escolher seu novo presidente através de eleições livres e diretas.

[125] Alfredo Tosi Rodrigues é professor de Ciência Política da Universidade Federal do Espírito Santos, coordenador do Laboratório de Conjuntura Política e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais da UFES.

sabia que qualquer um que fosse o candidato do PMDB, ele ou Ulysses Guimarães, a votação seria baixa (Oliveira, 1992, p. 15-6).

A idéia de buscar um personagem que pudesse derrotar Lula e Brizola era intensamente discutida desde os trabalhos da Constituinte, nos escritórios da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Kucinski destaca o papel das revistas *Veja* e *Isto é*:

> "Ainda em agosto de 1987, dois anos antes das eleições, *Veja* lança a expressão 'a praga dos marajás', citando o então governador de Alagoas, Fernando Collor, que se colocara a campo combatendo o empreguismo em seu estado. Em especial os funcionários fantasmas, pagos com salários extremamente altos, como é comum na construção do clientelismo nordestino. Seguem-se matérias cada vez mais destacadas, de *Veja* e *Isto é*, até que *Veja* dá a capa a Collor, em março de 1988, com a frase, 'o caçador de marajás'. Seu potencial eleitoral crescia a medida que era trabalhada sua imagem de jovem honesto, que já se havia oposto a Sarney e que iria combater a corrupção" (1998, p.109).

Além do alinhamento das Revistas *Veja* e *Isto é* com a candidatura de Fernando Collor de Mello, foi a Rede Globo de Televisão que vai popularizar e massificar o mito "Collor, o caçador de marajás".

Vários foram os nomes sondados e tentados para contrastar com os candidatos da esquerda, Brizola e Lula. Antonio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim declinou do convite e Sílvio Santos (Sistema Brasileiro de Televisão) até que se empolgou com a possibilidade de se tornar Presidente da República. Este último seria um nome interessante, já que o candidato Collor de Mello era patrocinado por Roberto Marinho.

O sonho de Sílvio Santos[126] de ser Presidente da República acabou em 09 de novembro, "quando os juízes do TSE decidiram por unanimidade cassar a candidatura de Sílvio Santos porque, sendo sua empresa de TV concessionária de serviço público, ele estaria obrigado a desincompatibilizar-se de suas funções três meses antes do pleito, coisa que não havia ocorrido. Além disso, o registro do PMB foi cassado por não ter

[126] Em pesquisa realizada pelo Instituto Gallup no início de novembro, divulgado pelo *O Estado de São Paulo*, mostrava uma surpreendente virada da situação: Sílvio Santos lideraria com 29%, seguido por Collor com18,6%, Lula com 10,6% e Brizola com 9,9% (Nêumanne,1989,p.157-8)

realizado convenções partidárias em ao menos nove estados" (Nêumanne, 1989, p.151-9).

Com a retirada da candidatura de Sílvio Santos, a candidatura de Collor de Mello começa a decolar, deixando para trás os candidatos da esquerda, Brizola e Lula; os da direita, Paulo Maluf e Guilherme Afif Domingos e, até os de Centro, como Mário Covas.

O tema da ética e da crítica político-moral da corrupção pautara definitivamente a disputa, mas poucos candidatos perceberam isso, alguns com discursos carregados de complexidade, estatísticas e textos pesados, insistiam em discutir questões que pouco interessavam ao eleitorado. Collor enfatizou a corrupção, o empreguismo e, como características pessoais, destacou o fato de ser um político jovem e descompromissado, "moderno" e moralizador. Estes atributos enfatizados por Collor, cabiam também em Guilherme Afif, mas Collor, com o apoio da mídia e da Rede Globo, em especial, conseguiu criar um verdadeiro mito.

Para Rodrigues, Collor assumiu "no imaginário popular, conotações inauditas de luta contra a corrupção, o empreguismo, o apadrinhamento e, daí, indo mais além, para a imagem do jovem forte, perseverante, aguerrido, ao final quase guindado à condição de paladino na luta contra toda injustiça" (2000, p.64).

Isso só foi possível graças ao apoio recebido pela mídia, mais precisamente pela Rede globo e pelas grandes revistas de circulação nacional, *Veja* e *Isto é,* que auxiliaram na fabricação do mito de Collor como o "caçador de marajás".

Pesquisas da época destacavam que a população queria, em primeiro lugar, com 19%, que a questão da corrupção e da impunidade fossem os temas mais abordados e destacados pelos candidatos; ao passo que, em segundo lugar, com 16%, estava a questão da experiência administrativa; seguida depois pela coragem para enfrentar os que hoje tiram proveito de tudo no Brasil, com 14%; depois, com 13%, a preocupação era com os aumentos constantes de preço (Nêumanne, 1989, p. 62).[127]

A ascensão de Collor foi rápida:

[127] A pesquisa destacava ainda, com 11%, a preocupação em garantir remédio, médico e ensino para quem precisa; seguida, com 8%, pela vontade de trabalhar; autoridade para mandar, com 6%; ser equilibrado e ter a cabeça no lugar, com 4% e acabar com a politicagem no governo com 2% (Nêumanne,1989, p.62)

> "De índices inexpressivos na virada de 1988 para 1989, Collor aparece com 9% na metade de março, em terceiro lugar, e empatou com Lula em segundo lugar, no início de abril. No fim daquele mês já estava tecnicamente empatado com Brizola na liderança, em torno de 29%, e na metade de maio, graças ao monólogo que protagonizara em seus programas de TV em rede nacional, chegava à liderança com 32%, o dobro de Brizola. Quando entrou junho, Collor já estava na faixa dos 40%, patamar no qual se manteve até que começasse a campanha pela TV, em setembro. Além da precariedade da legislação, esse episódio é uma demonstração inequívoca do peso da mídia eletrônica numa disputa desse tipo" (Rodrigues, 2000, p. 66).

Com a subida de Collor nas pesquisas, o candidato do PRN começa a receber inúmeras adesões políticas, governadores (Paraíba, Bahia e Santa Catarina), sindicalistas (Força Sindical) e até lideres religiosos assumiram o apoio a Collor (Edir Macedo)[128].

Com a ascensão do candidato do PRN[129], o combate dos adversários, como seria de se esperar, recrudesceu: veio à luz o perdão da dívida do ICMS aos usineiros de Alagoas na sua gestão como governador, assim como um contrato lesivo aos cofres públicos feito como governador com a empresa ZLC, de sua assessora econômica Zélia Cardoso de Mello. Veio à luz, também, a figura de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do PRN; divulgou-se de que ele estava impedido de operar com crédito rural e agroindustrial porque haviam sido comprovadas irregularidades em 31 dos setenta processos movidos contra ele pelo Banco Central. O PT, em especial, explorou ao máximo esses escândalos[130].

Leve-se em conta também que a campanha para a presidência de Fernando Collor de Mello para a presidência da República foi considerada milionária – cujo custo foimuito alto e calculado por órgãos de inteligência do governo federal em US$ 140 milhões (Nêumanne,1989,p.72).

---

[128] Destacamos a frase dita por Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus: "Após orar e pedir a Deus que indicasse uma pessoa, o Espírito Santo nos convenceu de que Fernando Collor de Mello era o escolhido" (Mariano e Pierucci,1992)

[129] Percebeu-se, posteriormente, que Collor de Mello sentiu os ataques, o que repercutiu nas pesquisas eleitorais. De um pico de 42% em setembro, Collor caiu para 34% no inicio de outubro e, 28% no início de novembro.

[130] Ainda que não seja parte desta pesquisa, é bom informar que na situação atual (setembro de 2005), quando o Partido dos Trabalhadores está no poder com Lula como presidente, este partido mudou sua posição em 180•. Acusado de corrupção, o PT, por exemplo, tenta todos os artifícios para atrapalhar a organização e isolamento das CPIs.

O candidato que mais ganhou com as críticas foi Luís Inácio Lula da Silva, que passou de 6% para 14% de setembro a novembro. Dos 14% perdidos pelo candidato do PRN, o candidato do PT ganhou 8%, o que o colocou em segundo lugar nas pesquisas e o credenciou para disputar o segundo turno com Fernando Collor de Mello.

O segundo turno da eleição de 1989 para a Presidência da República polarizaria um candidato da direita, Fernando Collor, e um candidato da esquerda, o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva.

Segundo Diniz, "o confronto entre Collor e Lula expressou, na campanha eleitoral, o embate entre duas idéias que ainda disputavam espaço na política nacional, traduzindo-se na polaridade primazia do mercado *versus* reforma social" (1997, p.118).

Ainda segundo Diniz, a Nova República se caracterizou como um período de metamorfoses na agenda pública. De um amplo espectro de temas em jogo, dos quais destacavam-se o combate à inflação combinado à distribuição de renda, o conflito ter-se-ia estreitado para uma "proposta minimalista", em que a questão social [131]foi atropelada pelas questões econômicas ligadas à estabilização monetária (1997,p.113).

A situação do governo Sarney era tão lastimável que, antes mesmo do primeiro turno das eleições presidenciais, já se cogitava a antecipação da posse do novo presidente eleito para janeiro de 1990.

No dia 3 de dezembro, travou-se o primeiro debate televisivo entre os dois candidatos, Collor e Lula, onde o primeiro se concentrou na conquista de votos nas camadas mais elevadas da população, já que nas classes menos favorecidas sua penetração era grande. Para isso, usou dados estatísticos, empunhou gráfico, falou de números e metas, tudo com o intuito de angariar votos das camadas mais elevadas. Lula, por sua vez, falou ao eleitor médio e, ao mesmo tempo, apostou no tom emocional que a campanha ganhava. Esteve seguro e apresentou-se como moderado, buscando atrair a confiança das classes médias (Rodrigues, 2000, p.79).

[131] Segundo Diniz, "a 'questão social' associada pelas forças da Aliança Democrática no primeiro momento da Nova República à bandeira do 'desenvolvimento econômico' (crescimento com distribuição de renda) foi legado, em virtude do caráter privatista da ideologia recém absorvida pela direita, à condição de elemento retórico" (1997).

O candidato do PT cresceu muito depois do primeiro debate para a Presidência da República, sendo que alguns institutos de pesquisa já apontavam para empate técnico entre Collor e Lula, ambos na casa dos 42% das intenções de votos.

É neste momento que alguns episódios negativos começam a aparecer, e que auxiliaram na vitória do candidato do PRN, tais como: o célebre depoimento da ex-namorada de Lula, Miriam Cordeiro, com quem o candidato do PT tivera uma filha; um violento incidente entre partidários das duas candidaturas ocorrido na cidade gaúcha de Caxias do Sul, durante um comício de Collor, terminou em quebra-quebra com mais de uma dezena de feridos, este incidente foi amplamente explorado no horário eleitoral de Collor, que buscou qualificar os petistas como violentos e arruaceiros[132]. A disputa fervia, e era disputada, ao mesmo tempo, nas ruas e na mídia eletrônica (Rodrigues, 2000, p.79).

Todos os episódios citados acima tiveram impactos muito grandes sobre a pessoa privada do candidato da esquerda. No último debate, realizado no dia 14 de dezembro, Lula mostrou-se abatido e inseguro, nem sombra do candidato do primeiro turno.

O Jornal Nacional, da Rede Globo, destacou o debate e passou a imagem de que Collor havia massacrado seu opositor. As pesquisas divulgadas mostravam uma recuperação do candidato do PRN, que aparecia com 47% contra 46% do candidato do PT, segundo o IBOPE; já o Datafolha, apontava Collor com 44,3% e Lula com 41%. Já o boca-de-urna apontava uma vitória de Fernando Collor de Mello com 50% e Lula com 46%, com 4% de brancos e nulos.

Com destaca Rodrigues:

> "O dia da eleição, aliás, foi muito tumultuado. O episódio mais ruidoso foi o da libertação do empresário Abílio Diniz[133], que havia sido seqüestrado. A polícia

[132] Dois anos depois, a revista Isto é Senhor, publicou um documento elaborado pela comissão de sindicância do novo governo do Rio Grande do Sul, eleito em 1990 (gestão Alceu Colares, PDT; descobriu um dossiê produzido por uma investigação da PM-2 serviço secreto da Brigada Militar da polícia gaúcha). No documento a comissão, formada por representantes do novo governador e por membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, encontraria a confirmação do que já se suspeitava no momento do incidente: tanto os cabos eleitorais do PRN quanto os agressores com camisas e bandeiras do PT haviam sido pagos pelo Comitê da candidatura Collor (A farsa da Baderna, Isto é Senhor, 15/01/92).

[133] Francisco de Oliveira faz o seguinte comentário sobre o episódio do seqüestro de Abílio Diniz:: "Trata-se do único seqüestro, na história desses crimes inomináveis, cujo final foi assistido 'au grand complet' pela televisão,'desprezando-se' os mais comezinhos princípios de segurança do seqüestrado. É que estava tudoarranjado, como numa 'opera bufa'...) (Oliveira, 1992,p.21-3).

> militar de São Paulo, que invadiu o cativeiro no dia da votação, apresentou pela TV camisetas de Lula apreendidas com os criminosos, que se disseram militantes de grupo esquerdista que tinha por objetivo angariar fundos para a guerrilha na América Latina (2000, p. 81).

O resultado final das eleições foi de 49,94% para Collor, 44,23% para Lula e 5,83% de brancos e nulos. Em termos de votos válidos (excluídos brancos e nulos), o resultado foi de 53,03% a 46,97%.

O país chega, em 1990, com uma estrutura econômica relativamente estagnada, financeiramente frágil e tecnologicamente defasada, conservada por uma década a custa de inflação e de desestruturação do Estado.

A eleição presidencial de 1989 abria a perspectiva para que surgisse um Governo com respaldo político suficiente para encaminhar um enfrentamento efetivo da crise econômica e social. O desafio que se colocava para o novo Governo ia muito além de impedir, imediatamente, uma explosão da inflação: impunha-se articular um novo padrão de desenvolvimento, já que o modelo adotado a partir dos anos 30 pelo presidente Getúlio Vargas, centrado no Estado protecionista, onde a economia era formada por inúmeras empresas estatais, havia demonstrado sinais bastante claros e evidentes de esgotamento, com inflação em descontrole, aumento no endividamento externo e perda de competitividade da economia.

3.2. A Natureza Econômica do Governo Collor

A década de 80 foi um período de grande inquietação econômica, onde a taxa de crescimento econômico foi de 0,4%, o que se convencionou caracterizá-la como a década perdida, com altas taxas de inflação, descontroles monetário e fiscal e incremento no endividamento externo. Foi neste momento que o país passou por algumas das principais experiências de combate a inflação, com inúmeros planos econômicos fracassados e instabilidade política.

Essa crise teve início com a interrupção da oferta de financiamento externo, no início dos anos 80, e se prolongou por toda a década devido à resposta passiva da política econômica ao novo contexto internacional, combinada com a reação das grandes corporações privadas.

No governo Sarney o caráter protelatório da gestão estatal acentuou-se. Enquanto seguiram avançando importantes transformações na economia internacional – tecnológicas, gerenciais e financeiras -, o Estado Brasileiro revelava sua impotência para articular um conjunto de interesses capaz de redefinir as fontes de financiamento e de dinamismo da economia, bem como sua inserção na divisão internacional do trabalho.

A política econômica limitou-se, na prática, a "administrar" a inflação através de choques e outros expedientes que apenas mantinham em suspenso, de forma cada vez mais precária, a tendência a hiperinflação e a depressão. Esse processo culminou, nos últimos meses do Governo Sarney, em uma ameaça de irrupção, enfim, de uma hiperinflação aberta.

No plano político, o presidente José Sarney se empenhava em estender seu mandato para cinco anos, aliado a escândalos de corrupção de ex-ministros e a acusações de favorecimentos, contribui para desmoralizar ainda mais o governo e a acentuar as críticas às políticas clientelistas, ao caráter patrimonialista do governo e à impunidade.

Não foi por acaso que nas eleições presidenciais de 1989 os candidatos que disputaram o segundo turno foram os que mais passaram a imagem de oposição ao governo e de ruptura com o passado.

Quanto ao conteúdo programático da campanha, embora a maioria dos candidatos assumissem claramente uma posição (neoliberal ou social-democrata), este não foi o caso de Fernando Collor, que desde o início da campanha manteve a liderança nas pesquisas. Muito pelo contrário, enquanto candidato, em nenhum momento Collor explicitou qualquer programa de cunho neoliberal, mas também sua campanha jamais esboçou qualquer projeto de governo. No plano econômico, procurou-se enfatizar questões consensuais como a necessidade de combate à inflação, à especulação financeira e aos monopólios. No plano político, suas críticas ao Estado restringiram-se a

ataques desferidos contra privilégios de uma parte do funcionalismo público – os chamados "marajás" – e contra o "clientelismo" e a corrupção.

Por outro lado, como afirmou Diniz "...a recusa de um claro compromisso com os partidos existentes ou com quaisquer das lideranças e forças políticas relevantes foi uma das marcas de sua campanha" (1997, p.133),.

Mas, se as observações acima estão corretas, como explicar então que, em dezembro de 1989, um trabalho sob a coordenação de Abílio Diniz[134] (1990) propusesse um ambicioso (e não menos otimista) programa integrado de reformas liberalizantes, que abrangia desde uma política de liberalização comercial até um amplo programa de privatização, e que não colocava quaisquer obstáculos às reformas que não a vontade política de executá-las? Como explicar ainda que, ao menos no que se refere à privatização, em início de 1990, antes mesmo que Collor assumisse, uma série de eventos já apontasse a tendência liberalizante do Governo Collor?

No Balanço Financeiro de 1990, Altair Silva informa que:

> "Reporta[va]-se às expectativas e às antecipações que percorreram o mercado acionário antes da posse de Collor acerca da forma que assumiria o programa de privatização do futuro governo. Quais seriam as empresas privatizáveis e qual processo seria adotado constituem as questões centrais dos diversos depoimentos prestados por pessoas ligados ao mercado de capitais, a bancos e à CVM" (apud Maciel, 1999, p.126).

Por outro lado, duas pesquisas de opinião pública e uma entre empresários industriais sobre o apoio à privatização eram realizadas ainda em fevereiro.

> "O resultado destas pesquisas e, a partir de março, uma quantidade enorme de editoriais e um número expressivo de artigos publicados na grande imprensa levavam a crer que o processo de privatização contaria com forte apoio por parte do empresariado, de expressivo número de formadores de opinião e da própria opinião pública. A estes se poderia ainda acrescentar "o apoio à privatização de altos dirigentes de empresas arroladas como privatizáveis", "de técnicos do

[134] O empresário Abílio Diniz, herdeiro do Grupo Pão de Açúcar havia coordenado uma pesquisa, que destacava as políticas neoliberais como uma forma sensata de retirar o país do atraso da última década. Diniz era um dos empresários que depositaram em Fernando Collor recursos financeiros e apoio político para que este fosse eleito Presidente da República e liderasse estas políticas. Abílio Diniz também havia sido destaque, meses anteriores quando foi seqüestrado e mantido em cativeiro por algumas semanas, em seu resgate, foram atribuíram vínculos entre os seqüestradores e o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que na época disputava o segundo turno com o então candidato Fernando Collor (PRN)..

> BNDES e dos ministérios encarregados das atividades de planejamento e investimento em infra-estrutura" (Boschi, 1991.).

No entanto, o que menos importa ressaltar é o resultado de pesquisas ou a posição de segmentos da burocracia. O que importa ressaltar é o fato de que este consenso era meramente aparente: alinhadas em torno da candidatura de Collor, as forças neoliberais cosmopolitas (a mídia, o PFL e o PPR, grandes grupos empresariais estrangeiros e nacionais) viram na vitória de seu candidato a oportunidade de retomar aquelas questões que haviam sido objeto de intensa controvérsia na Assembléia Constituinte. Isto, aliado à polarização ocorrida no segundo turno das eleições, permitiu que estas forças fizessem prevalecer seus interesses e teses em torno do processo de privatização e, em menor medida, de reformas liberalizantes.

Assim, no que se refere ao empresariado, por exemplo, Cruz chama a atenção para o fato de que, a partir de fins da década de oitenta, se poderia identificar pelo menos três correntes: uma neoliberal, outra social democrata e uma terceira neo-social democrata. Enquanto as duas últimas tomavam como experiências a serem seguidas as dos países do sudeste asiático e do Japão, e recebiam com cautela a intenção de se promover à abertura comercial, a privatização era encarada de maneira mais consensual. Neste caso, no entanto, o que chama a atenção é menos o apoio do que a falta de interesse e mesmo de condição de participar de um processo de privatização (que, inclusive, não havia ainda sido definido) (Apud Maciel, 1999, p. 127).

3.3. Reformas Liberalizantes e Política Econômica

Entre fins de 1991 e meados de 1993, já é possível observar um apoio crescente e expressivo por parte das elites empresariais, políticas e burocráticas às medidas de liberalização. Quanto à opinião pública, é possível constatar também ainda um maior apoio, expresso através da difusão de uma "cultura de mercado": a eficiência, a concorrência e a satisfação e os direitos do cidadão-consumidor passam a ser valores cada vez mais difundidos e a se contrapor à qualidade dos serviços públicos e a preços e qualidade dos produtos nacionais em relação aos importados.

A partir de 1991 já havia um expressivo apoio às medidas liberalizantes, isto só foi possível graças ao apoio da mídia e a uma iniciativa do próprio governo Collor.

A conversão do governo Collor às medidas liberalizantes ocorreu no decorrer do governo. Segundo Maciel[135]:

> "A leitura do documento referente ao PRN, em virtude de seu caráter integrado e coerente, pode induzir ao equívoco de que, desde o início do Governo Collor, o programa de liberalização fosse algo pronto e acabado" (1999, p. 128),

Ao iniciar o governo, não se tinha claro ainda nem a amplitude do processo de privatização, nem o ritmo de abertura comercial e muito menos o processo de liberalização do fluxo financeiro de capitais.

Os problemas econômicos herdados da Constituição de 1988, que transferiram aos estados e municípios, uma fatia maior da receita tributária federal, sem uma transferência equivalente de responsabilidades, foi uma herança bastante negativa, que o governo Collor vai herdar. Essa medida, só pode ser compreendida como uma reação à época militar, quando o governo federal reduzira as cotas de participação dos estados e municípios. Outro obstáculo criado pela Constituição era a garantia de estabilidade vitalícia concedida ao funcionalismo federal após um pequeno período inicial de experiência, o que limitava grandemente qualquer tentativa de reduzir a folha de pagamento federal.

Pelo menos um ponto luminoso no horizonte econômico deu a Collor espaço de manobra: o expressivo superávit na balança comercial que o Brasil vinha obtendo desde meado dos anos 80. De um lado, esse superávit significava que, com as reservas cambiais daí resultantes, o Brasil poderia continuar pagando uma porção adequada do serviço de sua dívida externa e tendo acesso aos credores, sem precisar recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que iria exigir o compromisso com um duro programa de estabilização. Por outro lado, o superávit dava aos políticos maiores possibilidades de protelar a necessidade de estabilização.

[135] Marco Cícero Noce de Paulo Maciel, Doutor em Economia pela Universidade de Campinas em 1999, com a Tese intitulada "Metamorfoses do Estado Brasileiro: do II PND ao Governo FHC", sob a orientação do professor Dr. João Manuel Cardoso de Mello.

O tripé do Governo Collor - privatização, abertura econômica e abertura financeira, foi sendo desenvolvido com o desenrolar do governo. No Plano Collor, o tratamento que se deu à abertura comercial e à privatização[136] deixa claro que, inicialmente, estas questões eram consideradas como peças do plano de estabilização. Quanto à abertura financeira, ela não era sequer mencionada.

Segundo é certo que, desde o lançamento do Plano Collor se tinha como intuito promover a privatização[137] e a abertura comercial.

No entanto, quanto à privatização, os representantes do governo Collor afirmavam que, inicialmente, se daria continuidade ao Plano Nacional de Desestatização do Governo Sarney; por outro lado, ainda que, aquela época, se criasse os Certificados de Privatização, sua regulamentação só se efetivou alguns meses depois. É, pois, somente em agosto de 1990 que o Governo Collor define seu "Programa Nacional de Desestatização[138]".

Da mesma maneira no que se refere à abertura comercial, as diretrizes só foram divulgadas em fins de julho de 1990. E, ainda, que se procurasse passar a idéia de que a abertura comercial era um dos instrumentos da política industrial do Governo Collor, duas outras peças fundamentais desta política – Programa de Capacitação Tecnológica e Programa Brasileira de Qualidade e Produtividade – só foram anunciados, respectivamente, em setembro e novembro de 1990 e a Política de Competitividade Industrial ainda se encontrava em discussão.

Quanto à abertura financeira, ela não era sequer mencionada no PRN, restringindo-se o governo a anunciar a intenção de efetuar modificações na legislação referente à tributação sobre remessa de lucros, com o intuito de estimular a entrada de investimento estrangeiro.

---

[136] Ambas as políticas estavam atreladas ao aumento da oferta de produtos estrangeiros internamente, que pressionariam os agentes econômicos a investirem e reestruturarem seus sistemas produtivos, gerando com isso, produtos mais baratos e com qualidade superior, podemos citar como exemplo o setor automobilístico, que depois do choque gerado pela abertura econômica, melhorou consideravelmente a qualidade dos produtos ofertados internamente.

[137] A privatização objetivava diminuir o espaço do Estado na economia, que segundo os neoliberais havia crescido muito, gerando estruturas ineficazes e burocracias excessivamente lentas, o que diminuía os investimentos e gerava instabilidades no sistema.

[138] É neste momento que o governo define os setores e as empresas que serão desestatizados, onde o setor siderúrgico se apresenta como o principal, destaque para a Usiminas.

Uma segunda questão diz respeito ao ritmo das reformas. No que se refere à privatização, os prazos inicialmente anunciados pelo governo indicavam que as primeiras privatizações ocorreriam em um curto espaço de tempo. Em vista disso, e dado que o edital de venda da Usiminas foi publicado em fins de maio de 1990 e sua venda ocorreu apenas um ano e meio depois, se poderia suscitar a interpretação de que o processo iniciou-se de maneira mais lenta do que o desejado.

No entanto, se levarmos em conta o fato de que programas desta natureza envolvem um longo período de maturação, poderemos afirmar que o processo foi iniciado até com certa rapidez. Por outro lado, a partir da privatização da Usiminas, o processo deslancha: entre abril e agosto de 1992, são privatizadas Companhia Petroquímica do Sul (Petrosul), Petroflex, Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) e Fósfertil.

Como destacou Velasco Júnior:

> "...ao final do Governo Collor, 16 processos de desestatização haviam sido concluídos, a um valor aproximado equivalente a 3,9 bilhões de dólares" (1997, p. 19).

Este ritmo acelerado das privatizações fica ainda mais evidente se incluirmos o Governo Itamar Franco. A despeito das acusações de que Itamar, em virtude de suas posições nacionalista/xenófobas[139] e estatistas, não teriam qualquer compromisso com o processo de privatização e em que pese o fato de que a natureza conturbada do período justificasse uma interrupção do processo, em fins do seu Governo, nos defrontávamos com os seguintes resultados: 17 processos de privatização foram implementados, arrecadando-se um total equivalente a 4,7 bilhões de dólares, incluindo-se aí Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Ultrafértil, Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), várias empresas do setor petroquímico e a Aços Especiais Itabira (Acesita). Além disso, em fins de julho de 1994,

[139] Apesar de forte, estas acusações eram feitas ao presidente Itamar Franco por inúmeros setores da sociedade, desde os partidos mais a direita do espectro político (PFL) como pelos partidos mais de centro (PSDB), e para os neoliberais, que o analisam por suas visões de intervencionismo do Estado na economia e também, pelo nacionalismo. Um exemplo: Itamar estimulou a construção do Fusca pela VolksWagen, o que gerou várias críticas por parte da oposição, que o taxava de anacrônico e retrógrado.

> "A regulamentação do programa foi alterado, no sentido de liberar a participação do capital estrangeiro em até 100% do capital votante das empresas, salvo determinação expressa do Poder Executivo, em sentido contrário (o limite anterior, vigente desde a instituição do PND, era de 40% do capital votante)" (Velasco Júnior,1997:34, nota 51)

O ritmo de liberalização comercial é ainda mais espantoso. O programa originalmente divulgado visava a reduzir a tarifa média (de 35% para 20%) e a dispersão (para 0 a 40%), até 1994, e previa um ritmo mais acelerado de redução para o biênio 1993/1994. No entanto, como a redução originalmente prevista foi antecipada em fevereiro de 1992, as alíquotas previstas para janeiro de 1993 e janeiro de 1994, entraram em vigor, respectivamente, em outubro de 1992 e em julho de 1993 (Maciel, 1999, p. 130).

A tabela abaixo destaca a abertura comercial, enfatizando as alíquotas nominais médias de importação no período 1988/1997.

Tabela 6 – Abertura comercial – 1988/1997

Ano	Alíquotas médias de Importações (%)
1988	41,0
1989	39,5
1990	32,2
1991	25,3
1992	20,8
1993	16,5
1994	13,5
1995	13,0
1996	13,6
1997	13,8

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Finalmente, tratemos de analisar a liberalização financeira. Algumas medidas importantes foram adotadas entre fins de 1988 e 1990: em dezembro de 1988, a criação do segmento de câmbio flutuante para as viagens internacionais deu início a um

processo de liberalização, tendo sido incorporadas a este segmento, a partir de 1989, uma série de transações, como, por exemplo, viagens a negócio, transferências unilaterais e utilização de cartão de crédito internacional. Com a criação deste segmento de câmbio, permitiu-se uma ampliação de limites de operações cambiais e maiores facilidades para investimentos no exterior. Por outro lado, favoreceu as condições de acesso ao mercado cambial, através da autorização para que os bancos comerciais pudessem operar no segmento de câmbio flutuante.

No entanto, as medidas mais importantes concentraram-se nos anos de 1991 e 1992, configurando uma mudança abrupta no que se refere à liberalização e à maior mobilidade de capitais.

Em 1991 foram tomadas uma série de medidas que procuravam eliminar ou diminuir as restrições à remessa de rendas para o exterior.

Quanto à atração de capitais externos, com o objetivo de estimular os investimentos estrangeiros – diminuição do mínimo de permanência dos recursos no país e das restrições quanto à composição de carteiras e à movimentação de capital externo no mercado de capitais brasileiro -, em abril de 1991, alterava-se a regulamentação dos anexos I, II e III da resolução número 1289 do Banco Central e, em maio de 1991, era criado o anexo IV, que tratava da regulamentação de investimentos estrangeiros em bolsas de valores.

Por último, através da Resolução número 1946 (julho de 1992) e da Circular número 2242 (outubro de 1992), foram introduzidas modificações no mecanismo da CC5[140] – visando a permitir que, através da rubrica bancária "Depósitos de Domiciliados no Exterior", não residentes operassem na compra e venda de divisas no país, e que contribuíram para uma elevação significativa da captação de recursos externos de não-residentes no Brasil e de brasileiros no exterior.

Com o esclarecimento destes aspectos, podemos analisar a relação entre os três pilares do processo de liberalização e as políticas de estabilização e industrial no Governo Collor.

[140] Conta utilizada por não residentes para enviar dinheiro para o exterior, estas contas foram responsáveis pelo envio de US$ 30 bilhões para o exterior, valor descoberto pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado em 2002/2003 (Sandroni, 2005).

No que se refere à privatização, a manifestação da intenção de se dar prosseguimento ao processo de privatização, a extinção de 11 entidades estatais e a criação dos "Certificados de Privatização" foram anunciadas junto com as principais medidas provisórias que implantaram o programa de estabilização (Plano Collor). Em vista disso, seria lícito afirmar que, para o Governo, o processo de privatização estava associado principalmente ao combate ao desequilíbrio fiscal. Além disso, no PRN, esta associação seria reiterada, ao afirmar que o PND era peça fundamental para a redefinição da atuação do Estado – restringindo o investimento às áreas definidas como necessárias e prioritárias – e para a redução da dívida pública.

Foi somente em outubro de 1991 que se deu início ao processo de privatização, com a venda da Usiminas. A importância do processo de privatização da Usiminas deve-se não apenas ao fato dela ter sido a primeira, nem tampouco dela ser uma empresa-símbolo, no sentido de ser uma empresa a nível nacional e internacional, lucrativa e atualizada tecnologicamente. Sua importância maior deve-se ao fato de que as privatizações que se seguem no Governo Collor e, também, no Governo Itamar, não apenas seguirem o modelo de privatização adotado pela Usiminas, mas apresentaram resultados semelhantes quanto à composição acionária e à utilização de moedas.

Tendo por princípio básico o sistema de venda através de leilões públicos adotados pelo Governo Sarney, a tendência de qualquer critério de pré-qualificação de candidatos, o não estabelecimento de quantidades mínimas a serem adquiridas e a utilização das chamadas moedas de privatização, o processo de privatização da Usiminas acarretou:

- a maximização do valor da venda, inclusive através da fixação de um valor mínimo elevado;
- a predominância de moedas de privatização[141] em relação a cruzeiros;
- e uma estrutura de capital votante extremamente heterogênea, tanto no que se refere aos investidores (bancos, empresas privadas de setores diversos, funcionários e fundações previdenciárias das empresas vendidas, fundações das empresas estatais e

[141] Títulos Públicos de todas as naturezas emitidos pelo Estado Nacional e aceitos pelo seu valor de face no processo de privatização, como muitos destes títulos foram emitidos anos anteriores e seu valor de mercado era baixo se negociado apenas no mercado, mas como foram usados na compra de empresas estatais, estes títulos foram aceitos por seu valor de mercado, o que fez com que o governo arrecadasse em dinheiro, menos do que inicialmente vislumbrava.

privadas e empresas estatais), quanto no que se refere aos diversos interesses e perspectiva dos investidores.

O que chama a atenção nos resultados das privatizações é o fato consensual de que elas acabaram não servindo nem para atender aos objetivos dos Governos Collor e Itamar, muito menos para se promover qualquer tipo de política industrial. Os objetivos das privatizações era implementar uma ampla diminuição do papel do Estado na economia, para com isso, tentar equilibrar as contas do Estado, coisa que não se efetivou como foi previsto.

Tal fato se evidencia inclusive através das análises daqueles que, sem contestar a privatização em si, eram forçados a reconhecer que seus resultados ficaram bem aquém dos seus objetivos declarados ou alternativos.

No que se refere a questão fiscal, o professor Francisco Lopes[142] era obrigado a reconhecer que, até fins do Governo Collor, o programa de privatização não havia contribuído para o combate ao desequilíbrio fiscal:

> "Nas últimas semanas o programa passou a ter sua concepção questionada por economistas respeitáveis. A principal crítica ao uso das moedas podres é de natureza fiscal: 2% em cruzeiro ou cruzeiro novo; 1% em título da dívida externa; 97% em certificados de privatização (28%), debêntures da Siderbrás e dívida securitizada, cujo grosso também é da Siderbrás (49%), obrigações do FND (12%), Títulos da Dívida Agrária (5%) e Letras Hipotecárias da CEF (3%). Como todas essas chamadas moedas podres são títulos de dívida pública de longo prazo, pode-se argumentar que a sua utilização preferencial significa que a privatização praticamente não está contribuindo para o esforço de ajuste fiscal e, por conseqüência, para a política de estabilização" (1992).

Já Pinheiro e Schneider (1994), partiam da constatação de que na América latina, o objetivo de se combater o desequilíbrio fiscal através da privatização seria um equívoco. Isto porque, de um lado, as receitas de privatização não eram suficientes para controlar o déficit público e, por outro lado, a maximização destas receitas tendia a comprometer a possibilidade de se alcançar outros benefícios decorrentes da privatização. Dentre estes benefícios, os autores destacavam o aumento da eficiência

[142] O professor Francisco Lopes, professor da Pontifício Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, que depois chegou ao posto de presidente do Banco Central, sendo ainda, acusado de irregularidades na condução da questão cambial em 1999, que terminou com seu afastamento intempestivo do Banco Central (BC). Francisco Lopes foi investigado pela Polícia Federal depois de ter sido encontrado, em seu apartamento, quase US$ 1 milhão. Apesar de estarmos analisando períodos diferentes da sociedade brasileira, percebe-se, que as relações promíscuas entre o público e o privado ainda persistiu no país.

econômica derivado da privatização e do conseqüente encolhimento do Estado. Além disto, a privatização poderia acarretar outros resultados importantes: maior investimento, reorientação dos gastos do governo, aumento do investimento estrangeiro e expansão do mercado de capitais. Os custos derivados da tentativa de se perseguir um ou mais destes objetivos e de se imprimir um ritmo acelerado às privatizações tendiam também a reduzir o preço de venda da empresa estatal – e, portanto, a se chocar com o objetivo de se maximizar a receita de privatização (1990).

Velasco Jr observa que o processo de privatização dos governos Collor e Itamar foi destituído de qualquer tentativa de se fazer política industrial. Como notou o autor, esta "perda de oportunidade de se fazer política industrial através da privatização" implicaria "adotar um modelo com objetivos definidos [que] tenderia a gerar não só menos vencedores, como também vencedores menos incertos" (1997, p. 30).

Com efeito, "optar" por um modelo de privatização "à la francesa", por exemplo, implicaria adotar uma política ativa, definindo e ordenando prioridades que induzissem a determinados resultados – seja quanto à definição da composição acionária das empresas privatizadas; seja estimulando a formação de grandes grupos privados nacionais capazes de concorrer internacionalmente.

Ao examinar a política de comércio exterior do Governo Collor, percebe-se que sua política de importações estava subordinada à política industrial, é de se notar o seguinte: primeiro, a política de importações tendeu a ser utilizada como instrumento de coação[143], estando subordinada à política de estabilização; segundo, como observou Erber (1991), a política industrial e de comércio exterior do Governo Collor estaria se caracterizando por uma assincronia entre as medidas de estímulo à competição e as medidas de competitividade:

Como destacou Erber:

> "A pressão competitiva, especialmente a derivada das importações, já tem um cronograma definido [que, como vimos, foi antecipado] e depende apenas de decisões do Executivo, sem que haja um compromisso com a estabilidade cambial e os critérios de administração da proteção tarifária estejam explicitados" (Erber, 1991, p. 318)

[143] A política de importação adotada pelo governo Collor servia como uma forma de pressionar os empresários e o setor produtivo a melhorarem a qualidade de seus produtos, já que a abertura aumentaria a concorrência e aumentaria a oferta interna de produtos, aqueles que não se adequassem seriam esmagados pela concorrência estrangeira.

Quanto às medidas de fomento à competitividade, estariam ainda dependendo de definições dos grupos de trabalho e comissões do Governo ou de decisão do Legislativo e, para sua implementação, "estariam condicionadas à disponibilidade de recursos do Tesouro ou do exterior" (Erber,1991,p.318).

Por outro lado, uma vez que o grau de incerteza com que opera o empresariado desempenha um papel fundamental na decisão de investir, o aumento do grau de incerteza derivado das medidas de contenção tendia a inibir os efeitos da política de redução dos custos de investimentos. Neste sentido, haveria um desequilíbrio estrutural entre as medidas: "as políticas de competição são mais fortes que as de competitividade, fazendo com que o campo de forças se incline decisivamente para o lado das primeiras". E, ainda que se lograsse alcançar uma maior sincronia entre as medidas, o desequilíbrio estrutural persistiria (Erber, 1991, p. 318-9).

A política de comércio exterior foi comentada assim:

> "De qualquer maneira, qualquer que fosse o objetivo da política de comércio exterior, o que importa ressaltar é que, a despeito da tendência à apreciação cambial desde fins de 1991, e do ritmo de liberalização comercial, entre 1990 e 1992, o nível de importações permaneceu estagnado – tendo caído em 1991 e alcançado, em 1992, o mesmo nível de 1990 (21 bilhões de dólares) – e não se observou qualquer alteração relevante na composição das importações. Foi, pois, somente a partir do segundo semestre de 1993, que – em virtude da retomada do crescimento do aprofundamento da liberalização comercial e da crescente apreciação cambial – as importações lograram apresentar crescimento significativo" (Maciel, 1999, 135).

Maciel destaca ainda:

> "No que se refere à abertura financeira, a questão se coloca de maneira distinta. Ou seja, é evidente que a abertura financeira e a prática de elevadas margens de arbitragem (observadas a partir do último trimestre de 1991) tinham por objetivo o acúmulo de reservas internacionais. Em vista disto, mas também de um contexto extremamente favorável quanto à liquidez internacional, a partir de 1991, observou-se uma elevação extraordinária da captação de recursos externos. E, na medida em que os fluxos internacionais de capitais eram muito superiores aos déficits em transações correntes, ocorreu uma forte elevação das reservas internacionais – passando de 7 bilhões de dólares, em outubro de 1991, para 19 bilhões, em dezembro de 1992 e 25,9 bilhões de dólares em dezembro de 1993" (1999, 135)..

O que importa ressaltar, no entanto, é que a política de captação de recursos externos e de acúmulo de reservas entrava em contradição com os objetivos da política de controle do processo inflacionário, pois, a entrada em massa de recursos externos deu-se num contexto de ausência de pré-condições necessárias: inexistência de reformas fiscal e financeira, impasse do déficit público e da negociação da dívida externa e uma profunda recessão acompanhada do agravamento do processo inflacionário.

Neste contexto, o endividamento externo contribuiu decisivamente para a forte elevação da emissão primária de moeda e da dívida mobiliária do governo federal. No que se refere ao segundo aspecto, como afirmou Gonçalves[144]:

> "O resultado da política de esterilização tem sido a construção de armadilha 'endividamento - juros altos – mais influxo de capitais externo – mais endividamento'. A dívida mobiliária do governo federal fora do banco Central aumentou de US$ 11,6 bilhões em dezembro de 1991, para US$ 36,4 em dezembro de 1992, US$ 42 bilhões em dezembro de 1993 e US$ 59,2 bilhões, em junho de 1994" (1996, p. 154-5):

Por outro lado, contrastando com a maioria dos países em desenvolvimento, a política de captação de recursos externos não contribuiu para financiar a retomada do crescimento dos investimentos e do nível de atividades produtivas.

3.4. O Plano Collor e a ênfase no combate a inflação

A inflação vinha tomando grandes proporções nos anos oitenta, e depois de inúmeros planos de estabilização fracassados[145], o governo Collor assume com o objetivo de acabar com o processo inflacionário com um único golpe.

Quando Collor assumiu a Presidência da República, em março de 1990, a inflação havia atingido uma taxa mensal de 81%. Diante disso, o governo lança as bases do chamado Plano Collor, que foi descrito assim pelo Ministério da Economia:

---

[144] Reinaldo Gonçalves, professor de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e um dos formuladores das propostas econômicas do partido nas diversas campanhas presidenciais (1989, 1994, 1998 e 2002).

[145] No Governo de José Sarney (1985/1990), o Brasil conheceu alguns Planos de Estabilização, que tiveram como objetivo principal atacar os altos índices inflacionários, destaca-se o Plano Cruzado de 1996, o Plano Bresser de 1987 e o Plano Verão de 1989.

> "A partir do dia 16 de março, a moeda nacional passa a ser o cruzeiro. A moeda anterior, o cruzado novo, deixa de circular. [...] E o dinheiro que você tem no banco? Você poderá sacar o quanto quiser até 50 mil cruzeiros do total do que você dispunha em sua conta corrente antes do dia 16. A partir daí, você poderá movimentá-la livremente, sempre em cruzeiros. [...] O montante que ultrapassar 50 mil cruzeiros, você não pode retirar antes de setembro do ano que vem. [...] É como se fosse uma caderneta de poupança, só que mais longa. [...] E por falar em caderneta de poupança... Se você tinha mais de 50 mil cruzados novos na poupança, você passa a ter uma caderneta de 50 mil cruzeiros e a movimentá-la de acordo com as regras da poupança" (Brasil, Ministério da Economia, 1990).

Para os economistas e teóricos responsáveis pela formulação da nova estratégia do governo para estabilizar a economia, o Plano Collor penalizava os ricos e não os pobres, posto que apenas 10% da população possuíam ativos financeiros superiores aos 50 mil cruzeiros[146] estabelecidos.

O Plano Collor foi um grande choque para aqueles que difundiram a idéia de que seria no governo do petista Lula, que se recorreria ao confisco dos recursos financeiros.

Segundo Andrei e Arruda Sampaio, foi:

> "Através do Plano Collor I a gestão econômica colocou os principais tópicos do receituário neoliberal[147] como eixo da agenda da gestão estatal no Brasil: a necessidade de desestatizar e abrir a economia aos produtos e capitais estrangeiros para modernizá-la: o combate a inflação prioritariamente por meio do reforço financeiro do Estado e da contenção monetária; a aposta no investimento privado, doméstico e externo, como motor espontâneo da retomada do crescimento; a subordinação da gestão econômica a uma estratégia baseada em duas etapas subseqüentes: primeiro, a estabilização e a "modernização" e, a seguir, a retomada do crescimento" (1993).

A concepção do Plano Collor I estava subordinada ao diagnóstico convencional da crise econômica brasileira, que aponta o problema fiscal como raiz do descontrole inflacionário, e este último como a principal causa da estagnação da economia. Assim, propunha-se organizar a gestão econômica em torno da seqüência ajuste fiscal – estabilização de preços – retomada do crescimento.

A lógica dos criadores do Plano Collor I era reconhecer que a crise fiscal decorria de um desequilíbrio patrimonial do setor público. Diante dessa análise, era

[146] Na área monetária, o cruzeiro voltou a ser utilizado (extinto por ocasião do Plano Cruzado) na economia em substituição ao cruzado novo, mantendo-se a paridade da moeda.

[147] É importante destacar, que a Política Econômica do Governo Collor se pautou pela adesão ao Chamado "Consenso de Washington", conjunto de políticas recomendadas por grandes organismos multilaterais (em especial o FMI e o Banco Mundial) ao longo dos anos 80. Um comentário mais apurado sobre o Consenso de Washington encontra-se no capítulo I deste trabalho.

impossível obter um equilíbrio fiscal duradouro apenas através de ajustes dos fluxos de receita e despesa. Para atingir o equilíbrio fiscal, era necessário alterar a estrutura de ativos e passivos do setor público para recuperar a solvência do Estado e a eficácia dos instrumentos convencionais de política fiscal e monetário.

O Plano Collor se assentava em três objetivos simultâneos: evitar a eclosão de uma hiperinflação, estabilizar os preços e liberalizar a economia, especialmente as relações com o exterior.

Além do confisco[148] de toda caderneta de poupança ou conta corrente no que excedesse cinqüenta mil cruzeiros, ou 25 mil no caso do *overnight* – dinheiro a ser devolvido depois de 18 meses, acrescido de juros de 6% ao ano mais correção monetária, em doze parcelas mensais – todos os preços da economia retroagiriam a 12 de março e os empresários e comerciantes foram admoestados pela boca do próprio chefe de Estado[149].

O objetivo inicial era mesmo evitar uma hiperinflação, o que levou o governo a manter a taxa de câmbio fortemente valorizada nos primeiros meses após a implantação do Plano, para evitar pressões inflacionárias.

O governo adotou uma política de rendimentos[150] que se centrava na compressão dos salários reais. Os salários foram congelados por dois meses (através da prefixação de reajustes em zero por cento) e proibiu-se a reposição das perdas acumuladas antes do Plano, objeto de intensa mobilização sindical. Com relação aos preços do setor privado, também foram prefixados em zero por cento, em dois meses, bem como a variação das políticas públicas, e se tentou acionar os instrumentos tradicionais de controle de preços (tabelas de preços, e reforço da legislação contra "maquiagens" etc.). Após esse período, iniciou-se um processo rápido de liberação dos preços, concluído em meados de 1990.

---

[148] O bloqueio temporário da maior parte dos haveres financeiros tinha diversos propósitos: 1) afastar a possibilidade de uma hiperinflação, neutralizando o poder de especulação dos agentes; 2) favorecer o ajuste das contas públicas, ao reduzir a carga de juros sobre a dívida interna e adiar por cerca de dois anos seu impacto no caixa do Tesouro; 3) viabilizar uma política monetária orientada para o controle quantitativo dos haveres financeiros.

[149] Segundo declarações do próprio Presidente da República: "Abuso econômico passa a dar até 5 anos de cadeia neste país. Esconder mercadorias, exagerar nos preços, iludir o consumidor, levará para trás das grades o gerente, o diretor e o dono da empresa".

[150] O governo preocupou-se em vetar as tentativas de reindexação formal propostas com insistência no Congresso, e a recomposição dos salários reais vigentes antes do Plano, obtida por meio da Justiça do Trabalho. Ao mesmo tempo, procurou impor a livre negociação como única forma de determinação dos reajustes.

A situação era de intensa recessão, caracterizada pelo enxugamento da base monetária, câmbio valorizado e forte ajuste fiscal. A recessão era vista, pelo governo, como um mal necessário para reequilibrar a economia, ao eliminar a possibilidade de operação lucrativa de empresas ineficientes, prepararia o terreno para a reestruturação e modernização da economia.

As taxas de inflação no governo Sarney foram sempre altas, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 7 – Taxas de inflação – 1985/1989

ANO	INFLAÇÃO
1985	235,1
1986	65
1987	415,8
1988	1037,6
1989	1782,9

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Destacamos ainda, no plano fiscal, a adoção de um pacote que aumentava o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e a diminuição do prazo de recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Outro ponto fundamental no início do Governo Collor foi a diminuição no número de ministérios, dos 27 anteriormente existentes, restaram apenas 12, com extinção de alguns e fusões em outras áreas.

> "Ao mesmo tempo em que manifestou a disposição de reformar estruturalmente a máquina estatal, enxugando seu poder de intervenção na vida social, e de modernizar o sistema produtivo, integrando-o de modo mais estreito com a economia internacional e promovendo o livre trânsito do capital transnacional nas mais variadas áreas, o novo governo também (a) criou um imposto extraordinário sobre operações de crédito, câmbio, seguro e venda ou alienação de títulos e valores mobiliários, sobre transmissão, venda e resgate de ouro e sobre os saques efetuados em caderneta de poupança; (b) obrigou os bancos a comprarem compulsoriamente, certificados de privatização' das empresas estatais; (c) ordenou a prisão de empresários acusando-os de 'abuso de poder econômico'; (d) agiu no sentido de impedir os tribunais de apreciarem

> liminarmente os atos do Executivo de constitucionalidade duvidosa; (e) determinou o expurgo, nos reajustes salariais, da inflação de 84% relativa ao período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990 (apesar de um inciso VI do artigo da Constituição assegurar como direito fundamental dos trabalhadores a irredutibilidade do salário); (f) substituiu a moeda velha e apodrecida – o 'cruzado' – pela moeda nova e sadia – o 'cruzeiro'; e (g) comprometeu-se a devolver parceladamente, com uma carência de dezoito meses e uma correção monetária de mais de 6% de juros ao ano, os cruzados bloqueados" (Faria[151], 1993, p.32-3).

Depois da tramitação do Plano Collor no Congresso Nacional, poucas emendas foram feitas, a Reforma Monetária foi aprovada em bloco, inclusive com os limites de saque à poupança e aplicações. As mudanças mais significativas foram a obtenção de um aumento de 5% no salário mínimo, a não extinção de alguns órgãos públicos e, no processo de privatizações a ser deflagrado, alguma limitação à participação do capital estrangeiro, além da supressão de dispositivos que atentavam contra a liberdade de expressão e associação dos funcionários públicos. (Rodrigues, 2000, p.102).

A opção ideológica de Fernando Collor causava grandes discussões entre analistas políticos e cientistas sociais.

Rodrigues acreditava que a:

> "...a combinação entre, de um lado, o discurso de abertura industrial e comercial, de enxugamento do aparelho de Estado, de desregulamentação e privatização futuras em moldes ultraliberais (evidentemente contrastando com o tratamento policialesco dado pelo plano de estabilização monetária às relações econômicas) e, de outro, o conservadorismo político e a extrema centralização tecnocrática no processo de tomada de decisões, essa combinação apontava claramente para a opção *neoliberal* do governo Collor´ (2000, p. 103),

Para Bresser Pereira:

> "Collor adotou um programa corajoso de reformas econômicas orientadas para a liberalização comercial e a privatização. Na opinião da maioria dos intelectuais da esquerda, essas reformas identificavam o governo Collor com a direita neoliberal. Era uma visão equivocada, a não ser que se insista, como vem fazenda a esquerda populista na América Latina, em identificar o neoliberalismo com o conservadorismo e com reformas orientadas para o mercado. O neoliberalismo é um fenômeno muito mais específico. É a ideologia da nova direita, do neoconservadorismo. É uma forma radical de individualismo e de liberalismo, contrária a qualquer tipo de intervenção do Estado no plano econômico e social. O neoliberalismo é o velho liberalismo econômico atualizado pelas visões dos intelectuais da escola austríaca (Hayek), da microeconomia monetarista e neoclássica (Friedman e Lucas, respectivamente) e da escola da escolha racional

[151] José Eduardo Faria, advogado e professor universitário, responsável por pesquisas que abordam o período da democratização do país.

> (Buchanan e Olson). É uma crítica, sob certos aspectos brilhantes, das distorções a que foi sujeita a intervenção do Estado na economia. De como agentes econômicos e políticos em busca de vantagens pessoais *(rent seeking))* submetem as políticas públicas a seus interesses particulares. Mas sua proposta de solução do problema – retirar o Estado dos problemas econômicos e sociais – é completamente irrealista. O neoliberalismo é o que Margareth Thatcher tentou, sem sucesso, implementar na Inglaterra por onze anos. O neoliberalismo é o que o governo Reagan apregoou ao invés de praticar, já que é impossível reduzir o Estado ao mínimo e deixar a coordenação da economia exclusivamente para o mercado. A experiência pretendidamente neoliberal de Reagan – na verdade um mero episódio de política conservadora – afinal foi marcada por uma curiosa mistura de políticas populistas e concentradoras de renda, que levaram a economia americana à crise fiscal e agravaram seriamente os problemas sociais do país" (1996, p. 188-9).

A partir de maio, a inflação já apresentava sinais de incremento, embora o governo continuasse a insistir na transitoriedade do fenômeno, o que leva a uma queima dos estoques de legitimidade do governo, e a oposição, particularmente o PT, passa a estimular mobilização social.

A tabela 8 - Inflação mensal - 1990 (%).

MÊS	%
Janeiro	74,53
Fevereiro	70,16
Março	79,11
Abril	20,19
Maio	8,53
Junho	11,70
Julho	11,31
Agosto	11,83
Setembro	13,13
Outubro	15,83
Novembro	18,56
Dezembro	16,03

Fonte: Bresser Pereira, 1996, p. 235.

Do ponto de vista da reforma burocrática, os planos eram de demitir mais de 20% de todo o funcionalismo (cerca de 350 mil num universo de 1,6 milhão), sendo 330

mil nas empresas estatais, especialmente bancos oficiais, e vinte mil na administração direta, como forma de uma economia de recursos que transformasse o déficit fiscal em conta corrente do governo de 8% em 1989 num superávit de 2% em 1990.

Como destacou Andrei & Arruda Sampaio:

> "O Congresso não aprovou a criação de novos impostos e não encaminhou rapidamente as reformas liberalizantes. A reforma administrativa não alcançou seus objetivos de redução de pessoal, limitando-se a colocar em disponibilidade 120 mil servidores. Estes continuaram a receber seus salários, por decisão da justiça, de forma que não houve economia relevante de recursos por meio deste expediente, que só redundou em deterioração da qualidade do serviço público" (1993)

O mês de maio foi realmente ruim para o governo Collor, no dia 29, "um juiz de primeira instância de São Paulo determinou em sentença, a liberação de NCz$ 800 mil de uma caderneta de poupança retida pelo confisco. Foi a primeira do gênero e segui-se em breve por inúmeras outras por todo o país" (Rodrigues,2000,p.111)

No dia 31, do mesmo mês, o governo sofre, sua primeira derrota no Congresso[152], nas votações das MPs relativas ao pacote. Esta derrota foi consequência da lentidão do governo na distribuição de cargos do segundo escalão nos ministérios, autarquias e estatais.

Collor conseguiu, com seu estilo arrogante e autoritário, se indispor com inúmeros setores capazes de algum grau de reação política, tais como: correntistas e poupadores que perderam dinheiro, funcionários públicos ameaçados de demissão, juristas boquiabertos com as bateladas de inconstitucionalidades das Medidas Provisórias, decretos e portarias do plano, militares furiosos com a extinção do SNI, parlamentares fisiológicos "prejudicados" pela ausência das nomeações exigidas.

Com a crise se agravando e suas medidas destinadas ao controle da inflação se mostrando insuficientes, Collor passa a patrocinar um pacto social.

O ambiente para o governo era bastante negativo, as greves eclodiam uma após a outra. De acordo com a revista *Isto é Senhor*:

[152] Por 152 votos a 130 o Congresso derrubou a MP 185 que autorizava o Tribunal Superior do Trabalho (TST) nos julgamentos de dissídios coletivos. O objetivo da medida, estabelecida pelo governo em concomitância à decretação da "livre negociação" salarial, era conter a concessão de reajustes baseados na estimativa das perdas salariais com inflação passada. Em resposta à decisão da justiça, o governo reeditou a medida, sob o número 190 e com uma pequena alteração cosmética, propondo novamente a suspensão dos dissídios (Rodrigues,2000,p. 111).

> "Só em São Paulo, contabilizavam 250 mil trabalhadores parados, 65 mil dos quais eram metalúrgicos (de Santo André, São Bernardo, Campinas e São José dos campos). Ao mesmo tempo, somavam-se já 440 mil trabalhadores demitidos na indústria em junho, na Grande São Paulo. No serviço público, os funcionários da CEF entraram em greve exigindo as revisões das demissões de mais de 2500 funcionários concursados. Os petroleiros, do mesmo modo, condicionaram o retorno à atividade à revisão das demissões na Petrobrás. Com o aumento das pressões, o governo acabou cedendo em algum caso: após uma semana com 75 mil servidores da Eletrobrás em greve, o governo abriu mão das demissões na empresa e concedeu reajuste de 51% aos funcionários" (17/06/90).

Com o recrudescimento da inflação a partir de junho e a aproximação das eleições[153] dificultaram a concretização das pretensões do Executivo no campo salarial. Em julho foi concedido um abono salarial equivalente a US$ 40 e instituiu-se, por Medida Provisória, uma sistemática de correção anual de salários. No fim de agosto, o Executivo recuou novamente e admitiu qualquer reajuste fora das datas base, desde que regulado por acordo ou convenção de trabalho (Andrei e Arruda Sampaio, 1993, p. 23).

Neste ambiente de crise econômica, marcada por greve de trabalhadores e recessão, o Instituto Datafolha divulga pesquisa em 04/07/90, que, contra a expectativa positiva da ordem de 71% de dias antes da posse, Collor amargava agora uma aprovação de 36% apenas.

O Plano Collor I apresentou como características, algumas inconsistências, que com o passar dos tempos foram se agravando e inviabilizando o plano. Destacamos, por exemplo, o voluntarismo político exacerbado, onde diversos elementos centrais do seu desenho original foram esvaziados passadas poucas semanas de sua implementação. Medidas fortes[154] foram propostas, sem levar em conta a necessidade de construir a correlação de forças requerida para sua viabilização. O mesmo pode ser dito, com relação às reformas liberalizantes, que não avançaram com a velocidade pretendida, e com a tentativa de desregulamentar o mercado de trabalho para viabilizar uma maior compressão dos salários.

Como afirma Andrei e Arruda Sampaio:

[153] No segundo semestre de 1990 foram realizadas eleições para o Congresso Nacional, deputados e senadores estavam em plena campanha. Em 1994 seriam unificadas as eleições para o Congresso Nacional, para os governos dos estados e para a Presidência da República.

[154] O bloqueio dos ativos financeiros, a venda maciça de Certificados de Privatização (CP) e a introdução do conceito de capacidade de pagamento nas negociações externas.

> "Os gestores da política econômica pareciam crer que seriam capazes de implementar a agenda neoliberal não apenas confrontando os interesses dos trabalhadores, mas também sem encaminhar uma negociação da distribuição de perdas e da redefinição dos espaços econômicos no interior das elites econômicas" (1993, p. 24)

3.5. Plano Collor II e a batalha pela Estabilização

A 31 de janeiro de 1991, antes que o Plano Collor completasse seu primeiro aniversário, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, ocupou rede nacional de rádio e televisão para expor a população o mais novo pacote governamental, que ficaria conhecido como Plano Collor II. Diante de uma inflação que, ao contrário das previsões governamentais, ficaria em quase 20% em janeiro, o novo pacote buscava estabelecer uma "trégua": congelava preços e salários, baixava um "tarifaço" e promovia uma dexindexação ampla da economia.

A repercussão do Plano Collor II foi bastante negativa, mais uma vez, o plano foi concebido às escondidas, sem negociação e sem nenhuma discussão com a sociedade. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), não gostou do Plano e fez duras críticas ao congelamento de preços.

Mais uma vez surgiram criticas com relação a inconstitucionalidade e sobre o autoritarismo das medidas adotadas pelo governo. Segundo Faria:

> "Embora o governo mais uma vez tenha agido com base no artigo 62 da Constituição, o qual [...] permite ao presidente da República editar medidas provisórias com força de leis nos casos de 'relevância e urgência', o problema é que tanto o espírito quanto o teor desse controle – ou dessa 'trégua' – colidiram com pelo menos quatro dispositivos da Constituição de 1988: o inciso IV do artigo 7°, que assegura a liberdade de negociação dos salários por meio de dissídios, acordos e convenções coletivas; o inciso IV do artigo 170, segundo o qual o Estado – como agente normativo, controlador e regulador da atividade econômica – exerce funções de fiscalização, direção, promoção e planejamento de modo 'determinante para o setor público e indicativo para o setor privado'" (Faria, 1993, p. 93-4).

O Plano Collor II representou uma intervenção de emergência para estancar o descontrole inflacionário, ficando longe de uma tentativa de combate mais definitivo à inflação e contando desde o início com um grau de credibilidade muito reduzido.

O governo, com uma base instável e fisiológica, teve grandes dificuldades para a aprovação do Plano no Congresso Nacional. Para conseguir aprovar alguns pontos o governo teve que se comprometer com a alteração de algumas medidas importantes[155].

As medidas mais do Plano Collor II que tiveram efeitos mais relevantes e duradouros foram as modificações no mercado financeiro: a criação da TR[156], como nova referência para operações financeiras (em substituição à indexação por índices de preços), a extinção do "overnight" e dos fundos de curto prazo e a criação dos FAF.

> "Destacamos ainda, outras medidas que foram tomadas com o intuito de reforçar as finanças públicas: o congelamento da Tabela do IR-fonte; a proibição do empenho de 90% dos recursos do orçamento (contingenciados no Ministério da Economia); a tentativa de antecipação do início do ano fiscal seguinte para julho daquele mesmo ano de1991, visando acelerar a entrada em vigor de uma reforma tributária que o Governo pretendia encaminhar (a antecipação não foi aprovada pelo Congresso); e a indexação dos tributos à TR (posteriormente desautorizada pela Justiça, o que provocou fortes perdas de arrecadação em face da reaceleração dos preços) (Andrei e Arruda Sampaio, 1993, p. 26).

Em março de 1991, o governo apresenta ao Congresso, o Programa de Reconstrução Nacional[157] (PRN), que reunia as principais propostas de reforma (redução) do Governo, tais como a redução do papel do Estado – como a implantação do sistema de concessão de serviços públicos, a desregulamentação dos serviços portuários e a redefinição dos monopólios da União -, de liberalização externa (como a reformulação da legislação sobre capital estrangeiro) e de ajustes das contas públicas (como a revisão da estabilidade no emprego de servidores públicos e diversas medidas visando reforçar a arrecadação e o combate à sonegação).

O PRN visou organizar o discurso liberal hegemônico entre as elites e credenciar o governo como catalisador da "modernização".. Apesar da boa acolhida do

[155] Para piorar a situação, nas eleições de 1990 para o governo dos estados, especialmente a derrota dos seus candidatos nos maiores estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, etc...).
[156] A criação da TR representava a substituição da inflação passada pela inflação futura enquanto indexador financeiro, pois sua fixação basear-se-ia nos juros praticados pelo mercado.
[157] O Programa de Reconstrução Nacional (PRN) ficou conhecido como "Projetão", e era composto por sete propostas de emenda constitucional e 42 projetos de lei, além de dez decretos.

PRN por parte dos meios de comunicação e nas principais entidades empresariais, o programa pouco avançou no Congresso.

É neste momento que o Presidente Collor inicia um processo de mudanças importantes em seu governo, com a saída da ministra Zélia Cardoso de Mello e com a entrada do embaixador Marcílio Marques Moreira. Segundo Bresser Pereira, foi neste momento que o presidente Collor iniciou "...uma segunda fase de seu governo, cujo objetivo inicial era o de recuperar o apoio da sociedade civil, especialmente dos empresários" (1996, p. 183).

O ministro da Economia Marcílio Marques Moreira embora bem visto pelo empresariado e pela comunidade financeira internacional, não tinha vínculos partidários explícitos, nem sua indicação partiu dos partidos próximos ao governo.

A entrada de Marcílio M. Moreira no ministério da Economia foi vista como uma sinalização de reforço de orientação neoliberal da gestão econômica, bem como de aproximação com os credores externos e os organismos financeiros internacionais. Politicamente, representava uma postura menos imperial da adotada nos meses anteriores, uma nova fase de relacionamento com os diversos atores sociais.

Tabela 9 - Indicadores econômicos 1990/1992

Ano	Crescimento do PIB (%)	Inflação
1990	- 4,3	1476,6
1991	0,3	480,2
1992	-0,8	1158,0

Fonte: Confecção própria com dados extraídos do Banco Central do Brasil.

"Concomitantemente", como afirmou Rodrigues, "ao anúncio do 'Projetão' e ao lançamento da idéia de um 'fórum' no Congresso, porém, novas denúncias de

corrupção[158] no governo contribuíam para o ceticismo generalizado. Dessa vez o envolvido era José Luitgard, colocado no Ministério da Educação por Paulo César Farias, acusado de desviar as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE)" (2000, p.146).

Tabela 10 - Setor externo da economia.- Brasil

(em milhões de dólares)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1990	31414	20661	10753
1991	31620	21041	10579
1992	35793	20554	15239

Fonte: Confecção própria com dados extraídos do Banco Central do Brasil.

Nas tabelas anteriores percebemos, que do ponto de vista econômico, o crescimento econômico foi pífio, onde em três anos, dois apresentaram decréscimo do produto interno bruto e um único com crescimento econômico, mas medíocre, 0,3%. A inflação, principal indicador de instabilidade macroeconômica da economia brasileira, ainda estava descontrolada, beirando a hiperinflação.

O setor externo da economia, principalmente o balanço comercial, apresentava indicadores positivos, com superávit comercial de US$ 15 bilhões.

A política de comércio exterior de Fernando Collor apresentava uma constante tensão entre a modernidade e o retrocesso, ambas convivendo conjuntamente.

Vizentini definiu essa tensão da política comercial do governo Collor:

> "A visão de Collor era uma volta ao século XIX, com medidas ultraliberais que não foram praticadas de maneira ortodoxa nem mesmo nos países centrais do

[158] Outras denúncias de corrupção eram feitas, o ex e o governador do Ceará, Tasso Jereissati e Ciro Gomes, respectivamente, denunciaram que a empresa Sansuy intermediara verbas do Ministério da Ação Social para a construção de cisternas em municípios cearenses. Em represália, o governo espalhou para a imprensa, que as empresas do grupo Jereissati vinham sendo investigadas por sonegação (Revista Istoé Senhor, 20/03/91).

> capitalismo. Enquanto o primeiro mundo buscava proteger-se dos concorrentes (ainda que de forma indireta), o Brasil e o Terceiro Mundo, em geral, foram obrigados a abrir seus mercados" (2003, p. 81).

A política externa do governo de Fernando Collor se caracterizou pela aproximação com os Estados Unidos e por uma política mais centrada nas Américas, afastando-se de sua anterior diplomacia mundial e multilateral (Vizentini, 2003, p. 81).

Essa aproximação com os Estados Unidos foi fundamental para a adoção das políticas liberalizantes na economia e de abertura às proposições do Fundo Monetário Internacional (FMI).

3.6. Transformações Políticas do Governo Collor

De novembro de 1989 à outubro de 1992, o país atravessou um período de intensa mobilização política. Na primeira eleição direta para presidente da República desde a instauração, 25 anos antes, de um regime militar no Brasil, a campanha de 89 iria refletir a expectativa do eleitorado, das lideranças políticas e da imprensa em torno da escolha de um governo que, enfim legitimado pelas urnas, seria capaz de promover as mudanças que a sociedade aguardava.

O Presidente Fernando Collor de Mello fez uso excessivo de Medidas Provisórias em 1990, onde o governo editou mais 141 medidas[159], o que provocou grande descontentamento no Congresso Nacional, isso sem falar nos vários processos judiciais[160]. Quando o Congresso deixa de aprovar as Medidas provisórias, o governo passa a reeditá-las, o que provoca grandes controvérsias jurídicas obrigando o Supremo Tribunal Federal a declarar esse procedimento ilegal no caso de medidas que haviam

[159] O próprio programa de estabilização criado pelo presidente Fernando Collor de Mello, o Plano Collor, foi feito via Medida Provisória, 16/03/1990, e seu uso excessivo acabou causando um grande mal estar entre o Executivo e o Legislativo.

[160] Dentre os processos judiciais podemos destacar aqueles ligados a implantação do Plano Collor, como o gerado pelo confisco da poupança, feito com o Plano Collor (16/03/1990), onde muitos cidadãos se sentindo prejudicados entraram na justiça em busca de reparações.

sido especificamente rejeitadas pelo Congresso Nacional. Essa controvérsia com o Congresso leva o governo à praticamente abandonar esse instrumento em 1991, depois de menos de um ano no cargo.

Collor foi eleito com uma plataforma de cunho neoliberal, suas propostas privilegiavam a diminuição do papel do Estado na economia, privatizações e abertura econômica.

Um pouco antes de tomar posse, o presidente eleito deu uma entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, que foi resumida desta maneira:

> "A tônica mais forte da entrevista foi a redução da intervenção do Estado na economia nacional... Para controlar a inflação e evitar a queda do salário real no Brasil, Collor apresenta a receita de um orçamento mais equilibrado no qual não é possível gastar mais do que se arrecada" (Volpon[161], 2003, p.30)

Fernando Collor, ao contrário de José Sarney, acabava de ser eleito pelo povo, o que lhe dava legitimidade para conduzir as transformações que a sociedade brasileira almejava.

A situação da economia era bastante negativa, inflação descontrolada, na casa dos 100% ao mês, dívida externa de US$ 170 bilhões e um déficit fiscal de 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB), tudo isso exigia medidas concretas para aliviar o cenário econômico.

Em 15 de março de 1990, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anuncia as bases do chamado Plano Collor, congelamento por decreto de 70% de todo o dinheiro disponível por 18 meses e tributando todos os depósitos pela incrível taxa de 8% de seu valor total, algo que transformou o congelamento em um confisco. O objetivo destas medidas era evitar as pressões de consumo e retomar a capacidade do Banco Central de fazer política monetária ativa, em vez de ficar à mercê do mercado financeiro e da necessidade de rolar a dívida pública.

Outra medida adotada pelo governo Collor de Mello foi a reforma administrativa e fiscal, que tinha como objetivo promover um ajuste fiscal da ordem de 10% do Produto Interno Bruto, eliminando um déficit projetado de 8% do PIB e gerar um

[161] Tony Volpon, economista brasileiro, especialista em mercado financeiro e em mercados emergentes com passagens pelo Banco Safra e pelo Banco de Boston, no início dos anos 90 era operador da dívida externa brasileira.

superávit de 2%. Esse ajuste se faria por meio da redução do custo de rolagem da dívida pública, suspensão dos subsídios, incentivos fiscais e isenções, ampliação da base tributária pela incorporação dos ganhos da agricultura, do setor exportador e dos ganhos de capital nas bolsas, tributação das grandes fortunas, IOF extraordinário sobre o estoque de ativos financeiros e fim do anonimato fiscal, mediante a proibição dos cheques e das ações ao portador.

Destaca-se ainda o congelamento de preços e a desindexação dos salários em relação à inflação passada, definindo uma nova regra de prefixação de preços e salários que entrariam em vigor a partir de 01/05/90. A política cambial também sofreu mudanças, sendo adotado um regime de taxas flutuantes definidas livremente pelo mercado.

Outra mudança importante adotada foi no campo comercial, onde se inicia a liberalização do comércio exterior (a chamada abertura comercial), com redução qualitativa das tarifas de importação de uma média de 40% para menos de 20% em quatro anos.

É importante salientar, que a sociedade reagiu bastante positivamente as medidas adotadas pelo governo, onde muitos passaram a acreditar que o país estaria entrando num ciclo de crescimento econômico e desenvolvimento moral, o que levou o Jornal do Brasil a publicar a manchete “Collor anuncia a reforma moral do País”.

O Plano econômico adotado pelo governo, a aí estavam os maiores desafios, revelou-se um paliativo para a inflação endêmica brasileira. Seu fracasso, em menos de um ano, ironicamente veio reforçar a crença generalizada de que o Brasil era diferente. Fórmulas econômicas experimentadas alhures simplesmente não se aplicavam ao Brasil.

Não era só no campo econômico que Collor de Mello encontrava dificuldades, destacamos ainda, o comportamento da imprensa, que durante os governos militares foi impedida pela censura de revelar notícias mais detalhada do poder, dentre elas casos de corrupção. Com esta liberdade maior os jornalistas se sentiram mais estimulados a buscarem, dentro do governo, questões mais detalhadas sobre denuncias de corrupção.

Neste momento, os meios de comunicações, os meios empresariais e sindicais e nos partidos políticos, a percepção de que a corrupção tornara-se uma prática de governo alastrou-se rapidamente.

Segundo Rodrigues:

> "Os 'anéis burocráticos' que ganharam corpo com a combinação entre industrialização e autoritarismo nos anos 70 é um exemplo de como a desestruturação da dimensão pública do Estado pode ocasionar canais privilegiados de acesso a grupos econômicos, os quais acabam por constituir-se em ante-salas de práticas de corrupção. Essas, por sua vez, podem ter seu caminho facilitado e sua incidência potencializada mediante duas condições: (a) a presença de uma tradição personalista que tenda a diluir as fronteiras entre o público e o privado e que ofereça às relações em questão um substrato ético segundo o qual as práticas de corrupção são pensadas como trocas entre indivíduos e grupos, escoradas nos valores tradicionais (compadrio, relações de patronagem, etc); e (b) a erupção de crises econômicas que gerem um escasseamento dos recursos públicos destinados a investimento, recursos que em condições sociais como as brasileiras são objeto preferencial de desejo de diversos grupos econômicos" (2000, p.159-60).

Como podemos notar, ambas as condições estavam dadas no Brasil do início dos anos noventa, agravadas ainda, pela profunda crise de legitimidade que já atingia o governo..

A situação política do governo era bastante delicada, que setores do PSDB e do PMDB já articulavam a criação de um "movimento pela governabilidade", onde surgiram até idéias para uma "solução parlamentarista[162]".

As acusações de corrupção no governo Collor se avolumavam, as ligações do Presidente Collor e o seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Cavalcante Farias[163], era motivo de inúmeras suspeitas, o que criava um clima de grande instabilidade.

O ex-tesoureiro de Fernando Collor tinha uma farta experiência na arrecadação de recursos, como destacou Dias[164], que na campanha:

---

[162] As vozes que falavam em antecipação do parlamentarismo não o faziam obviamente por alguma preferência abstrata por sistemas de governo, senão antes por conta da deterioração política do governo Collor.

[163] Paulo César, o PC, o principal personagem e mentor intelectual do esquema de corrupção, ex-seminarista, ex-locutor de rádio, ex-vendedor de automóveis novos e usados, ex-advogado de júri, PC era um empresário alagoano, não muito bem sucedido como empresário, mas dotado de muitos contatos importantes com políticos e empresários e detentor de uma retórica fantástica, aparece no cenário nacional como tesoureiro de campanha de Fernando Collor em 1989, quando este se candidata a presidência da República, mas a ligação entre PC e Collor era antiga, começou quando Collor se candidatou e ganhou a eleição para governador de Alagoas, neste momento PC foi o tesoureiro de sua campanha.

[164] Maurício Dias, jornalista e historiador, com passagem por inúmeras redações de jornais e revistas do país, entre eles: Jornal do Brasil, Revistas Veja, Isto é e atualmente na revista Carta Capital. Publicou recentemente um livro sobre as relações entre o dinheiro e as eleições no Brasil, intitulado "A mentira das urnas".

> "...criou três categorias distintas de sócios, diferenciados por cotas individuais: cinco empresários de US$ 5 milhões; 10 de US$ 3 milhões; e 20 de US$ 1 milhão. A soma significaria a arrecadação de US$ 75 milhões" (2004, p. 140).

Os negócios escusos de PC Farias e congêneres haviam florescidos sob a opacidade do estilo governamental de tomada de decisões.

A saída de Zélia Cardoso de Mello[165] do ministério da Economia abriu espaço, para que PC Farias indicasse para a presidência do Banco do Brasil, Lafayete Coutinho, ficando na Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, aliado de PC Farias, Leopoldo Collor e Roberto Marinho. O co-autor da indicação foi Antônio Carlos Magalhães, desafeto declarado do ex-presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro (Rodrigues, 2000, p.167-8).

Nos meses seguintes, o Tribunal de Contas da União (TCU), publicou um relatório colocando dúvidas sobre a lisura das contas publicas no primeiro ano de mandato. O TCU destaca, neste relatório, o imenso número de processos de compras sem licitação.

O clima era de inúmeras denúncias, a revista Isto é Senhor[166] revelou que, Pedro Paulo Leoni Ramos, secretário de Assuntos Estratégicos, movimentava uma "conta secreta" do governo, pelo qual circulavam cifras da ordem de US$ 65 milhões, sem qualquer dotação orçamentária específica e sem qualquer autorização do Congresso. Segundo a revista, Pedro Paulo, o PP, disputava palmo a palmo com PC Farias a cobrança dos "pedágios" para a liberação de verbas públicas, que, segundo a imprensa, haviam sido inflacionados da casa dos 10% para a dos 30% ou até 40%.

Outras denúncias apareciam, além das revistas semanais *Veja* e *Isto é Senhor,* os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo entre outros divulgavam todos os dias novas denúncias. O Ministério da Agricultura cancelou licitação a ser feita pelo INCRA, no valor de 21 bilhões de cruzeiros, por haver enormes evidências de fraudes. O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara acusou o INCRA de promover um prejuízo de pelo menos sete bilhões de cruzeiros aos cofres públicos, numa transação que envolveria favorecimento às construtoras Tratex e Odebrecht.

[165] Sempre foi nítida a queda de braço entre a ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello e os administradores de esquemas subterrâneos de corrupção.

[166] A revista Isto é Senhor fez um importante trabalho de investigação jornalística, os dados descritos acima foram extraídos da matéria "Negócios à meia luz", 14/08/1991.

Em janeiro de 1992 o escândalo de corrupção atingia o primeiro escalão do governo: o chamado "escândalo das bicicletas", protagonizado pelo ministro da Saúde, Alceni Guerra[167](Rosa, 2003, p. 394). Segundo a denúncia, o ministro teria adquirido, numa loja que não era do ramo, no Paraná, seu estado natal, um lote de milhares de bicicletas para serem usadas no combate à epidemia de dengue, a preços superfaturados (Rodrigues, 2000, p. 170).

A *Revista Isto é Senhor* retratou dessa forma o chamado "escândalo da bicicleta":

> "A Fundação Nacional de Saúde, subordinada ao Ministério, adquiriu nas 'Lojas do Pedro' 23,5 mil bicicletas Caloi a preços bem superiores ao de mercado, pagando no total 3,3 bilhões de cruzeiros, quando a média de mercado estimada seria de 2,3 bilhões. Esse um bilhão superfaturado, segundo as denúncias da imprensa, somava-se a contratação irregular da construtora paranaense Masters, para prestação de serviços de consultoria aos CIACs, sem licitação, por um valor de dezoito bilhões de cruzeiros" (11/12/91).

Mas, dentre os problemas, o mais grave e de conseqüências mais perversas, tanto para Collor quanto para PC Farias, estava por vir. Collor havia incentivado a entrada de PC e seus irmãos no mercado de comunicações[168] de Alagoas, o que provocou a contrariedade de Pedro Collor, irmão do Presidente, que gerou graves crises familiares no clã dos Collor de Mello e contrapôs os irmãos Fernando e Pedro (Rodrigues, 2000, p.171).

Outras denúncias estavam por vir à tona, dessa vez, o acusado foi o ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, que segundo um funcionário do INSS, recebera da construtora Odebrecht uma propina de US$ 30 mil para apressar a liberação de verbas

[167] É importante destacar que no episódio relacionado ao ex-Ministro da Saúde Alceni Guerra, foram cometidos inúmeros equívocos e exageros por parte da imprensa, que massacrou o ex-ministro, levantando a suspeita de que teria cometido irregularidades em sua gestão, mas que depois se comprovaram infundadas. Tão infundadas que o "procurador-geral da República, Aristides Junqueira deu o seguinte parecer sobre o assunto, 'não há sequer indício de ilícito penal ao ser imputado ao então ministro da Saúde, Alceni Guerra'.O inquérito foi encerrado. Um mês depois o STF mandou arquivar o processo. O despacho foi do insuspeitíssimo ministro Paulo Brossard, oposicionista do governo a que servi e nada menos que meu adversário político na época" (Rosa, 2003, p. 394).

[168] A família Collor de Mello era proprietária da Gazeta de Alagoas, na época administrada por Pedro Collor. PC Farias e seus irmãos compraram a Tribuna de Alagoas por US$ 4 milhões, e passou a concorrer com a família de Collor. Neste momento Pedro Collor denuncia que o investimento feito por PC e seus irmãos era incompatível com os rendimentos "oficiais" dos proprietários.

do FAT e do FGTS para a construção de obras cujas concorrências haviam sido vencidas pela construtora, em especial a obra do "Canal da Maternidade", em Rio Branco, no Acre (Rodrigues, 2000, p.172)..

As sucessivas denúncias de irregularidades e corrupção, levaram o presidente a recompor o ministério, dando mais poder ao PFL. Neste momento, foram substituídos os ministros Antônio Rogério Magri e Margarida Procópio, em seus lugares assumiram Reinhold Stephanes e Ricardo Fiúza[169].

As coisas tomaram proporções gigantescas em 5 de maio de 1992, neste dia, o irmão mais novo do presidente, Pedro[170], em entrevista à revista Veja, denunciou o esquema PC Farias e afirmou categoricamente que havia ligações diretas entre as ações de PC e Collor. Ao amplificar o que parte da imprensa já noticiava desde o ano anterior e adicionar a carga emocional de uma denúncia feita no próprio seio da família, Pedro Collor deflagrava a crise que poria termo ao governo.

As acusações de Pedro Collor[171] foram acompanhadas por fitas de vídeo, onde o denunciante fazia graves denúncias ao Presidente e a PC Farias. Segundo Pedro Collor, PC Farias, atuando no governo, roubava, extorquia e corrompia, tendo como cacife sua amizade com o Presidente.

O Vice-Presidente da República, Itamar Franco, defendia uma antecipação do plebiscito, opinião que chegava também aos meios empresariais (Folha de São Paulo, 20/10/91).

Diante dessa manifestação, disseminava-se a sensação de que o governo era um barco à deriva, sem rumo e sem perspectivas de sobrevivência.

Como ressaltou Skidmore:

> "O irmão de Collor, Pedro, avisara que o preço para ele parar com suas denúncias era que PC Farias abandonasse o plano de lançar em Alagoas, um jornal que

[169] Ricardo Fiúza envolveria o governo em mais um escândalo: confessou ter recebido US$ 100 mil da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) para a sua campanha eleitoral (a doação era ilegal) e um *jet ski* da empreiteira OAS.

[170] Segundo Pedro, o irmão Fernando, em aliança com PC Farias, tentara por quatro vezes, pela compra de ações ou buscando convencer a mãe, detentora de 75% do controle acionário da empresa familiar, tirar Pedro do controle da administração. Sem sucesso, teria apoiado o projeto de montar empresa concorrente (Veja, 27/05/92).

[171] Depois destas denúncias contra o presidente Fernando Collor de Mello, a família Collor de Mello destitui Pedro da direção do Grupo Arnon de Mello, a justificativa usada foi de que Pedro apresentava graves desequilíbrios emocionais.

> competiria com o jornal da família Collor de Mello, agora administrado por Pedro. Parece que Farias queria construir sua própria dinastia em Alagoas, tendo o jornal como âncora. Seria Collor sócio desta nova dinastia – rivalizando com a de sua própria família – ou seria ele incapaz de pressionar suficientemente PC Farias a abandonar o plano? Ou, o que é mais provável, talvez ele erradamente não acreditasse que o irmão fosse cumprir sua ameaça" (2000, p.37)

Pedro Collor declarou ainda para a revista Veja, na mesma entrevista, detalhes de sua vida familiar. "Eu estive envolvido com drogas quando era jovem, induzido pelo Fernando. Ele era um consumidor contumaz de cocaína e me induziu a cheirar, a aspirar cocaína" (27/05/92).

Depois de tantas denúncias, a família Collor de Mello decidiu acusar Pedro Collor de insanidade mental, o objetivo desta manobra era evitar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as relações entre o presidente Fernando Collor de Mello e o empresário Paulo César Cavalcante Farias.

No final de maio, a Polícia Federal abria, a pedido do Procurador-Geral, Aristides Junqueira, inquérito[172] para apurar as denúncias de Pedro Collor.

A CPI ainda não tinha sido aprovada, mas as mobilizações da população em prol da investigação eram constantes, tanto, que alguns partidos, que até então se encontravam indecisos com relação a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, PMDB e PSDB, romperam com o governo e passaram a trabalhar pela implantação da comissão. A CPI foi aprovada e teve, depois de negociações[173], como presidente o deputado Benito Gama (PFL) e como relator o Senador Amir Lando (PMDB).

Depois de instalada, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) iniciou seus trabalhos convocando Pedro Collor de Mello, que reitera suas declarações anteriores, dizendo ter alertado Cláudio Humberto, na época secretário de Collor, sobre a rede de influências, corrupção e extorsão montada no governo por PC Farias, mas ressalvou não

[172] A investigação envolveria, além de Paulo César Cavalcante Farias, a ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello e o piloto Jorge Bandeira de Mello, todos acusados de participarem dos desvios de recursos públicos e das negociatas dentro do governo.

[173] É importante destacar a declaração do deputado Luís Eduardo Magalhães (deputado federal/ PFL-BA e líder do partido na Câmara dos Deputados, filho de Antônio Carlos Magalhães, aliado do presidente Fernando Collor) sobre o interesse na troca dos cargos da comissão: "se eu tiver maioria na Comissão, derrubo o relatório do relator. Se for minoria não aprovo nem o meu próprio relatório. Tendo a presidência tenho quem convoca para depor, quem marca as reuniões, quem faz a pauta, quem faz e acontece" (Folha de São Paulo, 31/05/92)..

saber se o presidente tinha conhecimento das denúncias. No seu depoimento, Pedro Collor não estabeleceu vinculação entre o presidente Collor e o empresário PC Farias.

O depoimento de PC foi mais interessante e deu um alento às investigações, como registrou Rodrigues:

> "Além de reconhecer seu envolvimento em fraudes eleitorais, PC admitiu a prática de tráfico de influência – duas irregularidades que atingiam o governo federal. O empresário classificou-se como 'coordenador financeiro' da campanha de Collor à presidência e reconheceu que atuava para favorecer interesses privados junto à administração pública. Ao revelar a existência de um 'Caixa 2' por onde circularam milhões de dólares na campanha de Collor em 1989, PC parecia emitir sinais ao presidente de que não venderia barato seu 'sacrifício'" (Rodrigues, 2000,p.189).

As denúncias não pararam, o primeiro empresário a denunciar o esquema PC Farias, foi Takeshi Imai, dono da fábrica de implementos agrícolas Hatsuta. A confirmação vinha no dia seguinte, quando, José Maria da Fonseca, dono da From Brazil, confirmava a existência de um esquema de extorsão e tráfico de influência no Ministério da Saúde.

Do ponto de vista político, a situação era bastante confusa e tensa, onde o parlamento estava dividido entre três grupos de parlamentares: O primeiro grupo ficou conhecido como o "esquadrão da morte[174]" ou "tropa de choque[175]" do governo, que apoiavam o presidente Collor e faziam esforços constantes para evitar que as denúncias atingissem o governo. O segundo grupo, a chamada "tropa de choque[176]" da oposição, se concentrava numa implacável busca de provas para demonstrar o esquema armado por Pc Farias e o presidente Collor de Mello; o terceiro grupo era formado pela "turma do direito[177]", uma espécie de maioria silenciosa composta de parlamentares de todos os

[174] Faziam parte deste grupo, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e os senadores Odacir Soares (PFL-RO) e Ney Maranhão (PRN-PE).
[175] É importante destacar, que Roberto Jefferson foi um dos grandes nomes do grupo do presidente Fernando Collor, e no governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003 se aliou com o governo, e depois, foi responsável pelas denúncias iniciais que deixaram o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em uma situação muito difícil (FSP, 06/06/2005)).
[176] Composta pelo Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e pelo deputado José Dirceu (PT-SP), que fazia oposição sistemática ao presidente Collor, e por um outro grupo mais moderado composta pelos parlamentares Mendes Thame, Pedro Simon, Odacir Klein, Sigmaringa Seixas, Jamil Haddad, Wilson Muller e Antônio Mariz.
[177] Integravam o grupo, os senadores Esperidião Amin (PDS-SC) e Iram Saraiva (PMDB-GO), e os deputados Miro Teixeira (PDT-PJ), José Múcio (PFL-PE), Marcelo Barbieri (PMDB-SP) e Dario Pereira (PFL-RN).

partidos, que se bandeava cada vez mais para apoiar as propostas que o Palácio temia, à medida que os depoimentos avançavam.

A sociedade civil se organizava com o objetivo de pedir o impeachment do presidente Collor, caso a CPI comprovasse irregularidades e a conivência de Collor. Dentre as instituições que pressionavam pela investigação, destacamos o papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que tiveram papel fundamental na organização da sociedade civil.

Mas, as denúncias não terminaram, no final do mês de junho[178], a revista *Isto é* publicou uma entrevista com o motorista Francisco Eriberto Freire França, que havia estado a serviço do presidente Fernando Collor, que revelou a existência de ligações pecuniárias diretas entre o presidente Fernando Collor e o empresário PC Farias.

Segundo o motorista, "PC pagava as contas da Casa da Dinda[179], através de sua empresa, Brazil Jet: a secretária particular do presidente, Ana Acioli, pagaria os empregados da Casa da Dinda e despesas da primeira-dama, Rosane Collor, com dinheiro obtido de PC" (Rodrigues, 2000, p.195).

Neste clima de denúncias, surgem mais uma, o ex-presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, disse, em seu depoimento na CPI, no dia 29 de junho de 1992, que o empresário Paulo César Farias circulava com desenvoltura em alguns setores do governo, entre os quais a Caixa Econômica Federal, e reafirmou que a fonte de seu poder era o presidente Fernando Collor de Mello (Rodrigues, 2000, p. 195-6).

A situação era tão adversa para o presidente Collor, que em nome da "governabilidade", o jornal Folha de São Paulo, publicou, em editorial, no dia 30 de junho, um artigo pedindo a renúncia de Collor.

> "Nenhuma atitude, exceto a renúncia [...]. Trata-se da única alternativa capaz de assegurar de imediato a governabilidade do país. A crise chegou ao seu ponto extremo. Não é por oposicionismo sistemático que esta Folha vê na renúncia do presidente um imperativo político incontornável. Às primeiras revelações de irregularidades no governo Collor, feitas pela Folha, segue-se, hoje,

[178] A entrevista feita pela Revista Isto é com o motorista do presidente Fernando Collor, Francisco Eriberto Freire França começa a circular no dia 27/06/1992, mas sai com data de 1• de julho de 1992. Mais ou menos treze anos depois desta entrevista, outra entrevista abala o sistema político brasileiro, o entrevistado era o Deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ) aliado do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, onde denuncia, que o governo paga um "mensalão" para deputados da base aliada, recebendo como contrapartida votos favoráveis no parlamento.

[179] Residência familiar do presidente Fernando Collor de Mello.

> uma verdadeira avalanche de denúncias e evidências, veiculadas por praticamente todos os órgãos de opinião; imerso no escândalo, o Executivo perdeu o crédito da sociedade. Collor não consegue mais governar. Que renuncie [...], o país precisa de governo. Precisa de um presidente. Já deixou de reconhecer em Fernando Collor de Mello uma figura capaz de atender a essa necessidade. A superação da crise exige sua renúncia" (Folha de São Paulo, 30/06/92).

3.7. O Movimento "Fora Collor" e o *Impeachment*

A situação política era de intensa instabilidade, onde, os grupos políticos se organizavam para defender seus interesses, o governo mobilizando seus instrumentos de "persuasão", marcados pelo fisiologismo e o clientelismo[180], tentavam cooptar parlamentares para reverter a situação que se encontrava. De outro lado, a oposição, mobilizando forças e buscando instrumentos legais para garantir o *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Neste instante, a população emerge como uma força fundamental, num movimento, que ficara conhecido como "Fora Collor", onde os manifestantes se organizam em torno da bandeira da "ética na política".

Em julho de 1992, em Porto Alegre, iniciam-se as manifestações, com a "Caminhada contra a Corrupção", organizada por partidos políticos e sindicatos.

Estas manifestações se alastram pelo país no mês de julho, Belo Horizonte, Belém, João Pessoa e São Paulo, todos exigindo o *Impeachment* do presidente Fernando Collor.

Neste momento, as pesquisas mostravam que 62% dos deputados estariam dispostos a processar o presidente caso a CPI confirmasse as irregularidades denunciadas (Folha de São Paulo, 12/07/92).

As investigações continuavam e as provas de corrupção surgiam naturalmente, com o depoimento das secretárias particulares de Collor, o esquema ia sendo revelado, o que incriminava ainda mais o presidente, ligando-o diretamente ao empresário PC

[180] No momento mais delicado do governo Fernando Collor, onde a população estava bastante agitada pedindo a condenação, o presidente iniciou um período de intensa distribuição de cargos e nomeações para empresas estatais, tentando cooptar parlamentares para evitar a sua cassação.

Farias. O governo usava métodos espúrios[181] para obstruir as investigações, e com isso, impedir que as investigações avançassem.

A situação se complicou quando foram encontrados cheques que comprovavam o pagamento feito por empresas de PC Farias a pessoas ligadas ao presidente Fernando Collor, entre elas, a primeira-dama, Rosane Collor, a mãe do presidente D. Leda, o ex-secretário Cláudio Vieira, e o ex-porta-voz, Cláudio Humberto. Estas informações foram dadas, inicialmente, pelo motorista Francisco Eriberto França, indicando até o banco onde os pagamentos eram feitos (Rodrigues, 2000, p. 195).

Estas descobertas motivaram o deputado Antonio Delfim Neto, a escrever um artigo no jornal Folha de São Paulo, onde sentenciou: "O governo acabou" (FSP, 28/06/92).

É interessante notar que foi Fernando Collor de Mello quem determinou a mudanças das regras bancárias sobre o preenchimento de cheques como destacou Skidmore:

> "Recapitulando, a presidência de Collor, tem-se a impressão de que ele já trilhava a algum tempo o caminho da autodestruição política. Especialmente, depois da votação de 1992, autorizando uma comissão parlamentar para investigar as acusações contra ele, parecia que Collor seguia um roteiro feito só de erros e gafes, a começar pela decisão, em 1990, de mudar as regras bancárias sobre o preenchimento de cheques. Anteriormente, os brasileiros podiam emitir cheques ao portador, o que significava que não havia registro de quem os recebera. O governo recém eleito de Collor eliminou esse costume, exigindo que dali em diante, os favorecidos fossem nomeados nos cheques. Essa mudança voltou para assombrar o presidente quando a comissão parlamentar de inquérito conseguiu quebrar o sigilo bancário. Entre os 40 mil cheques examinados, havia alguns emitidos por empresas de PC Farias a favor de Collor (para um carro, para o "Jardim da Babilônia" em sua casa, etc.) (2000,p.37).

À medida que a investigação se desenvolvia, parecia que o empresário Paulo César Cavalcante Farias fora extremamente descuidado em deixar tamanho rastro de provas, algo impensável para quem pratica a corrupção em larga escala. Isto

[181] O método usado pelo governo para postergar as investigações era o atraso na liberação de documentos e o adiamento de prazos, por parte do Banco Central, além de tentar impor, um "recesso branco" ao Congresso, e até mesmo, usaram, como tática, forjar a fuga de depoentes da CPI. O jornal Folha de São Paulo publicou inúmeras matérias mostrando a tática do governo Collor para cooptar deputados neste momento difícil: "O presidente Collor distribuiu ontem cerca de Cr$ 177,5 bilhões em verbas em uma cerimônia com 11 governadores" (09/07/1992) ou "O governo vai abrir mais uma vez seus cofres hoje" através de "convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e os governos estaduais das regiões Norte e Centro-Oeste" (15/09/1992).

demonstrava ainda, uma despreocupação com a punição e um excesso de confiança no esquema desenvolvido para desviar recursos públicos para seus interesses privados.

Outras denúncias apareciam todos os dias nos meios de comunicação, como a descoberta por parte da Receita Federal, de provas de que a *Brazil Jet*, de PC Farias, pagara serviços da CBrazil's Garden, empresa que fizera a reforma dos jardins da Casa da Dinda (Rodrigues, 2000, p.208).

A Folha de São Paulo publica, na edição de 26-27 de julho de 1992, uma pesquisa realizada em dez capitais, onde a população ainda via com alguma hesitação o afastamento de Collor e com certa descrença as investigações da CPI: 38% dos entrevistados queriam a renúncia de Collor e 39% defendiam a permanência do presidente no cargo. Sobre a CPI, 25% achavam que a Comissão investigaria as denúncias até o fim e 66% achavam que a CPI faria apenas uma encenação, sem chegar a qualquer resultado.

No final de julho, outras denúncias sobre a ligação entre o presidente Collor e o empresário PC Farias vieram à tona. Em depoimento a CPI, Cláudio Vieira afirmava que os depósitos efetuados na conta do presidente eram provenientes de um empréstimo de US$ 3,75 milhões tomados no Uruguai por ocasião da campanha eleitoral, e que teria sido convertido em ouro quando de sua entrada no Brasil. Era a chamada "Operação Uruguai". A operação era completamente inverossímil, e os membros da CPI deram um prazo de 72 horas para que a operação fosse comprovada[182], coisa que não aconteceu.

As denúncias criavam graves problemas ao governo. Neste momento, o único partido que continuava apoiando o governo era o PFL, mas mesmo assim, com 70% do parlamentares, os outros 30% abandonaram o presidente. Para segurar a bancada, "o presidente se viu na necessidade de recrudescer a concessão de favores, a despeito da resistência do Ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira. Já na segunda semana de agosto, o Ministério dos Transportes e Comunicações divulgou cinco editais para concessão de emissoras de rádio e televisão no Maranhão e Santa Catarina, as primeiras de um lote maior destinado à caça de votos na Câmara" (Rodrigues, 2000, p.213).

[182] Além de não comprovar a operação, dizendo não ter registros, Vieira ainda acabou sendo envolvido num incrível episódio de lavagem de dinheiro, supostamente feito com auxílio de doleiros, falsários e contrabandistas (Isto é, 05/08/92).

As manifestações do “Fora Collor” da população se intensificavam, o mês de agosto foi repleto de passeatas, mobilizações e atos pelo *Impeachment* do presidente. Em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba, São José dos Campos, São Paulo, Fortaleza, e outras cidades, a população se mobilizava exigindo “Ética na Política” e entoando o “Fora Collor”.Um dos grupos mais representativo foi o formado pelos estudantes, chamados de “caras pintadas”, que reuniu um grupo grande de estudantes de todas as idades, oriundos de escolas públicas e privadas e de todas as regiões, que se uniram com um único compromisso, a destituição de Fernando Collor de Mello, presidente eleito em 1989, cujo governo estava envolto em corrupção.

O presidente perdia apoio todos os instantes, até os mais “leais” foram o abandonando, depois que começaram a perceber que a população exigia o *Impeachment* de Collor. Partidos até então leais ao presidente, como o PSC, o PDS, o PL e PDT começaram a abandonar o governo. A opinião pública, segundo pesquisa do jornal Folha de São Paulo publicada em agosto de 1992, 70% dos entrevistados queriam o afastamento de Collor, mas apenas 31% acreditavam que o Congresso aprovasse o *Impeachment*

Desesperado e sem apoio popular, o presidente comete um grave equívoco, o que deu grande energia aos manifestantes contrários ao seu governo. Collor convoca a população a usar as cores verde e amarela, como forma de defender o governo e rechaçar as denúncias feitas contra seu governo pela CPI.

A convocação de Collor teve impacto adverso na população, que estimuladas pelo clima de indignação e repulsa ao governo adotou medida contrária.

O jornal Folha de São Paulo, em seu editorial, propõe que a população usasse outra cor como forma de manifestação ao pedido do presidente:

> “Os símbolos nacionais que foram levantados pela população nos grandes momentos de mobilização cívica e de luta pela democracia viram-se se usurpados por um presidente sem condições políticas para governar [...] O presidente Collor já esgotou todas as reservas de credibilidade que poderia possuir junto à população, [...] Lança-se ao delírio, à histeria, à provocação. Recorre à bandeira nacional para defender a continuidade insuportável de uma crise, [...] Generaliza-se a idéia de usar cor negra como expressão de descontentamento, do protesto, da rebeldia, contra um governo desmoralizado. [...] Mais do que isso, trata-se de enunciar o sentimento que predomina neste instante: o luto (Folha de São Paulo, 15/08/1992).

No dia 16, a população foi para as ruas usando o negro, o que ficou conhecido como o "domingo negro". Segundo o Datafolha, em pesquisa divulgada no dia 16/07/1992, apenas 5% dos que foram as ruas, usaram as cores nacionais, o que demonstrava que o presidente estava totalmente desacreditado pela população, o que levou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a decidir por unanimidade que a entidade encabeçaria o encaminhamento de um pedido formal de *Impeachment* contra o presidente, que seria baseado no relatório da CPI.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito foi aprovado em 26 de agosto de 1992, por 16 votos favoráveis e 5 contrários. O relatório descrevia, em detalhes, as relações entre o presidente Fernando Collor e o empresário PC Farias, incriminava o presidente e abria a possibilidade de instauração de um processo de *Impeachment.*

Aprovado o relatório, inicia-se a tramitação na Câmara dos Deputados, o pedido de *Impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

As baixas se acentuavam, o que obrigou Collor a assumir pessoalmente as negociações com os parlamentares, aumentando o fisiologismo e a troca de favores. Mas parecia que a situação era irreversível, o apoio ao governo criava graves constrangimentos com os eleitores, o que evitava que os parlamentares ficassem do lado do presidente.

As passeatas eram cada vez maiores, UNE, CUT, OAB, ABI, CNBB e outras instituições[183], promoviam constantes mobilizações em prol do *Impeachment* de Collor. Até em Nova York[184], "brasileiros residentes nos Estados Unidos fizeram na véspera do Dia da Independência um ato contra o governo Collor, onde os manifestantes, alguns vestidos de preto, promoveram o enterro simbólico do presidente" (Rodrigues, 2000, p.234).

Depois de muitas discussões jurídicas quanto a forma de votação, em 29 de Setembro de 1992, em decisão inédita, o presidente Fernando Collor de Mello, foi

[183] União Nacional dos Estudantes, Central Única dos Trabalhadores, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.
[184] Em Lisboa, Portugal, cidadãos brasileiros organizaram algumas manifestações em frente à embaixada brasileira.

afastado pelo Congresso Nacional, por esmagadora maioria: 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências.

Durante aproximadamente 60 dias, o presidente tentou cancelar a decisão, mas não teve sucesso, o que o levou a renunciar ao cargo de Presidente da República em 29 de dezembro, como forma de evitar que o processo de *Impeachment* fosse votado no Senado, deixando intocados seus direitos políticos, mas por 73 votos contra oito, os senadores decidiram prosseguir com o julgamento. Na madrugada do dia 30, o ex-presidente teve cassado, por 76 votos contra três, seus direitos políticos, tornando-se inelegível por oito anos.

Pelo noticiário[185], o brasileiro passou a reconhecer novas identidades, assistiu à criação de grupos e coletividades que – seja no plano factual ou no plano imaginário – tomavam parte nesse embate de discursos e ideologias. "Marajás" e "descamisados", "colloridos" e "caras-pintadas" povoaram o noticiário e os debates políticos. Marajá passou a significar na mídia o funcionário público privilegiado, combatido por Collor, enquanto descamisados eram os que formavam a massa de excluídos a quem ele prometia o ingresso no chamado Primeiro Mundo. O adjetivo collorido passou a ser usado na imprensa com nova grafia (o duplo ll, em analogia ao sobrenome do presidente) para identificar os que defendiam a subida e depois a permanência de Collor no poder. E cara-pintada passou a designar uma categoria específica[186], dentre aqueles que pediam o impeachment, com faixa etária, estética e comportamentos diferenciados dos demais participantes dos protestos nas ruas.

É evidente que a mobilização das forças políticas contra e a favor de Collor de Mello, as manifestações populares, assim como os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e o julgamento político que levaram ao seu afastamento, ocupam um lugar na memória do brasileiro que hoje é adulto.

---

[185] Alguns jornalistas se destacaram muito no período, como Gustavo Krieger, Luiz Antônio Novaes e Tales Faria, todos do jornal Folha de São Paulo e que mais tarde publicariam o livro "Todos os sócios do presidente", onde descrevem as relações corruptas no período. Ricardo Noblat, do Jornal do Brasil (JB), que a dois dias da eleição de Collor publicou um artigo intitulado "Vale tudo para ganhar", onde escreveu "(ele) é um político capaz de fazer qualquer coisa, mas qualquer coisa mesmo para alcançar seus objetivos. Releva aspectos morais e éticos, desrespeita costumes e atropela princípios para obter o que deseja. Pode conseguir se eleger presidente da República assim. Mas que tipo de presidente será?" (Noblat, 2004, p.153). Depois deste artigo, o jornalista foi demitido....

[186] De estudantes que não se conformam mais com as práticas de corrupção existentes na sociedade brasileira, e, havendo necessidade, vão para as ruas em busca de seus direitos como cidadãos.

Duas representações sociais tiveram função diversa em relação a Collor. A dos marajás foi criada no momento da sua ascensão, enquanto a dos caras-pintadas marcou a sua queda. Os marajás foram popularizados por força do discurso de Collor, pelo seu empenho – em concurso com o das empresas de mídia. Já os caras-pintadas tomaram as ruas e as primeiras páginas à sua revelia, contra os seus interesses.

O principal trunfo que levou Collor à Presidência da República aos 41 anos de idade foi o vazio político e a falência das instituições partidárias ao final da chamada Nova República. Sua popularidade cresceu imersa em um caldo de cultura formado pela desilusão popular com a classe política. As condições eram ideais para o surgimento de um nome novo, um personagem que representasse o moderno e pudesse ser mostrado ao eleitorado como uma opção inteiramente diferente daquela que havia sido cogitada até então. É interessante destacar ainda, que Collor era um out-side, não estava diretamente ligado ao sistema política tradicional, não era um político de dimensões nacionais, como Lula. Como um out-side, seu fim foi único.

Para ocupar esse espaço aberto à sua medida, Collor precisava da mídia. E a grande imprensa, por seu lado, precisava de Collor. Não dele, especificamente, mas de um personagem capaz de empolgar o eleitorado em torno de uma agenda de reformas inspirada pela onda neoliberal que se espalhava pelos continentes. Da agenda faziam parte a redução do papel do estado na economia, a liberalização do fluxo de capitais, a abertura para as importações, a flexibilização das leis trabalhistas. Com esse ideário estavam sintonizadas as grandes empresas de mídia, entre elas as Organizações Globo.

Os marajás de Collor eram o melhor caminho para alcançar esses objetivos. No entanto, os dois projetos – o de Collor e o da grande imprensa – não se confundiram de imediato. Em um primeiro momento, o personagem foi acolhido por O Globo e outros veículos de abrangência nacional como um eficiente garoto-propaganda daquele ideário. Mas isso não significava, em 1987, uma adesão incondicional da grande imprensa ao projeto pessoal do político alagoano, de chegar ao Planalto.

3.8. As causas do fracasso de Fernando Collor de Mello

Com a queda de Fernando Collor da Presidência da República, chegava ao fim um estilo despótico de governar, autoritário, caracterizado pelo estilo oligárquico, pela subsunção dos espaços públicos aos domínios privados que impusera com a prática predatória de poucos favoritos sobre o erário e pelo desprezo ostensivo para com as garantias constitucionais; um governo provinciano, como o demonstrara a truculência política dos próceres da "República de Alagoas"[187] (Rodrigues, 2000, p.243).

É importante destacar, que Fernando Collor não era nenhum estranho à política, apesar de tentar se apresentar como tal. Tanto em suas qualidades, quanto em seus defeitos, era um autêntico fruto da cultura política brasileira. Como descreve Skidmore:

> "A família de seu pai era de Alagoas, um dos estados mais pobres do empobrecido Nordeste. A família era um estereótipo das oligarquias regionais nordestinas que se haviam enriquecido com a cultura do açúcar, embora dependente há décadas dos subsídios do governo federal, ao mesmo tempo em que continuavam a política e a economia de seus estados". (2000, p. 25)

Fernando Collor era fruto de um sistema político degradado e ineficaz, sua capacidade de trocar tão prontamente de partido constituía mais uma prova de que ele era um autêntico produto do sistema. Collor aproveitou muito bem o sistema político brasileiro, a troca constante de partidos visava aumentar seu tempo de exposição[188] no rádio e na TV. Fernando Collor explorou muito bem a imagem de messias político, como milagreiro que iria acabar com a corrupção, modernizaria a economia e prepararia o país para os desafios dos anos futuros.

Faltava ao país à época uma tradição democrática, pois, desde 1945, somente dois presidentes eleitos por voto direto terminaram seus mandatos.

---

[187] O termo "República de Alagoas" passou a ser usado com grande freqüência pela mídia no período de Fernando Collor, isto porque ao chegar a presidência da República, Collor levou para o governo federal muitas pessoas oriundas de Alagoas, inclusive muitas que tinham participado de seu governo, quando Collor foi governador do estado.

[188] A legislação brasileira concedia tempo livre no rádio e na TV a todos os partidos, até mesmo aos mínimos, a partir daí, Collor comprava com dinheiro o tempo de vários partidos pequenos, em sua maioria desconhecidos.

A boa aparência de Collor, tão falada na campanha eleitoral, não conseguia esconder uma atitude arrogante própria de uma fase anterior da política brasileira. Esse atributo é comum entre as personalidades públicas, mas Collor não se esforçava por escondê-lo. Estava habituado a fazer poucas concessões ao lidar com outros políticos. Parecia a encarnação moderna do infame "coronel" da política nordestina, acostumado a mandar, ao invés de negociar (Skidmore, 2000, p.35).

O governo de Fernando Collor[189] foi marcado constantemente pelo confronto, além da forma inábil de negociar no Congresso e de tratar as negociações políticas, fruto de sua visão autoritária, o governo apresentava Cláudio Humberto[190] como porta-voz da presidência. Seu estilo era marcado pelo conflito e pela turbulência, um padrão "anormal" para o cargo. Seu linguajar era ofensivo[191], com ataques pessoais aos jornalistas e seus editores, tudo isso, tinha como pano de fundo, a falta de critério do presidente, criando uma atmosfera pesada para o debate público.

Como destaca Silva, o processo de *Impeachment* do ex-presidente Collor evidenciou que existe algum estoque de energia cívica na sociedade brasileira. No entanto, não se pode cair em ilusões: tal processo foi fundamentalmente conduzido pela conjuntura política e econômica[192] (2001, p. 100).

Dias destaca um dos mais graves equívocos cometidos pelo presidente Fernando Collor de Mello, que ao dar muito poder ao seu tesoureiro de campanha, este começou a se movimentar nos meandros empresariais e políticos de forma pouco sutil e deixando muitas pegadas, fáceis de serem rastreadas em futuras investigações. PC Farias:

[189] "O governo Collor teve como característica interessante, o fato de tentar trazer Alagoas para Brasília. Todo presidente traz amigos e auxiliares de seu estado natal, no entanto, Alagoas é um pobre estado nordestino que encarna a política ao velho estilo, vista com condescendência pelos brasileiros do Centro-Sul mais desenvolvido. Collor não percebeu que era preciso atenuar o ar provinciano de seu governo para tornar-se politicamente eficaz em escala nacional. Poderia ter seguido o exemplo de seu antecessor, José Sarney, oriundo do igualmente pobre estado nordestino do Maranhão. Sarney foi muito mais cuidadoso com suas relações públicas, especialmente nos primeiros anos de seu governo, e, ao contrário de Collor, mostrara perante o público e os demais políticos um temperamento muito mais conciliador" (Skidmore, 2000, p.36).

[190] Cláudio Humberto estava diretamente envolvido no esquema montado pelo presidente Collor no Palácio do Planalto, com extorsões de recursos e enriquecimento ilícito.

[191] O destempero verbal do porta-voz da presidência era tamanho, que chamou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), de "coronel do empresariado".

[192] A Operação Mãos Limpas na Itália, na década de 80, revelou que a atuação persistente e contínua de grupos organizados na sociedade civil e uma disposição forte do Judiciário são fatores importantes para o combate à corrupção. A sociedade precisa estar realmente disposta a reformas profundas na maneira pela qual se relaciona com o governo (Silva, 2001, p.100).

"Operava com muita voracidade e, geralmente, sem a costumeira sutileza com que o assunto é tratado" (2004, p. 134).

Com o final do governo Collor, algumas lições podem ser tiradas deste triste período da história brasileira. Primeira, que o sistema político deve ser reformado, com o objetivo de se criar um sistema com menos partidos políticos e muito mais disciplina e responsabilidade partidárias. Destacamos ainda, como fator positivo, o primeiro passo para transformar a economia "voltada para dentro" numa economia competitiva em termos mundiais, baixando as tarifas[193], abolindo subsídios governamentais às indústrias e promovendo a competição entre as empresas que produziam para o mercado interno. Collor introduziu uma nova agenda para o país, adotando a privatização de empresas estatais e iniciando uma ampla reforma do Estado, além da diminuição dos funcionários públicos, inchado nos governos anteriores.

Com relação aos problemas deixados como herança do período Collor, podemos destacar, no campo econômico e no campo social, no primeiro havia se tornado bastante evidentes, com inflação em descontrole, competitividade defasada, investimentos insuficientes, infra-estrutura decadente e aumento da falência de empresas, vítimas da violenta abertura da economia. No campo social, as conseqüências não eram das melhores, escalada do crime nas ruas, índices persistentemente elevados de analfabetismo e péssima situação do sistema de saúde e uma das piores distribuições de renda do mundo. Além dos problemas econômicos e sociais, destacamos as conseqüências psicológicas, tais como o aumento do cinismo e o incremento da emigração.

Depois de muitos anos investigando o esquema de corrupção criado no governo de Fernando Collor pelo empresário Paulo César Cavalcante Farias, o delegado Paulo Lacerda[194], descreveu o esquema montado para extração de recursos públicos no período:

> "Por tratar-se de pessoa intimamente ligada ao presidente Fernando Collor, de que fora um dos principais colaboradores nas vitoriosas campanhas eleitorais de

[193] A média das tarifas de importação no Brasil estava na casa do 30-40% antes de Collor assumir, sendo que seu governo as diminuiu para a casa do 10-20%.
[194] Delegado da Polícia Federal responsável pelas investigações do esquema montado por PC Farias para levantar recursos, com anuência do presidente Fernando Collor.

> 1986, ao governo de Alagoas, e de 1989, para a presidência da República, o empresário Paulo César Farias utilizara toda a influência e prestígio para montar um amplo e bem estruturado esquema ilegal de apropriação de recursos mediante atos criminosos a envolver órgãos da Administração Pública Federal. A rede de traficantes de influências contava com a participação de pessoas de confiança colocadas estrategicamente em altas funções do governo federal, submetidas ao comando oficioso de Paulo César farias, num autêntico 'Ministério Paralelo', que se convencionou denominar esquema PC. A ação desse grupo acabou envolvendo funcionários públicos, empresários, industriais, comerciantes e particulares, num quadro de corrupção, concussão, exploração de prestígio, extorsão, usurpação de função, entre outros crimes, com total desapreço aos princípios que regem a administração pública" (Figueiredo, 2000, p. 57).

É importante destacar que os argumentos utilizados por Paulo César Farias no momento de orquestrar este esquema de corrupção eram diversos, na eleição, se justificava a arrecadação dos recursos para evitar que a esquerda ganhasse a eleição, depois a retórica usada era de que era preciso garantir uma sólida bancada federal para apoiar o governo nas futuras mudanças[195].

Figueiredo destaca ainda, outras formas de angariar recursos pelo esquema PC Farias:

> "Em alguns casos, os empresários eram simplesmente achacados: ou davam dinheiro, ou teriam dificuldades em conseguir a liberação de pagamentos de contratos firmados com o governo federal. Fosse qual fosse o argumento utilizado, os empresários se mostravam generosos e eram poucos os que se negavam a entrar no esquema" (Figueiredo, 2000, p. 58).

Os recursos eram legalizados por empresas de fachada do esquema PC, que expedia notas fiscais "frias" para os "doadores"[196], justificando o pagamento com recibos de serviços que nunca haviam sido prestados, como assessoria ou transporte aéreo (Figueiredo, 2000, p. 58).

[195] As famosas reformas liberalizantes, privatização, modernização do Estado, reformas no mercado de trabalho, abertura do mercado, etc...

[196] Figueiredo destaca algumas empresas que fizeram doações ao esquema PC Farias: "Empresas nacionais e estrangeiras, tais como, Mercedes-Benz, Credicard, Sharp, Andrade Gutierrez, Grupo Votorantim, Tratex, CR Almeida, Queiroz Galvão, Norberto Odebrecht, White Martins, Rhodia, Copersucar, Tintas Coral, Sid Informática, Encol, Viação Itapemirim, Indústria Brasileira de Formulários (IBF), Cetenco Engenharia, entre outras (2000, p. 58-9).

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), depois de encerrar o relatório, concluiu que o ex-presidente[197] tinha sido beneficiado com pelo menos US$ 10,6 milhões, somente com pagamento de despesas pessoais, além de outros recursos que saíram do país de forma ilegal, através das contas CC5[198] e de milhares de dólares comprados no mercado paralelo, onde foram usadas 20 contas bancárias no Brasil (Figueiredo, 2000, p. 60).

Apesar das evidências levantadas contra Paulo César Farias, o empresário foi absolvido[199] da principal acusação: corrupção ativa. Sendo condenado a quatro anos de prisão, em regime aberto, por sonegação fiscal e depois, novamente condenado, agora por falsidade ideológica, devido as operações com contas bancárias fantasmas.

Dos principais integrantes do esquema PC, nenhum foi condenado em última instância[200]. Rosane Collor chegou a ser condenada a 11 anos de prisão por corrupção ativa[201] e peculato, mas logo depois o Tribunal Regional Federal anulou a condenação. Zélia Cardoso foi condenada por 13 anos por corrupção ativa e, o ex-ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, foi condenado a dois anos de prisão por receber propinas, mas ambos recorreram e seus casos devem demorar mais uns dez anos para serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal (Figueiredo, 2000, p. 62).

Mesmo com o farto relatório levantado pelo delegado Federal Paulo Lacerda, o ex-presidente Fernando Collor de Mello foi absolvido de todas as acusações[202] no Supremo Tribunal Federal, incluindo a acusação de corrupção ativa.

---

[197] Além do ex-presidente, outras pessoas se beneficiaram do esquema, como a ex-ministra da Economia Zélia Cardo de Mello, Marcos Coimbra (secretário-geral da presidência), Cláudio Humberto Rosa e Silva (porta-voz da presidência), Cláudio Vieira (secretário particular da Presidência), Vítor Werebe (superintendente da Receita Federal em São Paulo) e Dario Cavalcante (assessor especial da presidência).

[198] O esquema conseguiu "alugar" 15 contas de estrangeiros residentes no Brasil, que foram usadas para enviar recursos para o exterior, como Panamá, Ilhas Virgens Britânicas, Uruguai e Paraguai.

[199] Outros três integrantes secundários do esquema foram condenados, o piloto Jorge Bandeira, 1 ano e dois meses de cadeia por falsidade ideológica, mas a pena foi diminuída posteriormente pelo STF e depois foi considerada extinta; Rosinete Melanias e Ricardo Campos, funcionários de PC foram condenado a uma pena de 2 anos e oito meses em regime aberto.

[200] Atualmente, tramitam na Justiça cerca de 60 processos abertos a partir das informações levantada no chamado inquérito-mãe, presidido pelo Delegado Federal, Paulo Lacerda, onde a maioria está parada ou se arrasta pelos escaninhos da burocracia.

[201] Processo referente à compra superfaturada de 1 tonelada e meia de leite em pó pela Legião Brasileira da Assist6encia (LBA), entidade dirigida, na época, pela primeira dama.

[202] Deve-se destacar ainda, "...que o então procurador-geral da República, Aristides Junqueira, produziu uma peça de denúncia contra Collor considerada fraca no meio jurídico, chegando a ser classificada como 'de difícil compreensão' por um dos ministros do Supremo Tribunal Federal" (Figueiredo, 2000, p. 62).

No capítulo seguinte, analisaremos a implantação do neoliberalismo no México, adotado inicialmente a partir da crise de 1982 e intensificado com o governo do Presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), do Partido Revolucionário Institucional. Foi neste momento que grandes transformações foram implementadas na sociedade mexicana, de um modelo centrado no Estado e altamente protecionista e intervencionista em um modelo onde o Mercado passa a se tornar o centro da sociedade.

Capítulo 4 - A Experiência Neoliberal Mexicana

Introdução

Os países da América Latina passaram por inúmeras transformações nos últimos 30 anos, de um Estado intervencionista, protecionista e proprietário de inúmeras empresas estatais, características fortemente ligadas ao pensamento desenvolvimentista instaladas na região a partir dos anos 30. A partir dos anos 70, o modelo baseado no Estado Keynesiano-Desenvolvimentista dá sinais de esgotamento, que se manifestam no aumento das taxas de inflação e na desaceleração do crescimento econômico do pós-guerra, impactam diretamente sobre os formuladores da política econômica, abrindo espaço para o fortalecimento e a expansão do pensamento Liberal, com uma nova roupagem, caracterizado como Neoliberalismo.

Os anos 70 se caracterizaram como um período de transformação nas estruturas ideológicas do sistema capitalista, onde o Desenvolvimentismo acaba perdendo força e o pensamento Liberal se fortalece e passa a dominar não só a região, mas quase todos os espaços da sociedade internacional.

O presente capítulo tem por objetivo analisar o Neoliberalismo implantado no México a partir da crise da dívida externa de 1982 e a reconversão da estrutura de desenvolvimento, que antes tinha no Estado sua estrutura fundamental e agora passa a se assentar no mercado, que passa a assumir um papel hegemônico.

A ascensão do neoliberalismo no México alterou intensamente a sociedade, a estrutura produtiva e a autonomia do Estado nacional, abrindo espaço para uma transformação intensa e culminou na adesão do país ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), além de estimular movimentos sociais de contestação da

situação social degradante, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que inaugura uma nova forma de organização dos movimentos sociais.

4.1 México: da crise de 1982 à ascensão do Neoliberalismo

Durante a década de 80, várias mudanças estruturais aconteceram na sociedade mexicana, tanto no plano econômico, como social e político. Na economia, destacamos a mudança do modelo de desenvolvimento, pois a estratégia adotada no pós-guerra (Substituição de Importações[203]) apresentou sinais de esgotamento, havendo assim a necessidade de adotar uma nova estratégia. O modelo adotado a partir de 1982 enfatizava o comércio exterior, a privatização de empresas estatais, a liberalização comercial e financeira, diminuindo assim, o papel do Estado na economia e dando inicio a uma nova fase no país.

A transição[204] no México se iniciou de maneira consistente a partir da crise de 1982. La Peña descreve como causas da crise a "inadequação do regime econômico e das deficiências e excessos dos dirigentes políticos e econômicos do país ante as grandes mudanças mundiais que se iniciaram uma década atrás" (1997, p.147).

Hiernaux-Nicolas destaca a importância do ano de 1982 para o México:

> "Para dar uma data, ainda que aproximativa, que marque a arrancada para as transformações do território sob os embates da globalização, podemos assinalar o ano de 1982, quando o modelo econômico e territorial do México oriundo da revolução mexicana acabava de desabar. Esta data corresponde à chegada de um 'impasse' extremamente poderoso, depois da ultima tentativa de gerar um desenvolvimento para dentro aproveitando o mana da renda petrolífera" (2005, p. 24).

[203] Conceito elaborado por economistas da CEPAL para designar um processo interno de crescimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial. Portanto, e mais que a produção local de bens tradicionalmente importados. Sob essa óptica, considera-se que o desenvolvimento industrial brasileiro neste século ocorreu sob o estimulo das restrições externas: a depressão de 1929/32 e a Segunda Guerra Mundial. Depois, entre 1956 e 1961, a substituição de importações e aprofundada dando lugar a um crescimento econômico maior que nos períodos anteriores (Sandroni, 1996, p. 302).

[204] É importante destacar que nos anos setenta a economia mexicana apresentou taxas de crescimento em media de 6,8% ao ano e manteve ritmo mais intenso nos primeiros dois anos da década de 1980, em torno de 8,6% ao ano. Neste período o país vivia o governo de Lopez Portillo, que mascarava um grave problema no *front* externo: o elevado déficit de transações correntes.

A sociedade foi muito atingida pelas mudanças no modelo de desenvolvimento, o desemprego aumentou, a miséria atingiu níveis altíssimos, a corrupção crescente gerou um maior descontentamento da população. Além das conseqüências geradas pelos problemas econômicos, destacamos a destruição causada pelo terremoto de 1985 que espalhou a miséria, a fome e aumentou o descontentamento social no país. No campo político, destacamos o avanço da oposição[205], tanto no poder legislativo como no executivo, onde Cuautémoc Cárdenas[206] perdeu as eleições para Salinas em 1988, por causa da fraude promovida pelo PRI. Ficando caracterizado o descontentamento do povo mexicano com a situação econômica e com o governo do PRI, no poder desde 1929.

O Partido Revolucionário Institucional (PRI) esteve sempre a frente das questões políticas no México, seus presidentes não podiam se reeleger nem, em conseqüência, se perpetuar no poder. A cada seis anos, o sucessor eleito assumia o poder, demitia e nomeava quase todo o governo, garantindo assim uma selvagem "circulação das elites". O regime priista revelo-se extravagante, ao mesmo tempo plutocrático e popular, estatólatra mas capitalista, desigual mas inclusivo, vertical mas inclinado a reformas, autoritário mas não ditatorial nem policialesco. Um regime de partido hegemônico em que sempre houve eleições e partidos de oposição (Camin, 2002, p. 36-7).

Como destacou Castells, o PRI:

> "Conseguiu sobreviver com grande habilidade à inevitável e estreita relação com os Estados Unidos, preservando o nacionalismo mexicano e reafirmando a autonomia política do país, ao mesmo tempo gozando de boas relações com seu poderoso vizinho. Outra de suas conquistas foi a construção de uma identidade nacional indígena, estabelecendo o vínculo com a memória das civilizações pré-colombianas, embora mantendo em marginalidade obscura os 10% de sua população representados por índios" (1999, p. 325).

[205] Em 1985, o parlamento mexicano ficou dividido do seguinte modo: Partido Revolucionário Institucional (PRI), 290 cadeiras. Partido Ação Nacional (PAN), 8 cadeiras. O Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM), 2 cadeiras (Boeker, 1995, p.86). Em 1997, as pesquisas mostravam que o PRI tinha 14% dos votos, atrás do PAN, com 36% e 24% do PRD. Outro indicativo importante da perda de poder do sexagenário PRI é o número de votos recebidos pelos presidentes anteriores. Miguel De la Madrid foi eleito com 71,63% dos votos, Carlos Salinas obteve 50,7% dos votos, Ernesto Zedillo teve 48,77%, e na eleição de 2000, o PRI finalmente perde a eleição para Vicente Fox, do PAN.

[206] Cuautémoc Cárdenas é filho de Lázaro Cárdenas, um dos mais importantes estadistas mexicano do século XX, que foi presidente do país em 1930-36. Cuautémoc obteve nestas eleições 31,12% dos votos, após estar liderando as pesquisas de opinião. A fraude de 1988 foi uma das mais descaradas ocorridas no país. Depois desta fraude ocorre uma ruptura dentro do PRI, que da origem ao Partido Revolucionário Democrático (PRD).

O ano de 1976 se caracterizou por uma grande crise econômica, o que obrigou o presidente recém empossado, Lopez Portillo, a adotar um programa de austeridade, que contou com o aval do FMI. Porém em 1979 com o segundo choque do petróleo[207], o México aumentou bruscamente suas receitas, o que levou o governo a abandonar o programa de austeridade iniciado nos anos anteriores. A partir de então, os gastos públicos e a dívida externa aumentaram excessivamente, levando o país a bancarrota em 1982, quando o presidente do Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos) aumenta as taxas de juros do país[208]e leva toda a economia mundial a uma fase de recessão intensa. As taxas de juros altas absorveram toda a liquidez mundial e prejudicou toda a região, e o México em particular, pois o país acumulou dívidas crescentes durante os anos finais do governo de Lopez Portillo.

Como destacou Camín:

> "Apesar de seus hábitos políticos arcaicos, o PRI não foi o partido da imobilidade. Nas décadas de domínio do partido, o país mudou pelo menos duas vezes de projeto nacional. Nos anos 50 e 60, voltou-se para a industrialização substitutiva de importações, deixando para trás a utopia socializante, corporativa e popular do *cardenismo*. Inaugurou uma época de estabilidade política e crescimento sustentado, conhecido ainda hoje como milagre mexicano (1946-1970). Esse modelo sofreu nos anos 70 um processo de expansão dos gastos públicos que levou a uma estrondosa quebra das finanças governamentais e, portanto, do Estado clientelista e corporativo. A partir dos anos 80, como efeito em grande medida dessa quebra, mas também em razão das mudanças no cenário mundial, começou um segundo processo de reforma da economia e do Estado na era do PRI. Foi uma mudança em sentido contrário ao seguido até então: uma mudança em direção a abertura da economia e ao desmantelamento do Estado interventor" (2002, p. 36-37).

O ano de 1982 trouxe muitas dificuldades para a economia mexicana. O segundo choque do petróleo de 79 aumentou as receitas provenientes da exportação, estimulando o crescimento descontrolado dos gastos governamentais, e o endividamento externo. O aumento das taxas de juros americana ocorrida nos fins de 1979 gerou aumento dos serviços da dívida, criando inúmeros problemas macroeconômicos ao México, que declara

[207] O México é um dos maiores produtores mundiais, não comunista, de petróleo, com uma produção diária de 2,6 milhões de barris. O petróleo representa 20% do PIB, quase a metade da receita do Tesouro sendo responsável por quase 80% das exportações do país (Casas, 1993, p.275)

[208] A economia dos Estados Unidos estava sobre aquecida e com taxas de inflação altíssimas durante toda a década de 70.

moratória, diante da impossibilidade de arcar com todos os recursos para o pagamento da dívida externa.

Os juros das dividas externas eram calculadas pelos juros internacionais, que deixaram de ser fixos para serem flutuantes, praticamente triplicando ate 1981, além dos prazos de pagamentos, que ficaram mais curtos em 1982, o que levou a quebra de 37 paises, dentre eles o México, o primeiro pais da América Latina a declarar moratória em agosto daquele ano.

A enorme fuga de capitais[209] deflagrou a crise mexicana de 1982, o que levou o presidente Lopes Portillo a nacionalizar todo o sistema bancário no dia 1• de setembro, por considerar que era através dos bancos privados que os fundos imigravam e, junto com eles, as reservas monetárias do país.

A divida externa do país, traduzida em bilhões de dólares, era de 34 em 1980, passa a 53 em 1981; em 1982, passaria a 68 bilhões, e a 93 bilhões em 1988.

O período de 1982/1988 foi caracterizado por inúmeras mudanças na economia mexicana, destacamos neste período a recessão (o PIB cresceu 0,2% ao ano), e a demanda interna 0,3%; oscilações cambiais, onde o valor do peso passa de 26 por dólar para 2300, inflação, encarecimento das importações, contrações do crédito e do gasto público em termos reais, a queda do salário real. O aparelho produtivo sofreu intensas tensões, causando degradação nos níveis de emprego.

Miguel De La Madrid assume o governo em dezembro de 1982, iniciando um programa de ajuste baseado na ortodoxia. A privatização, liberalização, desregulamentação entram na ordem do dia. O desemprego, a miséria, o descontentamento social e a corrupção se acentuam.

Depois de receber bilhões de dólares para se recuperar da crise de 1982, o México passa a sofrer pressões externas para adotar políticas liberalizantes, reduzisse os subsídios, baixasse a proteção aduaneira, privatizasse empresas e posteriormente, aderisse ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) (Almendra, 2003, p. 180).

Segundo Dedeca, a nova política econômica adotada no México nas décadas de 1980 e 1990 tem se realizado através da:

[209] Somente entre 1981-1982 ocorreu uma sangria de US$ 45 bilhões da economia mexicana pela pura e simples fuga de capitais ou pela compra de propriedades nos Estados Unidos.

> "(I) abertura comercial; (II) ancora cambial no dólar; (III) privatização de empresas e atividades exercidas pelo Estado; (IV) austeridade fiscal; (V) desregulamentação (flexibilização) das relações econômicas e de trabalho; (VI) focalização das políticas públicas" (1997, p. 507).

Todas estas transformações aumentaram a exposição dos agentes econômicos à concorrência interna e externa. Sob o argumento de que ela provocaria a oxigenação dos diversos mercados, obrigando os agentes a buscarem uma maior eficiência econômica. (Dedeca, 1997, p.508)

Como destacou Krugman: "No México, houve uma drástica liberalização comercial entre 1985 e 1989. A fração de importações sujeitas à licenças caiu de mais de 90% para menos de 25%, a tarifa máxima foi reduzida em 3/4 e mesmo a tarifa media caiu para a metade. Acrescentemos a onda de privatizações e teremos uma grande reforma econômica" (2003, p.180).

Em 1988, Carlos Salinas de Gortari toma posse no México e o PRI inicia um dos governos mais conturbados de sua história. É no governo de Salinas que o México é aceito no NAFTA[210]; nele também inicia-se a revolta de Chiapas, um dos Estados mais explorados[211] do país; acusações de corrupção , ligações com o tráfico de drogas e a grave crise cambial legados para Zedillo e para toda a América Latina no final de 94.

Uma característica importante do modelo adotado no México no período posterior a Segunda Guerra Mundial, foi que, "...apesar do estrondoso crescimento econômico baseado na industria, que arrastou os demais setores em sua dinâmica, produziu-se uma concentração importante da produção, e consequentemente do poder econômico, em torno da Cidade do México. Disso resultou a concentração urbana mais intensa da América Latina: a Cidade do México[212], que passou de um milhão de habitante em 1940 para cerca de 15 milhões em 1980" (Hiernaux-Nicolas, 2005, p.26).

---

[210] North American Free Trade Agreement, o NAFTA é a ampliação do acordo de livre comércio já existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, agora incluindo o México. O acordo entrou em vigor no dia 1• janeiro de 1994, prevendo a eliminação das tarifas alfandegárias entre os três países num período de 15 anos, embora 50 das barreiras existentes se devessem eliminar logo no início daquele ano. O acordo significa a integração dos mercados dos três países, que em 1993 representavam um PIB de aproximadamente 7 trilhões de dólares e uma população de quase 400 milhões de habitantes.

[211] O território de Chiapas possui o terceiro maior lago de petróleo do mundo, sem falar na parte turística, pois é neste estado que se encontra Cancún, um dos pontos turísticos mais atrativos do mundo.

[212] O crescimento populacional da Cidade do México era tão intenso, que as previsões para o final do século eram assustadoras, segundo estas previsões, em 2000, a capital mexicana estaria com 33 milhões de pessoas (Hiernaux-Nicolas, 2005, p.28).

A Cidade do México, neste período, foi o pólo de atração dos fluxos migratórios do sul do país, particularmente das zonas camponesas e indígenas. A Cidade do México foi escolhida como o nó central do modo de desenvolvimento. Outras cidades também cresceram neste momento de forma dinâmica, em particular as cidades de Guadalajara no centro-oeste e de Monterrey, no nordeste, ambas as metrópoles atuando como relés da economia da Cidade do México, epicentro do país (Hiernaux-Nicolas, 2005, p.27).

Apesar do crescimento que o México apresentou no período posterior a Segunda Guerra Mundial, a desigualdade regional cresceu, particularmente em relação ao sul do país, incapaz de integrar-se a modernização e ao crescimento do tipo fordista. Outro ponto importante a se destacar, foi que vastos setores da população urbana, ainda nas metrópoles, ficaram a margem do crescimento ou pelo menos entrando e saindo das atividades formais.

4.2 O governo Miguel De La Madrid (1982-88)

Conforme apresentado, o ano de 1982 foi muito difícil para a economia mexicana, além da crise econômica herdada de José Lopez Portillo (1976-1982), o novo governo se vê obrigado a decretar moratória no pagamento das dívidas externas, o que detona uma grave crise que se alastra por toda a América Latina.

O governo de Lopez Portillo se caracterizou pelo aumento dos gastos públicos que em 1970 alcançaram 20% do PIB, passando a 29% de 1978. Portillo foi o presidente responsável pelo "enterro" do modelo de substituição de importações, baseado no fechamento da economia, com financiamento externo e forte coordenação do Estado, tanto no planejamento como na execução dos projetos de desenvolvimento.

O Presidente Miguel De La Madrid recebeu o governo em situação de alto risco depois da crise petrolífera e das ultimas medidas descabidas de seu antecessor, entre as quais a nacionalização dos bancos, que, embora tivesse intenções aparentemente

positivas, foi vista como ameaça pelas instituições financeiras internacionais e pelos bancos multinacionais.

Dupas ressalta que em fevereiro de 1982,

> "...tanto no nível interno (forte aceleração inflacionaria) quanto externo (acelerada perda de reservas cambiais), o México viu-se diante da situação premente de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em meio a uma grande crise. Como conseqüência, submeteu-se a um forte programa de estabilização". (1999, p.154-5)

Krugman destaca que os mexicanos sempre se caracterizaram pelo nacionalismo, pelo populismo e pelo cuidado para não se endividarem. Porém, "...nos anos 70, aquela cautela tradicional foi lançada aos ventos. A economia ingressou num surto febril, fomentado pelas novas descobertas de petróleo, pelos altos preços do petróleo nos mercados internacionais e pelos vultosos empréstimos dos bancos estrangeiros" (1999A, p. 64).

Na tabela abaixo, podemos identificar alguns dados referentes ao crescimento econômico mexicano nos governos de Lopez Portillo e De La Madrid, e com isso concluir que o período de Portillo foi bastante saudável para o país, porém, estes dados são insuficientes, porque apesar do crescimento econômico, o país incorreu em grandes déficits orçamentários, aumentos na sua dívida externa decorrente dos empréstimos concedidos pelos banqueiros internacionais, que foram estimulados pela taxa de juros baixa, além de grande fuga de capital iniciada com o pedido de moratória aos credores internacionais.

Tabela 11 - Indicadores Econômicos - México

ANO	Presidente	Crescimento (per capita)	Inflação
1977-1982	Lopez Portillo	3,1	30,5
1982-1988	De la Madrid	-2,5	90

Fonte: Casas 1993.

Foi neste período que o México conheceu o equivalente nacional da “década perdida” da América do Sul: empobrecimento da população, inflação endêmica e desemprego brutal.

Neste momento de crise econômica, apenas o ramo do turismo se beneficiou das desvalorizações cambiais, onde o México tornara-se muito atraente par o turismo internacional e para os investimentos estrangeiros.

A crise afetou a indústria mexicana de forma bastante violenta, acostumada ao protecionismo de décadas anteriores, alguns setores foram fortemente afetados, tais como o setor têxtil e a indústria de brinquedos, ambas sentindo a concorrência dos produtos da Ásia, especialmente da China.

Miguel De La Madrid assumiu uma pesada herança econômica conforme mostra os indicadores econômicos apresentados na tabela 2.

Tabela 12 - Indicadores Econômicos – México

	Endividamento Público (PIB)	Poupança Nac. Bruta (Pib)	Dívida Externa (US$ bilhões)	Balanço de Pagamento (US$ bilhões)
1980	7,3	23,2	51,4	1
1981	13,8	21,8	75	1,2
1982	17,7	19,2	89,6	- 6,8
1983	9,4	24,3	93	5,5
1984	8,4	22,3	94	3
1985	9,5	21,6	94,8	- 3,4
1986	15,6	17,2	98,5	- 1,2
1987	15,9	21,4	107,5	6,6
1988	12,9	18,2	100,9	- 6,9
1989	5,9	18,2	95,3	-1

Fonte: Cepal

Diante destes dados, concluímos que o endividamento do setor público dobrou em apenas três anos, passando de 7,3% em 1980, para 17,7% em 1982. Neste mesmo período, a dívida externa apresentou um aumento de 80%, passando de US$ 50,1 bilhões para quase US$ 90 bilhões, o que mostra o tamanho da crise fiscal por que passava o México.

Segundo Krugman:

> "...em julho de 1982, o rendimento dos títulos mexicanos era ligeiramente inferior ao oferecido por credores presumivelmente seguros, como o Banco Mundial, indicando que os investidores consideravam desprezível o risco de que o México não pagasse com pontualidade as suas dívidas".(1999A, p.65)

No governo De La Madrid inicia-se um novo modelo de desenvolvimento para o México, este modelo se caracteriza pelo maior papel do mercado na economia, com

isso, o Estado, passa a dar espaço a iniciativa privada. Para viabilizar esta mudança dá-se início as privatizações de empresas estatais e desregulamentação da economia.

A crise econômica de 1982 se entrelaça com a crise financeira internacional, com a reconversão industrial e a recomposição do capital transnacional (Hernandez apud Dedeca, 1997, p.25).

Os anos de 1981/1982 foram períodos de comoção nacional, neste momento a dívida mexicana se tornou impagável devido ao fim das fontes de financiamento externo, do aumento das taxas de juros internacionais e da queda de preços de exportações (petróleo), diante de compromissos caros e de curto prazo que foram adquiridos de maneira precipitada e equivocada pelo governo perante o desequilíbrio externo, impossível de controlar desde o começo dos anos 80[213].

Camin acredita que a crise de 1982 foi a responsável pelas mudanças profundas da sociedade mexicana, estas que tocam todas as fibras da sociedade, levando a uma dupla transformação: a do modelo de desenvolvimento econômico e a da natureza do regime político (2002, p.39).

No plano econômico, visualiza-se a passagem de uma economia fechada para uma economia aberta; da passagem de uma economia protegida, voltada para o mercado interno, para uma economia de livre comercio, voltada para a exportação; e de uma economia regulada por um Estado intervencionista para uma economia regulada pelas forcas do mercado.

No plano político, Camin destaca que "...assistimos a passagem de um regime presidencialista sem equilíbrio de poderes para um regime presidencialista limitado, com independência dos outros poderes, e de um sistema de partido hegemônico, com eleições controladas, para um sistema de partidos competitivos, o que implica eleições livres, opinião publica independente e exercício de cidadania com opções de governo" (2002, p. 40).

A política econômica de emergência - "reordenação econômica" - adotada em 1982 visava salvaguardar a capacidade produtiva, o emprego, combater a inflação, diminuir o déficit público e estimular as exportações. A equipe econômica de De La

[213] La Peña acredita que o pano de fundo para a crise mexicana de 1982 era "...a insuficiência estrutural de competitividade da economia perante o exterior, decorrente de décadas de proteção irresponsável e de corrupção". (1997, p.150)

Madrid procurava uma outra forma de financiar o desenvolvimento, diminuindo a dependência de recursos externos[214], assim sendo, concentrava suas ações no estímulo as exportações e na atração de investimentos estrangeiros diretos.

> "O ajuste de 1982 reestruturou a dívida pública interna. Em 1982, a dívida continha apenas 4,4% em títulos públicos, enquanto o restante se dividia entre emissões monetárias e encaixes obrigatórios sobre as instituições financeiras. Porém, em 1983 a divisão da dívida publica mudou totalmente sua estrutura, o endividamento interno em títulos públicos alcançou 72,2%" (Braga e Cintra e Dain, 1995, p. 602).

A política econômica adotada em 1982 se caracterizava como monetarista e contava com o apoio do FMI. O governo inicia assim um controle monetário e dos gastos públicos visando sanar as contas, aumentar a renda estatal mediante incremento dos preços e das tarifas.

O apoio dado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) visava o cumprimento por parte do México, dos acordos assumidos com os credores internacionais, ou seja, o pagamento dos juros[215], que somaram US$ 32 bilhões entre 1981-83. A dívida externa mexicana foi um problema difícil de ser resolvido no início dos anos 80; em 1984 o México remeteu ao exterior US$ 12 bilhões, porém sua dívida ainda apresentou um aumento substancial.

A recessão de 1982 levou a economia a um circulo vicioso, diminuição dos gastos públicos e controle monetário, diminuição dos salários[216], queda na renda agregada e, conseqüentemente, diminuição na atividade econômica e desemprego, tudo isso levava a economia a um período de instabilidade e grandes riscos.

A economia mexicana passou por um profundo reajuste recessivo, passando de um déficit operacional de 10% do PIB, em 1981, para um superávit de 0,4% já em 1983. A taxa de juros elevou-se drasticamente em conseqüência tanto da contração monetária quanto da liberação do mercado financeiro. Os salários reais sofreram imensa

[214] Até a crise de 1982 o México recorria regularmente aos recursos externos para complementar a poupança interna e para financiar seu crescimento.
[215] Para a América Latina como um todo, o pagamento de juros relativos a exportações de bens e serviços caíram de 38,7% em 1982/83 para 28% em 1988/89, 20% em 1992/93 e 19,1% em 1994 (Cepal).
[216] A participação dos salários na renda nacional diminuiu de 37,4% em 1981 para 23% em 1982 (Cepal)..

queda, reduzindo-se em cerca de 40% nos cinco primeiros anos de ajuste (Dupas, 1999, p.155-6).

Devemos destacar ainda, que a abertura econômica golpeou prioritariamente aqueles centros de produção industrial, onde era mais forte a indústria tradicional. As grandes metrópoles[217], e particularmente, a Cidade do México, epicentro industrial do país, foram as mais afetadas. "Um processo novo substituirá a atração tradicional dos centros de alto crescimento econômico que eram as metrópoles: este processo consistia em uma nova tendência ao crescimento das cidades médias, principalmente as do norte do país" (Hiernaux-Nicolas, 2005, p. 33).

Destacamos o crescimento das indústrias maquiladoras, que começaram suas atividades em 1964 com um estatuto de exceção, que permitia importar matérias-primas e produtos semimanufaturados que eram transformados e montados no México e posteriormente reexportados do país sem impostos sobre o comercio exterior em ambos os sentidos. Essa forma de industrialização, que sempre foi vista como um apoio, uma situação excepcional para beneficiar a fronteira Norte, pouco integrada ao território nacional, tornou-se uma realidade com altos índices de crescimento a partir de 1982 (Hiernaux-Nicolas, 2005, p. 33).

A tabela abaixo nos mostra alguns indicadores econômicos mexicanos no período de 1982-88.

[217] Outros centros tradicionais, como os portos industriais foram profundamente afetados pela crise e pela abertura, e as áreas de exploração de petróleo entraram em colapso (especialmente os territórios que margeiam o Golfo do México).

Tabela 13 - Indicadores Econômicos – México

	Receita	Despesa	Resultado
1980	15,2	18,8	- 3,6
1981	15,2	22,4	- 7,2
1982	15,1	28,2	- 13,1
1983	17,5	26,9	- 9,4
1984	17,3	25	- 7,7
1985	17,5	25,5	- 8
1986	15	28,8	- 13,8
1987	15,9	31,2	- 15,3

Fonte: CEPAL

Diante dos dados acima, vemos que as contas públicas mexicanas apresentam-se constantemente deficitárias, sendo que os anos de 1982, 1986 e 1987 foram os piores em termos fiscais. Nestes três anos a situação econômica do México era bastante negativa, 1982 foi o ano da moratória, 1986 e 1987 foram marcados pelo grande terremoto ocorrido em 1985, onde a destruição, a morte e a miséria se espalharam pelo país.

O terremoto ocorrido em 1985 teve dramáticos impactos sobre a capital do país, Cidade do México, provocou ainda um retrocesso maior na indústria e na imigração instantânea e posterior de numerosos habitantes (entre os quais, empresários, técnicos de formação média e alta, etc...), o que debilitou ainda mais a economia metropolitana, alem dos efeitos psicológicos extraordinários sobre a população nacional, tanto na economia como ambientalmente a sensação de fragilidade da segunda maior metrópole do mundo se fez patente. As megacidades nem sempre são os lugares de maior forca econômica no sistema mundial (Hiernaux-Nicolas, 2005, p. 35).

Os salários reais apresentaram um declínio[218] considerável desde 1980, o que somado ao aumento do desemprego[219] acarretou uma deterioração na distribuição de renda (Dornbusch e Edwards, 1989, p. 929).

Conforme analisado, o novo modelo de desenvolvimento adotado em 1982 priorizava o setor privado. Os condutores da política econômica acreditavam que com o avanço do mercado haveria uma melhor alocação de recursos, melhora da qualidade dos produtos e com isso uma melhora nos padrões de vida da sociedade.

Segundo Camin:

> "Mais por necessidade do que por previsão, o México teve de ajustar suas condições aos desafios impostos pelo momento. Isso foi feito a partir da crise da divida externa de 1981-1982, que teve efeito irreversível sobre as finanças publicas e sobre a lógica do Estado. Ate esse momento, a economia e a política do México eram altamente subsidiadas e protegidas da concorrência. O México tinha empresários subsidiados e protegidos, trabalhadores subsidiados e protegidos, camponeses subsidiados e protegidos, classe media subsidiada e protegida. Era um país de votos subsidiados e protegidos, com uma oposição política subsidiada e protegida, e um partido oficial e hegemônico subsidiado e protegido. E mais, no topo da pirâmide, havia uma Presidência forte, subsidiada e protegida. Tudo ou quase tudo no México estava subsidiado e protegido, em certa medida, pelo manto estatal. Tudo era, ate certo ponto, pago pelo Tesouro público. A quebra das finanças do governo foi, por isso, não somente a quebra de uma instituição econômica, mas também o principio do fim de um regime político. Significou a crise de um modelo de desenvolvimento econômico e também a crise de um modelo de estabilidade política" (2002, p. 42).

Na tabela abaixo podemos observar a evolução do papel do Estado na sociedade mexicana.

[218] A variação do salário real no México foi de -0,8% em 1980; 4,3% em 1981; -2,4% em 1982; -26,5% em 1983; -4,9% em 1984; -1,5% em 1985; -9,2% em 1986; -1,6% em 1987; -1,0% em 1988; porem iniciaram um período de recuperação: 9,2% em 1989; 2,0% em 1990; 6,7% em 1991 e 9,6% em 1992. (Dupas, 1999, p.156)

[219] O emprego na manufatura se encontrava em 1987, 14% menor do que em 1980.

Tabela 14 - Valor Agregado no setor público – México

Ano	Valor Agregado (% PIB)	Participação no Investimento total
1965- 1969	11,7	37,5
1970 -1975	14,5	33,6
1976 -1979	19,4	41,9
1980 -1984	16,3	44
1985 -1986	23,9	36,3

Fonte: (Dornbusch e Edwards, 1989, p.928)

Os bancos tiveram sua participação no financiamento da dívida interna mexicana diminuída. Em 1982 estas instituições absorviam 48,8% da dívida interna, contra os 41,7% em 1993, com tendência a baixa (Burki e Edwards, 1996,p.36).[220]

Em 1985 a situação econômica mexicana apresentava sinais de melhora, a dívida externa se estabilizou, o déficit orçamentário diminuía rapidamente – embora se mantivesse alto, o setor externo apresentava superávits periódicos, a taxa de inflação estava em queda, o produto interno bruto aumentava timidamente - depois de dois anos seguidos de queda animando os investidores nacionais e estrangeiros. Esta situação positiva pode ser creditada também a melhora econômica do EUA[221], que saía da recessão iniciada no início dos anos 80.

O terremoto de 1985[222] teve um efeito devastador na economia do país e as conseqüências diretas sobre a produção, o emprego e, conseqüentemente, sobre a renda.

> "Neste momento de crise e insegurança, crescia dentro do governo De La Madrid, uma linha de pensamento atrelado ao monetarismo-neoliberalismo[223],

[220] A razão da queda na participação dos bancos na dívida interna mexicana se da pelo fato de que ate 1982, estes tinham encaixes obrigatórios em suas carteiras, porem esta obrigatoriedade foi abolida.
[221] E importante ressaltar que os EUA e o principal parceiro comercial mexicano, com isso a saída da recessão por parte dos EUA significava um aumento das exportações mexicanas.
[222] O dia 19 de setembro de 1985 ficaria marcado na memória dos mexicanos, pois neste dia um terremoto de grau 8 na escala Richter arrasou parte da Cidade do México, deixando pelo menos 8 mil mortos.

> que havia abandonado as antigas idéias estatistas dos anos 50 e 60, em favor do que veio a ser chamado "Consenso de Washington": o crescimento seria melhor atingido com orçamentos sensatos, baixa inflação, desregulamentação dos mercados e liberação do comercio". (Krugman, 1999A, p.66)

A Cidade do México foi a mais atingida pelo terremoto, as perdas materiais estavam ligadas a reconstrução de prédios, lojas e estabelecimentos comerciais até às perdas referentes a empregos. Os pequenos e médios empresários[224] foram os maiores atingidos depois dos trabalhadores e os setores mais atingidos foram a indústria do vestuário[225], indústrias de confecções, o setor de turismo[226]. A Telmex (Telefonos do México) apresentou inúmeros prejuízos decorrentes dos abalos sísmicos[227], alem dos setores de educação e saúde, que tiveram destruição acentuada de sua infra-estrutura, e conseqüentemente, um piora no atendimento a população.

Para agravar a situação econômica, no inicio de 1986 os preços do petróleo iniciam uma queda vertiginosa, afetando diretamente as receitas fiscais, além de prejudicar o setor externo, pois o petróleo tem um peso considerável nas exportações mexicanas.

No ano de 1986 o México ingressou no GATT[228] (General Agreement on Tariffs and Trade); este fato foi sintomático porque o governo mexicano tentou ingressar no GATT, em 1947, ano de fundação, com o argumento de que comprometia a regulação e

---

[223] Em 1985, esta doutrina começa a ser introduzida no México, sobretudo através da abertura radical do comercio, onde cortaram-se as tarifas e reduziu-se de forma drástica a lista de importações que dependiam de licenças previas. O governo intensificou as privatizações de empresas estatais e designou como sucessor de De La Madrid, um dos paladinos da nova reforma econômica mexicana e não um dos antigos quadros do Partido Revolucionário Institucional (PRI), o Secretario de Planejamento e Orçamento Carlos Salinas de Gortari, graduado em Harvard e cercado por outros tecnocratas oriundos do MIT.

[224] Foram atingidas mais de 1.326 instalações, onde 800 delas tiveram perdas totais; o pequeno comércio teve 800 estabelecimentos atingidos, no qual 400 foram totalmente destruídos.

[225] Segundo dados da Câmara Nacional da indústria do vestuário, das 2.800 indústrias, 1026 se situavam no centro da cidade, e, destas mais de 500 sofreram danos parciais e 150 fecharam por se encontrar em zonas de perigo (Hernandez apud Dedeca,1997,p.31).

[226] O setor de turismo e responsável por 3% do PIB do país e 6% da entrada de divisas, teve sua infraestrutura bastante afetada, com destruição de hotéis e restaurantes.(Hernandez apud Dedeca,1997,p.32)

[227] Perdas de centenas de geradores de alta tensão, quedas de inúmeros postes, transformadores, alem dos defeitos de comunicação, que resultaram em prejuízo de 38 bilhões de pesos, algo em torno de 4% do PIB mexicano. (Hernandez apud Dedeca,1997,p.33)

[228] Com o ingresso do México no GATT são eliminadas as praticas protecionistas do passado, substituindo apenas por tarifas, porém, o governo mexicano foi muito mais além do estipulado pelo GATT, que exige que nenhum imposto ultrapasse 50% do valor produzido, enquanto no México nenhum estado tem valor superior a 20%; outra exigência do GATT foi que a taxa média de imposto sobre importação não passe dos 30%, no México, essa taxa é atualmente de 9,78%.(Hernandez apud Dedeca, 1997, p.34)

promoção econômica, e da segunda tentativa feita em 1980. Em 1986 a resistência foi menor e facilmente contornada.

Neste mesmo ano, as privatizações foram intensificadas, com a venda de empresas para-estatais[229], os investimentos públicos foram restringidos, inclusive nos setores mais estratégicos, como o petróleo. O governo, neste período, teve sua ação pública e sua concessão de subsídios diminuída, ou seja, o governo intensifica a retirada do Estado da atuação econômica.

A abertura econômica[230] se iniciou em meados de 1985[231], de maneira que "...no final de 1987 a proteção havia-se desmantelado. Ao mesmo tempo restringiu-se a intervenção estatal nos processos produtivos, a regulação de preços e os subsídios ao consumo e à produção. Entretanto, aumentou a ação estatal para impor transformações, cargas sociais e tributos".(De la Peña, 1997, p. 148-9)

Segundo De La Peña, neste período, as exportações foram estimuladas:

> "Ao mesmo tempo, diminuiu o tradicional traço anti-exportador de muitas empresas, sobretudo as vinculadas a investimentos estrangeiros. Em geral, a vantagem foi muito grande para a exportação, entre a contração salarial e a tendência à subvalorização do peso que prevaleceu no período, que baixava o preço em dólares dos insumos nacionais. Em troca, as importações em pesos encarecem para os produtores e para o mercado interno. Isto, somado ao estancamento da economia, provocou a manutenção das importações em torno de US$ 12 bilhões entre 1984 e 1987, apesar da abertura do mercado. Em contrapartida, em 1988 aumentaram 52% (e 24% a.a. de 1989 ate 1994) ao iniciar-se a recuperação, quando o parque produtivo ressentiu-se da concorrência das importações" (1997, p.149).

[229] Em 1982, existiam no México 1058 empresas para-estatais, em 1990 restavam apenas 549 e 239 em 1996, mediante liquidação, fusão ou venda. (De La Peña,1997,p.151)

[230] A produção protegida passou a ser de 92% em julho de 1985 a 25% em dezembro de 1987 (De la Pena, 1997, 152).

[231] Segundo Dupas: "A partir de 1985, o governo deu andamento a uma reforma tarifaria, reduzindo o seu nível médio de 100% para 50%. Em marco de 1986, inicia-se nova redução tarifaria, em quatro etapas consecutivas, que terminaria, já em outubro de 1988, por implantar nova escala de 0% a 30%. Em agosto de 1986 o país aderiu ao GATT, assumindo então o compromisso de suprimir, até fins de 1987, o controle de importações" (1999).

TABELA 15

México: Indústria manufatureira, 1980/1995

Ano	PIB (1)	Exportação (2)	Importação (3)	Produtividade (4)
1980	1464	3030	16408	100,0
1981	1596	3360	21037	101,6
1982	1563	3018	12971	100,9
1983	1423	4583	6644	101,0
1984	1490	5595	9122	103,0
1985	1562	4978	11261	105,9
1986	1474	7969	11307	102,3
1987	1523	10499	11941	104,3
1988	1560	12332	18176	107,5
1989	1683	13191	23046	111,9
1990	1796	15138	28812	116,7
1991	1859	16670	35668	123,2
1992	1937	17627	44816	131,1
1993	1924	20765	45901	140,2
1994	2002	24940	55072	151,4
1995	1911	36448	43030	-

Fontes e notas: (1) milhões de novos pesos de 1980 . (2) e (3) dados FOB. milhões de dólares. (Banco do México) . (4) PIB/pessoa ocupada com base *Encuesta Industrial Mensual.* (5) Fixados com serie a preços de 1993. (De La Peña,1997,p.XX)

A tabela acima demonstra que a partir de 1987 a produtividade industrial melhorou, mas foi mais um efeito estatístico devido ao fechamento de plantas, avanço do segmento importador, a desocupação em massa de trabalhadores menos qualificados,

do que devido a um movimento geral de modernização e tecnificação do parque produtivo[232]. (De La Peña, 1997, p. 149)

O investimento estrangeiro aumentou, mas não foi suficiente para cobrir as deficiências do investimento doméstico, pois neste período as empresas mexicanas dedicavam-se a subsistir, e poucas faziam investimento.

> "Diante disso as autoridades econômicas se vêem obrigadas a recorrer a empréstimos junto aos banqueiros internacionais e ao FMI, estes empréstimos faziam parte de um pacote de ajuda financeira que contava com a participação do Tesouro americano, que somou 7,7 bilhões de dólares. Porém a contrapartida destes empréstimos[233] foi que se reduzissem os subsídios, baixassem a proteção aduaneira e privatizasse empresas estatais" (Casas, 1991, p. 289).

A combinação da queda dos preços do petróleo com o terremoto de setembro de 1985 foi explosiva, pois obrigou o governo a aumentar os gastos públicos, aumentar o endividamento externo, para cumprir o pagamento dos juros, e com isso aprofundou a crise fiscal do estado (Bresser Pereira, 1992, p. 67).

Esta situação levou a um aumento nas taxas de inflação, que atingiram 86,2% em 1986 e 131,8% em 1988, o que levou o governo mexicano a fixar a taxa de câmbio, porém os resultados em termos de inflação só surtiram efeito a partir de 1989, quando esta se reduziu para a casa dos 20% ao ano.

> "Diante da crise econômica e do descontentamento da opinião pública[234], o governo inicia a implementação, em dezembro de 1987, do Pacto de Solidariedade Econômica (PSE)[235], que era composto por três signatários: I. Os trabalhadores da Central Operária (CTM[236]); II. Os empresários no Conselho Coordenador Empresário (CCE); e III. O governo".(Casas,1991,p.290)

[232] A modernização e a tecnificação do parque produtivo ocorreu apenas nas empresas exportadoras, que, por iniciativa própria investiram bastante e com êxito, pois uma política de mudança tecnológica não houve.
[233] Não era a primeira vez que o México recorria a empréstimos americanos, em 1983 foram 5 bilhões de dólares, mais 3,8 bilhões em 1984. Estes empréstimos que deveriam ser pagos inicialmente em 1985, foram ampliados devido ao terremoto.
[234] Numa pesquisa de opinião feita no final de 1986 mostrava que 54% dos entrevistados acreditavam que o país nunca sairia da crise e 69% culpava o governo pelas más políticas adotadas (Casas,1991,p.290).
[235] Este acordo foi inspirado no Pacto de Moncloa espanhol.
[236] Confederação dos Trabalhadores do México

O Pacto de Solidariedade Econômica (PSE) trazia algumas novidades, entre elas, a adoção de medidas heterodoxas, como o congelamento de preços, dos salários, das tarifas públicas, e do câmbio, porém a taxa de juros ficou liberada como forma de estimular a poupança e frear a fuga de capitais, destaca-se com isso o reconhecimento do caráter inercial da inflação. O governo Miguel De La Madrid se caracterizou por dois períodos distintos, no primeiro de 1983/87 tem como objetivo básico enquadrar a economia mexicana à nova configuração do mercado financeiro internacional. No segundo momento, que se inicia no final de 1987 (com a introdução do PSE) e caracteriza pela adoção do programa heterodoxo, onde o combate a inflação e a recuperação econômica e priorizada.

O Pacto de Solidariedad Econômica (PSE) tinha como principal objetivo, segundo Dedeca, "...a contenção dos gastos públicos e a formação de um superávit primário[237] de 8% em relação ao PIB, que pudessem permitir a sustentação das reservas existentes, a contenção dos salários, em especial do setor público, e a adoção de uma taxa de câmbio estável".

> "No final de 1987 havia sido implementado um amplo programa de privatização e um ambicioso e amplo programa de liberalização comercial. Em 1982, todas as importações estavam sujeitas a barreiras não alfandegárias; ao final de 1987 apenas 20,3% do valor das importações estavam sujeitas a restrições quantitativas. As tarifas foram reduzidas ao longo do tempo de um máximo de 100% em 1982 para 45% em 1987 (Ortiz apud Casas,1993, p. 288).

Segundo Orme, no período 1983-88 foram privatizadas poucas empresas importantes, esta alienação ficou restrita aos hotéis, refrigerantes, produtos químicos e farmacêuticos não importantes e firmas de serviços. Num segundo momento, 1988-89, outros setores foram privatizados, mineração, manufaturas e a venda da importante Companhia de Cobre Cananea, onde o governo arrecadou US$ 900 milhões. Neste período foram vendidas duas companhias aéreas, estaleiros navais, caminhões e motores, produtos químicos, açúcar e distribuição de alimentos, que rendeu ao governo US$ 1,6 bilhão (1995, p.41).

[237] Receita superior a despesa, sem contar os gastos relativos ao pagamento dos juros. Deve-se destacar que um superávit primário tão rigoroso levaria a economia a níveis concretos de recessão.

> "O governo encontrou dificuldades para privatizar as empresas estatais devido à oposição dos trabalhadores e dos sindicatos. Esta oposição foi vencida em 1990, quando o publico, vendo com bons olhos as privatizações, apoiou o governo contra os sindicatos fortes. O que influenciou a decisão da população favorável às privatizações foi em parte a demanda por melhores serviços públicos, e a não mais aceitação do governo como administrador" (Orme, 1995, p. 41).

Em 1990, o governo mexicano privatizou 20% da TELMEX, empresas monopolista na área de telecomunicações, passando ao setor privado o controle da estatal por US$ 1,7 bilhão. Devido ao sucesso desta privatização, o governo vende em 1991 26% da sua participação sem direito a voto, rendendo US$ 1 bilhão. As privatizações tornaram-se um instrumento para a promoção dos papéis mexicanos no exterior[238] (Orme, 1995, p.41).

Segundo Fukuyama: "não havia duvida de que os abrangentes setores estatais do antigo mundo comunista precisavam ser drasticamente reduzidos, mas o inchaço estatal também havia contaminado muitos paises não-comunistas em desenvolvimento. Por exemplo, a participação do governo mexicano no PIB cresceu de 21% em 1970 para 48% em 1982, e seu déficit fiscal atingiu 17% do PIB, preparando o terreno para a crise de endividamento que surgiu naquele ano" (2005, p. 19).

Em 1991, apenas 280 empresas continuavam sendo públicas, de um total de 1155 existentes em 1982. (Orme, 1995, p. 42)

Orme, ao analisar as privatizações de empresas estatais no México, conclui que:

> "Além de US$ 1,6 bilhão recebido das primeiras e pequenas reprivatizações ao longo da década de 1990, o governo tinha em meados de 1991 acumulado US$ 8,4 bilhões, dos quais as maiores contribuições resultaram da venda da TELMEX e do Banco Nacional do México (BANAMEX). Todos os bancos comerciais e outras entidades menores foram posteriormente reprivatizados por US$ 8 bilhões, incluindo o complexo siderúrgico, SICARTSA, e a companhia de fertilizantes" (1995, p. 43).

[238] O México neste momento precisava de capital estrangeiro e a privatização de empresas estatais poderia atraí-los.

O Pacto Solidariedade Econômica se resume a um esforço do governo em três campos da economia, um ajuste fiscal, que termine definitivamente com a crise fiscal do Estado mexicano; políticas de renda e aprofundamento da reformas institucionais.

Destacamos inicialmente a redução das taxas de inflação[239], que atingiu 7% ao mês em 1987 e caíram para números mais modestos, algo em torno de 1% ao mês, salientamos ainda a não existência de recessão, o que surpreendeu a todos, até mesmo a equipe econômica, pois o crescimento industrial foi de 3,5%.

Porém, as metas de equilíbrio fiscal ficaram prejudicadas, pois o Pacto trouxe um aumento das taxas de juros, o que impossibilitou o equilíbrio das contas públicas e uma deterioração da conta corrente.

A adoção destas medidas e as constantes desvalorizações cambiais geraram aumentos constantes nas exportações e aliviaram o setor externo da economia, como podemos notar na tabela abaixo.

[239] Destacamos que a taxa de inflação saltou de 26,4% em 1980 para 102,3% em 1983 (período da crise da dívida), alcançando 131,8% em 1987 e 114,2% em 1988. Porém em 1989, o nível de inflação já havia caído para 20,0% (Dupas, 1999, p. 156).

. Tabela 16 - Evolução do setor externo - México (US$ milhões)

Ano	Importações	Exportações	Saldo	Reservas
1984	11288	24185	12897	8133
1985	13218	21667	8450	5804
1986	11451	16028	4576	6791
1987	12199	20649	8450	13751
1988	18945	20648	1703	6588
1989	23410	22765	- 645	6860
1990	29775	26779	- 2996	7100
1991	32000	26000	- 6000	12000

Fonte: BID

A partir da tabela acima podemos notar que o saldo comercial mexicano apresentou superávit do início da década de 80 até 1988, quando o resultado começou a ficar negativo.

Um balanço dos primeiros cinco anos da virada econômica do México percebe-se que os resultados foram frustrantes. A velha economia mexicana estava destruída e a nova não tinha a energia necessária para arrastar o país. (De La Peña, 1997, p.150)

Apesar do balanço negativo, pois a "Nova Economia" apresentava resultados frustrantes, governo de Miguel De La Madrid se encerra em dezembro de 1988, a situação econômica do país não era muito favorável, porem os números mostram que De La Madrid entrega a Carlos Salinas de Gortari (seu sucessor) uma economia em melhor estado do que recebeu.

No campo da política externa, De La Madrid dá prosseguimento a política independente adotada por todos os presidentes mexicanos anteriores. Sua política se

caracterizou como mais a direita, enquanto a de Luís Etcheverria (1970-76) se caracterizou por ser mais a esquerda (Fuser, 1995, p. 15).

A reforma econômica liberalizante seguiu um ritmo gradual durante o governo de Miguel De La Madrid (1982-1988) e um ritmo acelerado no de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Ambos os governos enfatizaram muito mudanças na área econômica. Porém, relutaram de formas diferentes, em desmantelar o aparelho político sobre o qual estavam montados. Não pretendiam entregar o poder. Queriam viabilizar a economia em um novo contexto internacional e reiniciar o crescimento para evitar um colapso político. Mas à medida que a reforma econômica avançava, a velha estrutura corporativista era ferida de morte (Carmin, 2002, p.43).

Mas, como destacou Castells, foi o presidente Miguel De La Madrid:

> "...um tecnocrata vinculado aos círculos de integrismo católico, foi o presidente da transição, em 1982-88, ficando encarregado de colocar as finanças do México em ordem, e prepara a nova equipe de líderes[240] jovens, tecnicamente competentes e politicamente ousados com plenas condições de criar um novo país, e um novo Estado, a partir das esferas de poder do próprio PRI" (1999, p. 326).

4.3. O Governo de Carlos Salinas de Gortari

Em 6 de julho de 1988 ocorreram eleições para a presidência mexicana, os candidatos eram, Carlos Salinas de Gortari[241], pelo PRI, Cuautémoc Cárdenas[242] que havia saído do PRI no ano anterior e era candidato pela Frente Democrática Nacional, e Manuel Clouthier pelo Partido da Ação Nacional (PAN) pela oposição. As pesquisas de opinião diziam que naquelas eleições finalmente se encerraria o governo do PRI, que desde 1929 estava no poder, Cuautémoc era favorito nas pesquisas com uma margem de 5% de votos sobre Salinas.

[240] Dentre eles destacamos Carlos Salinas de Gortari, Manuel Camacho e Ernesto Zedillo.
[241] Salinas tinha sido ministro da Programação no governo De la Madrid.
[242] Cuautemoc era filho de Lázaro Cárdenas, que havia governado o país no período 1930-1936, sendo responsável pela nacionalização do petróleo.

No México, o poder do PRI era total, no dia da apuração os computadores do tribunal apresentaram problemas, e caiu o sistema, a partir daí retiraram da sala todos os jornalistas e os representantes de partidos e não forneceram maiores informações naquele dia. No dia seguinte os resultados das eleições foram divulgados, Carlos Salinas era o novo presidente mexicano, tinha sido eleito com 50,4% dos votos; em segundo ficou o candidato da Frente Democrática Nacional com 30,9% dos votos e em terceiro lugar, com 16,7%, Couthier. Acabava naquele dia o sonho da oposição de governar o México pela primeira vez em 150 anos.

O sistema político mexicano é bastante complexo, pois desde 1929 um único partido comanda os rumos do país, diante disso, o escritor Mário Vargas Lhosa definiu o país como "a ditadura perfeita" (Fuser, 1995, p.14).

O governo de Carlos Salinas de Gortari beneficiou-se de uma conjuntura positiva, embora sua legitimidade fosse sempre posta em dúvida. A curva do crescimento mexicano nesses seis anos teve a bem conhecida forma de sino, alcançando o ápice em 1991 para reduzir-se progressivamente ate chegar a desafortunada crise de dezembro de 1994, logo depois da posse do próximo presidente eleito.

Salinas inicia seu governo com a promessa de modernização do país e de prosseguimento das reformas estruturais. Diante disso, aprofunda a ortodoxia econômica, aumenta a abertura econômica, renegocia a dívida externa, e amplia as privatizações de empresas estatais.

A medida mais importante adotada por Salinas ao assumir o comando do país foi a renegociação da dívida externa, com isso o governo conseguiu fôlego para equilibrar suas contas, pois nos anos anteriores o setor público havia se endividado muito rapidamente.

A dívida negociada por Salinas foi equivalente a US$ 53 bilhões e se basearam em três opções: primeiro na redução do principal a uma taxa de desconto de 35%; segundo com o recebimento do título no valor de face, com remuneração de 6,25% ao ano; em terceiro a concessão de dinheiro novo por um período de quatro anos da ordem de US$ 1,5 bilhão. A renegociação ocorreu no formato do Plano Brady, e embora tenha sido bastante importante para o país em termos fiscais ainda ficou aquém das negociações efetuadas por outros países (como Argentina e Brasil), tudo porque o México foi o primeiro país a ingressar nesse Plano.

> "As conseqüências da renegociação da dívida foram imediatas, as contas públicas apresentaram uma melhora considerável, saindo de um déficit de 7,4% em 1989, para um superávit de 1,8% do PIB em 1991. As taxas de inflação que em 1987 estavam em 150% caíram para 20% em 1989 e 27% em 1990" (Gontijo, 1995, p. 44).

Os resultados iniciais foram estimulantes, a comunidade financeira internacional se mostrou bastante otimista com relação a situação econômica do país e os fluxos de capitais, tanto na forma de investimento externo direto (IED) como capitais especulativos voltaram ao México, que se tornava aos olhos dos investidores estrangeiros um grande negócio.

Diante de todo este otimismo a economia permanecia estagnada, com taxas de crescimento modestas, da ordem de 1,5% ao ano, resultado este insuficiente para reverter os números de 1986, queda de quase 4% no PIB.

Nas tabelas 17 e 18, vemos o desempenho econômico do México no período 1988-1994.

Ano	Crescimento do PIB (%)	Inflação (%)	Taxa de Câmbio Real
1988	1,2	114,2	100
1989	3,3	20	91,4
1990	4,4	26,7	91,2
1991	3,6	22,7	83
1992	2,8	15,5	78,2
1993	0,4	9,7	73,5
1994	4	7	74,8

Fonte: BID

Tabela 18

Ano	Saldo Comercial (US$ bilhões)	Conta Corrente (US$ bilhões)	Gasto Público/PIB (%)	Déficit Púb./Pib (%)
1988	1,7	- 2,4	35,2	- 12,5
1989	- 0,7	- 4	30,4	- 5,6
1990	- 4,4	- 7,1	27	- 3,9
1991	- 11,3	- 13,8	22,4	1,8
1992	- 20,7	- 22,8	20,3	3,4
1993	- 18,9	- 20,5	21,3	0,2
1994	- 24,5	- 29	21,5	n/d

Fonte: BID

Através destes dados podemos observar que o crescimento econômico no período 1988-1994 foi bastante modesto para o México se comparado aos 6% do pós-guerra até a década de 1980, porem, o mais importante e que estas taxas de crescimento foram artificiais, pois ocorreram através do descontrole do setor externo, através da queda do gasto público e principalmente pela taxa de câmbio valorizado. O atraso cambial trouxe inúmeras conseqüências negativas para o México: 1) encareceu os produtos mexicanos no mercado internacional; 2) barateou o preço dos produtos estrangeiros, o que levou o país a incorrer em sucessivos déficits comerciais. As taxas de juros elevadas eram um instrumento utilizado pelo governo para atrair capitais externos e com isso financiar os seus déficits comerciais, porem, os capitais que entravam no México eram capitais especulativos e eram utilizados para financiar as importações de produtos supérfluos[243], assim sendo, não estava havendo a modernização da economia mexicana, o país estava se tornando cada vez mais dependente do capital externo.

> "Quando Salinas assumiu o governo a situação social era insustentável, a pobreza se espalhava por todos os estados e regiões, a miséria aumentava

[243] Estes produtos eram desde produtos de consumo durável como não-durável, principalmente produtos de luxo para suprir as necessidades das classes abastadas do país.

> consideravelmente e o descontentamento da população era visível. Diante desta situação, o governo lança em dezembro de 1988 o Pronasol (Programa Nacional de Solidariedade), cujo objetivo era elevar o nível de vida dos grupos sociais mais vulneráveis" (Gordon, 1994, p.351).

A idéia do Pronasol[244] era simples, em vez de o governo distribuir os recursos entre os ministérios, estados e municípios, o dinheiro era repassado aos próprios beneficiários, para projeto de interesses imediatos, em contrapartida a comunidade oferece a mão-de-obra em regime de mutirão. O programa diminuiu a burocracia e ainda permitiu a queda no custo da construção de escolas e estradas (Fuser, 1995, p.78).

Os discursos oficiais em relação a esse programa mostravam resultados impressionantes, dos US$ 26 bilhões de dólares arrecadados com a privatização, US$ 10 bilhões foram destinados ao Pronasol, Salinas contabilizou mais de 250 mil comitês de solidariedade e meio milhão de obras (estradas, pontes, bancos de jardim, salas de aulas, etc...). Porém, o resultado não foi tão animador como mostram os dados do governo. Analisando os dados referentes à saúde, educação, emprego, criminalidade, higiene, vemos que a situação ficou pior depois de 6 anos de implantação do Pronasol do que quando do início do programa, em 1988.

> "A nova política econômica implementada pela América Latina, produziu baixas taxas de crescimento econômico. Os melhores momentos da economia mexicana não tem se pautado por grandes aumentos do Produto Interno Bruto. Como mostram os dados da tabela abaixo, a elevação do PIB mexicano nos períodos 1990-94 e 1993-95, respectivamente, mantiveram-se em patamares relativamente baixos, comparativamente aos nos anos 50-70. Porém, mesmo assim, o baixo incremento do produto gerou um déficit elevado na balança comercial" (Dedeca, 1997, p. 514).

[244] O Pronasol e o inspirador do Programa Comunidade Solidária, criado pelo governo brasileiro na segunda dos anos 90, governo Fernando Henrique Cardoso a cargo da primeira dama brasileira, a antropóloga Ruth Cardoso.

TABELA 19

Variações Anuais do Produto Interno Bruto (PIB) e dos Preços ao Consumidor

México - 1986/95

Ano	Produto Interno Bruto (PIB)	Preços
1986	- 3,6	86,2
1987	1,8	131,8
1988	1,3	114,2
1989	3,3	20,0
1990	4,5	26,6
1991	3,6	22,7
1992	2,8	15,5
1993	0,7	9,7
1994	4,5	6,9
1995	- 6,2	35,0

Fonte: (Dedeca, 1997, p. 515)

Os críticos do Pronasol diziam que este não era um programa para atender aos estados pobres, mas um programa para atender aqueles estados onde o PRI perdeu as eleições de 1988, esta crítica era pertinente, pois, os estados onde o partido havia perdido as eleições receberam maiores recursos, o estado de Chiapas e um bom exemplo disso, pois recebeu muitos recursos do Pronasol, e foi onde ocorreu um levante armado contra o governo de Salinas e a "ditadura" do PRI..

Como destacou Almendra: "O ponto de semelhança de todos os modelos econômicos aplicados na década de 1980 reside no fato de que estes planos de austeridade significam: arrocho salarial, estagnação econômica, inflação, desemprego e o conseqüente avanço da precarização laboral nos paises vigentes. Enfim um saldo social de miséria para milhões de trabalhadores do continente que configuraram a assim chamada 'década perdida' (2003, p. 182).

Entre 1990 e 1993, o governo mexicano iniciou a negociação[245] e assinatura do Tratado de Livre Comercio da América do Norte com os Estados Unidos e Canadá - TLC -, que entrou em vigor em janeiro de 1994.

A integração com os Estados Unidos foi a "...solução ao dilema que enfrentava a cúpula econômica, de insistir no crescimento aberto da economia ilhada, que não havia dado resultados e ameaçava a estabilidade política, e numa maior internacionalização".(De La Peña,1997,p.151)

Para Dornbusch:

> "Os formuladores da política econômica mexicana acreditavam que a apreciação da taxa de câmbio real não era um problema: o Tratado de Livre Comércio da América do Norte traria investimentos diretos e oportunidades comerciais. No momento, os déficits eram amplos, mas seriam reduzidos no futuro; de qualquer forma, não havia perigo de falta de financiamento, pois os investidores estavam interessados pelas ações e bônus do Tesouro mexicano. A sobrevalorização tornou-se problemática com as eleições de 1994, que trouxeram consigo a possibilidade de mudanças na estratégia econômica e mostraram a debilidade do partido oficial" (2003, p. 311-2).

As concessões feitas pelo governo mexicano para que o país fosse admitido como parceiro do NAFTA agudizaram a tal ponto a crise, que no inicio de 1994 ela mostrou-se com intensidade vulcânica, sem meios tons, para todo o mundo, sobretudo para os investidores internacionais que avalizaram o "milagre" dos anos 1980.

[245] Segundo De La Peña, a aprovação do Tratado de Livre Comercio exigiu grandes adequações do governo mexicano: "...seja nas estrutura jurídicas, na facilitação do investimento direto (1989), na eliminação do controle de câmbio (1991), ou no fim à divisão agrária e procedendo à amortização das terras publicas ("ejidos") para incorpora-las ao mercado. Negociou-se a dívida externa com os bancos credores, dentro das exigências do Plano Brady, acelerou-se a privatização de empresas para-estatais, sendo essas reservadas a intervencionistas nativos em condições de privilégios, no melhor estilo nacionalista, para prenunciar a criação de fabulosas fortunas. Parte da renda proveniente dessas liquidações (bancos, minas, industrias, telefones, linhas aéreas) foi aplicada pelo governo no saneamento das finanças publicas, assim como em projetos sociais ante a miséria crescente e as pressões externas para que se fizesse algo a esse respeito". (1997, p.151)

Evolução das Exportações Mexicanas no período 1980-2002 (bilhões de dólares)

TABELA 20

Ano	Exportações	Ano	Exportações
1980	7,6	1992	37,9
1982	7,6	1994	53,4
1984	12,5	1996	84,3
1986	15,5	1998	110,3
1988	24	2000	150,1
1990	30,6	2002	146,2

Fonte: Secretaria de Economia do México

O mercado financeiro era muito incipiente, o Banco Central Mexicano absorvia em 1982 48,2% do total da dívida interna, enquanto em 1993 apenas 0,4%, ou seja, os títulos em poder do setor privado aumentaram progressivamente.

Destacamos ainda, que no período da negociação do Tratado de Livre Comércio[246], houve um aumento na oferta mundial de capitais para o México. O excessivo aumento da oferta de capitais gerou um "...apetite insaciável de capital fez com que fossem aceitos todos os investimentos e financiamentos possíveis, sem moderação nem prudência". (De La Peña, 1997, p. 151)

Huerta acredita que:

> "...com o NAFTA, os EUA desejam tornar irreversíveis as mudanças recentes que tem ocorrido na economia mexicana, sobretudo no que se refere à uma maior generalização da abertura externa a toda a economia, ao processo de privatização, e a entrada de investimentos estrangeiros diretos... O processo de internacionalização das economias e de complementaridade que se tem desenvolvido entre ambas as economias, faz que os investimentos estrangeiros no país tendam a incrementar, o que requer, de maneira complementar, uma maior

[246] North American Free Trade Agreement (NAFTA) é a ampliação do acordo de livre comércio já existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, agora incluindo o México. O acordo entrou em vigor a partir de janeiro de 1994 e prevê a eliminação de tarifas alfandegárias entre os três países num período de 15 anos, embora 50% das barreiras existentes tenham sido eliminadas logo no inicio de 1994.

> segurança para os mesmos. Dai a importância do NAFTA e a modificação dos investimentos estrangeiros diretos que ele exige".(apud Dedeca, 1997, p. 517)

A situação macroeconômica no início dos anos 90 era preocupante, os juros altos cobrados pelo governo deterioravam a situação fiscal do Estado, a balança comercial entrou num período de déficits crescentes e o câmbio real estava totalmente desvalorizado, tudo isso contrastava com o otimismo dos investidores e do governo mexicano que acreditavam no melhor dos mundos.

Krugman definiu assim a euforia que se abatia sobre os investidores internacionais:

> "Em princípios da década de 1990, o México era o favorito dos investidores internacionais, convencidos de que as reformas econômicas do então presidente Carlos Salinas redundariam em vigoroso crescimento econômico. As advertências de uns poucos economistas de que o sensacionalismo publicitário sobre as perspectivas do México não correspondiam ao desempenho efetivo foram ignoradas e o dinheiro continuou inundando o país, ao ritmo de US$ 30 bilhões por ano. Mas, durante 1994, algumas notícias inquietantes - a rebelião dos camponeses, o assassinato do candidato à presidência e os indicadores econômicos desfavoráveis - tornaram os mercados cada vez mais nervosos. Finalmente, em dezembro, a quantidade de investidores intranqüilos alcançou a massa crítica e deflagrou-se uma corrida de grandes proporções contra o peso mexicano" (1999A, p.74).

Outro ponto interessante a se destacar, foi o crescimento das maquiladora[247], que passou a se tornar o epicentro da nova economia industrial. Segundo Hiernaux-Nicolas, "...o perigo de associar o crescimento industrial a um tipo de atividade que gera escasso valor agregado, não forma 'clusters' ou articulações interindustriais no território nacional e que só poderia parecer interessante do ponto de vista do aumento do emprego, embora de tipo taylorista e de baixa remuneração (2005, p. 35).

Como destacou Greider, durante 20 anos, as multinacionais americanas tinham fabricado vários componentes em mais de mil fábricas mantidas na zona franca ao longo da fronteira mexicana: a chamada zona maquiladora, uma região de trabalho barato onde os americanos fabricavam artigos para exportação. Agora, pelo menos estavam oferecendo as mesmas vantagens globalizadoras ao país inteiro (1997, p. 308).

[247] Alem do setor automobilístico, destacamos ainda outros exemplos de indústrias maquiladoras que se destacaram: os setores de produção de cerveja, indústria de cimento, a siderurgia, o cobre, entre outros.

Deve-se se destacar ainda, que a expansão para o norte[248] foi provocada pelas empresas exportadoras, que aproveitaram as vantagens da localização em cidades medias do centro-norte e norte[249]. Um dos setores mais importantes neste movimento foi o setor automobilístico, que ajudou bastante no aumento das exportações mexicanas, mas também gerou grande carga de importações, o que causou graves problemas no balanço comercial do país.

A montadora transnacional General Motors[250] (GM) transferiu um grande número de estabelecimentos industriais e de empregos para o México, em particular para a região Norte, transformando-se no segundo empregador privado do país.

Como destacou Carrillo: "A ampla difusão de maquiladoras da GM no México faz parte da sua estratégia de reduzir custos de produção, principalmente por meio da diminuição da remuneração do pessoal ocupado (calcula-se que os salários nas maquiladoras de autopeças sejam mais de dez vezes menores que nas empresas de autopeças dos Estados Unidos" (2001, p. 94-5).

Em 1988, a GM contava com 47.846 empregados dos quais 20 mil nas maquiladoras (42%). Já em 1996, esse número estava na casa dos 75 mil trabalhadores no México (63 mil na divisão Delphi-GM, ou seja, 84%, e o resto na GM corporativa, ou 16%), o que torna a GMM a principal empregadora privada do país, em particular pelo desempenho da sua divisão Delphi (Carrillo, 2001, p. 94).

O México estava se tornando uma zona de exportação com baixos salários para entrar no mercado norte-americano, exatamente como os críticos da integração haviam previstos anteriormente e, foram brutalmente contestados pelos defensores do processo de integração com o vizinho do norte.

Como destaca Ortiz:

---

[248] Cabe destacar, que esta expansão, ou "Marcha para o Norte" como efeito da abertura econômica 'e particular do México e um resultado de seu alto grau de integração com os Estados Unidos e, além disso, de sua peculiar vizinhança geográfica deles. Diferentemente dos outros paises latino-americanos que realizaram uma abertura similar, o México viveu uma transformação radical de seu território nos últimos vinte anos, o que implica uma autentica recolocação das atividades econômicas e da população em um processo de "subida" de seus diversos centros gravitacionais para o norte.

[249] As grandes cidades do norte e da fronteira, como Tijuana ou Ciudad Juarez; assim como cidades médias não fronteiriças, como Chihuahua, Hermosillo e Saltillo-Ramos Arizpe, são espaços abertos para o norte, orientados de forma crescente para os Estados Unidos.

[250] É importante destacar, que além da GM, a Ford e a Chrysler, adotaram estratégias corporativas baseadas no México, como forma de se protegerem contra a penetração de importações japonesas, dessa forma, tentaram criar no México uma plataforma de exportação de baixo custo para os automóveis pequenos.

> "O grau de dependência da economia mexicana em relação aos Estados Unidos era altíssima. O México não representava mais que 4% do comercio estadunidense, mas os Estados Unidos representavam pelo menos 70% do comercio externo mexicano. O Nafta facilitou a entrada, no México, dos produtos norte-americanos e incentivou ainda mais a instalação de industrias 'maquiladoras' e as chamadas *golondrinas*, que se valiam das isenções tarifarias para produzir em territórios mexicanos, com custos muito mais baixos, o que depois seria vendido com bons lucros no mercado interno americano ou internacional" (2003, p. 281-2).

Os críticos do modelo de integração destacavam o processo maciço de desmantelamento da capacidade produtiva do país. Como descrito por Heredia:

> "Se a economia se concentrar nas indústrias exportadoras, isso significará que ela estará dependendo de apenas 300 companhias que respondem por 85% do total das exportações. Dessas 300, um bom número é subsidiária das multinacionais americanas. O que você tem, portanto, é um comércio intra-empresas que não está de fato integrado com a economia interna. É a General Motors exportando autopeças de sua subsidiária mexicana para sua fábrica em Ohio ou no Michigan. Desde que o Nafta foi assinado, a proporção de exportações que, na realidade, não passa de comércio intra-empresas, passou de 40% para 55%. Ao mesmo tempo, o resto da indústria mexicana que não está voltada para a exportação não agüenta o tranco da abertura das fronteiras. Mesmo antes de a desvalorização reduzir os salários ela já não conseguia sobreviver à competição ou às elevadas taxas de juros" (apud Greider, 1997, p. 309).

Como destacou Carrillo:

> "A indústria maquiladora, principal seguimento manufatureiro no México por seu dinamismo no emprego e na geração de divisas, tinha em 1996 cerca de 150 mil trabalhadores, dos quais, 42% (63 mil) eram empregados da Delphi. Quanto à corporação, a Delphi-México representa pouco mais da terça parte do total de empregados dessa companhia no mundo (63 mil dos 179 mil ocupados), e tudo indica que o processo de transferência de empregos ainda continua, se levarmos em conta que um trabalhador da Delphi no México ganha uma média de 1,65 a 3 dólares por hora, mais encargos, enquanto a média na Delphi-Ohio é de 10 dólares por hora ou 17 dólares no caso dos membros da United Auto Workers (UAW). Ainda existem 68 mil trabalhadores da Delphi nos Estados Unidos (73% sindicalizados pela UAW), considerados pelo Wall Street Journal como 'uma grande desvantagens para a firma'" (2001, p. 95).

A situação no México transformou-se em duas histórias conflitantes: de um lado, a euforia dos investidores, o aumento dos investimentos estrangeiros internacionais (IED), as notícias entusiasmadas e entusiásticas que os norte-americanos liam a respeito do

crescimento mexicano formaram o pano de fundo para a assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Do outro, o desgaste rápido e constante da produção interna, o que deixava claro que a indústria e a agricultura não estavam aptas a competir no sistema global, e muito menos quando o manto protetor do governo começasse a ser retirado.

Outra questão importante a ser destacada, com relação ao Tratado de Livre Comércio, é que no campo da agroindústria, "a tecnologia aplicada nas grandes fazendas dos Estados Unidos ganhava de longe em produtividade dos mexicanos e desbancou a sua produção de grãos, representando séria ameaça aos pequenos e médios agricultores. Os trabalhadores mexicanos não tiveram as mesmas garantias para atuar em território estadunidense que seus vizinhos, continuam sendo discriminados e explorados, o protecionismo norte-americano não se curvou às exigências legais do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), surgiram novas barreiras a integração como a xenófoba Proposta 187 na Califórnia. Tentava-se a todo custo limitar os direitos sociais dos imigrantes mexicanos e seus descendentes" (Ortiz, 2003, p. 282).

4.4. O levante zapatista

O ano de 1994 traria muitas surpresas para o México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLA), levanta-se em armas contra o governo de Salinas de Gortari em 01 de Janeiro de 1994, o que obriga o governo a deslocar o exército mexicano para uma guerra contra os miseráveis de Chiapas.

Enquanto os beneficiários e entusiastas deste modelo celebravam a chegada do ano novo e a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio/NAFTA, milhares de camponeses indígenas ressuscitavam Zapata e, armados, com seus rostos cobertos e com onze reivindicações básicas em suas bocas, colocavam em cheque a vigência do projeto neoliberal.

O exército zapatista mostrava, com sua existência miserável e resistência secular, as suas fraturas expostas, aumentadas pela adoção do modelo neoliberal, causador de dolorosas contradições.

Castells destaca o efeito do movimento sobre a crise do Estado mexicano:

> "O efeito do movimento de Chiapas foi devastador. Não só por ameaçar o poder do Estado do ponto de vista militar, mas também por ter-se alastrado rapidamente como o grito de guerra de uma sociedade civil que, em sua grande maioria, encontrava-se em graves dificuldades econômicas e em estado de alienação política. Além disso, uma rebelião genuinamente indígena e camponesa desferiu um grande golpe na mitologia do PRI. Os pobres, os camponeses, os índios, não eram os beneficiários subjugados e eternamente agradecidos pelo sucesso da revolução, mas sim os excluídos e estavam dando o troco. O véu da hipocrisia sob o qual o México vivera durante décadas estava irredimivelmente rompido. O rei estava nu, assim como o PRI" (1999, p. 328).

Os zapatistas apresentavam algumas peculiaridades com relação aos movimentos sociais anteriores, o que lhe garantiu um eco e um interesse praticamente planetário.

Em pouco tempo, os principais jornais do mundo estamparam em suas páginas fotos de guerrilheiros zapatistas, com seus rostos cobertos, com máscaras de lã e os lenços vermelhos que ocultavam sua identidade.

Destacamos abaixo um trecho da Declaracion de la Selva Lacandona, que poderíamos entender como a declaração de guerra dos rebeldes ao governo e ao exército federal mexicano.

> "[...] Hoje dizemos: Basta!, somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, somos milhões de despossuídos e chamamos todos os nossos irmãos a se somarem a este chamado como único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos, encabeçada por uma camarilha de traidores, que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias [...] Nos homens e mulheres íntegros e livres, estamos conscientes de que a guerra que declaramos e uma medida ultima mais justa... integra-te as forças insurgentes do Exercito Zapatista de Libertação Nacional" (disponível no endereço www.zapatista.mx). .

Desde sua aparição, o movimento zapatista não parou de estar cada vez mais presente nos meios de comunicação mundiais, "...afirmando também sua influencia nos imaginários coletivos de praticamente todos os movimentos de resistência do mundo, e constituindo-se em uma referencia obrigatória de todos aqueles que se interessam pelos processos de transformação social que atravessam o sistema capitalista em seu conjunto" (Aguirre Rojas, 2004, p.150).

O movimento Zapatista mexicano ou neozapatista, como preferem alguns teóricos, ficou conhecido como uma das experiências mais importantes das quais podem aprender muito todos os novos movimentos anti-sistêmicos, tanto do ponto de vista organizativo e político como também do ponto de vista cultural.

O Exército Zapatista se caracterizou como um movimento de resistência com implicações e significados globais, e proclamando que sua luta é parte de uma luta que esta tanto em Chiapas como no México, na América Latina e em todo o mundo.

O Exército Zapatista conseguiu o seu poder de fogo no mercado negro, adquirindo armas com os recursos dos próprios combatentes, o que os diferencia das outras guerrilhas da região, que conseguiram suas armas com assaltos a bancos (como a guerrilha urbana brasileira), com a ajuda cubana (como no caso de El Salvador), com seqüestro de empresários (como na Colômbia), e com a ajuda do tráfico de drogas (como no Sendero Luminoso, no Peru).

> "Os zapatistas se rebelaram contra a miséria que viviam, contra o descaso do governo mexicano que privilegiava outros estados (principalmente aqueles mais próximos dos EUA) em detrimento do estado de Chiapas, onde a maioria da população era indígena e viviam em situação de miséria extrema. O comando do EZLA estava nas mãos do subcomandante Marcos e outros ativistas de formação marxista, que oriundos da cidade começaram a se implantar na região no início dos anos 80, porém, o grosso dos zapatistas era de índios, as bases de apoio, as formas de luta, a linguagem, as bandeiras" (Fuser, 1995, p.108).

O aparecimento do levante zapatista causou grandes discussões sobre as origens dos sublevados. James Petras destaca que a esquerda sublinha as origens "indígenas", enquanto a direita recorre a noção de "subversão externa", como eixo central da ação revolucionária (2000, p.57).

Para Petras, a uma nova forma de contestação extraparlamentar questionando o pensamento neoliberal:

> "Esses novos movimentos políticos, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil, as FARC na Colômbia, os movimentos dos camponeses-índios no Equador, na Bolívia e no Paraguai estão desafiando abertamente os regimes neoliberais e seus patrocinadores imperialistas" (2000, p. 56).

"O fato de que revolucionários organizados desempenharam um papel ativo na formação, organização e luta programática em Chiapas não minimiza, de maneira nenhuma a autenticidade ou legitimidade da revolução". O que é novo e autêntico é a interação dialética entre, por um lado, as tradições locais da solidariedade dentro das comunidades e as autoridades locais comprometidas com seu povo e, por outro lado, os revolucionários

marxistas, comprometidos com a criação de um movimento revolucionário com a visão de uma sociedade alternativa, sendo ambas as partes capazes de aprender com uma experiência prática e adaptar-se a ela" (Petras, 2000, p.57-8).

Como destaca Aguirre Rojas, o movimento indígena neozapatista "...não e mais que o *último* elo de uma longa cadeia de movimentos de resistência indígenas, presentes no México e em toda uma zona importante da América Latina, que percorre os últimos cinco séculos de história da civilização latino-americana, marcado-a com a presença recorrente de movimentos análogos de rebelião das populações índias" (2004, p. 157).

A demanda dos zapatistas, mesmo sendo simples e elementares, como nos parece inicialmente, são irrealizáveis sem uma outra revolução paralela do atual modelo econômico que, há um quarto de século, foi imposto ao México.

Segundo Aguirre Rojas:

> "As demandas aparentemente elementares de trabalho, terra, teto, alimentação, educação e independência são revolucionarias na atual ordem econômica latino-americana e mexicana, pois seu cumprimento integral implicaria o abandono das atuais políticas privatistas e neoliberais, que favorecem as zonas e os estratos ricos, enquanto abandonam a própria sorte e esquecem os grupos e as regiões mais pobres. Nelas, sobrevivem 60 milhões de pessoas abaixo do limite da pobreza extrema no México, junto com os 24 mexicanos bilhardários incluídos na lista da *Forbes*[251], os quais seguem ao pé da letra as políticas do FMI, ainda que isso implique o aumento do escândalo do desemprego, dos êxodos rurais, das crises de subsistência popular, da deterioração dos níveis de vida, da elitização e do desmantelamento das universidades publicas ou da subordinação destes paises latino-americanos aos centros financeiros e econômicos dominantes" (2004, p.165).

Dedeca ressaltou que a nova política econômica é incapaz de recompor o nível de emprego, pois apesar da expansão econômica mexicana do período 1991/1994, nota-se que a melhora da produção industrial foi acompanhada da continuidade da tendência de queda permanente do emprego industrial. Este fato decorre da pressão competitiva imposta pela nova política econômica, que é obrigada a proceder um ajuste produtivo que garanta a

[251] A superconcentração de renda refletiu-se no numero de bilionários famosos que o pais exibiu na lista da Revista Forbes. Em 1991 apareceu um único nome, o do proprietário da Televisa, Emilio Azcarraga; em 1992, este número subiu para 7, sendo 13 em 1993. Em 1994 já eram 24 bilionários na lista da Forbes, de um total de 358 fortunas contabilizadas no mundo inteiro.

sobrevivência no novo contexto econômico. A modernização[252] se articula com a destruição de segmentos industriais mais defasados tecnologicamente, favorecendo uma elevação rápida da produtividade industrial.

Hiernaux-Nicolas destaca o papel do sul do México, região onde surge o movimento zapatista, neste momento de grandes transformações econômicas e políticas:

> "Cumpre recordar que o sul nunca teve o grau de desenvolvimento capitalista que o centro conheceu, nem durante a colônia, nem depois da independência. Numerosos foram os esforços de integração, desde a construção da rodovia transístmica em princípios do século ate o desenvolvimento da produção de *henequen* (ou sisal) em Yucatan e o posterior incentivo ao turismo, entre outros, a partir da década de 1960. Mas em que pesem esses esforços, o sul foi antes de mais nada um reservatório de mão de obra barata destinada a alimentar o mercado de trabalho central do pais na fase de substituição de importações (a bem dizer, desde muito antes), assim como o mercado estadunidense, através de imigração legal ou clandestina. Apesar disso, cabe se sublinhar que se conservou em boa medida o caráter tradicional da população, alem de vários aspectos de seus modos de vida associáveis a dominante de população étnica" (2005, p. 40).

Percebemos com isso, que o lugar reservado ao sul mostrou-se limitado, não cometendo equívocos poderíamos dizer, que o sul do território mexicano e o espaço da não-integração ou da exclusão dos processos de abertura da economia. Agora, esta exclusão do sul não e total, algumas regiões estão totalmente integradas, tais como Cancún, que se integra através do turismo internacional e a cidade de Mérida se integra através das indústrias maquiladoras.

Outro ponto sobre a integração do sul ao sistema mundial é a presença de recursos naturais estratégicos[253] que estão na mira das empresas transnacionais (Hiernaux-Nicolas, 2005, p.41).

[252] No caso mexicano a modernização se da pela incorporação de novas tecnologias, pela racionalização econômica provocada pela recentragem produtiva, terceirização e queima de parte da capacidade de produção. (Dedeca, 1997, p.517)

[253] Destacam-se Cancún, Mérida, Acapulco e Huatulco como centros turísticos além da grande biodiversidade existente na região, que atrai inúmeras empresas transnacionais.

4.5. Da euforia do Tratado de Livre Comércio do Norte (NAFTA) à crise de 1994

O ano de 1994 traria também boas notícias para o governo mexicano, depois de mais de dez anos de políticas econômicas ortodoxas, marcadas por privatizações, abertura econômica e desregulamentações financeiras e comerciais, o México é aceito no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), bloco econômico composto pelos Estados Unidos, Canadá e agora pelo México.

O presidente Carlos Salinas tentava vender a idéia de que a economia e a sociedade mexicanas estavam estabilizadas, o que seriam garantias para os Investimentos Estrangeiros e passaporte para o NAFTA e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube dos paises industrializados, foi abalada em maio de 1993 pelo assassinato do cardeal de Guadalajara, Juan Jesus Posadas. Este crime deixou em evidência que o narcotráfico, a violência e a corrupção estavam em escala ascendente, e deixando claro que a estabilidade tão apregoada por Salinas não passava de invenção manipulada e eleitoral.

O acordo feito com os Estados Unidos que introduziu o México no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) gerou grandes promessas para os mexicanos, mas se analisarmos mais friamente, a junção com os Estados Unidos tinha vindo muito antes, em 1986, quando o governo do México, sob o peso da dívida externa, decidiu adotar o modelo econômico chamado “Consenso de Washington”.

A situação econômica era grave, o economista Rudiger Dornbusch, uma das maiores autoridades sobre economia mexicana, vinha pregando a desvalorização do peso desde 1992, porém, seus comentários eram rechaçados pelo governo mexicano, pois uma desvalorização significaria o fim dos investimentos e a perda de confiança por parte dos investidores estrangeiros (1996, p. 930).

O problema do México estava no valor do peso, a moeda se encontrava excessivamente valorizada, o que estava retirando as mercadorias dos mercados mundiais em razão do preço, impedindo que a economia usufruísse das vantagens da sua capacidade de crescimento. A única solução para a economia mexicana no momento seria uma desvalorização do peso.

Dornbusch destacava ainda, que a crise de 1994 "tem as mesmas causas das precedentes: empréstimos irresponsáveis por parte de credores demasiado confiantes e ávidos, e, por parte do México, uma grande sobrevalorização da moeda nacional" (2003, p.305).

Em 1993, os preços dos produtos mexicanos, expressos em *dólares*, tinham aumentado mais de 45% em relação aos preços norte-americanos. Uma sobrevalorização de pelo menos 25% podia ser destacada. O crescimento desacelerou (com exceção do aumento da despesa no ano eleitoral), as taxas de juros reais cresceram enormemente, se medidas pelas taxas sobre empréstimos bancários, e a balança comercial começou a exibir um maciço superávit. Existiam todos os sintomas de uma situação financeira problemática. O peso estava claramente sobrevalorizado, mas os dirigentes[254] mexicanos recusavam-se a reconhecer os fatos e os investidores estrangeiros eram enganosamente tranqüilizados para que mantivessem suas exposições expostas a risco. Um ponto forte, invocado em toda explicação do porquê de o México ter uma atração única, era a superioridade dos resultados obtidos na política fiscal. Naturalmente, isso não era suficiente (Dornbusch, 2003, p. 308).

Krugman salienta que as autoridades mexicanas rechaçavam as críticas de Dornbusch:

> "Os mexicanos descartavam tais análises, assegurando aos investidores que o programa econômico continuava na trajetória correta, que não havia motivos para desvalorizar o peso, e que não tinha intenções de agir nesse sentido" (1999A, p.76).

A escolha do presidente Carlos Salinas de Gortari do seu sucessor gerou graves conflitos dentro da estrutura do Partido Revolucionário Institucional (PRI), pois muitos acreditavam que o nome correto para a sucessão seria Manuel Camacho[255], que na época era o político mais forte e popular do circulo de amizades de Salinas. Mas o presidente escolheu Luis Donaldo Colósio, e depois de seu assassinato escolheu Ernesto Zedillo.

Como destacou Castells:

[254] Apesar das criticas, Dornbusch reconhece que no governo de Carlos Salinas o México consegue duas grandes conquistas: equilíbrio do orçamento e redução da inflação. No inicio dos anos 90, a inflação quase atingiu 30%, uma taxa elevada demais para gerar tranqüilidade. Os déficits orçamentários entre 5% e 10% do PIB, no final dos anos 80, eram excessivos sobre qualquer ponto de vista.

[255] Manuel Camacho havia sido secretário do Desenvolvimento Urbano.

> "Camacho ficou extremamente irritado por ter sido preterido, tanto por razões políticas como pessoais e, pela primeira vez na história política mexicana, abriu o jogo ao presidente quanto às suas opiniões, e em público" (1999, p. 328).

O momento era de grande instabilidade, depois do desgastante processo de escolha do sucessor do presidente Carlos Salinas, o levante dos Zapatistas, o ingresso no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), soma-se, ainda o assassinato do candidato a presidência Donaldo Colósio[256] (PRI), em 23 de março, que aumentou mais ainda a instabilidade política e agravou a desconfiança dos investidores estrangeiros com relação a sustentabilidade do modelo mexicano.

Os zapatistas, que foram manchetes em todos os jornais mexicanos perderam o espaço para o assassinato do candidato priista, Donaldo Colósio foi assassinado quando começou a criticar as ações de Salinas no governo. Sua morte abriu espaço para outros nomes priistas que sonhavam em disputar a candidatura pelo "todo poderoso" PRI, nesta disputa interna quem recebeu a indicação do presidente Carlos Salinas, o chamado dedaço, foi o seu antigo ministro Ernesto Zedillo.

Em 3 de outubro de 1994, as estruturas do PRI são afetadas por outro assassinato, o ex-secretário geral do partido, Francisco Ruiz Massieu é assassinado. Os executores diretos do crime foram presos, porém, os verdadeiros mandantes permanecem em liberdade.[257]

Crimes, roubos, corrupção, assassinatos, revolta popular, tudo isso se somou aos problemas econômicos do país, gerando uma fuga de capitais, o resultado disso a crise econômica de 20 de dezembro de 1994, que foi detonada pelo México e se espalhou por toda a América latina e Ásia, tendo as piores conseqüências na Argentina.

Dornbusch destaca que os acontecimentos de Chiapas e o assassinato do candidato à presidência geram muita perplexidade na comunidade internacional, mas o governo, todos os dias, concede aos investidores garantias de que tudo ia bem: uma queda do peso não seria permitida. Os empréstimos externos continuavam a afluir, mas a taxas de juros crescentes. Taxas de juros elevadas e falta de competitividade começavam a estrangular o

[256] Donaldo Colósio era titular da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol), instituição que a administrava o Pronasol (Programa Nacional de Solidariedad), um gigantesco programa assistencialista para a população de baixa renda, sobretudo os camponeses e indígenas.

[257] As investigações colocaram a família Salinas no centro dos crimes, tanto o presidente como seu irmão Raul foram acusados pelo assassinato, porém poucas provas foram encontradas para condenar o presidente mexicano, mesmo assim o problema trouxe instabilidade política ao México, o que afastou muitos investidores do pais.

crescimento. A ausência de crescimento e o gigantesco déficit externo – quase 8% do PIB – tornavam provável a previsão clássica: mais cedo ou mais tarde o peso seria esmagado. A continuidade e a credibilidade do modelo só conseguem manter os problemas afastados até um certo ponto (2003, p. 312).

O México se tornou extremamente dependente do ingresso de capitais externos, de 1988 a 1994 o país absorveu enormes quantidades de capitais, isto se deveu a abertura econômica iniciada em 1982 e intensificada em 1988, porém, esta abertura "selvagem" da economia gerou um processo de desindustrialização, uma maior dependência dos produtos estrangeiros e uma profunda dependência dos capitais externos.

TABELA 21 - México: saldo em conta corrente e variação bruta das reservas (bilhões US$) (1993/1994)

Conceito	1992	1993	1994
Saldo em Conta Corrente	- 24,8	- 23,4	- 28,8
Variação Bruta das Reservas	1,1	6,1	- 18,9

Fonte: Banco Mundial

> "A causa imediata da crise mexicana foi a impossibilidade de seguir cobrindo o déficit em conta corrente de US$ 28 bilhões em 1994 com entrada de capitais estrangeiros. Um dos eixos do combate neoliberal à inflação foi a tentativa de sustentar a paridade do peso frente ao dólar. Com uma paridade que não refletia a inflação, as importações dispararam, de forma que a demanda de divisas, já alta por causa da necessidade de pagamento da dívida externa, viu-se cada vez mais incrementada pelo déficit comercial" (Baeza, 1997, p.73)

A tabela acima mostra os problemas da economia mexicana de então; para cobrir o déficit de US$ 23,4 bilhões em 1993, entraram capitais atraídos pelos elevados lucros. No período 1988/1994, o investimento direto estrangeiro passou de pouco mais de US$ 24 bilhões para pouco mais de US$ 50 bilhões.

> "Esse investimento chegou por causa da abertura da economia mexicana: ingresso no GATT em 1986, mudanças nos regulamentos de investimento estrangeiro introduzidos no México a pedido dos Estados Unidos em 1993 e, finalmente, entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio em janeiro de 1994" (Baeza,1997, p. 74).

No período, 1991/94, o México recebeu fluxos de capitais no valor de US$ 98 bilhões, cerca de metade do total da América Latina. A contrapartida deste investimento foi um déficit em conta corrente que chegou a US$ 30 bilhões, mais ou menos 8% do PIB em 1994.

Cline analisando os fluxos de investimento para a América Latina assinala que:

> "Os fluxos líquidos de capital para a América Latina, que atingiram o pico de mais ou menos US$ 40 bilhões em 1981, no final da recuperação dos anos 70 alimentada pelos petrodólares, caíram para uma media anual de US$ 10 bilhões em 1983-89, durante a crise da dívida. Com a conjunção favorável do Plano Brady para a dívida com o chamado Plano Greenspan de redução das taxas de juros nos Estados Unidos da América, os fluxos líquidos alcançaram a media anual de cerca de US$ 50 bilhões em 1991-93" (1996, p.108).

Ao sentir os primeiros sinais de instabilidade, os capitais estrangeiros saíram do país, isso gerou um circulo vicioso, pois a instabilidade política (assassinatos, crimes, corrupção, todas envolvendo o governo) aumentou a fuga de capitais, o que como conseqüência obrigou o México a mexer no câmbio (desvalorizou o câmbio em 40%), a aumentar as taxas de juros para tentar segurar os investidores, mas como o país estava quebrado e os investidores só tinham perspectivas negativas, reverter a fuga de capital foi impossível.

Diante da situação de insolvência, o novo presidente Ernesto Zedillo, que havia tomado posse em 01 de dezembro de 1994, foi obrigado a pedir empréstimos para ressarcir os investidores internacionais que haviam sido prejudicados pela crise econômica.

Para Baeza:

> "Novamente, em 1994, o México teve a duvidosa honra de abalar a estrutura do capitalismo mundial. Isto ocorreu depois de doze anos de políticas neoliberais impostas, em certo grau, pelo Fundo Monetário Internacional, mas adotadas com entusiasmo incomensurável pelos governantes mexicanos e apoiados pelos capitalistas, nacionais e estrangeiros, estabelecidos no México. De modo que a crise mexicana mais recente, ou pelo menos sua intensidade, deva ser contabilizada entre as "conquistas" das políticas neoliberais" (1997, p.75).

Dornbusch destaca que:

> "O dado mais impressionante sobre o desempenho do país que deveria ter chamado a atenção foi certamente a ausência de crescimento. Entre 1985 e 1994, a produção mexicana cresceu a uma taxa media de 2%. A força de trabalho cresceu, durante este período, pelo menos 3%. Em consequência, o setor informal aumentou durante a década. Na fase mais recente (1990-1994), o crescimento progrediu a uma taxa média de 2,6% ao ano, sempre abaixo do crescimento da força de trabalho. Em 1993, o crescimento era praticamente nulo. O ano eleitoral trouxe de volta um pouco de crescimento, graças a uma expansão fiscal com objetivos definidos e consistentes. Mas o governo não deveria tê-la considerado como algo mais que um efeito da clássica estratégica de injetar energia na economia em ano de eleição" (2003, p.314).

O governo mexicano precisava de uma enorme quantia para evitar que uma crise maior levasse a implosão de sua economia. O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, temendo um contágio maior da situação mexicana se encontrava num dilema: de um lado sabia da necessidade premente de socorrer a economia mexicana, porém, sabia também que este socorro era uma política ousada, arriscada e extremamente impopular, pois se a iniciativa falhasse, talvez o resultado comprometesse todo o seu governo e muito mais. Mas a operação foi bem-sucedida, e a história talvez registre a decisão de levar adiante o plano como o melhor momento de Clinton[258]. (Krugman,1999B, p.156)

Segundo Krugman, o pânico dos investidores não se encontrava apenas na questão econômica, o vórtice que sugava o dinheiro do país era o medo político, a preocupação de que a recente abertura do México para o capital e para as mercadorias estrangeiras estava a ponto de ser revertida para um populismo antiamericano. A fuga de capital decorrente desse medo estava acarretando uma recessão econômica desastrosa. E era exatamente essa recessão que, por sua vez, se constituía na causa mais poderosa da inquietação política. Todas as perspectivas indicavam que o pessimismo com relação ao futuro mexicano se transformaria numa profecia auto-realizável (1999B, p. 158).

O presidente americano Bill Clinton concedeu um empréstimo[259] ao México no valor de US$ 50 bilhões de dólares, estes recursos foram levantados com a ajuda do FMI e do Bank for International Settlements (o Banco para Pagamentos Internacionais, conhecido como o Banco Central dos Bancos Centrais).

---

[258] Segundo nos relata Krugman, a figura principal na persuasão do presidente Clinton, foi "...o subsecretário do Tesouro (agora vice-secretário) Lawrence Summers, ex-professor de Harvard que emergiu como o cérebro econômico da administração Clinton. Summers chegou a duas conclusões sobre a crise mexicana: que a intervenção americana talvez significasse a diferença entre a recuperação e a catástrofe, e que valia a pena correr o risco".

[259] Este empréstimo saiu do orçamento americano, pois o congresso (dominados pela oposição Republicana) não se mostrou simpático ao empréstimo de socorro aos mexicanos.

> "Clinton recorreu a um artifício para evitar a oposição do Congresso americano e outorgou um empréstimo de US$ 20 bilhões, garantido pela receita petrolífera mexicana; além do mais, conseguiu outras garantias adicionais de US$ 27,8 bilhões para o México. Entre elas estava o maior empréstimo do FMI em 50 anos. Em 21 de fevereiro foi assinado o acordo básico entre México e Estados Unidos sobre o empréstimo de US$ 20 bilhões. Para essa data, o México tinha passado de um câmbio de 3,46 pesos por dólar, em novembro de 1994, para 6,2 pesos por dólar em fevereiro de 1995". (Baeza,1997,p. 72-3)

É importante destacar que na crise de 1982, o México precisou de US$ 5 bilhões para sair da crise, em contrapartida, na crise de 1994, o país precisou de dez vezes mais, algo em torno de US$ 50 bilhões.

A quebra súbita do México, ocorrida no final de 1994 e início de 1995, como destacou Greider:

> "...não se limitou ao México, mas espalhou-se pelo mundo afora, fazendo desmoronar outros 'mercados emergentes'da América Latina e da Ásia, onde os investidores globais também jogavam com os spreads das taxas de juros. Os mercados da América Latina caíram 38% em dois meses; até mesmo os mercados mais ativos da Ásia caíram de 10 a 21% quando o dinheiro global começou a voltar correndo para casa, à procura de um porto mais seguro. Esse pânico mundial foi atribuído ao 'Efeito Tequila' e pôs-se a culpa, por ele, na incompetência das autoridades mexicanas cujas virtudes, pouco tempo antes, eram exaltadas pelos mesmos detratores de agora" (1997, p. 296).

Krugman definiu os motivos que levaram o governo norte-americano a autorizar esta operação de salvamento[260] da economia mexicana:

> "Porque, então, assumir um risco de tais proporções? Porque o México não é um país qualquer. Alem da fronteira de 3200 quilômetros com os Estados Unidos, trata-se de um vizinho tradicionalmente difícil que, por acaso, esta sendo governado no momento por tecnocratas educados nos Estados Unidos, mas cuja amizade não é uma certeza. Deixar os "nossos companheiros" presidir o colapso econômico, como parecia muito provável em 1995, teria sido um grande desastre para a política externa. Para ser franco, havia também a questão de proteger as grandes somas de investimento privados já efetuados no México; mas talvez esta última posição seja cínica demais. Se as minhas fontes são de alguma valia, a política externa, e não os interesses dos amigos dos amigos de Rubin em Wall Street foi o fator decisivo" (1999B, p. 158-9).

[260] O resgate da economia mexicana pelo governo dos Estados Unidos foi bem-sucedido. Após afundar 10% no primeiro ano de crise, a economia recuperou o terreno perdido. Os investidores privados retornaram, estabilizando o peso; e o governo, anos à frente da data programada, pagou o empréstimo de emergência. O México ainda não esta completamente salvo, mas os contribuintes americanos não correm riscos. (Krugman,1999B, p.159)

A crise mexicana[261] foi uma crise de confiança gerada pela insustentabilidade das políticas econômicas adotadas pelo modelo neoliberal, mas economicamente a crise se deu devido ao alto déficit em conta corrente acumulado pelo país, US$ 100 bilhões entre 1988 e 1994. Este déficit ocorreu devido à redução das barreiras tarifárias e da defasagem cambial (Zini,1995).

Cline[262] concentrou as críticas dos analistas mexicanos - inclusive do presidente Ernesto Zedillo e do ministro das Finanças Guillermo Ortiz (ambos economistas com formação no exterior) - no uso excessivo de uma taxa de câmbio quase fixa:

> "Essa 'âncora' contra a inflação obteve grande êxito ao término na década de 80, porém sua excessiva rigidez e a supervalorização daí resultante elevaram à níveis perigosamente altos o desequilíbrio externo do México. Se a maior parte do déficit representasse investimento na capacidade produtiva de bens comerciais, essa arriscada estratégia poderia ter funcionado. Mas a maior parte do déficit representa consumo, visto que a participação do investimento no PIB aumentou bem menos que a do déficit em conta corrente" (1999, p.110).

Segundo os analistas financeiros, percebemos que o boom econômico mexicano do inicio dos anos 90 se limitara a seu setor financeiro[263], não atingira a economia real, os setores da produção interna e do emprego, e era alimentado por empréstimos e pela venda de bens estatais (Greider, 1997, p. 294-5).

O empréstimo de emergência feito pelos Estados Unidos serviu para contornar os problemas iniciais, e foram todos canalizados para os investidores estrangeiros que tiveram prejuízos no país, porém, estes recursos elevaram a dívida externa mexicana para mais de

[261] Para a América Latina como um todo as reservas, exceto ouro, caíram de US$ 113 bilhões em setembro de 1994 para US$ 101 bilhões em marco de 1995. Dessa queda, porém, quase US$ 10 bilhões referiam-se apenas ao México, de modo que as reservas do restante da América Latina caíram menos de 3% por causa do efeito tequila.

[262] Cline destaca ainda que o México devia ter desvalorizado o câmbio no segundo trimestre de 1994, quando suas reservas ainda estavam relativamente altas, ao invés de aguardar ate o fim do ano, quando as reservas baixaram para o equivalente a seis semanas de importação.

[263] Neste período, "a possibilidade de arbitragem das diferenças nas taxas de juros entre os Estados Unidos e os mercados financeiros do exterior. Ao pedir dinheiro emprestado no mercado de Nova York onde, na época, os juros estavam comparativamente baixos, um investidor podia comprar ações mexicanas ou papéis governamentais de curto prazo e ganhar spread entre os retornos de 5 a 6% nos EUA e de 12 a 14% no México. Como um número cada vez maior de investidor sentiu-se tentado a fazer isso, o preço das ações mexicanas disparou e o índice da Bolsa de Valores dobrou, triplicou e até mesmo quadruplicou no espaço de três anos apenas. Os investidores espertos tiveram lucros fabulosos – chegando a 80% a 100% - pedindo emprestado nos Estados Unidos e comprando bens financeiros mexicanos que retinham por algumas semanas ou meses apenas. Os investidores bobos acharam que essa mamata ia durar para sempre" (Greider, 1997, p. 295).

US$ 150 bilhões, tornando assim o México o maior devedor da região, ultrapassando o Brasil. As maiores críticas ao empréstimo americano se concentram nas garantias dadas pelo governo mexicano, que comprometeram as reservas petrolíferas do país, assim o México estava comprometendo também a sua soberania política e econômica com o país vizinho.

> "É importante destacar as principais lições da crise mexicana: I) Independentemente de sua origem, cumpre observar limites seguros para os déficits externos em conta corrente; II) Deve-se buscar um equilíbrio prudente entre o uso da taxa de câmbio como âncora contra a inflação, por um lado, e a manutenção de uma taxa real de câmbio realista, por outro; III) Deve-se minimizar a dívida de curto prazo, especialmente a dívida governamental de curto prazo em mãos estrangeiras (em moeda nacional ou estrangeira)" (Cline, 1996, p. 111).

A crise de 1994/95 dava ao México algumas alternativas, a primeira delas '...é se retirar do sistema financeiro global, pelo menos temporariamente, admitindo que, na verdade, o México não estava pronto para assumir a posição que os defensores do NAFTA lhe atribuíam. Mas essa era uma opção impensável para os tecnocratas reformadores no poder. O novo presidente do México, Ernesto Zedillo Ponce de Leon, era formado em Yale e estava familiarizado com a ortodoxia do mercado livre proposto pelo governo americano e pelo mundo financeiro, a doutrina conhecida na América Latina como 'neoliberalismo'" (Greider, 1997, p. 297).

Uma outra opção era o controle governamental do capital[264]; esta medida teria interrompido a crise com feitos econômicos menos destrutivos e com menos sofrimentos para a população. Esta política contrariava um dos princípios da ideologia neoliberal dominante, o que gerava oposições constantes do governo dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional.

Em meados de 1995, seis meses após a crise do peso mexicano, o temor parecia ter-se dissipado. No começo, julgou-se que a crise mexicana era um sinal de que a crise da dívida latino-americana voltara com toda a força, e que os resultados do Plano Brady eram

[264] O grande paradoxo do capitalismo de livre mercado, neste momento, é que as nações mais pobres, que foram mais bem sucedidas durante as últimas três décadas, são justamente as que exerceram controle mais rigoroso do capital. Com relação à crise de 1997/98 na Ásia, um dos grandes exemplos de ajuste pós-crise foi a da Indonésia, que se recuperou mais rapidamente apoiada em um conjunto de medidas, sendo que a mais pragmática foi à adoção do controle de capitais, medida condenada pelas instituições multilaterais no início, mas depois descrita como uma medida correta e salutar.

apenas um paliativo para um problema de dívida realmente insolúvel. Mas tal suposição era pouco provável, dadas as importantes reformas estruturais e de políticas efetuadas na região e as proporções bem mais reduzidas da dívida. Por volta de junho de 1995, essa possibilidade estava praticamente descartada (Cline, 1996, p. 113).

> "No período de 1950/81 a economia mexicana cresceu a uma taxa média de 3,3%; porém, no período, 1982/96 a taxa de crescimento do PIB foi -0,6, sendo que os trabalhadores foram os mais atingidos pelo ajuste. Em 1996, os salários reais correspondiam a 58,6% do de vinte e dois anos atrás. Os trabalhadores que recebem salário mínimo e os burocratas sofreram uma queda ainda maior nos seus rendimentos. A queda dos salários no México não encontra explicação no campo da produtividade, pois nesses vinte anos, foi incorporada uma enorme quantidade de novas tecnologias que elevaram a produtividade do trabalho. Se a economia mexicana funcionasse adequadamente para os trabalhadores, uma maior produtividade poderia traduzir-se em uma melhoria do nível de vida dos mesmos. Não tem sido assim; e, pelo contrário, os trabalhadores mexicanos estão cada vez mais pobres" (Baeza,1997, p. 71).

Belluzzo ao comparar o colapso financeiro do México de 1982 e a de 1994, destaca como elemento comum, a excessiva dependência do financiamento externo, sendo que os capitais dos anos 90 apresentavam nítidas desvantagens em termos de prazos, volatilidade, natureza e destinação de recursos (1995b).

Como dito anteriormente, a opção dada pelos economistas e analistas financeiros, de se criar instrumentos para controlar a entrada de capitais estrangeiros, inicialmente condenada pelo governo dos Estados Unidos e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foi aceita, mais tarde, pelo FMI, que admitiu, que, no caso mexicano ela teria se justificado.

Belluzzo acrescenta ainda, que o endividamento dos anos 60 e 70 deixaram, em muitos países, uma infra-estrutura e um setor industrial modernizados, apesar do freqüente descompasso entre o vulto de alguns projetos e sua capacidade, quando em operação, de gerar divisas para pagar os empréstimos. Nos anos 90, os países foram inundados pela maré de capital líquido e especulativo que desbordou do centro para a periferia "emergente", em resposta ao diferencial de juros que se ampliava à medida que eram abrandadas as políticas monetárias nos países desenvolvidos (1995b).

> "Quando o governo mexicano optou pela desvalorização do peso incorreu num outro equívoco bastante grave, que estimulou uma fuga ainda maior de capital. Ao desvalorizar é preciso adotar certas regras: I) assegurar que a desvalorização é suficientemente grande, pois do contrário, apenas se criam

> expectativas de maiores desvalorizações. II) imediatamente após a desvalorização, emita todos os sinais de que a desvalorização se encontra sob controle, que as autoridades econômicas são pessoas responsáveis, que compreendem a importância de tratar os investidores de forma correta, e assim por diante. Do contrário, a desvalorização talvez confirme e reforce as dúvidas sobre a solidez da economia, iniciando o pânico" (Krugman, 1999A, p. 78).

O México não observou essas regras. A desvalorização inicial foi menor do que aquela prevista por Dornbusch, apenas 15%. Soma-se a isso, o comportamento das autoridades[265] mexicanas, que ao contrário de tranqüilizar os investidores nacionais e internacionais, aumentou o pânico e a fuga de capitais.

De La Peña descreveu assim a situação econômica do México no ano de 1995:

> "... a economia começou a estabilizar-se em um nível mais baixo (o Pib caiu quase 7% em 1995), com quedas severas no consumo privado (7%, ou seja, 9% por habitante), o investimento bruto fixo (29%), no cambio e nas importações (12%). A inflação cresceu de 7% para 52% (anualizada) em seis meses. O mesmo aconteceu com as exportações, as quais como sempre, ficaram na sua maioria (80%) a cargo de poucas empresas entre as exportadoras (2,7%)" (1997, p. 153).

O crédito diminuiu em 16,7%, as taxas de juros cresceram enormemente (a de Certificados de Tesouraria passou de 13,7% em novembro de 1994 para 74,8% em cinco meses), tornando impossível o pagamento das dívidas, ainda mais sob a contração econômica provocada para recuperar os equilíbrios vitais da economia. Como conseqüência, a inadimplência cresceu enormemente, provocando violentas tensões sociais que, um ano e meio depois ainda não tinham acabado. Os bancos[266] foram atingidos pela inadimplência excessiva, causando falências técnicas, o que exigiu a criação de diversos fundos, mecanismos e formas de intervenção para salvá-los. (De La Pena, 1997, p. 154)

[265] Jaime Serra Puche, ministro da Fazenda do México no período, se comportou de uma forma arrogante e indiferente à opinião dos credores internacionais; pior ainda, logo ficou claro, que os empresários mexicanos haviam sido consultado sobre a desvalorização antecipadamente, dispondo de informações privilegiadas inacessíveis aos investidores externos. (Krugman,1999A, p. 98)

[266] De La Peña destacou ainda outras causas do desastre bancário mexicano: "...o desastre financeiro se gestou desde antes, neste caso, desde 1990, com o aumento desproporcional do credito, a partir da grande liquidez gerada pela abundância de capital externo. Com efeito, o sistema bancário recém privatizado aumentou imprudentemente a concessão de credito (em relação ao PIB, passa de 18% em 1988 para 22% em 1990 e para 44% em 1995), ao facilita-lo em excesso, inclusive sem garantias razoáveis, pela combinação de avareza e inaptidão de empresários e amigos metidos a banqueiros".

TABELA 22 - Taxa de desemprego - 1990/1997

Ano	Desemprego	Ano	Desemprego
1990	2,7	1994	3,7
1991	2,6	1995	6,3
1992	2,8	1996	5,5
1993	3,4	1997	4,2

Fonte: OECD, *Economic Outlook,* jun/97

> "A economia encerrou o ano de 1996 com crescimento de 5,1% do PIB e como atesta a tabela acima com nível de desemprego aberto total de 5,5% da população ativa, ante os 6,3% verificados em 1995. Destaca-se ainda o aumento da precariedade dos empregos, crescimento da sub-ocupação (indivíduos trabalhando menos de 35 horas semanais) e, principalmente, do número de trabalhadores recebendo menos de um salário mínimo mensal. A soma do número de trabalhadores em desemprego aberto com aqueles que trabalham em subjornadas, esse número atinge cerca de 27% da população ativa em 1996, contra 23% em 1994". (Dupas, 1999, p.159)

A recessão, caracterizada pelo declínio da atividade econômica e do câmbio, trouxe como conseqüências um incremento das exportações, queda das importações e o desaparecimento do déficit externo de mais de US$ 18 bilhões, obtendo assim, um superávit em conta corrente. Um ano e meio depois, renovou-se a atividade econômica, com recuperação dos desequilíbrios macroeconômicos fundamentais, "mas não um crescimento equilibrado entre exportações e produção para uso interno, entre setores, entre poupança interna e capitais externos, entre abertura e controle, entre livre mercado e regulação. Por isso, é previsível o ressurgimento do déficit externo tumultuoso ao elevarem-se as importações financiadas por grandes volumes de capitais externos que chegam ao país. Assim, haverá novos desequilíbrios, quedas e recuperações violentas" (De La Peña, 1997, p. 155).

Um episódio que retrata o caos social gerado pela crise mexicana ocorreu na cidade de Uruapan: "...uma família muito pobre levou o cadáver do pai para ser velado na agência do banco local. Ele era um pequeno agricultor cuja plantação de abacates fora confiscada pelo banco quando foi impossibilitado de pagar um empréstimo. A família atribuía sua

morte a isso. Os banqueiros ficaram tão embaraçados que devolveram a terra à viúva e anistiaram a dívida" (Greider, 1997, p. 300).

A crise financeira vivída pelo México tinha conseguido unir as classes mexicanas de uma forma que a política nunca tinha feito. A inadimplência de todos os mexicanos, desde campesinos e até mesmo os donos dos grandes conglomerados geraram movimentos de contestação[267] às práticas bancárias, impedindo confisco de caminhões e de terras de pequenos e médios produtores rurais.

Como destacou Larry Summers, economista especializado em finanças internacionais, comentando a crise mexicana:

> "A crise mexicana ocorreu nos moldes das inovações financeiras dos últimos anos: e os avanços nas áreas de informática e comunicações fizeram com que ela se propagasse, de forma sem precedentes. Assim, não é de surpreender, o fato de Michel Candessus, presidente do FMI, tê-la considerado a primeira crise do século XXI" (apud Castells, 1999, p. 333).

A crise social mexicana estava em níveis jamais vistos no país, uma pesquisa realizada pelo diário da Cidade do México EL Universal, mostrava que 36% dos habitantes da capital tinham sido assaltados no ano anterior, e 61% tinham parentes ou amigos vítimas de roubos ou furto. Apenas 21% se sentiam seguros andando nos transportes públicos e somente 14% não tinham medo de andar nas ruas (Greider, 1997, p. 303).

Canuto destaca que apesar da rápida recuperação da economia do país, o setor bancário passa por sérios problemas:

> "Em termos reais, o PIB cresceu a taxas de 5,1% em 1996, 7% em 1997 e 4,8% em 1998. A inflação caiu de 27,7% ao ano em 1996 para algo em torno de 14% neste ano. Mesmo o governo intervindo no setor bancário[268], injetando cerca de US$ 68 bilhões no sistema bancário doméstico - valor equivalente a 15% do PIB deste ano - , o volume de empréstimo com resgate em atraso esta atualmente

[267] Um dos movimentos mais sólidos no México, neste período, foi o El Barzón. Este movimento começou no campo e logo depois se espalhou para a cidade. O El Barzón era uma rebelião da classe média produtiva mexicana, unindo camponeses, empresários, indígenas e pequenos e grandes proprietários de terras. Os escritórios do Barzón eram organizados como centros de ajuda a pessoas que estavam afundando. O movimento atendia todos os tipos de pessoas, principalmente aquelas que estavam nas garras de agiotas que cobravam juros clandestinos de 300 a 400%

[268] Segundo Canuto: "O programa de resgate dos bancos lançado na crise de 1995 teve quatro pecas básicas. Alem de provisão de liquidez em dólares para os bancos e de esquemas de alívios de dívidas para os devedores, o governo propôs-se a auxiliar na recapitalização dos bancos, bem como a absorver parte dos créditos 'podres'. Em troca destes, ofereceu títulos públicos intransferíveis de dez anos. O governo vai agora ter de viabilizar a criação de um mercado secundário para estes títulos".

> quase 11 vezes maior do que o capital disponível no sistema bancário. Há de observar, até mesmo, já estarem presentes alguns bancos internacionais (Citi, Santander, Bilbao Viscaya, HSBC)"(1999).

Embora o governo tenha despendido grandes recursos com o programa de resgate dos bancos, a "...reestruturação no setor e o retorno do crescimento, a criação de ativos bancários pudesse gradualmente fortalecer sua estrutura patrimonial. No entanto, assistiu-se a uma literal contração de crédito. O fluxo de novos empréstimos caiu de 38% para 19%, respectivamente, em 1996 e 1997, ao mesmo tempo em que o agregado monetário mais amplo (M4) mexicano aumentava em 5,6% no biênio" (Canuto, 1999).

De La Peña destacou duas tentativas de inserção da economia mexicana na economia mundial: a primeira vez foi a modificação do regime econômico e a segunda foi a integração com os Estados Unidos (1997, p.155).

A economia mexicana cresceu a uma taxa de 5,4% em 1997, com uma inflação de 20%, um nível de desemprego de 4,2% e um déficit em conta corrente de 2,0% do PIB, o que deixava claro que o México havia superado a crise econômica de dezembro de 1994 (Dupas, 1999, p. 159).

> "Em outubro de 1997, o México foi sacudido por outra crise econômica mundial, esta, porém, ocorrida em outra parte do mundo, na Ásia. A crise asiática afetou a economia mexicana ao reduzir o preço do petróleo[269] (produto responsável por 40% da arrecadação fiscal do governo), que caíram de 17 para dez dólares o barril" (Dupas, 1999, p.159).

A crise asiática aconteceu num momento onde a economia mexicana apresentava déficit comercial crescente, elevado endividamento em dólar e alto déficit em transações correntes. Contudo, a crise asiática embora tenha abalado a economia mexicana, não levou o país para o centro da crise.

Como destacou Hiernaux-Nicola, "...o México passou de um estrutura de exportações essencialmente de matérias-primas e produtos agrícolas a uma exportação industrial, com diversos graus de integração e elaboração dos produtos exportados, o que lhe permitiu transitar da situação de pais periférico para a de pais semi-periférico" (2005, p. 36).

[269] Para avaliarmos as consequências de tal queda, basta lembrar que cada dólar a menos no preço do petróleo significa que oitocentos milhões de dólares deixam de entrar nos cofres do governo.

Depois de 20 anos de abertura da economia, percebe-se que o território mexicano não é mais o mesmo, com territórios incluídos e territórios excluídos. Apesar de graves equívocos, o processo de abertura trouxe algumas características positivas, como a redução do peso relativo da Cidade do México no conjunto do território nacional.

Podemos, concluir, que os vários governos mexicanos deixaram deliberadamente às forças do mercado a responsabilidade de uma reestruturação territorial particularmente custosa para a população, por exemplo, no que se refere ao incremento de sua mobilidade territorial.

O México passou por inúmeras transformações nas duas últimas décadas do século XX, abertura econômica, liberalização, privatizações, integração em blocos comerciais, crises financeiras e o surgimento de um novo movimento social, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Os zapatistas transformaram as formas de organização e de luta, a estrutura de seu movimento, sua política para a sociedade e para outras posições de esquerda, e também o caráter de suas demandas particulares. Fizeram isso ao mudar o objetivo primeiro, que já não é a tomada do poder, mas a criação de um amplo, forte e organizado movimento social, capaz de exigir e impor seus interesses e demandas específicas.

Como destacou Aguirre Rojas:

> "Esse movimento, como uma estrutura organizativa flexível e pouco hierárquica, desburocratizado e muito aberto a participação de todos os membros, e, antes de mais nada, a antítese das velhas e rígidas estruturas partidárias tradicionais, ainda hoje existentes. Um movimento que procura avançar na criação de uma verdadeira "frente ampla" dos oprimidos – intento ainda não concretizado – e que apesar de seu caráter inclusivo, aberto, tolerante e plural, devera manter de qualquer forma seu claro perfil crítico, contestatório, anti-sistêmico e revolucionário" (2004, p. 170).

Chiapas mostra, através de seu movimento, idéias e lutas, os efeitos mais perversos e descarnados do neoliberalismo capitalista e de sua crise terminal, mas também e, num mesmo movimento, faz-se presente como critica radical dessa política e dessa ordem mundiais e como busca de saídas reais alternativas a elas.

As crises subseqüentes vividas pelos 'mercados emergentes' tendo o México como pioneiro, colocou em xeque as políticas defendidas pelos Organismos Multilaterais, Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do

Comércio (OMC), explicitadas no 'Consenso de Washington'. Estas políticas eram contrárias a todas aquelas que realmente demonstraram resultados positivos, que "...praticavam uma mistura deliberada de intervenção estatal: políticas governamentais que estimulavam e subsidiavam as empresas, suprimiam as taxas de juros internas e controlavam o capital estrangeiro, protegiam sua indústria nascente das forças do mercado, estabeleciam preços artificiais para os artigos de exportação, os produtos alimentícios internos e, até mesmo a moeda nacional e forneciam assistência social à população em geral" (Greider, 1997, p. 313).

As políticas "impostas" pelos Organismos Multilaterais geraram um endividamento jamais visto no cenário internacional: "Em 1974, o total da dívida externa de todas as nações em desenvolvimento era de US$ 135 bilhões. Em 1981, esse total passou para US$ 751 bilhões. No início da década de 90, era calculado em US$ 1, 945 trilhão" (Greider, 1997, p. 319).

Nos anos 90, a sociedade mexicana enfrentou o crescimento do narcotráfico e sua influência cada vez maior na política e nas esferas do poder, o que contaminou a burocracia estatal, os funcionários de primeiros escalões, as estruturas de suposto combate ao narcotráfico, setores empresariais e militares.

Os cartéis mexicanos[270] se fortaleceram economicamente e passaram a influenciar ativamente na vida política do país, mantendo, cada vez mais, "estreitas relações com a cúpula do poder político, econômico e militar no México, e tem poderosos – e até agora ocultos – sócios nos Estados Unidos[271]" (Ortiz, 2003, p. 286).

O narcotráfico deteriorou a lógica política mexicana, criando a expressão narcopolítica, que evidenciou a crise institucional do sistema político do país. A partir destas transformações, que o Partido Revolucionário Institucional (PRI), partido hegemônico por quase 70 anos, passa a demonstrar fragilidades estruturais que abrirão caminho para a ascensão dos partidos de oposição: primeiro com vitórias nos vários Estados da federação, e depois, em 2000, com a conquista da Presidência da Republica, por Vicente Fox[272].

[270] Cartéis do Golfo, de Tijuana, Ciudad Juarez, Guadalajara e outros.
[271] Os Estados Unidos são o principal consumidor mundial de drogas no mundo e ficando com pelo menos 75% dos lucros obtidos com o Mercado de drogas (Ortiz, 2003, p. 286).
[272] Vicente Fox, industrial do setor de calcados, ex-executivo da Coca-Cola no México , ex –governador de Guanajuato.

A sociedade mexicana, como foi descrito neste capítulo, passou por inúmeras transformações nos últimos anos, principalmente a partir da crise de 1982, mas foi no governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), que o México conheceu o impacto direto e efetivo das idéias neoliberais. O país, caracterizado por uma economia fechada e protegida, vai conhecer de forma violenta a concorrência internacional e a luta por constantes ganhos de produtividade, numa forma clara e evidente da predominância do capitalismo e da globalização.

Abertura econômica, privatização, desregulamentação financeira e diminuição do papel do Estado na Economia são termos novos, 'modernos' e dominantes em nível global. Estes novos conceitos passam a ser utilizados como uma verdadeira panacéia para o desenvolvimento do país, mas sua implementação geraram gravíssimos custos sociais, como desemprego, concentração da renda, incremento nos índices de violência e de pobreza, que acaba estimulando o aparecimento de um movimento social que vai se destacar na América Latina e no mundo, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Destacamos ainda, que o período de Carlos Salinas de Gortari caracteriza-se por ser um momento de grande corrupção e violência no sistema político e na sociedade mexicana, com assassinato de políticos importantes, violência de todas as naturezas e uma corrupção generalizada, sistêmico e em flagrante evidência.

4.6. A Corrupção na sociedade mexicana no período Carlos Salinas de Gortari

O governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) foi marcado por muitas transformações na sociedade mexicana, o aprofundamento das políticas neoliberais com privatizações, abertura econômica, tratados de livre comércio, desregulamentações, além de aumento da degradação social com desemprego, miséria, violência e corrupção em ascensão, gerando instabilidade e crises política e econômica.

Os anos 80 foi para o México uma década de grande instabilidade econômica, a crise de 1982 aumentou a dívida externa do país, levando-o quase a insolvência, com atrasos constantes nos pagamentos dos juros e das amortizações.

Com a ascensão de Salinas a presidência do México, em um pleito[273] marcado pelas fraudes e acusações de inúmeros crimes eleitorais. A contagem de votos no país foi interrompida por uma semana, justamente no momento em que o candidato oposicionista Cuauhtémoc Cárdenas estava na frente da contagem levantou inúmeras suspeitas de fraudes eleitorais.

Depois de tomar posse, Salinas lançou um programa revolucionário para superar problemas econômicos, implantando inúmeras reformas durante seu mandato de seis anos à frente da presidência do México.

Inicialmente reduziu os impostos de pessoas físicas e jurídicas, o imposto sobre valor agregado e relaxou o controle da inflação. Salinas abriu a economia aos investidores estrangeiros, eliminou as restrições às importações, diminuiu as barreiras tarifárias, incrementou a privatização de empresas estatais, reduziu o déficit do setor público e promoveu uma ampla redução na regulamentação governamental das atividades econômicas. Salinas se concentrou também na diminuição da dívida externa[274] mexicana, que apresentou aumento constante nos anos 80, que chegou a US$ 100 bilhões.

Como destacou Castells:

> "Salinas apertou o cinto dos mexicanos, reduziu drasticamente os gastos públicos, modernizou a infra-estrutura de comunica'~oes e telecomunicações, privatizou a maioria das empresas públicas, internacionalizou o sistema bancário, liberou o comércio e abriu as portas do país para o capital estrangeiro. Embora o padrão de vida tenha caído muito para a maioria da população[275], a inflação reduziu-se vertiginosamente, a economia mexicana apresentou um crescimento bastante significativo, as exportações decolaram e os investimentos externos invadiram o país, a ponto de em 1993 o México tornar-se o captador do maior volume de investimentos externos diretos entre os países do mundo em desenvolvimento. As reservas cambiais acumularam-se rapidamente. O serviço da dívida externa estava sob controle. Via-se um exemplo bem sucedido de globalização em pleno funcionamento" (1999, p. 327).

Salinas também patrocinou a criação do Pacto de Solidariedade Econômica (PSE), entre o governo, o capital e o trabalho para conter o alto custo de vida, que gerava aumento constante nos índices de inflação.

[273] Carlos Salinas foi "eleito" com a menor votação jamais obtida pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o maior índice de abstenção; somente 30% do eleitorado mexicano apoiaram de fato Salinas.
[274] Depois de se empenhar ativamente na negociação da dívida, Salinas conseguiu assinar um acordo, o Plano Brady, que reduziu o serviço anual da dívida em US$ 4 bilhões.
[275] Como destaca Castells, a população mexicana, composta de 90 milhões de pessoas, tinha "... mais de 50% de seus cidadãos vivendo abaixo da linha da pobreza, e cerca de 30%, na pobreza absoluta" (1999, p. 328).

A agenda política de Salinas complementava suas reformas econômicas amortecendo o seu impacto sobre os pobres e granjeando o apoio de setores sociais e econômicos decisivos para a manutenção de seu programa de reforma.

Salinas procurou firmar sua credibilidade mediante o combate à corrupção, mandando prender vários sindicalistas e políticos influentes. Baixou ainda, inúmeras medidas para combater as eternas acusações de fraude eleitoral, para promover a competição intrapartidária, aumentar a representação dos partidos oposicionistas no Congresso e diminuir a probabilidade de fraude no processo eleitoral mediante a emissão de cartões de identificação magnéticos para todos os 42,6 milhões de eleitores.

O mais inovador dos programas de Carlos Salinas foi certamente o Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol), um programa de obras públicas, crédito rural e mobilização social iniciado em 1989 e administrado em sua fase inicial diretamente pela presidência. O Pronasol não só gerou uma melhoria nos serviços de saúde, educação, água, estradas e eletricidade às regiões mais pobres do país, mas também fortaleceu a posição política do presidente e do PRI visando às áreas geográficas ameaçadas por ganhos políticos da oposição.

A tabela 23 abaixo, mostra os altos investimentos[276] do orçamento mexicano destinados ao Programa Nacional de Solidariedade.

1989	1990	1991	1992
US$ 680 milhões	US$ 950 milhões	US$ 1,7 bilhão	US$ 2 bilhões

Estes gastos feitos pelo governo foram concentrados nas áreas onde a oposição ganhava espaço, e deixa claro, a disposição de Salinas para aliar formas tradicionais de patronagem, corporativismo e generosidade caudilhesca.

O Pronasol trouxe inúmeros benefícios ao governo, aumentou suas fontes de apoio e facilitou na conquista das eleições de 1991, onde o PRI conquistou 60% dos votos e todos os seis cargos de governadores em disputa, e aumentou sua bancada na Câmara dos Deputados, composta de 500 representantes, de 266 cadeiras em 1988 para 310 em 1991.

[276] Os recursos do Pronasol foram aumentados no governo de Ernesto Zedillo e, como ocorreu no Peru, o programa se beneficiou dos recursos provenientes do processo de privatização.

Salinas aumentou seu apoio político com o Pronasol e conseguiu angariar apoio para seu partido, o PRI, que saiu fortalecido no período e conseguiu eleger facilmente seu sucessor.

O papel da corrupção no governo de Salinas é tema polêmico. Ainda não vieram à tona todos os fatos referentes ao seu envolvimento, se houve algum, com as atividades de seu irmão Raúl no tráfico de drogas e as vultosas quantias por ele depositadas em bancos estrangeiros. O judiciário mexicano, corrupto e ineficiente, não conseguiu ou não quis resolver o mistério em torno do assassinato do candidato presidencial, Donaldo Colosio, em março de 1994, bem como em torno do possível papel de Carlos Salinas nas atividades criminosas de seu irmão. Louvavelmente, Salinas obrigou o PRI a abrir mão dos subsídios do Tesouro, mas não viu nada de errado em valer-se de seu cargo para arrecadar[277] em média, US$ 25 milhões dos 30 homens mais ricos do México num jantar particular em 23 de fevereiro de 1993. Muitas das empresas estatais privatizadas por Salinas foram compradas por um seleto grupo de amigos e seguidores, que com isso se tornaram bilionários. Tais empresas não foram vendidas a preço vil, porém, o fato é que Salinas recompensou os compradores com subsídios, aumentos substanciais de tarifas e proteção monopolista por período considerável.

Castells destaca ainda, o papel do México no crime organizado, embora deixe bem claro não ter provas concretas para afirmar com certeza este papel. Mas destaca:

> "Desde a década de 60 a maconha vinha sendo cultivada no país e exportada, porém esse tráfico se restringia (ou melhor, se estendia) a algumas regiões dos Estados Unidos, tais como o norte da Califórnia e o Kentucky. A produção de heroína começou em escala limitada nos anos 70. A grande mudança veio nos anos 80, quando a formação das redes de tráfico globais, aliada a vigilância redobrada sobre as rotas tradicionais do Caribe e América Central para os Estados Unidos, levou os cartéis colombianos a dividirem com os cartéis mexicanos parte das atividades do tráfico para os EUA, numa relação em que os mexicanos[278] passaram a receber uma quantidade de cocaína equivalente ao que fossem capazes de contrabandear para os EUA a serviço dos colombianos" (1999, p. 329).

[277] O responsável por esta denúncia foi o jornalista Júlio Scherer García, direto da revista processo, que ao narrar este fato, resumiu o espírito reinante na época.

[278] O crescimento do tráfico foi tão intenso que criou cartéis poderosos no México, como em Tamaulipas e no Golfo, comandados por Garcia Abrego; em Ciudad Juarez, chefiado por Amado Carrillo e em Tijuana, onde os chefes eram os irmãos Arellano Felix (Castells, 1999, p.329).

Como descreve Fuser, o proprietário dos conglomerados de Comunicações Televisa, Emílio Azcárraga: “Ganhei tanto dinheiro nestes anos que me comprometo a contribuir com mais” (1995, p. 41).

A aspiração de Salinas de vir a presidir a Organização Mundial do Comércio (OMC) quando seu mandato terminasse toldou-lhe o discernimento econômico. Salinas adiou a desvalorização do peso econômico e deixou de adotar as medidas de austeridade necessárias, legando ao seu sucessor, Ernesto Zedillo, um rombo de grandes proporções. O desastre econômico também estava ligado à insurreição guerrilheira de Chiapas em 1• de janeiro de 1994. Essa rebeldia, que chamou a atenção do mundo para as enormes disparidades socioeconômicas e a tensão política no México, ocorreu durante o mandato de Salinas e continua ativa.

O ano de 1994, último do mandato de Salinas, foi marcado por muitas dificuldades, tanto econômicas quanto políticas. Dois assassinatos sacudiram o país neste ano, o primeiro do candidato do PRI à sucessão presidencial, Luis Donaldo Colosio que foi baleado na cidade de Tijuana, em plena campanha, no dia 23 de março. O segundo assassinato foi do secretário-geral do PRI, José Francisco Ruiz Massieu, ocorrido em 28 de setembro, logo após a vitória de Ernesto Zedillo.

Como destacou Fuser:

> “Tanto no caso de Colosio quanto no de Massieu, todas as informações disponíveis apontavam para uma única direção: a luta por poder e influência nos bastidores do Partido Revolucionário Institucional” (PRI) (1995, p. 34).

Os crimes ocorridos no México abalaram fortemente a economia e as estruturas políticas, e se complicou ainda mais quando o irmão de Salinas, Raúl Salinas surgiu como suspeita do crime de Massieu, quando se descobriu um elo entre Raúl e o crime.

Inúmeras versões apareceram do assassinato de Massieu, dentre elas podemos destacar aquela que vê no crime uma vingança do narcotráfico, ao qual o irmão de Salinas estava ligado. Outra versão acredita que o crime aconteceu como ação preventiva dos irmãos Salinas[279], preocupados com supostas informações que Ruiz Massieu teria sobre seu envolvimento em corrupção (Fuser, 1995, p. 36-7).

[279] Este assassinato ganhou contornos familiares, pois Ruiz Massieu foi casado com Adriana Salinas de Gortari, irmã de Carlos e Raúl, que aliás é padrinho da primeira das duas filhas do casal.

Castells atribui os crimes a uma estratégia dos mafiosos mexicanos para impedir que Colósio e Camacho fossem eleitos, por na visão deles, estes dois políticos "...eram imprevisíveis e altamente perigosos para seus interesses. Decidiram matar os dois: Colósio com uma bala; Camacho, por meio de uma campanha bem organizada que induziu a opinião pública a culpá-lo moralmente pelo destino de Colósio. O plano teve êxito" (1999, p. 330).

Como destacou Rosenn e Downes:

> "Salinas jamais se preocupou de fato com o *impeachment*. Tradicionalmente, os presidentes mexicanos tem gozado de imunidade contra quaisquer delitos cometidos no cargo. Na verdade, a presidência mexicana é geralmente considerada uma licença de seis anos para se locupletar á custa do dinheiro público. Com um Congresso e Judiciário subservientes ao Executivo, Salinas jamais correu nenhum perigo enquanto esteve no cargo" (2000, p. 216-7).

Toda esta imunidade pode estar com os dias contados, pois ao assumir o cargo de Presidente da República, Ernesto Zedillo, adotou algumas medidas que gerou grande apreensão no sistema político, tais como: obrigar todos os integrantes do Supremo Tribunal a aposentar-se; além da redução do número de membros de 21 para 11, substituir a vitaliciedade por um mandato não-renovável de 15 anos e a modificação do processo de nomeação, substituindo com a indicação do presidente pela eleição, por maioria de dois terços do Senado, dentre uma lista proposta pelo presidente.

O novo presidente, Ernesto Zedillo, adotou medidas para diminuir a corrupção profundamente arraigada que acabou por levar à prisão Raúl Salinas. E quanto a Carlos Salinas, ao deixar a presidência, perdeu a indicação para presidir a Organização Mundial do Comércio[280] (OMC) e com medo de que houvesse a revogação da lei de imunidade para ex-presidentes, deixou o país.

Ernesto Zedillo, até então tido como um burocrata titubeante, encaminhou medidas para o Congresso, onde seu partido, o PRI, se aliou ao Partido Revolucionário Democrático

[280] Depois da crise econômica que contou com a "ajuda" de quase US$ 20 bilhões, aprovada pelo presidente Bill Clinton, os Estados Unidos retirou o patrocínio que tinha dado até então a Carlos Salinas de Gortari para presidir a Organização Mundial do Comércio (OMC), obrigando-o a retirar sua candidatura.

(PRD), de esquerda, com o objetivo de iniciar uma devassa judicial na gestão de Carlos Salinas, seu antecessor.

Estas medidas adotadas por Zedillo foram estimuladas por algumas declarações de Salinas, que ao sair da presidência, abandonou o silêncio sepulcral dos ex-presidentes, acatado religiosamente durante décadas, e, em entrevista, insistiu na inocência[281] de seu irmão, Raúl Salinas, e se defendeu das acusações de manter o câmbio sobrevalorizado como instrumento para conseguir a presidência da OMC (Fuser, 1995, p. 34-5).

Castells destaca este ponto interessante da política mexicana:

> "Todo presidente que deixava o cargo apontava seu sucessor, abandonando o cenário político em caráter definitivo. E todo presidente traía seu antecessor, sem contudo criticá-lo e tampouco investigar seus atos. A corrupção sistêmica e generalizada também era ordenada, praticada dentro das regras e um importante elemento estabilizador da política mexicana: todo presidente renovava a distribuição dos cargos públicos em toda a estrutura do Estado, o que levava a dezenas de milhares de novas nomeações a cada seis anos" (1999, p. 323).

Os nomeados recebiam inúmeras vantagens pessoais, e através destas nomeações, os governos conseguiam a disciplina das elites políticas, que em troca dava ao presidente e ao partido hegemônico o poder sobre a estrutura política.

Agora, todas as vezes que a disciplina era rompida, as punições eram imediatas, como destaca Castells no parágrafo abaixo:

> "O castigo imputado àquele que violasse as regras de disciplina, silêncio, paciência e, sobretudo, hierarquia, era o exílio permanente de qualquer posição importante de poder e riqueza no país, sendo inclusive praticamente impedido de aparecer na mídia e privado de nomeações acadêmicas significativas" (1999, p. 323)

Ernesto Zedillo herdou um país quebrado, onde o desemprego crassou uma parte considerável da população. Apenas no mês de janeiro de 1995, mais de 250 mil mexicanos perderam seus empregos e quatro mil empresas fecharam suas portas. A crise elevou as já altas taxas de juros de 19% para quase 90%, o que gerou inadimplência, falência generalizada e quebradeira na sociedade, intensificada na classe média.

[281] Em uma pesquisa divulgada pelo Jornal *Reforma* dois dias depois da prisão de Raúl Salinas, 54% dos entrevistados, disseram confiar em Zedillo; para 64%, Carlos Salinas tem culpa na morte de Ruiz Massieu e, 92% acham que o clã dos Salinas está de fato envolvido no crime.

Como destacou Fuser sobre a situação da classe média mexicana no período de câmbio sobrevalorizado:

> "Para esses mexicanos, a abertura comercial do governo de Carlos Salinas de Gortari, com a moeda nacional supervalorizada no patamar de 3 pesos por dólar, era sinônimo de um jardim de delícias - férias na Flórida, carrinhos de compras repletos de importados, seguros de saúde em Houston. A festa do México consumidor ocultava a agonia do México produtor, expressas nas fábricas que fechavam aos milhares, incapazes de resistir à entrada maciça de mercadorias de fora, e na escalada do desemprego, maquilado pelas estatísticas oficiais que classificam como 'empregados' qualquer adulto que tenha trabalhado ao menos uma hora em quatro semanas" (1995, p. 38).

Num balanço da conjuntura econômica do país, percebemos que o México, segunda[282] maior economia da América Latina, praticamente sem transição, passou de uma das economias mais protegidas do mundo para uma abertura comercial quase irrestrita, que arrasou o parque produtivo, sendo inundado pelas importações, mais baratas e de maior qualidade, principalmente de produtos chineses. Deve-se destacar ainda, que, alguns setores foram amplamente beneficiados pela abertura, tais como os fabricantes de cerveja e de cimento.

Como destacou Bendesky: "Salinas inventou uma economia que não existe. A abertura comercial no México não obedeceu a um projeto político de longo prazo, mas apenas a conselhos de tecnocratas" (apud Fuser, 1995, p. 40).

Apesar de tantos problemas, a população mexicana percebeu que os constrangimentos que o país atravessava haviam sido gerados pelo governo de Carlos Salinas, e não do presidente atual, Ernesto Zedillo. Um dado interessante foi levantado num plebiscito[283], realizado no carnaval de 1995, onde se constatou que 97% dos 612 mil votantes opinaram que Salinas deve ser levado a julgamento como responsável pelo desastre econômico.

Foi justamente no período de Carlos Salinas, e revoltou tanto ao povo mexicano, que o número de milionários cresceu no país, chegando a casa dos 24, segundo a revista

[282] Até meados dos anos 90, o México era a segunda maior economia da região atrás apenas do Brasil, mas no final da década e devido a desvalorização da moeda brasileira, o México passa a ser a maior economia, ultrapassando o Brasil, isso com a cotação sendo feita em dólares.

[283] Realizado pelos grupos oponentes ao PRI, que se manifestavam contra o ex-presidente Carlos Salinas entoando a frase "Procurado por traição à pátria".

Forbes[284], sendo que antes do presidente assumir o número era de apenas três milionários na lista.

Todas estas fortunas foram feitas em um período muito curto de tempo, o que levantaram suspeitas claras de corrupção e de envolvimento com atividades ilícitas.

Como destacou Fuser sobre as mazelas de Salinas:

> "De todas as mazelas do salinato, a que mais provoca revolta são as negociatas multimilionárias efetuadas por trás da fachada da modernidade. Em contrasta com a tradição priísta, pela qual o governante de plantão compra lealdades com uma farta distribuição de favores e concessões, o mandato de Salinas foi de uma austeridade absoluta – menos para um grupo seleto de amigos, muy amigos" (1995, p. 41).

É importante destacar, que sob a perspectiva política, o México deve se preocupar com a penetração das redes do crime organizado global no aparato Estado, em todos os níveis, e como destaca Castells:

> "Há dúvidas quanto ao fato de que seu próprio sistema judiciário e policial sejam imunes a essa penetração, o que torna a recuperação da autonomia plena do Estado em relação ao crime tarefa extremamente difícil. De fato, parece que a maioria das revelações acerca das conexões entre o tráfico de drogas e o sistema político, inclusive as referentes a Raúl Salinas, provem das investigações realizadas pelo serviço de inteligência dos EUA – o que torna os líderes mexicanos dependentes da inteligência norte-americana" (1999, p. 333).

Analisar a situação no México é algo bastante complicado, crimes, assassinatos, favorecimentos milionários, desemprego, miséria são temas constantes na história contemporâneo do país. A expressão, a "ditadura perfeita" cunhado por Mário Vargas Lhosa, definiu muito bem a situação do país, onde os conflitos de interesse entre as elites deveriam ser resolvidos sem a necessidade de se matarem entre si. Isso aconteceu por quase 66 anos, mas como destacou Castañeda: "Agora eles se matam. E o país inteiro paga as conseqüências" (apud Fuser, 1995, p. 34).

[284] A revista Forbes publica anualmente o ranking dos mais ricos do mundo, medindo todas as fortunas superiores a US$ 1 bilhão. Um dos nomes que surgiram neste período foi o de Carlos Slim, que saiu do anonimato em 1988, para se tornar o homem mais rico do México, com uma fortuna pessoal de US$ 6,6 bilhões, incluindo a ex-estatal Telmex e uma cadeia comercial com 78 lojas de departamentos, a Santorn.

Ao analisar a implantação do Neoliberalismo no México, percebemos que seus impactos econômicos, sociais e políticos foram bastante nítidos, pois ao diminuir o papel do Estado na economia, diminuir as alíquotas de importação e privatizar as empresas estatais, evidenciando-se graves desequilíbrios sociais, com aumento do descontentamento social e piorando os indicadores sócio-econômicos do país. As medidas neoliberais adotadas não diminuíram a corrupção, como alardeava o Banco Mundial e os organismos internacionais, podendo até terem aumentado, gerando graves desequilíbrios na sociedade.

No capítulo seguinte vamos tentar levantar os valores aproximados de quantos recursos econômicos foram desviados destes países, Brasil e México, neste período via corrupção, usando como eixo de análise os dados do Banco Mundial, que calcula que a economia mundial perde anualmente 5% do seu produto interno bruto (PIB) com corrupção.

Os dados levantados servem apenas para termos uma noção mais precisa, já que em ambos os países a corrupção sempre foi descrita como estrutural e em muitos casos até aceita cotidianamente. O levantamento deste valor serviria, portanto, apenas para mostrar aos agentes econômicos e sociais o quanto estes países perdem com esta pratica ilícita, cujo combate deveria se tornar prioridade nacional, pois assim traria melhoras substanciais aos indicadores sociais do país.

Capítulo 5 - Brasil e México: neoliberalismo, corrupção e desigualdade social. A partir dos governos Collor e Salinas

Introdução

A América Latina atravessa um período de grandes instabilidades, no campo da economia, da política e da sociedade, afetando uma parcela bastante significativa de sua população. O modelo de desenvolvimento adotado no começo do século passado, centrado no Estado, apresentou sinais claros de esgotamento no final dos anos 70, caracterizado pelo aumento da inflação, incremento na dívida externa e diminuição da taxa de crescimento econômico.

Os anos 80 se caracterizaram por mudanças estruturais nas economias da região, privatizações, diminuição do Estado e abertura econômica, que em seu conjunto diminuíram as taxas de crescimento econômico e aumentaram a concentração de renda na região, com incremento nos índices de miséria, insegurança, violência e exclusão social.

O presente capítulo vai investigar a degradação dos indicadores sociais na América Latina, com ênfase especial para Brasil e México, tendo como objetivo especial analisar o papel central da corrupção na piora das condições sociais destes países já que esta, ao extrair recursos públicos de forma ilícita, impede que o Estado incremente os investimentos públicos e contribui para o aumento da degradação dos indicadores sociais.

A corrupção é responsável pela extração de 5% do produto interno bruto (PIB) mundial, algo entre US$ 1,5 trilhão e US$ 2 trilhões, recursos estes que, se pelo menos a metade fosse investida de forma eficiente, os indicadores sociais melhorariam nitidamente. Na América Latina, e principalmente no México e no Brasil, primeira e segunda economias da região, responsáveis por indicadores sociais negativos, incompatíveis com suas

estruturas econômicas e riquezas naturais e potenciais, têm na corrupção um dos instrumentos que contribuem para a degradação destes indicadores.

A corrupção apresenta-se como um dos grandes responsáveis pela péssima situação social destes países. Para confirmarmos esta hipótese, analisamos o Índice de Exclusão

Social[285] (IES) e o Índice de Desenvolvimento Humano[286] (IDH), indicadores estes que nos mostram a situação social do mundo e destes países em especial.

5.1. Desigualdade e crescimento no mundo

Depois de quase duas décadas de políticas neoliberais, o mundo pouco tem o que comemorar, quando o assunto são as questões sociais, gerada em sua maioria pelas transformações em suas estruturas produtivas.

O então presidente do Banco Mundial (Bird), James Wolfensohn, disse, em 1999, sobre a situação da sociedade global: "No nível das pessoas, o sistema não está funcionando" (Faux e Mishel, 2004, p.137).

Ao analisarmos a fala do presidente do Banco Mundial, percebemos que o sistema mundial não está funcionando para a maioria das pessoas, as políticas que foram adotadas em anos anteriores se baseavam na desregulamentação da produção e do mercado financeiro mundial, que enriqueceram apenas uma classe de investidores, empresários e profissionais liberais.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1996, revelou "...que o patrimônio dos 358 bilionários do mundo excedia a renda de 45% da produção do planeta. Além disso, como se pode observar nos aeroportos lotados do mundo inteiro, nos shopping centers e restaurantes de luxo, a prosperidade também chegou Brasil e México: neoliberalismo, corrupção e desigualdade social. A partir dos governos Collor e Salinas.

[285] O Índice de Exclusão Social (IES) foi criado por pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Pontifício Universidade Católica (PUC-SP) encarregados de desenvolver na cidade de São Paulo iniciativas de inclusão social. Este índice está baseado no Índice de Desenvolvimento Humano criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Sua composição está ligada a mensuração de inúmeros indicadores, tais como: índice de pobreza, índice de desemprego, índice de desigualdade, índice de alfabetização, índice de escolarização superior, índice de homicídios e índice de população infantil

[286] O Índice de Desenvolvimento Humano criado no final dos anos 80 como forma de indicar o grau de desenvolvimento e condições de vida de um país, como uma alternativa ou um complemento aos indicadores econômicos mais diretos como o PIB, a renda per capita, ou o nível de industrialização. Criado por Mahbub ul Hak e pelo prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen, o IDH é um número que indica três variáveis: o nível de renda, a educação e a longevidade.

Todas as promessas feitas anteriormente pelos adeptos das políticas neoliberais, não foram cumpridas, segundo eles, com a abertura da economia, a diminuição do poder do Estado e as Privatizações, os países encontrariam espaço para o crescimento econômico e diminuição das desigualdades internas. Quando os mercados financeiro e comercial foram abertos a renda não subiu mais depressa, mas mais devagar. A igualdade entre as nações não aumentou com muitas, dentre as mais pobres, sofrendo um declínio absoluto da renda. Até mesmo dentro das nações a desigualdade aumentou[287], e não só nas nações em desenvolvimento, mas nas nações desenvolvidas, que passam a conhecer um aumento do fosso entre ricos e pobres.

A desigualdade era explicada pela não adoção de políticas corretas: desregulamentação dos mercados, governos privatizados e sindicatos falidos. Depois destas políticas se espalharem pelo mundo, o final do século XX conheceu inúmeras crises e desastres financeiros, e justamente em países considerados exemplares pela comunidade financeira internacional, pelo FMI e pelo Banco Mundial: México (1994), Tailândia, Indonésia e Coréia (1997), Rússia (1998), Brasil (1999).e Argentina (2000).

Como destacou Faux e Mishel: "Quando as bolhas implodiram, os mesmos países foram acusados pelas elites políticas de algo chamado 'capitalismo clientelista' – um ano antes, o nome era 'ambiente favorável aos negócios'" (2004, p. 139).

Os dados relativos à desigualdade de renda da sociedade mundial disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1996 destacou que, desde 1980, o "declínio ou estagnação econômica afetou 100 países, reduzindo a renda de 1,6 bilhão de pessoas. Em 70 desses países, a renda média é menor do que em 1980 e, em 43 países, menor do que em 1970" (Faux e Mishel, 2004, p. 142).

Nos países desenvolvidos, "...o crescimento da renda na década de 1990 foi menor do que na de 1980. Durante todo período pós-1980, ficou substancialmente abaixo do nível

[287] "A renda *per capita* nos Estados Unidos cresceu abaixo dos países avançados na década de 1980, de 1,5% contra 2,3% dos outros países do G 7. A década de 1980 nos Estados Unidos foi uma época de crescimento lento, com a renda familiar média subindo apenas 0,4% ao ano. O crescimento durante o ciclo da década de 1990 (até 1997) foi ainda menor, de apenas 0,1% ao ano. Na verdade, sé depois de 1997 a renda familiar média excedeu a de 1989 (o pico do ciclo comercial anterior). Assim, foram preciso quatro anos de crescimento para recuperar a queda da renda de 1989-1993, sem melhora líquida em todo o período de 1989-1997" (Faux e Mishel, 2004, p. 149).

das décadas de 1960 e 1970. De 1989 a 1996, o crescimento foi ainda mais arrastado nos países do G 7, inclusive nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha, na França, na Itália e no Canadá" (Faux e Mishel, 2004, p. 143)

A tabela 24 abaixo destaca o crescimento da renda per capita nos países avançados no período 1960-1996 (em %).

	Taxa de crescimento anual da renda per capita – 1960 - 1996		
	1960-1979	1979-1989	1989-1996
Estados Unidos	2,3	1,5	1,0
Japão	6,4	3,1	2,0
Alemanha	3,3	1,9	1,3
França	3,7	1,6	0,8
Itália	4,1	2,3	1,0
Reino Unido	2,2	2,2	1,0
Canadá	3,4	1,8	-0,1
Média excluindo os EUA	3,9	2,3	1,3

Fonte: Faux e Mishel, 2004, p. 143.

Como destacou Li:

> "Segundo as Nações Unidas, no seu Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano, o 1% mais rico do mundo aufere tanta renda quanto os 57% mais pobres. A proporção, no que se refere aos rendimentos, entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo aumento de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990 e para 74 para 1 em 1999, e estima-se que atinja os 100 para 1 em 2015. Em 1999-2000, os 2,8 bilhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 840 milhões estavam subnutridos, 2,4 bilhões não tinham acesso a nenhuma forma aprimorada de serviço de saneamento, e uma em cada seis crianças em idade de freqüentar a escola primária não estava na escola. Estima-se que cerca de 50% da força de trabalho não-agrícola esteja desempregada ou subempregada" (2004, p. 21).

A tabela 25 abaixo mostra o crescimento da renda per capita em vários países agrupados segundo os padrões das Nações Unidas para o "desenvolvimento humano". Ao analisarmos a tabela, dois pontos nos chamam a atenção: Primeiro, o crescimento da renda tem sido mais lento no período mais recente em todas as categorias, com exceção de uma. Segundo, quando se excluem a China e a Índia, o crescimento da renda foi abismalmente

baixo desde 1980, com a renda per capita crescendo apenas 0,6% e 0,1% ao ano, respectivamente, nos países de desenvolvimento médio e baixo. Na verdade, o crescimento da renda foi negativo nos países menos desenvolvidos; caindo 0,4% ao ano entre 1980 e 1995.

Tabela 25 – Crescimento anual da renda per capita 1965 -1995

	1965-1980	1980-1995
Desenvolvimento Humano elevado	4,8	1,4
Desenvolvimento Humano Médio	3,8	3,1
Excluindo a China	3,2	0,6
China	4,1	8,6
Desenvolvimento Humano Baixo	1,4	2,0
Excluindo a Índia	1,2	0,1
Índia	1,5	3,2
Todos os países em desenvolvimento	3,0	2,1
Tirando os países em desenvolvimento	0,4	-0,4
Mundo	n.d.	0,9

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidos, 1998.

Ao analisar estas tabelas, percebemos que o final dos anos 70 e início dos 80 marca uma reconversão dos modelos de desenvolvimento na sociedade mundial, pois é neste período que os países, na sua maioria passam a criar novas estratégias de desenvolvimento econômico e inserção na economia mundial. É neste momento que os indicadores sociais passam a apresentar resultados negativos, sendo que alguns países desenvolvidos apresentam aumento da pobreza e outros, só não tiveram aumento da pobreza porque construíram, anteriormente, uma rede de proteção social.

Como destacou Faux e Mishel:

> "Devido à forte rede de proteção social representada por essas alterações de tributação e transferência de renda, não houve um aumento considerável da pobreza da maioria dos países avançados em correspondência com o crescimento da desigualdade da renda auferida no mercado. As exceções são os Estados Unidos e o Reino Unido, onde a pobreza cresceu, respectivamente, 2,4 e 5,4 pontos percentuais entre 1979 e 1991" (2004, p.147).

A América Latina, região onde as políticas neoliberais foram adotadas à exaustão a partir dos anos 80, apresentou algumas conseqüências bastante interessantes, como destacou Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, na reunião anual do BID (2003), onde afirmou que "...a América Latina está ficando mais pobre; os governos da América Latina elevaram seus gastos sociais em 58% *per capita* na última década. No entanto, os resultados foram desoladores; há muito mais pobres agora, e 20 milhões deles caíram abaixo da linha da pobreza de 1997 para cá. A dívida está piorando. Apesar dos bilhões captados para as privatizações, a relação dívida/PIB cresceu de 37%, em 1997, para 51% em 2002. O desemprego subiu de 10% para 15%. Quanto mais pobres os países, maior a percepção dos riscos, menores os investimentos. Cresce a imigração" (apud Dupas, 2005, p. 59).

A América Latina apresentou como destacou Dupas:

> "Quanto ao crescimento econômico, o PIB da região manteve um comportamento medíocre, num patamar ligeiramente declinante de 3% para 2% durante o período 1989-2002, acentuando sua queda a partir de 1997 para atingir um valor negativo em 2002. Já o PIB *per capita* teve sua média reduzindo-se de 1% para próximo de zero em 2002. Por outro lado, o desemprego aberto não parou de crescer, tendo evoluído de pouco mais de 5% em 1989 para cerca de 9% em 2002. Por outro lado, a formação bruta de capital fixa manteve constante tendência de queda, atingindo o reduzido valor de 18% em 2002. O cenário fica ainda mais complicado quando se observam os dados de queda no crescimento no PIB e de aumento percentual da dívida externa da América Latina, no período mais recente (1994-2002). Não é exagero afirmar, pois, que a década de 1990 e o início dos anos 2000 foram mais um 'período perdido' na economia latino-americana. Na realidade, o único aspecto claramente positivo dessa década foi o controle dos processos hiperinflacionários na região, especialmente nos casos do Brasil, da Argentina e do Peru" (2005, p. 60-1).

O Boletim Panorama social da América Latina (2002-2003), da Comissão Econômica da América Latina (Cepal[288]), vem corroborar as informações feitas acima,

[288] Nesta mesma pesquisa, a Cepal destaca ainda que quase 9% das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição aguda e 19% delas de desnutrição crônica e que, para a região diminuir para a metade esse quadro de pobreza entre as crianças, seria necessário um crescimento médio anual das economias de 5% até 2015, o que nos parece algo bastante improvável.

segundo o boletim, a população latino-americana abaixo da linha da pobreza evoluiu sucessivamente de 41% do total em 1980 (136 milhões de pessoas) para 43% em 2000 (207 milhões de pessoas); e em 2003 ela já alcançava 44% (237 milhões de pessoas). Já o índice de população indigente cresceu de 19% em 2001 para 20% em 2003. Esse número teve forte influência da Argentina, onde a taxa de pobreza quase duplicou de 1999 a 2003 (de 20 para 42%) e a indigência quase quadruplicou (de 5% para 19%).

Outro ponto destacado pelo Panorama social da América Latina (1999-2000), foi a tendência ao aumento da precariedade do emprego, que "...delineou-se com o aumento na proporção de pessoas ocupadas nos setores informais ou de baixa produtividade, que atingiu (1999) cerca de 50% da força de trabalho nas zonas urbanas e percentagens ainda mais elevadas nas zonas rurais". Já em 2000, as estimativas são de que essa taxa atingiu quase 60% da força de trabalho.

O caso mais assustador na região é o da Argentina, que como destacou Kliksberg, em 1960, 53% de sua população era da classe média. Durante os anos 1990, 20% dessa categoria foi transformada em "novos pobres". Após a crise de 2000-2002, os estratos da classe média que sobraram estão reduzidos a 25% da população (2001).

Com a degradação social da região, o clima de insegurança aumentou à níveis jamais vistos, o número de homicídios[289] cresceu 40% na região durante a década de 1990, atingindo um índice seis vezes maior que o observado nos países da Europa ocidental (Banco Mundial, 2004).

Como destacou Mercadante, comentando sobre as medidas indicadas pelos países desenvolvidos para o desenvolvimento dos países pobres:

> "É interessante observar como esse processo foi acompanhado por uma crescente concentração e polarização da renda e da riqueza mundiais. Em 1820, por exemplo, a relação entre o PIB por habitante da região mais desenvolvida do mundo – à época a Europa ocidental – e a da mais pobre – a África – era de aproximadamente três vezes. Cinquenta anos depois, essa relação já havia aumentado para 5,5 vezes, passando para 11,8 vezes em 1973 e para 19,1 vezes em 1998. O caso da América Latina – e, em particular, o do Brasil – é igualmente ilustrativo. Entre 1870 e 1973, a relação entre o produto por habitante da região mais rica – as colônias inglesas de povoamento lideradas pelos Estados Unidos –

[289] Na classificação mundial, três países latino-americanos ocupam posição entre os quatro mais violentos: Colômbia é o líder mundial (68 homicídios por 100 mil habitantes); El Salvador em segundo lugar com 30; Rússia em terceiro e Brasil em quarto têm respectivamente, 28 e 27 homicídios por 100 habitantes.

> e o da América Latina se manteve praticamente constante, em torno de 3,4 vezes. Mas entre 1973 e 1998, aumenta para 4,5 vezes. Ou seja, a expansão e a liberalização dos fluxos de capital e a homogeneização das políticas adotadas nos países da região sob a égide do pensamento neoliberal ampliaram a brecha entre a região e os países mais desenvolvidos, que, aparentemente, foram os principais beneficiários da expansão da produção e do comércio verificadas nesse período" (2005).

É neste clima de insegurança, desemprego crescente e aumento na desigualdade social, que está em alta na América Latina a questão da imigração, um problema sem precedentes na região, que tende a se tornar uma questão central nos próximos anos, caso não seja enfrentado o mais breve possível, já que está se tornando unanimidade entre as organizações internacionais, que a América Latina é a região mais desigual do globo (Dupas, 2005, p. 63).

5.2. Crescimento e desigualdade no Brasil sob o neoliberalismo

A sociedade brasileira passou por grandes mudanças nos anos 90, iniciadas com a adoção das políticas neoliberais pelo governo de Fernando Collor de Mello e continuada por outros governos[290].

De uma economia fechada e ineficiente, onde o Estado era responsável por parcela substancial do produto interno bruto até o início dos anos 90, o Brasil passa por inúmeras transformações estruturais na última década, marcadas por privatizações e diminuição do papel do papel do Estado na economia, além de uma abertura econômica que impactou diretamente em sua estrutura produtiva, melhorando a qualidade dos produtos, aumentando o valor agregado das mercadorias, aumentando o desemprego industrial e com impactos sobre as questões sociais.

O Brasil neste momento passa a aderir às políticas de cunho neoliberal, que na América Latina já tinham seduzido inúmeros países, Chile, Argentina, México, Peru, Venezuela e Paraguai. Os resultados destas políticas são diferentes nos diversos países, já que suas estruturas produtivas também o são, no Chile seu resultado é considerado animador pelos investidores internacionais, crescimento econômico, diminuição da

[290] Depois de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o Brasil foi governado por Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e atualmente por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).

pobreza, melhoria na competitividade de seu parque produtivo e tendo boa colocação no ranking da corrupção[291].

A tabela 26 abaixo destaca a distribuição funcional da renda – 1969 e 1998 (% Pib).

	1969	1998
Salários	39,4	28,8
Lucros	38,2	46,3
Juros e Aluguéis	22,4	24,9

Fonte: IBGE

Na tabela 27 abaixo destaca a distribuição interpessoal da renda – 1970-1995 (%).

	1970	1995
A – 20% mais ricos	61,9	63,4
B - 20% mais pobres	3,4	2,4
C - A/B	18,2	26,4

Fonte: IBGE

Nas tabelas acima, podemos observar que a distribuição de renda no Brasil apresenta uma tendência de degradação no período, onde os setores mais afortunados tiveram uma melhoria bastante significativa de seus rendimentos, em detrimento dos trabalhadores, que viram seus rendimentos sendo diminuídos consideravelmente.

Como destacou Pochmann:

> "Nos últimos 25 anos, o Brasil tem apresentado alguns sinais importantes de decadência socioeconômica nem sempre considerados pela opinião pública. Pode-se mencionar, por exemplo, a regressão da oitava para a 14• posição no ranking da economia mundial, que tornou a renda per capita atual no Brasil inferior a um quinto da dos Estados Unidos – em 1980, estava próxima de um terço" (p.2, 2005).

É importante notar ainda, que este período de 25 anos foi caracterizado por um baixo crescimento econômico do país, que teve uma média de 2,2% ao ano, contrastando

[291] Calculado pela Transparência Internacional, o Chile no ano 2000 estava em 18• posição no mundo com nota 7,4 (o melhor colocado da região) que traz o Peru em segundo lugar da América Latina com nota 4,4 e posição 41•.

com as décadas anteriores, principalmente no período 1900-1980, onde o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo e no período 1950-1980, onde o Brasil foi o segundo país de maior crescimento, sendo superado apenas pelo Japão.

A tabela 28 abaixo destaca o crescimento econômico no período 1930-2002 (%).

Décadas	Crescimento real médio do PIB	Crescimento real médio do Pib por habitante
1930-1939	4,37	2,87
1940-1949	5,19	2,89
1950-1959	7,15	4,01
1960-1969	6,12	3,13
1970-1979	8,80	5,87
1980-1989	3,03	9,90
1990-1999	1,80	0,34
2000-2002	2,43	1,10

Fonte: www.ipeadata.go v.br

A tabela 29 abaixo destaca os valores referentes ao Produto Interno Bruto (em milhões de dólares).

Ano	Produto Interno Bruto	Ano	Produto Interno Bruto
1990	469,3	1998	787,8
1991	405,6	1999	536,5
1992	387,2	2000	602,2
1993	429,6	2001	509,7
1994	543,0	2002	459,3
1995	705,4	2003	506,7
1996	775,4	2004	603,9
1997	807,8		

Fonte: IBGE

5.3. Crescimento e desigualdade no México sob o neoliberalismo

A economia mexicana apresentou um resultado bastante significativo no período entre 1960 e 1982, com crescimento de renda *per capita* de 3,6% ao ano. Neste período, novas indústrias foram criadas e os gastos públicos com educação, saúde e desenvolvimento rural subiram. O modelo de desenvolvimento adotado no período estava voltado para dentro e centrado no Estado, que atuava como agente fomentador do desenvolvimento.

Como destaca Faux e Mishel:

> "Como a maioria das sociedades latino-americanas, o México já tinha uma distribuição de renda e riqueza muito desigual mas, enquanto se modernizava neste período, uma parte um pouco maior do incremento da renda nacional foi para os que estavam na faixa inferior. O índice Gini[292] melhorou em cerca de 10% entre 1957 e 1984" (2004, p. 152).

Depois de duas décadas de contínuo crescimento econômico, a partir de 1982, o país passa a apresentar índices negativos de incremento, o que está diretamente ligado ao momento de implantação do novo modelo de desenvolvimento, baseado nas idéias neoliberais, que defendem a diminuição do papel do Estado e aumento da participação do mercado como agente fomentador do crescimento econômico.

No período inicial da implantação do modelo, os indicadores sociais apresentaram resultados negativos: de 1983-1989 o crescimento da renda *per capita* do país caiu 0,6%, que teve impacto violento como na diminuição dos salários, gerando aumento na pobreza, que subiu de 29% em 1984 para 36% em 1989. No mesmo período, a parte da renda recebida pelos nove décimos inferiores da população declinou, enquanto a parte da renda do décimo superior expandiu-se em 18% (Faux e Mishel, 2004, p. 152).

Depois de seis anos de crescente queda na renda da população mexicana, nos anos seguintes, entre 1989 e 1994, a renda *per capita* subiu 1,8% ao ano, embora não tenha sido suficiente para alcançar o nível da era pré-liberalização.

A tabela 30 abaixo destaca os valores do Produto Interno Bruto do México, no período 1991-2001 (em bilhões de dólares):

[292] "Medida de concentração, mais frequentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Os valores do coeficiente de Gini variam, portanto, entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero" (Sandroni, 2005, p.156)..

Produto Interno Bruto – México 1991/2002

Ano	Produto Interno Bruto	Ano	Produto Interno Bruto
1991	260,5	1997	n.d.
1992	276,8	1998	421,2
1993	294,8	1999	481,1
1994	420,8	2000	581,4
1995	286,1	2001	624,0
1996	332,4	2002	637,2

Fonte: Secretaria da Economia do México

A tabela 31 abaixo destaca o comportamento das exportações mexicanas (exceto petróleo) no período 1980-2002 (em bilhões de dólares).

Exportações – México 1980/2002

Ano	Exportações	Ano	Exportações
1980	7,6	1992	37,9
1982	7,6	1994	53,4
1984	12,5	1996	84,3
1986	15,5	1998	110,3
1988	24,0	2000	150,1
1990	30,6	2002	146,2

Fonte: Secretaria da Economia do México

Ao analisarmos a tabela acima, percebemos que a entrada do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) transformou fortemente a economia do país, "...o crescimento econômico das últimas décadas tem sido relacionado às exportações e à crescente integração do país à economia mundial" (Urbasch, 2004, p. 30).

O México está entre os dez países que mais participam do fluxo internacional de comércio, além de ser o segundo maior parceiro comercial dos Estados Unidos, atrás

apenas do Canadá. Segundo estatísticas do Banco do México, as exportações mexicanas representavam 33,5% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que no triênio 1998-2002, o comércio exterior cresceu 4,5% ao ano, passando de US$ 242,7 bilhões para US$ 288,9 bilhões.

Todo o entusiasmo relativo à entrada do país no Tratado de Livre Comércio da América do Norte esconde um aumento da degradação das questões sociais, como destacou Faux e Mishel, comentando as conseqüências da crise de 1994 sobre o trabalhador mexicano típico, o mais afetado pela crise do Peso:

> "Quase dois milhões de empregos desapareceram e o salário real na indústria caiu quase 40%. Ainda não estão disponível mensurações diretas da distribuição de renda depois de 1994, mas os economistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento calcularam que a incidência de pobreza subiu 15% em 1995. Além disso, previram que, mesmo que a economia mexicana crescesse sem parar 5% ao ano e a distribuição de renda voltasse ao padrão de 1994, seriam necessários mais oito anos para que a incidência de pobreza voltasse aonde estava em 1984, logo depois que começou a liberação do comércio e dos investimentos" (2004, p. 154).

O México rural também foi muito afetado pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), onde os pequenos produtores de milho[293] foram dizimados pela importação barata das agroempresas norte-americanas e canadenses e, em consequência, aumentou a concentração das terras nas mãos das empresas.

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) é descrito pelos neoliberais como uma iniciativa positiva do México, responsável pela melhoria dos indicadores sociais do país no cenário internacional. Dupas, citando um relatório feito por pesquisadores do Carnegie Endowment (EUA) destaca:

> "Praticamente todos os indicadores sociais no período de 1994 a 2004 pioraram no México. O desemprego aumentou; foram acrescentados cerca de 500 mil postos de trabalho no setor manufatureiro, mas a agropecuária – a maior prejudicada com a abertura do comércio -, setor em que ainda trabalha quase um quinto da população mexicana, perdeu 1,3 milhão de empregos. A imigração ilegal para os Estados Unidos seguiu aumentando depois da Nafta: de 700 mil em 1994 para o pico de 1,3 milhão em 2001. O número de mexicanos clandestinos

[293] Segundo Dupas: "O milho subsidiado pelo governo norte-americano vendido no México teve, entre 1999 e 2001, preços 30% inferiores ao custo local de produção; seu volume aumentou 240% desde 1992, pondo em sério risco as variedades tradicionais de milho mexicano, essenciais aos hábitos alimentares daquele país" (2005, p. 67).

> nos Estados Unidos cresceu de 2 milhões em (1990) para quase 5 milhões (2000); somados aos legais, deve haver em torno de 15 milhões de mexicanos nos Estados Unidos. É da remessa de dólares desse enorme estoque de imigrantes de que dependem cada vez mais as famílias mexicanas para sobreviver. A teoria neoliberal gosta de garantir que um país com abundância de trabalho não qualificado, e que se abra ao comércio, terá assegurado crescimento inevitável desses salários. No entanto, a remuneração real da maioria dos mexicanos é hoje mais baixa do que quando o Nafta iniciou, incluindo os salários nas *maquiladoras* e nas demais indústria. Já a desigualdade de renda aumentou. Comparado ao período anterior, os 10% das famílias do estrato superior aumentaram sua proporção na renda nacional. E os mesmos 31% dos cidadãos continuam na pobreza extrema" (2005, p. 65).

Dupas demonstra ainda, que o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) não trouxera os aumentos salariais esperados, as *maquiladoras* utilizando mão-de-obra barata local, que geraram no período 1994-2001 cerca de 800 mil postos de trabalho, mas já perderam mais de 250 mil deles desde maio de 2003, em razão da imbatível contra-ofensiva chinesa oferecendo trabalhadores mais qualificados e a custo muito inferior (2005, p. 66).

5.4. Brasil e México: comparação de indicadores sócio-econômicos

A América conta com 841,5 milhões de pessoas, algo em torno de 13,9% da população mundial, sendo o segundo maior continente do planeta em termos populacionais. Além disso, as trinta e cinco nações que a compõem têm um produto interno bruto de nada menos que US$ 14,5 trilhões (32% do produto interno bruto global), sendo que o Pib *per capita* da região alcança US$ 17,2 mil – o terceiro maior do mundo.

Nas Américas, o índice de exclusão social (IES) apresenta grande disparidade entre as economias, de um lado, estão as economias "...acima do Trópico de Câncer e abaixo do Trópico de Capricórnio, com índices parciais que revelam condições de vida relativamente aceitáveis. Do outro lado, situam-se as nações localizadas entre ambos os trópicos, com índices parciais (especialmente a Pobreza e Desigualdade) que indicam, na maior parte das vezes, condições sociais evidentemente precárias" (Pochmann, 2004, p. 104).

A tabela 32 abaixo retrata os 35 países das Américas e sua classificação no Índice de Exclusão Social (IES)

Posição	País	IES	Posição	País	IES
1	Canadá	0,981	19	Antígua e Barbuda	0,643
2	EUA	0,926	20	Jamaica	0,640
3	Barbados	0,874	21	Dominica	0,636
4	Cuba	0,844	22	São Vic. E Granad.	0,629
5	S. Crist. e Nevis	0,807	23	Equador	0,625
6	Bahamas	0,790	24	Belize	0,612
7	Trin. Tobago	0,781	25	Guiana	0,594
8	Argentina	0,758	26	Bolívia	0,580
9	Uruguai	0,749	27	Colômbia	0,563
10	Costa Rica	0,715	**28**	**Brasil**	**0,562**
11	Chile	0,701	29	El Salvador	0,555
12	Rep. Domin.	0,679	30	Venezuela	0,510
13	Panamá	0,673	31	Guatemala	0,458
14	Granada	0,673	32	Haiti	0,428
15	Peru	0,669	33	Paraguai	0,404
16	**México**	**0,664**	34	Nicarágua	0,336
17	Santa Lúcia	0,658	35	Honduras	0,152
18	Suriname	0,652			

Fonte: Pochmann, 2004.

Países como o Canadá (primeiro lugar no IES) e os Estados Unidos (segundo maior IES das Américas) contrastam com países como Honduras (35• colocação) e Nicarágua (34• lugar).

Quando analisamos a tabela com o índice de exclusão social, percebemos que há uma relação direta entre exclusão social e corrupção, nos países da região com melhor IES, Canadá e Estados Unidos, o índice de percepção de corrupção (IPC), da Organização não Governamental Transparência Internacional, apresenta também melhores indicadores. No índice de 2000, o Canadá estava na 5• colocação no mundo, com nota 9,2 enquanto os Estados Unidos estava na colocação 14•, com nota 7,8.

Quando analisamos mundialmente, percebemos que os dez países com melhores índices de exclusão social (Canadá, Japão, Finlândia, Bélgica, Espanha, Noruega, Suíça, Suécia, EUA e Lituânia), apresentam avaliação positiva no índice de percepção de corrupção (IPC), sendo que 9 destes países estão entre os 25 melhores classificados com relação à corrupção da Transparência Internacional (ver tabela Índice de Percepção de Corrupção – 2000, página 93).

Diante disso, podemos perceber o papel central da corrupção dentro das economias, já que esta, ao desviar recursos sociais, aumenta a exclusão social e degrada mais os indicadores sócio-econômicos, incrementando a miséria e a pobreza em um mundo marcado pela globalização dos mercados e onde o capital humano apresenta um papel relevante.

Na parte inferior dos indicadores podemos perceber que países como Honduras, Moçambique, Uganda, Angola, Camarões, Venezuela, Tanzânia, entre outros, caracterizam-se como países com altos níveis de corrupção e exclusão social, o que nos leva a concluir que há uma relação diretamente proporcional.entre corrupção e exclusão social.

Tabela 33

Taxa de desemprego – países selecionados (em %)

Países	1994	1996	1998	2000
Alemanha	8,4	9	10,9	9,6
Argentina	11,5	17,2	13,2	15,5
Brasil	**5,1**	**5,4**	**8,7**	**7,4**
Chile	8,3	7	6,1	8,9
Espanha	24,1	22,2	18,8	14,1
Estados Unidos	6,1	5,4	4,5	4,1
França	12,3	12,4	11,8	9,8
Inglaterra	9,6	8,2	6,2	5,7
Japão	2,9	3,4	4,1	4,8
México	**3,7**	**5,5**	**3,4**	**2,6**

Fonte: Revista Rumos

Quando analisamos a tabela acima, percebemos uma tendência mundial de incremento no desemprego, onde os países marcados pela tradição de Estado de Bem-Estar Social apresentam índices crescentes de desemprego, como Alemanha, França e Espanha são exemplos nítidos. Na Europa percebemos ainda, um outro grupo de países descritos acima, onde Inglaterra é um exemplo claro, de país que passou por grandes transformações nos últimos anos, abrindo espaço para a transformação do Estado, de uma tradição de bem-estar para um modelo de liberalização.

Brasil e México são países que apresentam uma situação diferente com relação ao emprego, enquanto o Brasil demonstra um incremento no desemprego, o México percorre um caminho diferente.

O Brasil depois de anos de políticas neoliberais, iniciadas no início dos anos 90, apresentou um crescimento nítido nos seus índices de desemprego e precarização do mercado de trabalho, isso foi gerado pela adoção imediata de políticas liberalizantes em uma sociedade marcada por deficiências brutais na produtividade de seu setor produtivo e péssimas condições educacionais, o que dificultou a integração dessa população no mercado de trabalho, agora mais exigente e competitivo.

Já o México, a opção foi outra, depois de aderir às políticas liberalizantes, o país se insere no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), abrindo espaço para a integração de sua economia na nova ordem mundial. O norte do país, próximo aos Estados Unidos, se caracterizou por um espaço de crescimento do emprego, onde esta região passa a abrigar inúmeras empresas norte-americanas e canadenses, que para usufruir da mão-de-obra barata da região e da proximidade do grande mercado consumidor norte-americano.

Distribuição de renda – países selecionados

Tabela 34

Países	Ano	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Índice de Gini[294]
Japão	1993	10,6	35,7	21,7	0,249
Egito	1995	9,8	39,0	25,0	0,289
Canadá	1994	7,5	39,3	23,8	0,315
Coréia do Sul	1993	7,5	39,3	24,3	0,316
Suíça	1992	6,9	40,3	25,2	0,331
Índia	1997	8,1	46,1	33,5	0,378
Uganda	1993	6,6	46,1	31,2	0,392
Etiópia	1995	7,1	47,7	33,7	0,400
EUA	1997	5,2	46,4	30,5	0,408
Bolívia	1990	5,6	48,2	31,7	0,420
México	**1995**	**3,6**	**58,2**	**42,8**	**0,537**
Honduras	1996	3,4	58,0	42,1	0,537
África do Sul	1994	2,9	64,8	45,9	0,593
Guatemala	1989	2,1	63,0	46,6	0,596
Brasil	**1996**	**2,5**	**63,8**	**47,6**	**0,600**
Rep. Centro Africana	1993	2,0	65,0	47,7	0,613

Fonte: Banco Mundial

5.5. Brasil e México: o papel da corrupção na desigualdade social

A corrupção, como dita anteriormente, não é exclusividade dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, está alastrada na sociedade mundial, envolve também os países altamente desenvolvidos, gerando custos de toda natureza e ajudando na

[294] Sobre Coeficiente de Gini, ver nota de rodapé 286.

exclusão social de parcela significativa da população mundial, na miséria e na violência que se espalha por todos os continentes.

Como afirmou Negri e Cocco:

> "Na realidade, o poder é sempre corrupto, pois é fruto da corrupção da democracia, de sua limitação, de sua despotencialização, ou seja, da redução da potência de muitos ao poder de poucos (mecanismo fundamental da soberania hobbesiana que a democracia representativa confirma e legitima). O poder nasce da corrupção" (2005, p. 23).

Com o fim da guerra fria e o processo de globalização dos mercados, inúmeros casos de desvios de recursos públicos foram descobertos, com custos altíssimos para os países, mas as políticas de combate à corrupção parecem que não caminham a passos tão largos como as transformações na economia e na sociedade mundiais.

Diante deste problema mundial, poucos são aqueles que se preocuparam em reverter este mal, os políticos, os intelectuais, a sociedade civil e os empresários pouco se debruçam sobre este problema para propor medidas concretas para erradicar tal dificuldade.

A corrupção não vem sozinha, traz consigo outros malefícios para a sociedade mundial, o tráfico de drogas, a prostituição, o trabalho escravo, a lavagem de dinheiro, entre outros, o que alimenta as máfias, que contribuem para minar o poder dos Estados Nacionais e enfraquecer a democracia, abrindo espaços cada vez maiores para os detentores de recursos financeiros, que passam a controlar todos os canais de representação da sociedade, mantendo com isso o poder político e influenciando na tomada de decisões que os beneficiam.

Como destacou Dupas:

> "Os mais jovens, entre os quais as taxas de desocupação cresceram especialmente, expõem-se progressivamente a situações críticas de sobrevivência que os tornam um 'exército industrial de reserva' do crime organizado, fazendo da América Latina a segunda região de maior criminalidade e a primeira em desigualdade de renda em todo o mundo" (2005, p. 260).

O papel da corrupção neste quadro de degradação social nos parece evidente o que contribui para a região estar na situação na qual se encontra, mas as medidas para reverter este quadro aparecem de forma muito tímida, o que contribui para o aumento do clima de descontentamento social, revolta e enfraquecimento do poder do Estado Nacional.

A situação de região é tão assustadora gerando, até problemas claros de identidade. Como destacou Quijano, a crise neoliberal iniciada nos anos 80, a estrutura produtiva então consolidada se desintegrou, gerando desemprego, subemprego e rápida polarização social (2004).

Esta luta pela manutenção de sua identidade da população indígena é um dos fatores responsáveis pelos movimentos indígenas que se espalham pela América Latina, onde os índios derrubaram o presidente boliviano Sanchéz de Losada, em outubro de 2003, e abriu espaço para a eleição de 2005 o líder cocaleiro Evo Morales.

Além de Evo Morales, outros líderes surgiram na região nos anos recentes, todos vindos de berços esquerdistas, Hugo Chavéz (Venezuela), Nestor Kirchner (Argentina), Tabaré Vasquez (Uruguai) e Luís Inácio Lula da Silva (Brasil). O que demonstra um descontentamento da população com os governos anteriores, que foram os responsáveis pela adoção de políticas de cunho neoliberal, cujo resultado social é bastante deprimente.

Diante destes problemas sociais da região, pode-se verificar que se a América Latina desenvolvesse uma política efetiva de combate a corrupção, muitos recursos que hoje são extraídos da sociedade por fontes ilícitas, poderiam ser usados para diminuir a pobreza da região, já que, um dos argumentos mais sólidos de utilização das políticas anticíclicas, de cunho keynesiana, é que o Estado não dispõem de recursos para estas atividades. Na verdade estes recursos existem e são extraídos ilegalmente da sociedade, já que a corrupção é algo institucionalizado nestes países e, com certeza é um dos motivos claros da degradação social da região, que, como dito anteriormente, é a região mais desigual do mundo.

Se analisarmos os casos do Brasil e do México, como fizemos anteriormente, dois países da América Latina responsáveis por grande parte da economia da região, percebemos que nos anos 90 a corrupção veio à tona de forma escancarada, não que não existisse anteriormente, sempre existiu, mas agora era institucionalizada por grupos que usufruíam do Estado, extraindo deste recurso que poderiam ser usados na diminuição da dívida social acumulada em anos de desmandos, autoritarismo e corrupção.

Como destacou Martins, com relação a corrupção no Brasil:

> "Suspeitas idênticas existiam com relação aos ministros e políticos do tempo da ditadura. Embora em grande parte nunca comprovada, circulava a esse respeito,

> nessa época, o quanto (podia chegar até a 30%) e onde se deveria pagar para vencer uma concorrência de obras públicas" (2005, p. 12).

A corrupção, portanto, sempre existiu na região, prática essa bastante disseminada por grupos que se alternavam no poder, controlavam o Estado e com isso grande parte da sociedade, pois o Estado na região era detentor de grandes poderes na sociedade, empresas públicas, estatais, autarquias, cargos, contratos, obras, entre outras.

O Banco Mundial acreditava que a corrupção generalizada estava diretamente ligada ao Estado, que ao crescer trazia em suas entranhas a ineficiência, o desperdício e a corrupção, usada para manter seu papel na sociedade e para cooptar os grupos sociais descontentes, com isso evitando problemas futuros (2002, p.144).

Segundo essa visão do Banco Mundial, o Estado era o grande responsável pela corrupção e indiretamente pelos indicadores sociais negativos, a solução estava na diminuição do papel do Estado via adoção de políticas neoliberais, privatização de empresas estatais, abertura econômica e desregulamentação. Estas medidas trariam uma melhora da produtividade da economia, geraria uma profissionalização do setor público e acabaria com os sinais claros e evidentes de desperdício de recursos públicos, abrindo espaço para uma economia mais competitiva, que melhoria a situação de toda a sociedade.

As medidas neoliberais foram adotadas, a economia passou por um processo nítido de aumento de produtividade, as exportações aumentaram, a inflação caiu na região, mas os problemas sociais não diminuíram, ao contrário, até aumentaram significativamente, e a miséria e a exclusão social dispararam, aumentando o descontentamento da população e abrindo espaço claros de contestação aos governos, com movimentos que ocasionaram queda de presidentes, como Fernando De La Rua e Sanchéz de Losada, respectivamente, na Argentina e no Bolívia, além do fim da hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), no México, com a vitória de Vicente Fox e na ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, depois de mais de duas décadas na oposição.

5.6. Cenários perversos da corrupção

O tema corrupção é bastante controverso, ainda mais em um país que a percebe como um fenômeno estrutural, onde o Estado e a classe política são constantemente associados aos desvios de recursos e aos péssimos serviços públicos prestados pelo Estado.

Em debate[295] sobre a questão da corrupção, publicado pela Revista Novos Estudos Cebrap, Lins da Silva :destacou:

> "Nos últimos vinte anos tem havido na imprensa brasileira uma grande mudança de atitude com relação a estas questões de corrupção, que é resultado da mudança que também tem havido na atitude do público. Na década de 70 uma publicidade de cigarro teve mais sucesso com aquela célebre 'Lei do Gérson': o cinismo, o consenso em torno de que 'levar vantagem em tudo' era algo tão positivo que ajudava a vender um produto. Mas as coisas mudaram muito nestes anos que alguém que vá citar a lei de Gérson com certeza será desaprovado por qualquer grupo diante do qual ele se manifeste dessa maneira" (Corrupção, Cebrap, 2000).

O tema se tornou mais presente e evidente no país no início dos anos 90, com as inúmeras denúncias de corrupção envolvendo o presidente Fernando Collor de Mello, que resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que escancarou um quadro de corrupção generalizada e que balançou as bases da estrutura política do país. Depois da descoberta de um escândalo atrás do outro, divulgados pelos jornais e revistas nacionais e internacionais, que tiveram como saldo um presidente afastado, deputados federais e senadores cassados, além de uma péssima pontuação no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional (TI) de 2000, cuja nota, 3,9 o coloca em 49• num ranking que envolve 90 países (ver pesquisa na página 85). A questão que se coloca depois de analisarmos a pesquisa e vermos o Brasil tão mal colocado no ranking da Transparência Internacional é: se no ano 2000 o país ficou em 49• lugar, que posição o país teria ficado se esta pesquisa tivesse sido realizada no início dos anos 90, período em que as denúncias de corrupção chegaram a níveis altíssimos, inclusive culminando com o Impeachment do presidente eleito Fernando Collor. A mesma indagação deve ser feita com relação ao México, país controlado por um único partido político por mais de 70 anos, onde a corrupção sempre esteve em evidência. Se pelos dados da Transparência Internacional de 2000 o México estava no 59• lugar, qual posição estaria

[295] Participaram deste debata, realizado na sede do Cebrap, quatro renomados intelectuais brasileiros, o filósofo José Arthur Giannotti, a cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida, o jornalista Luís Eduardo Lins da Silva e o cientista político Fábio Wanderley Reis.

localizado o país se estas pesquisas tivessem sido feitas no período de Carlos Salinas, onde a corrupção tomou dimensão jamais vista no país?

A corrupção em um país onde o nível de desigualdade é cada vez maior como no Brasil, o desvio de recursos públicos para benefícios privados apresenta uma vertente ética e moral, pois como pode um indivíduo acumular uma riqueza incomensurável ao lado de tanta miséria e exclusão social.

Pesquisa realizada pelos economistas Marcos Gonçalves da Silva e Fernando Garcia, ambos da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), e publicada na Revista Rumos descobriu que a renda *per capita* do brasileiro poderia dobrar, caso o país registrasse patamares de corrupção similares ao do Canadá, uma das nações menos propensas a subornos no mundo. Esse resultado viria por intermédio de um crescimento adicional de 1,8%, a cada ano (Noronha, 2000, p. 28).

A corrupção no Brasil deveria ser combatida de forma generalizada pela sociedade, já que sua aceitação seria uma conivência com algo que é o oposto ao desenvolvimento, pois implica desperdício de recursos econômicos que bem investidos poderia diminuir a desigualdade.

Peter Eigen, presidente da ONG Transparência Internacional, acredita que a corrupção é um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento econômico e à democracia das nações: "Afora a corrupção, não existe outra razão para que o Brasil não chegue a ser tão rico quanto os Estados Unidos. A pobreza provém da corrupção" (Site da Transparência Internacional).

Para Eigen, a corrupção é o maior obstáculo ao funcionamento da democracia, pois provoca a desconfiança dos cidadãos no processo político, para o representante da Transparência Internacional:

> "Se as pessoas descobrem que seus representantes submetem suas decisões a propinas ou favores, elas perdem convicção e interesse no jogo político. Democracia sem participação deixa de ter sentido como tal e os líderes perdem a legitimidade. Um ambiente corrupto exime as lideranças de prestar conta de seus atos, torna difícil para a polícia e a imprensa a investigação dos fatos, enquanto o sistema judicial favorece a impunidade. Tudo isso em óbvio prejuízo para o cidadão comum" (2005, p. 14).

A corrupção no Brasil está intimamente ligada às campanhas eleitorais, que movimentam somas altíssimas de recursos financeiros e influenciam muito depois da eleição. Os recursos doados por empresários e banqueiros nas campanhas eleitorais são cobrados por meio de contratos superfaturados com órgãos públicos, favores privilegiados, concessões políticas ou outro tipo de engenharia financeira lesivas ao patrimônio público, haja vista, que estes agentes não são proprietários do Estado, mas se utilizam deles para a extração de inúmeros benefícios pessoais. O período Collor de Mello no Brasil mostrou, de forma bastante clara, a relação promíscua existente entre o financiamento de campanhas eleitorais e a corrupção, já que Paulo César Farias começa a coleta de recursos econômicos no período eleitoral.

Para a diminuição das práticas de corrupção, inúmeras idéias foram levantadas no Brasil no início dos anos 90, logo após o desastre do governo Collor de Mello, tais como o financiamento público de campanha[296], a fidelidade partidária e a diminuição do tempo de propaganda na televisão e a proibição de imagens externas, o que obrigariam os candidatos a discussões programáticas e diminuiria o poder do dinheiro nas campanhas eleitorais, tão lesivas à democracia[297].

Como definiu Roberto Livianu[298], promotor de Justiça do estado de São Paulo:

> "Não há como acabar com a corrupção. A corrupção precisa ser mantida sob controle. Podemos ter alguns paliativos, mas não adianta ter a ilusão de que isso vai reverter brutalmente este quadro. O que enxergamos hoje é uma aparente situação de corrupção endêmica, generalizada. Acho que vale a pena observar que essa visibilidade toda não significa que a corrupção aumentou: ela está mais visível porque as instituições estão funcionando" (2006, p. A7).

Diante dessa constatação, percebemos que países com desigualdades acentuadas, como o Brasil, ficam mais suscetíveis à corrupção que as nações mais igualitárias, como a Finlândia (IPC 10,0), onde há distribuição de renda assegurada por um Estado de Bem Estar Social consolidado e também mecanismos que impedem atos criminosos desta

[296] A idéia seria a criação de um fundo financiado com recursos do Estado, composto por R$ 7 por eleitor, totalizando R$ 800 milhões, o grande problema desse fundo é que, devido ao péssimo estado das finanças públicas e ao alto grau de rejeição e reprovação da classe políticas, seria difícil justificá-lo ao eleitorado.

[297] Todas estas medidas foram discutidas no Brasil no decorrer dos anos 90 e início do século atual, aparecendo de forma mais forte atualmente, depois das denúncias de corrupção que se abateram contra o governo petista de Luís Inácio Lula da Silva.

[298] Roberto Livianu, promotor de Justiça do Estado de São Paulo, defendeu tese na Universidade de São Paulo (USP), cujo tema é a corrupção e teve como orientador, o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior.

natureza. Com distribuição eqüitativa da renda, o corruptor vai roubar de quem tem mais recursos, o que é mais difícil. Já no caso brasileiro, onde o nível de concentração de renda é altíssimo, tira-se de quem menos possui algum, o pobre.

Livianu destaca ainda a necessidade de melhorarmos as leis, fazendo com que essas possam ser dosadas proporcionalmente ao seu dano social, pois:

> "...não existe clareza para o juiz de que aquilo está lesando o interesse de milhares, de milhões de pessoas. Ele acha que o indivíduo que entrou armado em um ônibus e levou R$ 50,00 de alguém, pelo fato de ter agido com violência ou grave ameaça, coloca em risco a sociedade de maneira mais forte do que aquele que pratica a corrupção" (2006, p.A7).

Segundo pesquisa realizada por Marcos Fernandes da Silva, da FGV, e publicado por Lahóz e Onaga se o Brasil conseguisse atingir o patamar dos Estados Unidos no IPC (15•), ganharia a cada ano 2 pontos percentuais de crescimento econômico. Isso significa afirmar que, hoje, a economia brasileira poderia crescer a um ritmo anual de 6%, semelhante ao crescimento da Índia. Pode-se dizer que, se à 10 anos os níveis de corrupção brasileiro e americano estivessem equiparados, o PIB nacional no ano passado teria sido de 380 bilhões de reais maior (2005, p. 22-4).

Ao escolhermos os Estados Unidos, estamos falando de um país que se encontra entre os vinte países menos corruptos do mundo, com uma nota de 7,8, segundo o Índice de Percepção de Corrupção (IPC), onde o Brasil apresentou, em 2000, nota 3,9, ou seja, metade dos norte-americanos. Se o Brasil melhorasse sua nota para algo em torno de 5,8 ou 6,0 nas próximas pesquisas da Transparência Internacional (TI), o país ganharia, a cada ano, um crescimento de 1 ponto percentual de seu Produto Interno Bruto, algo em torno de R$ 15 a R$ 20 bilhões ao ano, que bem investido poderiam auxiliar na reversão da pobreza de milhões de brasileiros.

Os dados divulgados por Marcos Fernandes da Silva são ainda mais assustadores para a sociedade brasileira, pois retratam a degradação que a corrupção gera no Brasil.

1) 2 pontos percentuais é o que o Produto Interno Bruto deixa de crescer por ano devido a corrupção. Como nos anos 1990, a taxa de crescimento do PIB foi da ordem de 1,8% ao ano, poderíamos ter chegado a quase 4%, ou duas vezes a taxa de crescimento efetivada no período.

2) 21% das empresas aceitam o pagamento de subornos para conseguir favores, número bastante alto, uma em cada cinco empresas aceita o pagamento de propinas, neste caso é interessante uma conscientização da sociedade, pois toda corrupção apresenta dois lados, o corrupto e o corruptor, um não sobrevivendo sem o outro.
3) 50% dos empresários pesquisados já foram achacados por fiscais tributários, que pediram propina para garantir facilidades ou evitar multas e apreensões.
4) 87% relatam que a cobrança de propina ocorre com alta freqüência;
5) 380 bilhões de reais é quanto à corrupção custou ao país no ano passado;
6) 25% das companhias têm despesas de até 10% de suas receitas com subornos, valor extremamente alto e preocupante, ainda mais em um ambiente com alta concorrência e competição como no mercado globalizado.
7) 70% das empresas gastam até 3% do faturamento anual com propinas;
8) 96% dizem que a corrupção é um obstáculo importante para o desenvolvimento, já que gera instabilidade ao sistema econômico (Lahóz e Onaga, 2005).

Como conclui Livianu:

> "As pessoas estão vivendo um momento de muito egocentrismo, os políticos muitas vezes agindo por interesses pessoais, e aí nós temos um conjunto de ingredientes bastante perigoso. A imprensa é um personagem vital para a democracia, mas o exercício da imprensa tem de ser equilibrado. Não se admite o abuso de poder por parte do promotor nem por parte da mídia. Existe o uso da mídia para o espetáculo" (2006, p. A7).

5.7. Ganhos com o combate a corrupção no Brasil e no México

A corrupção, como dito anteriormente, é um fator fundamental na desagregação social e política da sociedade, enfraquecendo os agentes econômicos e causando graves problemas sociais, sendo um grande responsável pela situação de miséria e pobreza da população e contribuindo ativamente para o enfraquecimento da democracia.

Como destacou Eigen:

> "A corrupção desequilibra de forma perversa as concorrências econômicas saudáveis. Qualidade, baixo custo e bons serviços deixam de ser vitais quando um negócio pode ser decidido pelo valor das propinas. Isso é um forte inibidor da

> produtividade. Obviamente muitas empresas imaginam que, se não corromperem, vão ficar fora do jogo econômico. Mas essa visão é ruinosa, A corrupção destrói a riqueza e todos perdem. O capital obtido pela exploração dos recursos naturais dos países, um patrimônio de todos, é drenado para o bolso de alguns poucos" (2005, p. 14).

O combate a corrupção poderia auxiliar na sangria de recursos públicos, que bem utilizados, ajudaria na melhoria das condições sociais dos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, ambos muito afetados pela corrupção que se alastrou pelo mundo.

Peter Eigen acredita que a diminuição da corrupção traria ganhos imediatos para a sociedade de uma forma geral, cita como exemplo o ocorrido na Itália, pois: "Lá a normalização ética derrubou dramaticamente os preços das obras públicas, facilitando a modernização do país" (2005, p. 14).

O presidente da Transparência Internacional, Peter Eigen, diz "...que a corrupção é o principal motivo da miséria na América Latina, na Ásia e na áfrica. Não faltam recursos para erradicar a miséria nessas regiões. Falta evitar que eles sejam desviados" (2005, p.14).

A corrupção tem um papel central na miséria e na desigualdade do mundo, mas acreditamos ainda que o forte protecionismo dos países desenvolvidos, a exploração e a pouca ajuda para os povos miseráveis contribuem ativamente para a perpetuação da pobreza nos países subdesenvolvidos.

Brasil e México teriam muito a ganhar em termos de investimento externo direto (IED), progresso tecnológico, melhorias sociais e crescimento econômico se adotassem políticas eficazes de combate a corrupção, tais como as citadas por Eigen:

> "O que inibe a corrupção é uma estrutura que chamo de sistema de integridade. Sua forma é semelhante a um templo grego, em que a cobertura é escorada por pilares. Se um ruir, os outros permanecerão firmes até a reparação daquele que falhou. Esses pilares são um Poder Executivo a salvo de interesses menores, um Parlamento representativo e um Judiciário independente. Os outros sustentáculos são uma imprensa livre e com acesso à informação e o exercício da liberdade de expressão. Deve existir também uma auditoria pública transparente, e as CPIs precisam ter poderes para questionar altos dirigentes do setor público e privado. Se você somar a esse cenário um serviço público ético e empresas privadas competitivas, terá um país com enorme chance de vencer a corrupção. Um sistema de Integridade como o descrito acima promove o desenvolvimento sustentado, o Estado de Direito e aumenta a qualidade de vida das pessoas" (2005, p. 15).

Como estas medidas ainda não foram totalmente incrementadas pela sociedade, os desvios de recursos gerados pela corrupção contribuem para aumento da desigualdade social nestes países, Brasil e México, que depois dos Estados Unidos e do Canadá são as maiores economias das Américas.

Se adotarmos as dados levantados pela Transparência Internacional sobre corrupção contidas no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) perceberemos que Brasil e México apresentam posições intermediárias no índice, que varia de 0 a 10, sendo que quanto mais próximo da nota 10 mais livre de corrupção é o país.

Na tabela abaixo, que retrata o período 1995 a 2004, percebemos que Brasil e México apresentaram um comportamento bastante negativo quando o tema em discussão é a corrupção. Os dados foram extraídos da Transparência Internacional servem como objeto de conscientização para a sociedade dos recursos extraídos destas economias, ajudando a visualização da relação existente entre corrupção e desigualdade social.

Tabela 35

Índice de Percepção – Brasil e México – 1995/2004

Ano	Brasil	México
1995	2,7	3,2
1996	3,0	3,3
1997	3,6	2,7
1998	4,0	3,3
1999	4,1	3,4
2000	3,9	3,3
2001	4,0	3,7
2002	4,0	3,6
2003	3,9	3,6
2004	3,9	3,6

Fonte: Transparência Internacional

A tabela acima nos leva à muitas indagações quando o assunto é a corrupção, pois nela encontramos dados relativos às duas maiores economias da região, e apresentam uma localização no índice de percepção da corrupção (IPC), da Transparência Internacional, intermediária (entre 3,6 e 3,9), se encontrando abaixo do padrão médio, o que denota países

com alto grau de corrupção, recursos públicos extraídos de forma ilícita da sociedade, que contribuem maciçamente para a degradação social destes países.

Ainda levando em conta a tabela 35, podemos visualizar que tanto Brasil quanto o México, no período 1995-2004, melhoraram suas notas, ou seja, tiveram um desempenho melhor no índice de percepção da inflação (IPC), isso nos leva a imaginar que antes da elaboração do índice os números eram ainda piores, contribuindo com a hipótese de que os governos Collor de Mello (1990-1992) e Carlos Salinas (1988-1994) foram realmente bastante corruptos e trouxeram graves prejuízos à população.

Se acrescentarmos ainda, os dados disponíveis de pesquisas anteriores desenvolvidas pelo Banco Mundial, por intermédio do economista Daniel Kaufmann, que concluiu que o mundo perde anualmente 5% de seu produto interno bruto (algo entre US$ 1,5 trilhão e US$ 2 trilhões) com corrupção, que é extraído ilegalmente da sociedade mundial e, com isso, alimenta este mercado de ilícitos que tanto mal causa aos países, principalmente os subdesenvolvidos e os em desenvolvimento, cuja população ainda se encontra em um grau de desenvolvimento social inferior a dos países desenvolvidos.

Se a corrupção extrai tantos recursos da sociedade mundial, e estes recursos causam tantos males à população mundial, pois estes recursos poderiam ser investidos na melhoria dos indicadores sociais, como educação, saúde, saneamento básico, habitação, etc... pode-se concluir que uma política efetiva de combate a corrupção tem um caráter emergencial para os países com baixa colocação no índice de percepção da corrupção, melhorando a vida dos mais pobres mais do que muitas políticas públicas desenvolvidas para minorar os problemas sociais destas populações.

Brasil e México são exemplos vivos de países com uma avaliação negativa por parte da Transparência Internacional, que os enxerga como países com corrupção alta, mais do que a média mundial, entre 3,2 e 3,5, o que com certeza impacta nos indicadores sociais.

No período analisado neste trabalho, governos Fernando Collor de Mello no Brasil (1990-1992) e Carlos Salinas de Gortari no México (1988-1994), que foram momentos onde a corrupção se mostrou descontrolada, podem-se admitir, que o nível de corrupção foi maior nestes governos, causando maiores prejuízos para a população.

Para tentarmos chegar a alguns valores sobre quanto foi extraído destes países com a corrupção, vamos admitir que nestes governos os recursos roubados pelas elites

econômicas e políticas foram maiores do que os dados levantados por Daniel Kaufmann, do Banco Mundial (5% do produto interno bruto mundial), mas algo entre 6 e 10% dos produtos internos bruto destes países, e com isso encontraríamos valores assustadores extraídos via corrupção.

Esta suposição não nos parece absurda quando analisamos as palavras do presidente de uma das grandes empreiteiras do Brasil, Cecílio Rego de Almeida sobre a corrupção no país:

> "Além disso, o custo da corrupção parece ter aumentado. A percentagem exigida por funcionários públicos para escolher determinada empresa para executar um projeto de obras públicas pulou de 4% durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) para 18% durante o governo Collor" (apud Geddes e Ribeiro Neto, 2000, p. 49).

As palavras acima foram ditas por um dos setores mais sensíveis ao pagamento de propinas do Brasil, as empreiteiras, que durante muitos anos estiveram na berlinda de graves escândalos ligados a corrupção de recursos públicos.

No caso mexicano, o período não foi muito favorável, corrupção, assassinatos, violência, sublevação, pagamento de propinas e a emergência do crime organizado, onde o tráfico de drogas estava diretamente ligado aos familiares do Presidente da Republica, cujo irmão, Raúl Salinas[299], apresentava vínculos fortíssimos com lavagem de dinheiro dos cartéis mexicanos, o que o levou a ser preso[300] posteriormente.

Como destacou Martins:

> "...o processo aberto contra Raúl Salinas, o irmão do ex-presidente mexicano Carlos Salinas, cuja esposa foi presa ao tentar retirar dinheiro em uma agência suíça do Citibank. Carla Del Ponte encarregou-se pessoalmente da instrução no caso Salinas e, na qualidade de procuradora geral suíça, viajou várias vezes ao México em busca de provas. O caso repercutiu até no Senado americano, mas tem sido freado por falta de cooperação da justiça mexicana" (2005, p. 74).

[299] O caso Raúl Salinas gerou grandes inquietações no México, pois o Citibank, instituição financeira que Salinas depositou os recursos extraídos ilegalmente do país, foi pressionado pelo Senado americano para que o banco evitasse que recursos e clientes duvidosos depositassem seus recursos. Entre os clientes que apresentavam um perfil duvidoso estavam Raul Salinas, os filhos de Sani Abacha (ditador nigeriano); Alfredo Stroessner (ex-ditador paraguaio); duas filhas de Suharto (ditador da Indonésia) e os familiares do brasileiro Paulo Salim Maluf.(Martins, 2005, p. 90).

[300] Raúl Salinas foi preso e condenado a 27 anos de prisão por ter planejado o assassinato do ex-cunhado, Francisco Ruiz Massieu, então Secretário Geral do Partido Revolucionário Institucional (PRJ).

Os recursos extraídos do Brasil e México foram bastante altos e como a corrupção se desenvolve à margem da sociedade, sem recibos e notas, calcular seu volume é algo bastante difícil, mas podemos, pelo menos, levantar alguns valores referentes ao produto interno bruto dos países.

5.8. Corrupção no Brasil: valores aproximados

De posse dos dados referentes ao produto interno bruto brasileiro do período 1990 a 2004, a tabela abaixo destaca os valores extraídos do país pela corrupção, usando como instrumento de análise os dados descritos pelo Banco Mundial (5%) e os outros uma projeção feita em cima de suposições factíveis (de 6 a 10% do PIB).

Tabela 36

Custos da corrupção – Brasil – 1990/2004

Ano	PIB	5% Banco Mundial	6%	7%	8%	9%	10%
1990	469,3	23,46	28,15	32,85	37,54	42,23	46,9
1991	405.6	20,28	24,33	28,39	32,44	36,5	40,5
1992	387,2	19,36	23,23	27,10	30,97	34,84	38,7
1993	429,6	21,48	25,77	30,07	34,36	38,66	42,9
1994	543,0	27,15	32,58	38,01	43,44	48,87	54,3
1995	705,4	35,27	42,32	49,37	56,43	63,48	70,5
1996	775,4	38,77	46,52	54,27	62.03	69,78	77,5
1997	807,8	40,39	48,46	56,54	64,62	72,70	80,7
1998	787,8	39,39	47,26	55,14	63,02	70,90	78,7
1999	536,5	26,82	32,19	37,55	42,92	48,28	53,6
2000	602,2	30,11	36,13	42,43	48,17	54,19	60,2
2001	509,7	25,48	30,58	35,67	40,77	45,87	50,9
2003	506,7	25,33	30,40	35,46	40,53	45,60	50,6
2004	603,9	30,19	36,23	42,27	48,31	54,35	60,3

Se usarmos apenas os dados relativos ao período Fernando Collor (1990-1992) e adotando os valores descritos pelo Banco Mundial, podemos perceber que neste período foi extraído via corrupção algo em torno de US$ 63 bilhões[301]; mas se considerarmos as projeções, perceberemos que os valores assustam pelo montante extraído pela corrupção: US$ 75,71 bilhões (6%); US$ 88,34 bilhões (7%); US$ 100,95 bilhões (8%); US$ 113,57 bilhões (9%) e US$ 126,10 bilhões, recursos estes que com certeza fazem falta no combate à pobreza e na melhoria dos indicadores sociais brasileiros.

Estes valores para serem compreendidos em sua totalidade, devem ser analisados de forma comparativa, para isso, na tabela abaixo destacamos os gastos com saúde no Brasil, no período 1989-1999.

Tabela 37

Gastos com Saúde - Brasil – 1989-1999 (bilhões de dólares)

1989	18,1	1994	9,1
1990	12,2	1995	14.1
1991	9,9	1997	23,0
1992	7,4	1998	18,7
1993	10,26	1999	18,1

Fonte: Ministério da Saúde

Ao compararmos os gastos aproximados em saúde no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), percebemos que foram gastos US$ 29,5 bilhões, valor correspondente a quase 46% dos recursos desviados via corrupção. Isso nos leva a concluir, que se a corrupção diminuísse à metade no período, os gastos com saúde poderiam ter sido incrementados em 100% em três anos, o que melhoraria os indicadores de saúde pública, tendo reflexos no controle de doenças, na diminuição da mortalidade infantil e nas campanhas de conscientização.

O sistema de Saúde brasileiro é um dos setores onde a população sofre maiores carências, no período de Fernando Collor, os gastos neste setor caíram mais de 40%, tendo

[301] Somatória dos seguintes valores: US$ 23,46 bilhões (1990), US$ 20,28 bilhões (1991) e US$ 19,36 bilhões (1992), onde usamos como parâmetro os 5% do Produto Interno Bruto (Pib) descritos pelo Banco Mundial.

seu investimento retrocedido ao patamar que tinha em 1985. Singer destaca que "...dos quase US$ 12 bilhões destinados à área em 1989, houve redução para cerca de US$ 7 bilhões em 1992. Em suma, no lugar de ampliar de modo gradual os serviços médico-hospitalares públicos até torná-los abrangentes, o governo Collor, enquanto durou, pois foi interrompido por *impeachment* em setembro de 1992, contraiu a oferta deles" (2002, p.502).

É fundamental destacarmos que consideramos os valores mínimos extraídos via corrupção, 5% do produto interno bruto do Brasil ou US$ 63 bilhões, mas como no período Fernando Collor de Mello os desvios de recursos foram muito maiores (de 6% a 10%), podemos concluir que os recursos investidos no setor de saúde poderiam ter sido muito maiores, se considerássemos valores entre 6% e 10%: US$ 75,71 bilhões (6%); US$ 88,34 bilhões (7%); US$ 100,95 bilhões (8%); US$ 113,57 bilhões (9%) e US$ 126,10 bilhões. A tabela abaixo destaca valores extraídos via corrupção comparando-os aos gastos em saúde no período Collor de Mello.

Tabela 38

Relação entre valores extraídos via corrupção e gastos com saúde – Brasil 1990/1992

Valores Extraídos via corrupção (6% a 10%)	US$ 75,71 (6% PIB)	US$ 88,34 (7% PIB)	US$ 100,95 (8% PIB)	US$ 113,57 (9% PIB)	US$ 126,10 (10% PIB)
Gastos com Saúde (1990-1992)	US$ 29,50	US$ 29,50	US$ 29,50	US$ 29,50	US$ 29,50
Valores Corrupção/gastos com saúde	38%	33%	29,22%	25,98%	23,39%

Pela tabela acima podemos perceber que os recursos investidos no setor de saúde no período Fernando Collor de Mello foram de 23,39% à 38% dos recursos extraídos via corrupção, isso vai depender dos cenários construídos, se imaginarmos que no período

1990-1992 foram roubados 6% do produto interno bruto via corrupção, pode-se concluir, que os recursos gastos em saúde corresponderam a 38% dos extraídos via corrupção. Se o cenário for de 7% do PIB via corrupção, concluímos que os gastos em saúde foram de 33% dos extraídos via corrupção. Agora, ao imaginarmos em 8% os valores roubados via corrupção, os gastos em saúde corresponderam a 29,22% do total extraído via corrupção. Quando aceitamos que a corrupção extraiu de 9% a 10% do produto interno bruto, percebemos que os gastos com saúde correspondem a valores entre 25,98% e 23,39% do total extraído via corrupção.

Diante do quadro exposto acima, podemos claramente destacar, que a corrupção representa um grande ônus para a sociedade brasileira, pois estes recursos desviados poderiam muito bem ser investidos na construção de hospitais, postos de saúde, melhoria do atendimento médico, saúde preventiva e campanhas de conscientização, que melhorariam muito o perfil da população e contribuiria para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

5.9. Corrupção no México: valores aproximados

Já para o caso mexicano a situação não é mais favorável, o país sempre apresentou um alto grau de corrupção, onde um único partido político se manteve no poder por mais de seis décadas, mantendo em suas mãos grande parte do setor econômico, da Justiça e das Instituições políticas e sociais, acumulando um poder pouco visto, a não ser em regimes totalitários, o que com certeza auxiliou os poetas Mário Vargas Lhosa[302], peruano, quando cunhou a célebre frase sobre o país: "México, a ditadura perfeita"; e o poeta chileno Pablo Neruda, que se referia ao México como "a democracia mais ditatorial que existe".

[302] Fuser destaca que a frase de Lhosa foi cunhada, na Cidade do México, em agosto de 1990 em encontro de intelectuais, promovido pela revista Vuelta. "Espero não parecer demasiado deselegante no que vou dizer. Eu me lembro de já ter pensado várias vezes no caso mexicano com a seguinte fórmula: a ditadura perfeita não é o comunismo, não é a União Soviética, não é Fidel Castro. É o México". E continua: "O México tem todas as características de uma ditadura: a permanência, não de um homem, mas de um partido. Um partido que é inamovível, um partido que concede espaço para a crítica na medida em que esta lhe serve, porque confirma que é um país democrático, mas que suprime por todos os meios, inclusive os piores, aquela crítica que de alguma maneira põe em perigo sua permanência no poder". Vargas Lhosa continuando suas críticas não poupando nem os intelectuais: que "subornados de maneira sutil, através de nomeações para cargos públicos, sem que lhes seja exigida uma adulação sistemática, como fazem os ditadores vulgares". (1995, p. 14).

Os casos de corrupção sempre foram muito comuns, mas no governo Carlos Salinas tomou uma dimensão bastante grande, além de crimes, assassinatos e lavagem de dinheiro, o país conheceu grave crise econômica, que juntas, abriram espaço para o fim da hegemonia do partido dominante, o Partido Revolucionário Institucional (PRI).

De posse dos dados referentes ao produto interno bruto mexicano do período 1990 a 2004, a tabela abaixo destaca os valores extraídos da economia do México pela corrupção, usando como instrumento de análise os dados descritos pelo Banco Mundial (5%) e os fazendo uma projeção em cima de suposições factíveis (de 6 a 10% do PIB).

Tabela 39

Custos da corrupção – México – 1988/2002

Ano	PIB	5%	6%	7%	8%	9%	10%
1988	234,6	11,73	14,07	16,42	18,76	21,11	23,4
1989	240,4	12,2	14,42	16,82	19,23	21,63	24,0
1990	249,8	12,49	14,98	17,48	19,98	22,48	24,9
1991	260.5	13,0	15,6	18,2	20,8	23,4	26,0
1992	276,8	13,8	16,6	19,37	22,14	24,91	27,6
1993	294,8	14,7	17,68	20,63	23,58	26,53	29,4
1994	420,8	21,4	25,24	29,45	33,66	37,87	42,0
1995	286,1	14,3	17,16	20,02	22,88	25,74	28,6
1996	332,4	16,6	19,94	23,26	26,59	29,91	33,2
1997	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
1998	421,2	21,5	25,27	29,48	33,69	37,90	42,1
1999	481,1	24,5	28,86	33,67	38,48	43,29	48,1
2000	581,4	29,0	34,88	40,69	46,48	52,32	58,1
2001	624,0	31,2	37,44	43,68	49,92	56,16	62,4
2002	637,2	31,8	38,23	44,69	50,97	57,34	63,7

Se usarmos apenas os dados relativos ao período Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) e adotando os valores descritos pelo Banco Mundial, através da pesquisa de Daniel Kaufmann, podemos perceber que neste período foram extraídos via corrupção algo em

torno de US$ 99,3 bilhões[303]; mas se considerarmos as projeções, perceberemos que os valores assustam pelo montante extraído pela corrupção: US$ 118,59 bilhões (6%); US$ 138,37 bilhões (7%); US$ 158,15 bilhões (8%); US$ 177,93 bilhões (9%) e US$ 197,3 bilhões (10%), recursos estes que com certeza fazem falta no combate à pobreza e na melhoria dos indicadores sociais mexicanos, o que faz do país o pior colocado no índice de desenvolvimento humano (IDH) entre os países integrantes do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

Estes valores para serem compreendidos em sua totalidade, devem ser analisados de forma comparativa, para isso na tabela abaixo, destacamos os gastos com saúde no México, no período 1986-1995.

Tabela 40

. Gastos com Saúde – 1986-1999 (em % do PIB)

1986	2,6	1991	3,7
1987	2,7	1992	3,8
1988	2,8	1993	3,6
1989	3,0	1994	3,8
1990	3,2	1995	3,5

Fonte: OCDE

Ao compararmos os gastos aproximados em saúde no governo Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), percebemos que foram gastos US$ 68,34 bilhões, valor correspondente a quase 70% dos recursos desviados via corrupção. Isso nos leva a concluir, que se a corrupção diminuísse à metade no período, os gastos com saúde poderiam ter sido incrementados em 70% em seis anos, o que melhoraria os indicadores de saúde pública, tendo reflexos no controle de doenças, na saúde preventiva, na diminuição da mortalidade infantil e nas campanhas de conscientização.

É fundamental destacarmos que consideramos os valores mínimos extraídos via corrupção, 5% do produto interno bruto mexicano ou US$ 99,3 bilhões, mas como no

[303] Somatória dos seguintes valores: US$ 11,73 bilhões (1988), US$ 12,2 bilhões (1989) e US$ 12,49 bilhões (1990), US$ 13 bilhões (1991), US$ 13,8 Bilhões (1992), US$ 14,7 bilhões (1993) e US$ 21,4 bilhões (1994), onde usamos como parâmetro os 5% do Produto Interno Bruto (PIB) descritos pelo Banco Mundial.

período Carlos Salinas os desvios de recursos foram muito maiores (de 6% a 10%), podemos concluir que os recursos investidos no setor de saúde poderiam ter sido muito maiores, se considerássemos valores entre 6% e 10%: US$ 118,59 bilhões (6%); US$ 138,37 bilhões (7%); US$ 158,15 bilhões (8%); US$ 177,93 bilhões (9%) e US$ 197,3 bilhões.

A tabela 41 abaixo destaca valores extraídos via corrupção comparando-os aos gastos em saúde no período Carlos Salinas (1988-1994).

Valores extraídos via corrupção (6% a 10%)	US$ 118,59 (6% do PIB)	US$ 138,57 (7% do PIB)	US$ 158,15 (8% do PIB)	US$ 177,93 (9% do PIB)	US$ 199,3 (10% do PIB)
Gastos com saúde (1988 – 1994)	US$ 68,34	US$ 68,34	US$ 68,34	US$ 68,34	US$ 68,34
Valores Corrupção/Gastos com saúde	57,63%	49,39%	42,94%	38,41%	34,29%

Pela tabela acima podemos perceber que os recursos investidos no setor de saúde no período Carlos Salinas de Gortari foram de 34,29% à 57,63% dos recursos extraídos via corrupção, isso vai depender dos cenários construídos, se imaginarmos que no período 1988-1994 foram roubados 6% do produto interno bruto via corrupção, pode-se concluir, que os recursos gastos em saúde corresponderam a 57,63% dos extraídos via corrupção. Se o cenário for de 7% do PIB via corrupção, concluímos que os gastos em saúde foram de 49,39% dos extraídos via corrupção. Agora, ao imaginarmos em 8% os valores roubados via corrupção, os gastos em saúde corresponderam a 42,94% do total extraído via corrupção. Quando aceitamos que a corrupção extraiu de 9% a 10% do produto interno bruto, percebemos que os gastos com saúde correspondem a valores entre 38,41% e 34,29% do total extraído via corrupção.

Os anos 90 foram responsáveis, de acordo com as tabelas acima, por um desvio de recursos entre US$ 322 bilhões e US$ 644,5 bilhões no Brasil, o que equivale a um valor entre 50% e 100% produto interno bruto a cada década, ou seja, a cada dez anos o Brasil perde valores que variam de 50% a 100% do seu produto interno bruto com corrupção, o que ajuda a explicar os péssimos indicadores sociais do país, um dos piores do mundo.

No México, os valores ficaram entre US$ 181,29 bilhões e US$ 360 bilhões, valores este extraído na década de 90 via corrupção, algo entre 25% e 50% do produto interno bruto do país, recursos que poderiam ser investidos na melhoria das condições sociais dos mexicanos.

Brasil e México são duas economias de porte médio, até 1999 o Brasil apresentava um produto interno bruto maior que o mexicano, mas, com a desvalorização cambial brasileira de 1999, o país perdeu o posto de maior economia da América Latina para o México.

Os recursos investidos no Brasil e no México com saúde e educação estão próximos dos investidos em outros países, principalmente nos desenvolvidos, agora o que diferencia é que uma parcela substancial desses recursos é desviada via corrupção, a gestão destes recursos é mal feita, gerando desperdícios e ineficiência, que serve para alimentar uma elite corrupta e inconseqüente, enquanto os indicadores sociais se degradam constantemente.

Ao calcular os recursos desviados pela corrupção nos anos 90 nestes países, estamos tentando mostrar para estas sociedades o quanto de recursos são extraídos de forma ilícita, e quanto de desenvolvimento e bem-estar poderiam ser gerados internamente se estes recursos sociais fossem usados de forma correta. Sabemos que acabar com a corrupção é praticamente impossível, ainda mais em países que convivem com ela a muitos anos, décadas e talvez séculos. Mas podemos, com o apoio da sociedade e de todos os agentes sociais diminuir esta sangria intensa de recursos, que mina o desenvolvimento econômico e aumenta a desigualdade social nestes países.

Se usarmos os dados do Banco Mundial, de que são extraídos 5% do produto interno bruto mundial com corrupção, poderíamos perceber que, anualmente, a sociedade mundial rouba quase tanto quanto se investe em educação, hoje o investimento mais importante de uma sociedade globalizada, onde a produção se concentra em bens imateriais, o que faz da educação investimento prioritário.

A tabela abaixo destaca o investimento em educação como porcentagem do Pib (%) – 1998.

Tabela 42

Investimento em educação (% do PIB)

Países	Gastos Educação (%)	Países	Gastos Educação (%)
França	6,0	Paraguai	4,5
Canadá	5,7	**México**	**4,2**
Portugal	5,7	Coréia do Sul	4,1
Brasil	**5,2**	Argentina	4,1
Estados Unidos	5,1	Chile	3,6
Inglaterra	4,9	Japão	3,5
Malásia	4,8	Peru	2,9
Espanha	4,5	Uruguai	2,7

Fonte: OCDE

Pela tabela acima, percebemos que os países gastam com educação uma média de 4% e 4,5% dos seus produtos internos brutos, valor aproximado ao extraído via corrupção da sociedade global.

Se uma política efetiva de combate à corrupção fosse adotada, atualmente, pelo Brasil e pelo México, nos próximos anos os recursos economizados poderiam dobrar os gastos em educação, o que poderia melhorar a situação destes países neste ambiente de globalização, onde o capital humano tem um papel fundamental, e estes países necessitam de recursos para se prepararem para a competição que está em curso na sociedade mundial.

A corrupção é, com certeza, e principalmente para Brasil e México, um entrave para o crescimento econômico e para a melhoria social. A adoção de medidas imediatas para combatê-la se faz urgente, já que além de enfraquecer o Estado Nacional, a corrupção deturpa a democracia e distorce o setor econômico, diminuindo o investimento e empobrecendo o país.

Conclusão

A corrupção não é exclusividade dos países pobres e subdesenvolvidos, ameaça todos os países do mundo, desenvolvidos e em desenvolvimento, com graves conseqüências econômicas, sociais, políticas e institucionais.

Afirmar que apenas países pobres e subdesenvolvidos são vítimas da corrupção nos parece preconceito e grave equivoco, pois ao analisar o tema percebemos que o fenômeno é mais freqüente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, mas não é exclusividade destes, os países ricos também padecem deste mal.

Países desenvolvidos, como Japão, Alemanha, Estados Unidos, entre outros, viveram recentemente escândalos de corrupção, afetando governos eleitos democraticamente, que abalaram suas estruturas sociais e geraram um amplo mal estar na sociedade.

No período da Guerra Fria, conflito entre os dois grandes blocos mundiais, capitalistas e comunistas, as preocupações com a corrupção eram praticamente inexistentes, tanto do lado dos Estados Unidos como do lado da União Soviética, países líderes do conflito ideológico em curso. Isso porque estes países se utilizavam de todos os instrumentos disponíveis para ganhar do oponente, mesmo que os métodos não fossem os mais honestos, crimes, violência, assassinatos, golpes de Estado e corrupção era largamente utilizada como forma de manter seus opositores afastados e com isso, garantirem seus interesses.

Governos ditatoriais e autoritários, visivelmente corruptos e responsáveis por violações dos direitos humanos eram apoiados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, recebendo destes inúmeros recursos e apoios de todas as naturezas. Golpes, assassinatos, crimes, subornos e corrupção eram instrumentos usados constantemente por estes países como forma de manterem suas estruturas de poder e evitar que esses países saíssem do seu raio de influência.

Com o desmoronamento da União Soviética, o fim da Guerra Fria e a posterior adesão dos países comunistas ao regime capitalista, somados ao processo em curso de globalização dos mercados, onde a concorrência assume um papel fundamental dentro da

sociedade e as economias passam a intensificar a luta de preços para ganhar mais espaço do concorrente, a corrupção passou a ser vista de forma diferente, como um entrave ao processo de expansão dos mercados, foi a partir daí, que os países e organizações multilaterais passaram a colocar o combate à corrupção como uma das medidas prioritárias para o melhor funcionamento do sistema econômico.

Essa forma de visualizar a corrupção é bastante positiva, pois em momentos anteriores inúmeros especialistas em desenvolvimento econômico viam a corrupção como benéfica para o desenvolvimento dos sistemas produtivos, pois acreditavam que a corrupção apressava a liberação de recursos do Estado; essa visão atualmente está completamente rechaçada, a ponto de o Banco Mundial e os organismos internacionais (GATT, FMI, ONU, UNCTAD, G 7) colocarem o combate à corrupção como um dos pontos fundamentais do Novo Consenso de Washington, exigindo dos países que solicitam empréstimos de recursos financeiros, políticas claras de combate a corrupção, além de uma ampla fiscalização dos recursos, usando até empresas privadas de consultoria para inspecionar a aplicação do capital.

Ao se tornar um sério entrave ao desenvolvimento das economias, a corrupção passa a ser vista de forma mais detalhada pelos agentes sociais, onde foram criados instrumentos para uma análise maior do fenômeno da corrupção, com pesquisas, criação de índices, seminários, Organizações não-governamentais (ONGs), acordos internacionais e levantamentos detalhados dos custos da corrupção para a sociedade mundial.

Dois dados interessantes e confiáveis sobre a corrupção, o primeiro do Banco Mundial, que ao pesquisar sobre o fenômeno descobriu que anualmente, são extraídos ilicitamente 5% do produto interno bruto mundial, algo entre US$ 1,5 trilhão e US$ 2 trilhões, via corrupção. A extração destes recursos de forma ilícita prejudica os investimentos sociais, enfraquece os Estados Nacionais, aumenta a ineficiência dos gastos públicos e contribui para um aumento substancial na pobreza do mundo. Somam-se aos dados do Banco Mundial, o Índice de Percepção de Corrupção, criado pela Transparência Internacional, que, juntos nos auxiliaram na criação de um cenário de corrupção para aplicarmos ao Brasil e ao México.

Diante destes instrumentos de análise, percebemos que os países desenvolvidos apresentam um comportamento melhor no quesito corrupção, ou seja, suas elites

econômicas e políticas roubam menos do que as elites dos países em desenvolvimento, o que nos leva a concluir que a corrupção é um dos entraves ao desenvolvimento destes países e ao mesmo tempo contribui para a perpetuação da pobreza e da desigualdade, aumentando cada vez mais a pobreza e deixando sua população cada vez mais distante deste ambiente de constante concorrência, onde os investimentos em educação, saúde e em recursos humanos desempenham papel substancial.

O combate à corrupção é fundamental para que haja uma melhoria das condições sociais, econômicas, políticas e institucionais dos países, e principalmente, daqueles onde a população se encontra muito distante da dos países desenvolvidos, que desenvolveram instrumentos institucionais importantes para resolver esta questão, mas que mesmo dotados de Instituições sólidas não estão livres deste problema, que no capitalismo atual afeta todos os países, com custos sociais negativos.

Ao analisarmos a América Latina, principalmente o Brasil e o México, percebemos que a corrupção se encontra no centro de seus problemas atuais, pois esta extraiu ilegalmente da sociedade brasileira nos anos 90 entre US$ 322 e US$ 650 bilhões, enquanto que no mesmo período no México, a corrupção extraiu da sociedade entre US$ 180 e US$ 360 bilhões, recursos estes que se bem aplicados, muitos benefícios trariam para a população, além da melhoria das estruturas institucionais e produtivas, estimulando a atração de Investimentos Externos Diretos (IED), tão importantes na geração de emprego, na transferência de tecnologia e na melhoria das condições sociais.

Diante de tantos recursos extraídos ilegalmente pela corrupção, poderíamos claramente defini-la como estrutural, portanto, acreditar que estes países conseguiriam extirpá-las de suas estruturas sociais rapidamente nos parece equivocado, mas uma política séria que contemple metas para acabar com a corrupção poderia dobrar, num prazo de uma década, os recursos que são investidos na educação, investimento este necessário para capacitar os cidadãos para sua sobrevivência num ambiente globalizado, onde a concorrência entre as economias passa a ser a tônica entre as empresas e os Estados Nacionais.

Acreditar, como fazem as instituições multilaterais, principalmente o Banco Mundial, que a corrupção está diretamente ligada ao excesso de intervenção dos Estados Nacionais e que a solução seria a privatização, a abertura econômica e a desregulamentação

de suas estruturas produtivas nos parecem insuficientes, pois encontramos casos de países onde os Estados Nacionais são pouco intervencionistas e a corrupção se encontra presente, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

As políticas neoliberais não diminuíram a corrupção, com pregava o Banco Mundial, mas mudou muito os países latino-americanos, principalmente Brasil e México, evidenciando a pobreza de suas populações e a corrupção generalizada, que aflige estes países à muitos anos, degradando as condições de vida da população e aumentando a miséria e a exclusão social.

Quando comparamos os dados da corrupção com os gastos sociais, principalmente com saúde e educação, percebemos que estes países perdem uma grande quantidade de recursos que poderiam melhorar as condições de vida da população e abrir espaço para o desenvolvimento do setor produtivo, gerando emprego, incremento de renda e crescimento econômico, facilitando a inserção destes países na economia global.

Analisando a área da saúde, um setor que apresenta muitos problemas, descobrimos que os recursos investidos pelo Estado mexicano no setor de saúde no período Carlos Salinas foram de 34,29% a 57,63% dos recursos extraídos via corrupção. No caso brasileiro, os recursos investidos no período Fernando Collor de Mello foram de 23,39% a 38% dos recursos extraídos via corrupção.

A diminuição da corrupção teria impactos fortes nos investimentos sociais, num momento onde grande parte dos agentes econômicos rechaça a presença do Estado no sistema econômico, mas ao mesmo tempo exige deste uma posição mais firme com relação aos problemas sociais. O combate à corrupção seria uma forma de amealhar recursos para aumentar os gastos sociais e com isso, diminuir as tendências negativas de aumento da degradação social e incremento da miséria e da exclusão social, que rondam estes países com força cada vez maior.

Diante disso, podemos concluir que a corrupção no Brasil e no México, desempenha um papel central na degradação da qualidade de vida da população, pois estes recursos desviados servem para aumentar os ganhos das elites econômicas e políticas e, em contrapartida, empobrecer o Estado e as camadas mais pobres, aumentando com isso a concentração de renda e os desequilíbrios sócio-econômicos.

O combate a corrupção deve ser a tônica destes países, Brasil e México, para saírem da tendência que os acompanha a muitos séculos de atraso econômico e injustiças sociais, uma forma de angariar recursos para melhor qualificar sua população, dando-lhes educação e saúde para alcançarem uma melhor situação neste mundo de transformações constantes e instabilidades econômicas, sociais e políticas.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Cláudio Weber **Relações entre índices de percepção de corrupção e outros indicadores em onze países da América Latina** in: Cadernos Adenauer, vol. 10, 2000.

AGLIETTA, Michel **Regulación y crisis del capitalismo** Espanha: Siglo Veintiuno, 1979.

AKTOUF, Omar **Pós-globalização, Administração e Racionalidade Econômica** São Paulo: Atlas, 2004.

"A farsa da baderna" in: **Revista Isto é Senhor,** 15/02/1992.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio **América Latina: história e presente** Campinas/SP: Papirus, 2004.

ALMENDRA, Carlos César México: crises financeiras e dívida externa in: COGGIOLA, O. (org.) **América Latina: encruzilhadas da História Contemporânea** São Paulo: Xamã, 2003.

ANDERSON, Perry Balanço do Neoliberalismo in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDREI, C., ARRUDA SAMPAIO, F. A. **Limites do Liberalismo 1990-1992** São Paulo: Edições Fundap**,** 1993.

ARBIX, G. e LAPLANE, M. Estagnação, liberalização e investimento externo na América latina in: orgs. ARBIX ...et.ali. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois** São Paulo: Unesp/USP, 2002.

ARRUDA, Marcos **Divida E(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

AYERBE, L. F.**Neoliberalismo e política externa na América Latina: uma análise a partir da experiência Argentina recente.** São Paulo: Unesp, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997 – O Estado num mundo em transformação** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1996 – Do Plano ao Mercado Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

A qualidade do crescimento São Paulo, Unesp, 2002.

BAEZA, A. V. **Neoliberalismo vs. Intervencionismo no México: o retorno da mão invisível** Leitura de Economia Política**,** Campinas, dez. 1997.

BATISTA, Paulo Nogueira **O Consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX, Caderno Dívida Externa, n• 6, 2• edição, 1995..

BELLUZZO, L. G. de M. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'** Revista Economia e Sociedade, Campinas, jun/1995A.

BELLUZZO, Luiz G. de M. **A Crise do México e as Forcas de Mercado** Folha de São Paulo, São Paulo, 8 jan. 1995B.

BENECKE, D. W. e NASCIMENTO, R. **O Consenso de Washington Revisado** in *Cadernos Adenauer,* 16, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

BEYNON, H. Globalização, Neoliberalismo e direito dos trabalhadores no Reino Unido - in: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M.C. **Os sentidos da democracia:** Políticas de dissensão e hegemonia global*,* Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

BOEKER, Paul H. (org.) **Transformações na América Latina: Privatização, Investimento Estrangeiro e Crescimento** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

BOSCHI, Renato **Raul** (coord.) **Privatização e Desestatização** Rio de Janeiro, Iuperj, 1991.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil** São Paulo: 34, 2003.

Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil São

Paulo, 34, 1996.

_____& MARAVALL, José Maria & PRZEWORSKI, Adam. **Reformas Econômicas em democracias novas: Uma proposta social democrata**. Nobel, 1993.

_____**A Crise do Estado**, São Paulo: Nobel, 1992.

BRUNHOFF, Suzanne. **A Hora do Mercado** São Paulo: Unesp, 1991.

BURKI, E. e EDWARDS, S. Os novos caminhos da América Latina In: LANGONI, C. G. (org.) **A Nova América Latina** Rio de Janeiro, FGV, 1996.

CAMIN, Hector Aguilar **México:** a cinza e a semente São Paulo: Bei Comunicações, 2002.

CAMARGO NETO, F. P. **Considerações sobre alguns aspectos do debate liberalismo X intervenção estatal** *Pesquisa e Debate*, São Paulo: v. 8, n°2 (11), 1997.

CANO, W. **Políticas econômicas e de ajuste na América Latina** Economia & Trabalho, v. 1, 1998.

CANUTO, O. **A recuperação do setor bancário mexicano** in: O Estado de São Paulo, 08/10/1999.

_____**Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina** in: Economia e Sociedade**,** dez.1994, vol.3.

CAPOBIANCO, Eduardo R. & MONADJEM, Naissan **Mobilização da sociedade contra a corrupção** [Cult On line], disponível em: http://**www.transparênciabrasil.com.br**, acesso em 10/06/2005.

CARVALHOSA, Modesto **O livro negro da corrupção** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CARRILLO, Jorge Evolução industrial no México: General Motors e maquiladoras in:

GUIMARÃES, N. A. & MARTIN, S. (orgs.) **Competitividade e Desenvolvimento: atores e instituições locais** São Paulo: Senac, 2001.

CASAS, Juan Carlos **Um novo caminho para a América Latina** Rio de Janeiro: Record,

1993.

CASTELLS, Manuel **O poder da identidade** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, H. J **Chutando a escada** São Paulo: Unesp, 2004.

CHAUI, Marilena Ideologia neoliberal e universidade in: OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, M. C. **Os sentidos da democracia: política de dissenso e hegemonia global** Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CHOMSKY, Noam **EUA Sobrevivem à Base do Intervencionismo** Folha de São Paulo, 25/12/1998.

CLINE, S. A experiência do México com o ajuste. In: LANGONI, C. G. (org.) **A Nova América Latina** Rio de Janeiro, FGV, 1996.

Comissão Econômica para a América Latina **Boletim Panorama Social da América Latina** 2002/2003.Nações Unidas, 2003.

_____ **Equidade, Desenvolvimento e Cidadania** Rio de Janeiro: Câmpus, 2002.

_____ **La inversión extranjera en América Latina y el Caribe: 2000.** Santiago: Cepal, 2001.

Corrupção: debate com Fábio Wanderley Reis, José Arthur Giannotti, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Eduardo Lins da Silva In: *Revista Novos Estudos Cebrap,* Julho, 2001.

Corrupção gira US$ 1,5 trilhão Jornal do Brasil disponível em :http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/economia, data de acesso: 12/12/2003.

Corrupção não tem fim entrevista do promotor de Justiça de São Paulo Roberto Livianu à Cristina Fibe do jornal Folha de São Paulo, 01/01/2006, caderno Brasil, A7.

COSLOVSKY, Salo Vinocur **Fraude e corrupção no Brasil: A perspectiva do setor privado** disponível em: www.transparencia.org.br, acessado em 15/08/2002.

COSTA, Antonio L. M. C. **11 trilhões perdidos** [Cult On line] disponível em: http://www.cartacapital.com.br, acessado em 17/07/2002.

_____**Corrupção High-tech** in: Revista Carta Capital, ano VIII, n• 177, 20/02/2002.

COUTINHO, L.G. & BELLUZZO, L. G. de M. **O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n° 23, 1978.

DEDECCA, Cláudio Salvador **Brasil e México:** empregos e relações de trabalho nos anos 90, Estudos Sociológicos, 1997.

DIAS, Maurício **A mentira das urnas: crônica sobre dinheiro & fraudes nas eleições** Rio de Janeiro: Record, 2004.

DINIZ, Eli **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DORNBUSCH, Rudiger **Chaves para a prosperidade**: livre mercado, dinheiro bom e um pouco de sorte Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____ **México**: Estabilizacion, Deuda y Crescimiento.Revista El Trimestre Economico. n°250 – México, Abril-Junho/ 1996.

_____e EDWARDS, S. **The economic populism paradigm** Working Paper, 1989.

DRAIBE, S. & HENRIQUE, W.`**Welfare State`, Crise e Gestão da Crise**: Um balanço da Literatura Internacional" Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 6, v.3, Fev. 1988.

DUPAS, Gilberto **Atores e poderes na nova ordem global**: Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação São Paulo: Unesp, 2005.

_____**Economia Global e Exclusão Social** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EASTERLY, William **O espetáculo do crescimento**: aventuras e desventuras dos

economistas na incessante busca pela prosperidade nos trópicos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EHRENREICH, Bárbara **Miséria à americana**: vivendo de subempregos nos Estados Unidos Rio de Janeiro: Record, 2004.

EIGEN, Peter **Obrigação de saber** entrevista a Antonio Ribeiro da Revista Veja, 19/10/2005.

ERBER, Fabio Estefano **A política industrial e de comércio exterior**: uma avaliação perspectiva da economia brasileira Brasília, IPEA, 1991.

Exército Zapatista de Libertação Nacional. Disponível em: http//www.zapatista.mx.

FARIA, J. E. **Direito e Economia na democratização brasileira** São Paulo: Malheiros, 1993.

FAUX, Jeff e MISHEL, Larry Desigualdade e economia global in: GIDDENS, Anthony e HUTTON, Will (orgs) **No limite da racionalidade:** convivendo com o capitalismo global Rio de Janeiro, Record, 2004.

FERNANDES, C.L.L. **A revivescência do liberalismo nos anos 80: as experiências americana e inglesa** Revista do Setor Público, maio/dezembro, 1995.

FIGUEIREDO, Lucas **Morcegos negros**: PC farias, Collor, máfias e a história que o Brasil não conheceu Rio de Janeiro: Record, 2000.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império in: TAVARES, M. C.e FIORI, J. L. **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FRANK, Thomas **Deus no céu e o mercado na terra** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRIEDMAN, Milton **Capitalismo e Liberdade** São Paulo: Artenova, 1982.

FRIEDMAN, M. **Liberdade de escolher**: o novo Liberalismo Econômico Rio de Janeiro: Record, 1980.

FUENTES, Carlos **Contra Bush** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

FUKUYAMA, Francis **Construção de Estados**: governo e organização no século XXI Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FURTADO, Celso **O Longo Amanhecer** São Paulo, Paz e Terra, 1999

O Capitalismo Global São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUSER, Igor **México em transe** São Paulo: Scritta, 1995.

México pega fogo: crime e quebradeira in: Revista Veja, março/1995.

GEDDES, B. e RIBEIRO NETO, A. Fontes institucionais da corrupção no Brasil in:

ROSENN, K. S. e DOWNES, R. **Corrupção e Reforma Política no Brasil** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo Globalização Financeira, Liberalização Cambial e Vulnerabilidade Externa da economia Brasileira in: BAUMANN, Renato (org.) **O Brasil e a Economia Global** Rio de Janeiro: Campus, 1996.

GONTIJO, C. **Políticas de Estabilização e Abertura Econômica: uma análise comparativa das experiências do Chile, da Argentina e do México** in Revista de Economia Política, vol.15, número 1, jan-mar/1995.

GORDON JR, Sara. **La política social y el Programa Nacional de Sociedade**. in: Revista Mexicana de Sociologia, vol.12, número 1,1994.

GRAY, J. **Falso Amanhecer**: os equívocos do capitalismo global Rio de Janeiro: Record, 1999.

Sejamos Céticos Revista Carta Capital, 01/09/1999.

GREIDER, William **O mundo na corda bamba: como entender o crash global** São Paulo: Geração Editorial, 1997.

HAVRANEK, A. e BARSOTTI, P. Notas sobre o Estado e a política neoliberal in: COGGIOLA, O. (org) **Estudos Globalização: 'Globalização' e Crise***,* Humanitas Publicações FFLCH/USP, nº 44, setembro, 1998.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HIERNAUX-NICOLAS, D. Globalização e exclusão no México: um enfoque sóciogeográfico in: SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Continente em chamas: globalização e território na América Latina** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOBSBAWN, Eric **O Novo Século** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____**A Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914/1991 São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

HUTTON, Will e GIDDENS, Anthony (orgs) **No limite da racionalidade:** convivendo com o capitalismo global Rio de Janeiro, Record, 2004.

INGRAO, P. **As massas e o poder** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Disponível em: http://www.ipeadata.org.br. Data de acesso 10/08/2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Data de acesso 08/09/2002.

Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI). Disponível em: http://www.inegi.gob.mx. Data de acesso: 01/10/2003.

IOSCHPE, Gustavo **Entre o réquiem e o prelúdio** in: *Revista Primeira Leitura,* São Paulo: edição n° 5, julho 2002.

JORDÃO, Rogério P. **Crime (quase) perfeito: corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

KAUFMANN, Daniel Challenges in the Next Stage of Anticorruption in: **New Perspectives on Combating Corruption** Washington, D.C.: Transparency International and the World Bank Institute, 1998.

_____et. Al. **Agregation Governance Indicators** Policy Research Working Paper n• 2195, World Bank, Policy Research Department, Washington, D.C. , 1999. Disponível em: http//www.worldbank.org/wbi/governance/.

KLIKSBERG, Bernardo **Falácias e mitos do desenvolvimento social** São Paulo: Cortez,Unesco, 2001.

KLITGAARD, Robert **A corrupção sob controle** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

KRIEGER, G., NOVAES, L. A., FARIA, T. **Todos os sócios do presidente** São Paulo: Scritta, 1992.

KRUGMAN, Paul **A consciência crítica da América** entrevista à Sílio Boccanera Revista Primeira Leitura, edição n• 22, dezembro 2003.

_____ **Nothing for money** disponível em: www.wws.princeton.edu/~pkrugman/ data de acesso: 14/03/2003

_____ **Vulgar keynesians** disponível em: www.wws.princeton.edu/~pkrugman/ data de acesso: 20/12/2002.

_____ **Economic culture wars** disponível em: www.wws.princeton.edu/~pkrugman/ data de acesso: 18/12/2002.

_____**Uma Nova Recessão? O que deu errado** Rio Janeiro: Câmpus, 1999A.

_____**Globalização e Globobagens**: verdades e mentiras do pensamento econômico Rio de Janeiro: Câmpus, 1999B.

KUCINSKI, Bernardo **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

LAHÓZ, André e ONAGA, Marcelo **O custo da corrupção** in: Revista Exame, edição 847, ano 39, n• 14, julho, 2005.

LA PEÑA, S. de. **México**: a crise de 1995 em perspectiva histórica: *Economia e Sociedade*, Campinas: dez. 1997.

LEYS, Colin **A Política a serviço do Mercado:** democracia neoliberal e interesse público Rio de Janeiro: Record, 2004.

LILLEY, Peter **Lavagem de dinheiro**: negócios ilícitos transformados em atividades legais São Paulo: Futura, 2001.

LI, Minqi **After Neoliberalism**: Empire, Social Democracy, or Socialism in: Monthly Review, January 2004.

LIVIANU, Roberto **A corrupção não tem controle** Jornal Folha de São Paulo, caderno Brasil, A 7, 2006.

LOPES, Francisco **Uma luz entre as ruínas** Revista Visão, 14/10/1992.

MACIEL, Marco Cícero Noce de Paula **Metamorfoses do Estado brasileiro**: do II PND ao governo FHC Campinas/SP: [s.n], 1999.

MALAN, Pedro **Uma Critica ao Consenso de Washington** in: *Revista de Economia Política*, v.11, n.3, jul/set,1991.

MALO, Miguel Concla (coord.) **Los derechos políticos como derechos humanos** CIIH, México, 1994.

MARIANO, R. e PIERUCCI, F. **O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor** in: Novos Estudos Cebrap, São Paulo: n• 34, nov. 1992.

MARTINS, C. E. **Da globalização da economia à falência da democracia**: Economia e Sociedade, Campinas: jun.1996.

MARTINS, R. **O dinheiro sujo da corrupção:** porque a Suiça entregou Maluf São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MATTOS, F. A. **Retrospectiva Histórica do Processo de Globalização Financeira** Pesquisa e Debate , n° 12, Agosto/98.

MCMILLAN, John **A reinvenção do Bazar**: uma história dos mercados Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MERCADANTE, Aloizio **Globalização e desenvolvimento** [Cult On line] disponível em: http://www.mercadante.com.br, acessado em 28/11/2005.

Ministério da Economia **Indicadores Econômicos** – Brasil, 1990.

MOORE, Michael **Stupid white men** São Paulo: Francis, 2003.

NAHAT, Ricardo **Anatomia da Corrupção** São Paulo: Editora Ática, 1991.

NEGRI, A. e COCCO, G. **Glob(AL):** Biopoder e luto em uma América Latina globalizada Rio de Janeiro: Record, 2005.

NÊUMANNE, J. **A República na lama**: uma tragédia brasileira 2• edição, São Paulo: Geração Editorial, 1992.

_____**Atrás do palanque**: bastidores da eleição 1989 São Paulo: Siciliano, 1989.

NOBLAT, Ricardo **O que é ser jornalista** Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____**Céu dos favoritos**: o Brasil de Sarney a Collor Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.

NOBREGA, Maílson da **O Futuro Chegou**: Instituições e Desenvolvimento no Brasil São Paulo: Globo, 2005.

_____**Corrupção quase vencida** in: O Estado de São Paulo, 21/11/2004.

NORONHA, Silvia **Corrupção**: o mal que ela faz in: Revista Rumos do Desenvolvimento, novembro/2000.

OFFE, Claus **Razão e política** Revista Lua Nova, São Paulo: n.19, nov.1989.

OLIVEIRA, C. A.B. de **Comentários sobre a crise atual do Estado** Textos para Discussão - Instituto de Economia do Setor Público - IESP, Agosto/1989.

OLIVEIRA, Francisco **Collor**: a falsificação da ira Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ORME, William A. A Aceleração do Ritmo da Privatização na América Latina in: BOEKER, Paul H. (org.) **Transformações na América Latina: Privatização, Investimento Estrangeiro e Crescimento** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ORTIZ, Pedro México rebelde in: COGGIOLA, O. (org.) **América Latina: encruzilhadas da História Contemporânea** São Paulo: Xamã, 2003.

PEREIRA, José Matias **Economia brasileira** São Paulo: Atlas, 2003.

PERKINS, John **Confissões de um Assassino Econômico** São Paulo: Cultrix, 2005.

PETRAS, James & VELTMEYER, Henry **Hegemonia dos Estados Unidos nos novo milênio** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

PINHEIRO, Armando Castelar e SCHNEIDER, Ben Ross **The fiscal impacto of privatization in Latin America** Princeton University, mimeo, January/1994.

POCHMANN, Márcio (org.) **Atlas da exclusão social: a** exclusão no mundo Vol. 4, São Paulo, Cortez, 2004.

QUIJANO, Aníbal **O movimento indígena e as questões pendentes na América Latina** Política Externa, São Paulo: v. 12, n• 4, março-maio 2004.

Relatório Anual do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), 2004. Disponível em: http://www.worldbank.org/br. Data de acesso 12/08/2004.

Relatório Anual da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), 1989. Disponível em: http://www.cepal.com.br. Data de acesso: 13/09/2002.

Relatório Anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), 2000. Disponível em: http://www.imf.org. Data de acesso 14/07/2004.

Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, 1998. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br ou http://www.un.org. Data de acesso 02/10/2004.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho, 2000.

RICUPERO, Rubens **Esperança e Ação** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ROBINSON, Jeffrey **A Globalização do Crime** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RODRIGUES, Alberto Tosi **O Brasil de Fernando a Fernando**: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1994 a 1994 Ijuí: Unijuí, 2000.

RODRIK, Dani Estratégias de desenvolvimento para o novo século in: ARBIX ...et.ali. **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois** São Paulo: Unesp/USP, 2002.

ROSA, Mário **A Era dos Escândalos** São Paulo: Geração Editorial, 2003.

ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richards A queda de Collor: uma perspectiva comparada In: ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard (orgs.) **Corrupção e reforma política no Brasil: O impacto do Impeachment de Collor** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SACHS, J. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANDRONI, Paulo **Dicionário de Economia** São Paulo: Best Seller, 1996.

_____**Dicionário de Economia** Rio de Janeiro: Record, 2005

SCHETTINO, Thaís **Corrupção**: a economia do mal in: Revista Rumos do Desenvolvimento, setembro/2002.

Secretaria de Economia – México. Disponível em: http://www.economia.gob.mx. Acesso em 2004.

SILVA, Marcos F. G. da **A ocasião faz o...** entrevista a SAFATLE, Amália in: Revista Carta Capital, ano VIII, n• 177, 20/02/2002.

_____**A Economia Política da corrupção no Brasil** São Paulo: Senac, 2001.

_____**A Economia Política da Corrupção** São Paulo: EAESP/FGV; BO 25118, 1996.

SINGER, André Área Social: Saúde in: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEIREDO, Rubens (org) **A Era FHC: um balanço** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

SINGER, Paul **Uma utopia militante**: Repensando o socialismo Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SKIDMORE, Thomas A queda de Collor: uma perspectiva histórica in: ROSENN, Keith S., DOWNES, Richard (orgs.) **Corrupção e Reforma Política no Brasil: O impacto do *impeachment* de Collor** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, L. T. Reforma da Previdência: a experiência da América Latina in: MARQUES, R. M. et.al. **A Previdência Social no Brasil** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

_____Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA BRAGA, J. C. e MACEDO CINTRA, M. A. e DAIN, S. **A instabilidade das finanças públicas da América Latina** in: Ensaios FEE, ano 16, n• 2, Porto Alegre, 1995.

SPECK, Bruno W. O controle da corrupção como desafio transnacional in: SPECK, Bruno W. **Caminhos da Transparência** Unicamp, Campinas, 2002.

_____Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas in: Cadernos Konrad Adenauer, vol. 10, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus malefícios**: a promessa não cumprida de benefícios globais São Paulo: Futura, 2002.

_____Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. O Dissenso de Washington in: Lima Sobrinho, Barbosa **Em Defesa do interesse nacional** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

A retomada da Hegemonia Americana Revista de Economia Politica, Abril/Junho, 1985.

e FIORI, José Luís **Desajuste global e modernização conservadora** São Paulo, Paz e Terra, 1993.

Lãs Políticas de Ajuste em Brasil: los Límites de la Resistência Washington, BID, 1992.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo **Para entender a política Brasileira** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

URBASCH, Gerhard **A globalização brasileira**: a conquista dos mercados mundiais por empresas nacionais Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAZ, Lúcio **A ética da malandragem**: no submundo do Congresso Nacional São Paulo: Geração Editorial, 2005.

VELASCO JÚNIOR, Licínio **A economia política das políticas públicas**: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94 in: Textos para discussão 54, BNDES, abril-1997 a.

VIZENTINI, P. F. **O descompasso entre as noções** Rio de Janeiro: Record, 2004.

Relações internacionais do Brasil: De Vargas a Lula São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

VOLPON, Tony **A globalização e a Política**: de FHC a Lula Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, Loic **Punir os pobres**: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos 2° edição, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WILLIAMSON, John & KUCZYNSKI, Pedro Paulo (org.) **Depois do Consenso de**

Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina São Paulo: Saraiva, 2004.

_____ **Latin American Adjustment:** How much has happened? Washington, Institute for International Economics, 1990.

ZAVERUCHA, Jorge **Frágil Democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZERMEÑO, Sérgio (coord.) **Movimientos sociales e identidades colectivas**: México em la década de 90 CIIH, México, 1997.

ZINI Jr, Álvaro **Impulsos à globalização financeira** São Paulo, mimeo, 1995.

Jornais e Revistas:

Folha de São Paulo, coleção, 1990-1991; 1992-1993; 1994-1995.

Jornal da Tarde, coleção, 2000-2001-2002.

O Estado de São Paulo, coleção, 1990-1991-1992.

Revista Carta Capital, coleção, 2000-2001-2002.

Revista Isto É Senhor, coleção, 1990-1991-1992.

Revista Exame, coleção, 1990-1991-1992.

Revista Veja, coleção, 1990-1991-1992.

Documentários

Michael Moore *Fahrenheit 11 de Setembro*, 2004.

ARY RAMOS DA SILVA JÚNIOR,

FORMADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS (UNESP), ADMINISTRAÇÃO (UNIRP). ESPECIALISTA EM ECONOMIA NO SETOR PÚBLICO (UNYLEYA). MESTRE, DOUTOR EM SOCIOLOGIA (UNESP) E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO.

editora Virtual Books VB
www.virtualbooks.com.br

ISBN 978-854342038-7
9 788543 420387